

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**ROSANGELA MARIA HÜNING**

**MUNDOS DO TRABALHO:  
INTER-RELAÇÕES NA TRAJETÓRIA DA MULHER IMIGRANTE NA  
AGROINDÚSTRIA, CHAPECÓ/SC (2013-2020)**

**CHAPECÓ**

**2023**

**ROSANGELA MARIA HÜNING**

**MUNDOS DO TRABALHO:  
INTER-RELAÇÕES NA TRAJETÓRIA DA MULHER IMIGRANTE NA  
AGROINDÚSTRIA, CHAPECÓ/SC (2013-2020)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Rosa Gritti

Co-orientador: Prof. Dr. Francimar Petroli Ilha da Silva

**CHAPECÓ**

**2023**

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS

Av. Fernando Machado, 108 E  
Centro, Chapecó, SC - Brasil  
Caixa Postal 181  
CEP 89802-112

### Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Hüning, Rosangela Maria  
MUNDOS DO TRABALHO: INTER-RELAÇÕES NA TRAJETÓRIA DA  
MULHER IMIGRANTE NA AGROINDÚSTRIA, CHAPECÓ/SC  
(2013-2020) / Rosangela Maria Hüning. -- 2023.  
180 f.

Orientadora: Doutora Isabel Rosa Gritti  
Co-orientador: Pós-doutor Francimar Ilha da Silva  
Petrolli

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,  
Chapecó, SC, 2023.

1. Mundos do trabalho. Gênero. Imigração.. I. Gritti,  
Isabel Rosa, orient. II. Petrolli, Francimar Ilha da  
Silva, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira  
Sul. IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

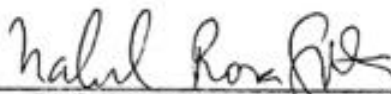
**ROSANGELA MARIA HÜNING**

**MUNDOS DO TRABALHO: INTER-RELAÇÕES NA TRAJETÓRIA DA MULHER  
IMIGRANTE NA AGROINDÚSTRIA, CHAPECÓ/SC (2013 – 2020)**

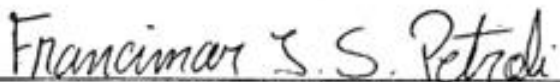
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade  
Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em História,  
defendido em banca examinadora em 05/01/2023.

Aprovado em: 05/01/2023

**BANCA EXAMINADORA:**



Prof.ª Dr.ª Isabel Rosa Críti – UFFS  
Orientadora

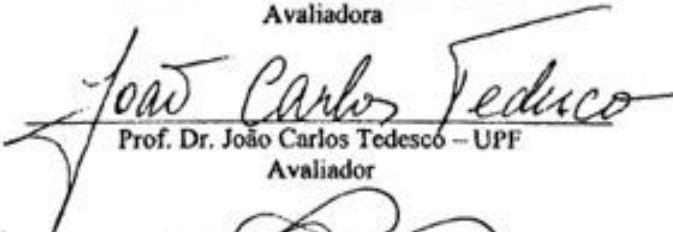


Prof. Dr. Francimar Ilha da Silva Petrolli  
Co-orientador



Documento assinado digitalmente  
Joana Maria Pedro  
Data: 2023.01.05 08:45:47-0300  
CPF: 111.562.129-11  
Verifique as assinaturas em <https://sica.ufsc.br>

Prof.ª Dr.ª Joana Maria Pedro - UFSC  
Avaliadora



Prof. Dr. João Carlos Tedesco – UPF  
Avaliador



Prof. Dr. José Carlos Radin – UFFS  
Avaliador

Às mulheres afrodescendentes,  
ancestrais e contemporâneas, sujeitas ao  
trabalho perigoso, sujo e humilhante.

## AGRADECIMENTOS

Minha gratidão longe vai! Às tantas pessoas que contribuíram com minha trajetória pessoal e profissional, na impossibilidade de citá-las, ficam em meu coração.

Agradeço aos protagonistas da árdua luta pela criação e implementação da Universidade Federal da Fronteira Sul, sua existência permitiu descortinar meu horizonte.

Quero agradecer à banca examinadora do PPGH-UFFS (2020/2), composta pelos professores titulares: Profa. Dra. Samira Peruchi Moreto, Prof. Dr. Antonio Miskiw, Prof. Dr. Emerson Neves da Silva, por selecionar o projeto de pesquisa proposto por mim. Estendo o agradecimento à professora Dra. Isabel Rosa Gritti por acolher o projeto e por orientar a pesquisa. Meu reconhecimento e agradecimento ao Prof. Dr. Francimar, que gentilmente, aceitou o convite para co-orientar a pesquisa, fazendo-o com grande esmero e dedicação.

Meus profundos agradecimentos ao Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul - Marcelino Chiarello que me oportunizou o contato e intervenção com a questão migratória, viabilizando estudos e a pesquisa.

Imensa e verdadeira também é minha gratidão aos componentes da banca de qualificação e banca de avaliação: Prof. Dr. José Carlos Radin, Prof. Dr. João Carlos Tedesco e de modo especial à Profa. Dra. Joana Maria Pedro, que muito me honrou com sua participação, pela sua magnífica trajetória na e para a história das mulheres. Suas arguições ecoaram e me guiaram durante o último ano no processo de escrita dessa dissertação, e por certo, seguirão comigo.

Minha gratulação às instituições públicas e privadas que aderiram, apoiaram e participaram da pesquisa, trazendo elementos fundamentais para as análises a que nos propomos.

E, por fim, meu muitíssimo obrigada às fontes primárias desta pesquisa: mulheres imigrantes e refugiadas (haitianas e venezuelanas) pelo que nos foi confiado, por acreditarem na pesquisa e por contribuírem de forma a viabilizá-la.

Vaca Profana

“Respeito muito minhas lágrimas  
Mas ainda mais minha risada  
Escrevo assim minhas palavras  
Na voz de uma mulher sagrada  
Vaca profana põe teus cornos  
Pra fora e acima da manada [...]”.

Composição de Caetano E. V. T. Veloso.  
Gravação de Gal Costa  
(1984)

## RESUMO

A presente pesquisa dispõe-se a compreender as inter-relações do trabalho em agroindústria na vida da mulher imigrante contemporânea (haitiana e venezuelana), no município de Chapecó, Santa Catarina, no período compreendido entre 2013 e 2020. Aborda, dessa forma, as propulsoras razões do processo migratório e suas implicações na vida da população em mobilidade, enfatizando as relações sociais de gênero, raça/etnia e classe nos mundos do trabalho. Revela questões econômicas e políticas estruturantes do processo de ocupação da região Oeste do Estado e as bases para a instalação dos primeiros frigoríficos da região. Identifica os sentidos do trabalho na vida da população em mobilidade, por meio da metodologia da História Social em Thompson (2012), procedemos as análises das categorias centradas na classe social, na relação de gênero, no capital e trabalho, com referencial em Hobsbawn (2015) Marx (2008), Mészáros (2011), Saffioti (2013). As análises das fontes, com a História Oral, permitiram identificar a precarização das condições de trabalho das mulheres em mobilidade.

Palavras-chave: Mundos do trabalho. Gênero. Imigração.



## RÉSUMÉ

Cette présente recherche se dispose à comprendre les interrelations entre le travail en agroindustrie et la vie des Femmes immigrantes contemporaines (haitiennes et vénézuéliennes) de la municipalité de Chapecó , Santa Catarina ,durant la période comprise entre 2013 et 2020. Ainsi elle aborde sur les raisons propulsives de ce processus migratoire et ses implications dans la vie de la population mobile, en s'accentuant sur les relations sociales de genre, race \ethnicité et de classe dans le monde du travail. Elle révèle des questions économiques et politiques structurelles du processus de l'occupation de la région Occidentale de l'état et les bases pour l'installation des premières entrepôts ou usines frigorifiques de transformation de viande de la région. Elle identifie les significations du travail dans la vie de la population mobile. Par le biais de la méthodologie de l'histoire social de Thompson (2012), nous procédons aux analyses des catégories centrées sur la genre, classe sociale, le capital et le travail, comme référence Hobsbawn (2015), Marx (2008), Mézáros (2011), Saffioti (2013). Les analyses des sources de recherche de l'histoire orale ont permis d'identifier la précarité des conditions de travail des femmes mobiles.

Mots clés: Monde du travail. Genre. Immigration.

## RESUMEN

Essa investigación /búsqueda tiene como objetivo entender las interrelaciones entre el trabajo en agroindustria \agronegocio y la vida de las mujeres inmigrantes contemporáneas (haitianas y venezolanas) en el municipio de Chapeco, Santa Catarina, en el período comprendido entre 2013 y 2020. Así ella aborda las razones impulsoras de ese proceso migratoria y sus implicaciones en la vida de la población móvil recalando las relaciones sociales de género, raza/etnia y de clase en el mundo laboral. Revelando las cuestiones políticas y económicas estrutruturales del processo de ocupación de la región occidental del Estado y las bases para la instalación de los primeiros frigoríficos en la región. Identificando los significados del trabajo em la vida de la población movíl. Por médio de la metodología de la história social en Thompson (2012), se procedió al analisis de las categorías centradas en la classe social, el capital y el trabajo, con referencia en Hobsbawn (2015), Marx (2008), Mészáros (2011), Saffioti (2013). Los análisis de las fuentes de la historia oral han permitido de identificar la precaridad de las condiciones de trabajo de las mujeres móviles.

Palabras claves: Mundo laboral. Género. Inmigración.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Principal rota dos haitianos para o Brasil .....	42
Figura 2 - Fronteira terrestre entre Brasil e Venezuela .....	59
Figura 3 - Território brasileiro – Esperança de dias melhores .....	60
Figura 4 - Cartografia da fronteira entre o Brasil e a Venezuela.....	61
Figura 5 - Média de idade das mulheres haitianas e venezuelanas .....	64
Figura 6 - Nacionalidades Deslocadas.....	82
Figura 7 - Média de idades .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIV	Associação Beneficente de Imigrantes Venezuelanos
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiado
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BRFoods	Brasil Foods
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CAI	Centro de Atendimento ao Imigrante
CEIM	Centro de Educação Infantil Municipal
CEMAC	Centro de Memória Alfa Sicredi
CEOM	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CONARE	Conselho Nacional para Refugiados
COHNHA	Coordenação Migrantes haitianos no Brasil
CMDM	Conselho Municipal da Mulher
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CRDH/UFS	Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos
DORT	Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GF	Grupo Focal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ILO	International Labour Organization
IMDH	Instituto Migrações e Direitos Humanos
INSS	Instituto de Seguridade Social
LDB	Lei de Diretrizes e Base
LER	Lesões por Esforço Repetitivo
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MTE	Ministério do Trabalho
NOB-RH-SUAS	Norma Operacional de Recursos Humanos Sistema Único da Assistência Social
NR	Resolução Normativa

NEPO	Núcleo de Estudo de População – Campinas São Paulo
OBMigra	Observatório das Migrações do Ministério da Justiça
OIM	Organização Internacional para Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU Mulheres	Organização das Nações Unidas para Igualdade de Gênero
RH	Recursos Humanos
RR	Roraima
SC	Santa Catarina
SEASC	Secretaria de Assistência Social de Chapecó
SESI	Serviço Social da Indústria
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SISCONARE	Sistema de tramitação de processos de refúgio no Brasil
SITRACARNES	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria das Carnes e derivados
PF	Polícia Federal
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 EVASÃO - HAITI E VENEZUELA - EMERGÊNCIA DE LABUTA NO BRASIL COM O PANORAMA DO GÊNERO .....</b>	<b>30</b>
2.1 MOBILIDADE INTERNACIONAL X BRAÇOS PARA O TRABALHO NO OESTE DE SANTA CATARINA .....	31
2.2 IMIGRAÇÃO HAITIANA: AS RAZÕES E OS RUMOS .....	38
2.3 MOBILIDADE VENEZUELANA: IMIGRAÇÃO E REFÚGIO NO BRASIL .....	57
2.4 CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO PARA A POPULAÇÃO FEMININA EM MOBILIDADE INTERNACIONAL .....	633
<b>3 PROTAGONISMO SOCIOECONÔMICO DA AGROINDÚSTRIA EM CHAPECÓ: DA GÊNESE À CONTEMPORANEIDADE.....</b>	<b>69</b>
3.1 O CONTEXTO DO SURGIMENTO DAS AGROINDÚSTRIAS EM CHAPECÓ, OESTE DE SANTA CATARINA.....	69
3.2 PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS E REDIMENSIONAMENTO DO TRABALHO COM A MECANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO .....	778
3.3 TRANSPONDO LIMITES - IMIGRAÇÃO PELA GLOBALIZAÇÃO.....	80
3.4 PERSPECTIVA DE TRABALHO PARA A POPULAÇÃO EM MOBILIDADE INTERNACIONAL NA PRESENÇA DE GÊNERO.....	855
<b>4 OS SENTIDOS DO TRABALHO X E AS CENAS NA VIDA DA MULHER IMIGRANTE EM AGROINDÚSTRIA NO SÉCULO XXI.....</b>	<b>104</b>
4.1 TRABALHO E A PERTENÇA SOCIAL: UTOPIA DA AUTONOMIA.....	1111
4.2 HISTÓRIA DAS MULHERES: DIMENSÕES DE GÊNERO E TRABALHO .....	1233
<b>4.2.1 Divisão Sexual do Trabalho: direcionamentos reproduzidos.....</b>	<b>1266</b>
4.3 O PROTAGONISMO DA MULHER IMIGRANTE CONTEMPORÂNEA NA AGROINDÚSTRIA: ACALORADO CLAMOR OU FRIAS CÂMARAS? .....	13939
4.4. TRABALHO E A INTERSECCIONALIDADE ENTRE GÊNERO ETNIA/RAÇA E CLASSE .....	142
4.5 PERSPECTIVAS DO TRABALHO PARA A MULHER IMIGRANTE - BRECHA OU PENÚRIA?.....	148
4.6 VISLUMBRANDO POLÍTICAS PÚBLICAS .....	1566

<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>1644</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>168</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Primando pela qualificação profissional, para o bom desempenho nas dimensões teórico/metodológicas, ético/política e técnico/operativa, no âmbito da atuação em serviço Social, aliado ao desenvolvimento pessoal e identificação com a temática de gênero, voltada à trajetória da mulher, sendo ela a bater à porta, ousei pesquisar sobre sua presença. Dessa forma, a pesquisa *Mundos do Trabalho: inter-relações na trajetória da mulher imigrante contemporânea na agroindústria em Chapecó – Santa Catarina* teve o recorte temporal compreendido entre 2013 e 2020 e tratou dos aspectos socioeconômicos do contexto migratório contemporâneo e das inter-relações na integralidade da vida de mulheres imigrantes trabalhadoras em agroindústrias de Chapecó.

O fluxo migratório contemporâneo para a região Oeste de Santa Catarina, dada a sua expressão e complexidade, tem instigado pesquisas científicas nas diversas áreas do saber, sendo de grande relevância para a compreensão do processo e para o subsídio de novas pesquisas. A Revisão Bibliográfica indica os estudos traduzidos em documentários sobre as trajetórias pessoais e as condições nos ambientes de trabalho na agroindústria, para citar: Carne, Osso (2011), sobre Diáspora Haitiana, Staudt (2020); Movimento Migratório no Sul do Brasil Piovezana *et al* (2015); Ascensão e queda de um gigante, Alves (2021); De Fábricas de Banha a Agroindústrias Internacionais, Fornec e Lubenoww (2021); produções que ofereceram elementos para a compreensão do problema de pesquisa. Entretanto, processos e fatores com foco na mulher imigrante trabalhadora em agroindústrias, em uma sociedade com modelo de economia capitalista, voltada ao lucro e à produtividade, merecem ser explorados. Para tanto, devem ser consideradas as representações sociais do trabalho na constituição dos sujeitos nas relações com o mundo do trabalho.

Como servidora pública municipal, tenho desenvolvido minha trajetória de atuação profissional voltada à área dos direitos humanos, enfatizando gênero e imigração, efetivamente compondo o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CMDM), com participação na elaboração de políticas públicas para assegurar os direitos das mulheres e na Rede de atendimento aos imigrantes – RedeMir. Concomitante à defesa dos direitos, coordenei em tempo integral, durante seis anos, a casa abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, Maria Maria, no município de Chapecó, SC, sendo efetiva no quadro de servidores. Tendo em vista as parcerias institucionais para o fortalecimento da rede de atendimento socioassistencial, no ano de 2014, fui cedida, mediante Termo de Cooperação Técnica, para atuar junto ao Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul (CRDH/UFS),



condição que me possibilitou intervir em diversos casos de violação dos direitos humanos, dentre eles os relacionados a gênero, imigração e trabalho. Essa trajetória reúne elementos que apontam para a necessidade e a produção de estudos mais aprofundados sobre a condição da mulher imigrante e as relações sociais estabelecidas nesse entorno.

Esta pesquisa inova ao apresentar resultados de análises sobre as implicações do trabalho em agroindústria para a mulher imigrante contemporânea e propõe medidas interventivas. As problematizações direcionaram-se para a verificação dos mecanismos que estabelecem a divisão sexual do trabalho, no universo delimitado para a pesquisa. Do mesmo modo, afere a dinâmica social vivida pelas mulheres com perfil de imigrantes e refugiadas, afrodescendentes e latinoamericanas, convivendo em uma região colonizada, essencialmente, por descendentes de italianos e alemães, etnias priorizadas no processo de ocupação da região por suas especificidades. Nesse universo, é analisada a condição da mulher imigrante trabalhadora em agroindústria, sob a perspectiva da interseccionalidade das categorias sociais de gênero, raça/etnia e classe. Assim, o recorte temporal entre 2013 e 2020 se deve ao expressivo fluxo migratório da população haitiana e venezuelana para o Brasil e região Oeste de Santa Catarina, em busca de trabalho. Nesse período, dentre a população em mobilidade, impera a figura da mulher, indicando a necessidade de melhor compreensão do papel da mulher no processo migratório contemporâneo, pois sua presença, muitas vezes desacompanhada de familiares, supõe alterações no modo de vida das famílias, com influências marcantes na cultura e nos costumes das sociedades. Além de alertar para as potenciais situações de privação e exploração a que estão sujeitas na busca por trabalho e autonomia.

Guiada pela *pergunta de pesquisa sobre* - Quais as implicações sociais do trabalho em agroindústria na vida da mulher migrante contemporânea? Percorremos os caminhos no intento de obter a resposta através das narrativas das fontes da pesquisa, para além do aporte teórico da temática. O objetivo geral tratou de analisar as inter-relações sociais do trabalho em agroindústrias de Chapecó na dinâmica de vida da mulher imigrante contemporânea. Consideramos, para tanto, os aspectos do contexto histórico e contemporâneo que configuram os processos migratórios e as trajetórias e, desse modo, identificar potenciais demandas de políticas públicas. Esmiuçada a temática, voltamo-nos a compreender os motivos que levaram essa população à mobilidade, a emergência de trabalho no Brasil. Dando continuidade, de forma a compreender o protagonismo da agroindústria na região, seguimos para identificar na linha do tempo os fatores sócioeconômicos determinantes no processo de implantação da agroindústria. E, de forma enfática, refletir sobre os sentidos do trabalho na vida das mulheres imigrantes trabalhadoras em agroindústria, a partir das cenas propriamente vivenciadas.

Tomando por base a trajetória profissional e acadêmica bem como a construção desse estudo a partir da temática apresentada, podemos dizer que a história da humanidade é marcada por processos migratórios. Na atualidade, milhares de imigrantes buscam melhoria de vida em outros países, devido à guerra, fome, catástrofes ambientais, entre outros acontecimentos adversos e difíceis de serem enfrentados em seus próprios países. Assim, é possível afirmar que a população de países mais pobres, submetida aos ditames geopolíticos capitalistas, é forçada a optar por migrar na busca por seguranças mínimas e por acesso aos direitos humanos e sociais.

Vários são os motivos que levam à mobilidade humana. Na atualidade, um importante fator a ser considerado foi a crise financeira e econômica, de dimensão mundial, aprofundada em 2008. Desse modo, na América Latina, conforme dados das Organizações das Nações Unidas (ONU), vive-se o maior movimento migratório já presenciado, em que a emigração venezuelana tem despontado, contabilizando, apenas na América Latina e Caribe, cerca de 4,6 milhões de pessoas em mobilidade. No Brasil, autoridades estimam que em torno de 264 mil venezuelanos vivam em nosso território, além desses, aproximadamente 500 outros entram diariamente nas fronteiras do país, a maioria pelo Estado de Roraima (ACNUR; MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

Dos que adentram as fronteiras brasileiras, parcela importante desloca-se para o Estado de Santa Catarina, mais especificamente para a região Oeste, notada, em grande medida, pelo oferecimento de vagas de trabalho nas agroindústrias, prioritariamente para trabalhadores masculinos, jovens e solteiros, em grande parte atendidos pelo programa Operação Acolhida, desenvolvido pelo governo brasileiro em parceria com a sociedade civil, com atuação na fronteira do Brasil com Venezuela. Dada a abrangência da região e o curto espaço de tempo para a realização da pesquisa e também por não contar com financiamento para o deslocamento, delimitamos a pesquisa ao município de Chapecó, por entender a sua relevância como amostra da pesquisa, por ser o maior município da região em número de habitantes, totalizando 227.587, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2021 e por sediar um amplo complexo agroindustrial, perfazendo a centralidade na contratação da força de trabalho da população que se desloca em busca de subsistência.

Nessa procura, desde 2012, os municípios da região Oeste de Santa Catarina, em especial Chapecó, têm se constituído em um território com visível movimento migratório de indivíduos da África – senegaleses e da América – haitianos (maioria), venezuelanos (a partir de 2018). Homens e mulheres que migram ‘motivados’ pela possibilidade de obter trabalho e melhores condições de vida. Desse modo, indivíduos e famílias se deparam com novas estruturas e dinâmicas relacionais, sejam em termos dos processos que regulam e estruturam a

vida civil, econômica, cultural, de comunicação etc. Isso tudo passa a exigir a ressignificação dos ideais identitários que configuram os processos sócio-históricos vivenciados por eles e por elas. Ao considerar, na contemporaneidade, o movimento migratório desses indivíduos e grupos para a região Oeste Catarinense, a presença das mulheres torna-se irrefutável, apontando para uma gama de reflexões, dentre tantas, àquelas relacionadas ao trabalho em agroindústrias, incidindo na dinâmica de vida e das relações sóciofamiliares.

Nesse sentido, estudar as implicações sociais do trabalho em agroindústrias na dinâmica de vida da mulher imigrante contemporânea, em Chapecó, é de grande relevância e permite problematizar múltiplas questões inerentes aos aspectos sócioeconômicos transversais no mundo do trabalho. Da mesma forma, é refletir sobre as subjetividades explicitadas na diversidade cultural, valores éticos e costumes que incidem na construção e desconstrução de identidades e de relações sociais traduzidas nos processos migratórios. O grande fluxo migratório da população haitiana e venezuelana para a região Oeste de Santa Catarina, verificado nos dados do Observatório das Migrações Internacionais do Ministério da Justiça e Segurança Pública (OBMigra, 2020 a), indica a entrada contínua no Brasil, no período de dezembro de 2019 e janeiro de 2020. A entrada de imigrantes (somados os de nacionalidade haitiana e venezuelana), por mês e por grandes regiões da Unidade Federativa do Brasil, atingiu em dezembro de 2019 o número de 13.691 pessoas e, em janeiro de 2020, o número de 17.741 indivíduos (CAVALCANTI, 2019; CAVALCANTI, 2020). Respectivamente aos meses supracitados, 606 (4,42%) e 1.211 (6,82%) imigrantes se direcionaram ao Estado de Santa Catarina, tendo em vista a oportunidade de trabalho e oferta de vagas de emprego em agroindústrias instaladas na região Oeste, configurando-a como polo laboral nesse setor. Sobre isso, Radin (2019 p. 721), constata:

Na atualidade, o Oeste Catarinense abriga diversas grandes indústrias, surgidas principalmente entre as décadas de 1940 e 1960. Entre elas estão algumas que, já nos anos de 1970-1980 [...] figuravam como empresas grandes e modernas [...] o uso frequente de novas tecnologias, a forma de se relacionar com os fornecedores de matéria-prima, a utilização do sistema de integração entre a indústria e os agricultores, pela relação que estabeleceram com o mercado, dentre outros fatores.

No cenário da imigração laboral, a OBMigra (2020a) aponta grupos de homens e mulheres imigrantes por faixa-etária. Dos 17.741 imigrantes em janeiro/20, destaca-se que o maior número se concentra na faixa etária entre 25 a 40 anos, com 6.534 (36,82%), seguido do grupo entre 15 a 25 anos, com 4.174 (23,52%), totalizando 60,34% do total, revelando o perfil jovem desses imigrantes para o trabalho (CAVALCANTI, 2019; CAVALCANTI, 2020). Ainda, segundo o mesmo relatório, em janeiro de 2020, a população de imigrantes venezuelana

no Brasil, identificada por sexo, atinge o número de 9.723, sendo 5.069 homens (52,13%) e 4.654 mulheres (47,86%). Já a população de imigrantes haitiana atinge o número de 2.573, sendo 1.429 homens (55,53%) e 1.144 mulheres (44,46%) (CAVALCANTI, 2019; CAVALCANTI, 2020). Contribuindo com essa reflexão, um levantamento realizado pelo SITRACARNES (2020) identificou que aproximadamente 1.150 mulheres imigrantes trabalhavam nas agroindústrias de Chapecó, associadas à categoria de base desse sindicato.

Buscando compreender o fenômeno migratório contemporâneo para a região Oeste de Santa Catarina, recorreremos a leituras do processo de colonização e reconstrução do espaço da região a seu tempo, por acreditar que fatores sociopolíticos que definiram as estruturas sociais da época possam influenciar a dinâmica socioeconômica e cultural da atualidade. Vimos em Hass (1999), que “[...] a estratégia de ocupação do Oeste Catarinense envolveu interesses de órgãos públicos e empresas privadas, caracterizando o marco de colonização capitalista da região, com acordos evidentes da tradição coronelista local, implicando nas relações de forças na região” (HASS, 1999, p. 26-27). Assim, historicamente, a imigração que envolve essa região está vinculada a oportunidades de trabalho e contribuem para o desenvolvimento regional. O contexto do trabalho agroindustrial em Chapecó e municípios da região Oeste de Santa Catarina, na relação com os trabalhadores e o movimento migratório, imprime pautas de estudo sobre a economia e o desenvolvimento.

Para a fundamentação teórica dos conceitos e categorias centrais da pesquisa, contamos com o aporte teórico em Weber (2003), Hobsbawn (2015) e Thompson (2019) para pensar o conceito de trabalho e suas relações no universo do mundo do trabalho, pautado por interesses capitalistas que definem as condições do trabalho em desfavor dos trabalhadores, com vistas a obtenção do lucro, com expropriação da força de trabalho, em meio às subjetividades dos sujeitos. Recorreremos a Thompson (2012) para fundamentar a perspectiva da história social e história vista de baixo como forma de expressão popular, atribuindo importância às vivências e às relações construídas no cotidiano e para discorrer sobre os costumes e a formação da classe operária inglesa; a Mézáros (2011) para analisar a globalização com o intuito de identificar as mazelas das negociações internacionais, relacionadas as implicações na vida do trabalhador e o fomento à imigração; a Saffioti (2013) para abordar a interseccionalidade das categorias sociais de gênero, raça/etnia e classe na relação com a sociedade de modo capitalista e com a extratificação social com privilégio para o homem branco; a Sayad (1998) para averiguar as totalidades do processo migratório, considerando o perfil de quem imigra para o trabalho e as razões para tal; a Marx e Engels (2008) para elucidar o modelo de produção capitalista consolidado às metamorfoses do capital para explorar o trabalhador, assim como a autores

contemporâneos, voltados aos temas enfatizados, Popinigis e Terra (2019); a Antunes (2009) para dialogar sobre os mundos do trabalho e a performance na atualidade, com a aprovação de legislações reducionistas para desestabilizar os trabalhadores; a Magalhães e Baeninger (2016) e Tedesco (2020) para analisar o processo migratório contemporâneo, as políticas de acolhimento e a inserção no mundo do trabalho; a Pedro e Zandoná (2019) para discorrer sobre a história das mulheres e a relação de gênero construída socialmente, com retração do acesso das mulheres ao mundo do trabalho, em especial, aos cargos deliberativos.

Com esses elementos, centramos a análise prioritariamente nas categorias: imigração<sup>1</sup>, gênero na interface com o mundo do trabalho, no qual são consideradas amplamente as relações sociais envolvendo o trabalho no tange às legislações trabalhistas, migratórias, garantia de acesso dos trabalhadores às políticas públicas, às vagas disponíveis no mercado de trabalho, que atrai e repulsa o trabalhador, na medida da demanda de força de trabalho, delinea as condições de trabalho, bem como a divisão sexual do trabalho, isto, com vistas a elucidar a temática da mulher imigrante contemporânea e o trabalho em agroindústrias.

Tomando o contexto histórico para obter a resposta da Pergunta de Pesquisa, o empenho se deu para o aprofundamento empírico e analítico, identificando os mecanismos e demandas circunscritos ao movimento migratório e suas características identitárias. Considerando a centralidade do trabalho na vida das pessoas, tornando-se constitutivo do próprio ser, buscamos compreender a complexidade da trama entre o trabalho e as relações sociais, a partir das categorias em Thompson (2019), Marx (2010), Weber (2003) e Mészáros (2011), correlacionando-as com estudiosos contemporâneos, como Popinigis e Terra (2019), Antunes (2009) para refletir sobre as condições dos(as) trabalhadores(as) imigrantes na atualidade, os quais se deslocam na expectativa de se inserir na sociedade por meio do trabalho, e, assim, assegurar o sustento das famílias e conquistar a autonomia financeira.

As análises das representações e dos sentidos do trabalho, cunhadas nos conceitos e categorias em Thompson (2019), remetem à centralidade das abordagens no protagonismo dos sujeitos no processo. Nos valemos desse princípio para tratar da correlação entre os dados coletados na pesquisa de campo e as narrativas dos sujeitos da pesquisa - mulheres imigrantes protagonistas do trabalho em agroindústrias e instituições de classe e de atendimento.

---

<sup>1</sup> Para discutir **migrações**, nos pautaremos nas teorias de Sayad (1998), Seyferth (2013), estabelecendo o diálogo com pesquisadores da contemporaneidade, dentre eles, Ramires (*et al*, 2020), Tedesco (2020), Gritti (2015). Na categoria de **gênero** serão considerados os referenciais teóricos em Perrot (2005), Kergoá (s/d) na interlocução com Pedro e Zndoná (2019), Davis (2016), Saffioti (2013), Akotirene (2019). No tangente aos **Mundos do trabalho**, tomaremos referenciais teóricos em Thompsom (2012), Hobsbawn (2015), Marx (2010), Weber (2003), em diálogo com Cardoso e Vainfas (1997), Popinigis e Terra (2019), Schettini (2019), Linden (2009).

Do mesmo modo, recorreremos a Lukács (*apud* ALVES; ARAÚJO, 2013) para compor a discussão sobre a centralidade do trabalho na ontologia do ser social, abordando sua essência na inter-relação entre homem e sociedade, demarcando a conformação com a natureza orgânica e inorgânica, marcada, de modo particular, no homem que trabalha, de modo a passar do Ser essencialmente biológico para o ser social. Nesse contínuo, o trabalho pode ser tomado como o fator determinante do ser social, assumindo uma relação mútua entre os elementos - homem e sociedade, quase como um rito de passagem, uma transição do ser biológico para o ser social, mediado intimamente pelo trabalho.

Cabe destacar a relevância científica e social desta pesquisa, por se tratar de um instrumento com potencial para subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas à imigração, trabalho e gênero, com vistas a assegurar os direitos humanos e sociais das mulheres imigrantes, protagonistas da história social do trabalho em agroindústrias em Chapecó, na contemporaneidade. Além disso, contribui para a historiografia da região, demarcando um capítulo interessante para a história da mulher imigrante contemporânea, tomando suas próprias narrativas. Tendo em vista as especificidades dos relatos, a afirmação de Scott (1992) de que as narrativas apresentam, invariavelmente, elementos distintos, dependendo de quem as relata e permanecem estampadas nas fontes, fornecendo elementos significativos para (re) leitura das relações estabelecidas nos mundos do trabalho na contemporaneidade e montam um novo capítulo da história da (I) migração para o trabalho na região Oeste de Santa Catarina.

Neste estudo, adotamos a abordagem teórico metodológica da história social, uma das linhas teóricas da História no campo da ciência. Dentre os debates desse campo teórico, leva-se em consideração a História Vista de Baixo, conceito introduzido por Edward Palmer Thompson (SHARPE, 1992) em 1966. Dessa forma, buscamos desenvolver uma análise crítica dos dados para pensar o movimento dos sujeitos, as formas de resistência e de organização dos diferentes grupos.

A História Social e a História Vista de Baixo adotam a perspectiva de recuperar experiências vividas pela população composta por pessoas comuns que costumam ser esquecidas pela história tradicional, que segue sendo contada pela elite vencedora, desconsiderando as histórias protagonizadas por homens e mulheres cujas existências são ignoradas. Através da vivência do soldado William, da 5ª infantaria Britânica, na batalha de Waterloo (SHARPE, 1992, p. 39), narrada em cartas à esposa, tentamos compreender as propriedades estruturantes da sociedade, os fatores econômicos e as relações que se estabelecem para a constituição dos sujeitos, no entanto, esta maneira tornou-se comum entre os historiadores com a publicação de Thompson em 1966 com o artigo 'The History from Below'.

Thompson em suas análises não se limitou às experiências individuais ou de grupos sociais, mas entendeu ser necessária a compreensão do homem no passado, abarcando desde a experiência dos pastores medievais até as dos primeiros trabalhadores industriais (SHARPE, 1992, p. 40-42). A história vista de baixo pode ser tida como um tipo de história ou mesmo como uma abordagem da história e deve estar relacionada ao contexto histórico e aos princípios políticos do historiador. Nessa perspectiva, o olhar sobre o movimento de massas levou à busca de outros modelos além dos tradicionais estilos da história do trabalho de base marxista e mantém-se em permanente diálogo. A tentativa de ver a história por essa abordagem, no entanto, apresenta limitações, seja pelas fontes limitadas ou conceitual (BURKE, 1992).

Diante das mudanças conceituais e de paradigma, com a construção de novas teorias sociais, os instrumentos de pesquisa passam por revisões. Nesse contexto, a micro-história traz uma gama de possíveis respostas para a redefinição de conceitos e análise dos instrumentos e métodos adotados, prioritariamente, por historiadores marxistas que atuavam com a descrição mais realista do comportamento humano em conflito com o mundo, admitindo certa liberdade, mas dentro das margens das normativas opressoras dos governantes. Dessa forma, a ação social resulta de negociações, manipulações e escolhas do indivíduo. Com isso, o historiador, além de interpretar os significados, teria que “definir as ambiguidades do mundo simbólico, a pluralidade [...] de interpretações desse mundo e a luta [...] entre os recursos simbólicos e materiais” (BURKE, 1992, p. 135-136). A micro-história centra-se na redução da escala da observação, desempenhando uma análise microscópica das diferentes dimensões do sistema social, sem, contudo, desviar o olhar da especificidade dos indivíduos. “Para a micro-história, a redução de escala é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independente das dimensões do objeto analisado” (BURKE, 1992, p. 137).

Concomitantemente, a História Social adotou a abordagem metodológica da interseccionalidade entre gênero, raça/etnia e classe, categorias analisadas por Akotirene (2019), Almeida (2019), Davis (2016), considerando os pontos de conexão entre elas e os fatores estruturantes para a manutenção do sistema opressor, produzido socialmente, determinam as subjetividades materializadas na ordem social e na dinâmica das inter-relações. Com isso, diante dos elementos, elucidar as imbricações das categorias baseadas no sistema patriarcal que tendem a oprimir as mulheres, do privilégio masculino e da supremacia branca, aliadas aos recursos escravocratas na história do país

Considerando o exposto acima, a pesquisa constituiu-se de procedimentos metodológicos na escuta da História Oral, através de entrevistas com instituições de representação e atendimento aos imigrantes e refugiados (Associação Beneficente de

Imigrantes Venezuelanos - ABIV; Comunidade Haitiana - COMHA, Centro de Atendimento ao Imigrante - CAI, Balcão de Empregos da Prefeitura Municipal de Chapecó, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Carnes de Chapecó - SITRACARNES; Pastoral do Migrante da Diocese de Chapecó; Centro Brasileiros de Cursos - Cebrac Chapecó) somadas às 18 entrevistas com mulheres imigrantes e refugiadas haitianas e venezuelanas, trabalhadoras em agroindústrias de Chapecó, Santa Catarina. As mulheres, fontes da pesquisa, no ato da entrevista, foram convidadas a participar do Grupo Focal da temática pesquisada, em datas previamente agendadas.

Com a linha teórico-metodológica assumida neste estudo, indica-se que pesquisa teve a abrangência no município de Chapecó, Oeste de Santa Catarina, predominantemente qualitativa e desenvolvida através de pesquisa de campo, por meio de técnicas da História de Oral com entrevistas às mulheres imigrantes trabalhadoras em agroindústrias, bem como integrantes da rede de atendimento socioassistencial e dirigentes de órgãos associativos, sindicais. A utilização da técnica da História Oral compõe um conjunto de informações envolvendo as mulheres imigrantes trabalhadoras em agroindústrias, por meio de suas narrativas individuais e em grupos focais. Com essa metodologia de pesquisa, primamos pela escuta, mediante gravação e registros das vozes dos sujeitos com tendência à invisibilidade na sociedade e na história formal. Além disso, a História Oral, ao narrar trajetórias através do tempo, com significados individuais que delineiam as relações sociais, permite ressignificar sentimentos e vai para além da experiência individual, assim como possibilita ao narrador fazer escolhas sobre o que lhe parece importante relatar. Desta forma, o entrevistador deve ser perspicaz e estar atento à escuta para qualificá-la. Paul Thompson (1998), ao tratar da História Oral, considera que o entrevistador deve ter e demonstrar interesse, respeito e flexibilidade, saber calar e ouvir (THOMPSON, 1998). De modo complementar à História Oral, a realização do Grupo Focal permitiu discussões coletivas com essas mulheres e perceber os aspectos comuns abordados pelas fontes no momento das entrevistas, além de fomentar novas memórias compartilhadas com o grupo. O grupo focal, conforme sugere Gatti (2005), foi composto a partir de critérios técnicos estabelecidos, voltados às questões orientadoras que constituíram o foco das análises em face aos resultados esperados.

Quanto à metodologia do trabalho de campo, foi realizada uma amostragem de 25 entrevistas individuais e dois encontros em Grupos Focais. O convite para participar da pesquisa se deu diretamente por intermédio do SITRACARNES, quando procurado, espontaneamente, pelas mulheres imigrantes (haitianas e venezuelanas), para obter orientações referentes aos direitos trabalhistas ou para atendimento odontológico, oferecido gratuitamente pelo sindicato aos/as trabalhadores/as associados/as. Outra forma de convite ocorreu em atendimento social



junto ao Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul; outras indicações e convites para participar da pesquisa se deram entre colegas de trabalho ou indicações por meio da Associação Brasileira de Imigrantes Venezuelanos – ABIV. Uma estudante universitária, que chegou a gravar a entrevista, não assinou o TCLE, então as informações trazidas por ela não foram utilizadas. As fontes da pesquisa foram científicas sobre o caráter voluntário e possibilidade de desistência, e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para participar da entrevista e para gravação da voz, mediante a confidencialidade das identidades. À vista disso, para nos referirmos a elas, utilizamos pseudônimos de flores, já os entrevistados das instituições foram citados com seus próprios nomes.

Assim, as entrevistas individuais foram guiadas por um roteiro semiestruturado com a participação de dezoito mulheres imigrantes, trabalhadoras em agroindústrias de Chapecó, sendo nove delas haitianas e as outras nove venezuelanas. O tempo de duração da entrevista ficou entre 15 e 60 minutos. A escolha das entrevistadas<sup>2</sup> foi feita partindo do perfil da pesquisa e considerando o tempo livre para a entrevista e participação no Grupo Focal das entrevistadas, elas ainda precisavam ter domínio do idioma português, condição necessária para assegurar a compreensão dos termos da entrevista e diálogos no Grupo Focal. Das que aceitaram o convite, seis entrevistas foram realizadas no próprio domicílio e as outras três ocorreram no Centro de Referência em Direitos Humanos. Três outras, para além das 9 consideradas na pesquisa, foram realizadas em uma sala do SITRACARNES, essas fontes, porém, duas mulheres haitianas, jovens, com menos de 25 anos, grávidas, apresentaram dificuldade para compreender o idioma (português) e dessa forma, a entrevista a entrevista teve que ser traduzida para o creole por um familiar que as acompanhava, como consequência, a entrevista não evoluiu e não pode ser usada na pesquisa.

As mulheres que realizaram a entrevista foram convidadas a compor o Grupo Focal, no entanto, algumas não participaram, por não dispor de tempo livre ou por dificuldade no deslocamento, compromissos de ordem familiar, religiosa ou mesmo de trabalho, muito embora as reuniões dos grupos tenham ocorrido em dois sábados distintos, no período vespertino, das 15 às 16 horas. Os encontros do Grupo Focal ocorreram com fontes de mesma nacionalidade, ou seja, um com mulheres haitianas e outro com as venezuelanas. Optamos por ser dessa forma para potencializar as narrativas através da identificação e também para não reunir muitas pessoas no mesmo ambiente, preservando o distanciamento social estabelecido nos protocolos

---

<sup>2</sup> O indicativo de nomes contou com a participação do SITRACARNES, das Associações de Imigrantes Venezuelanos e Haitianos e Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul.

sanitários de segurança contra a proliferação do vírus da Covid-19, pandemia<sup>3</sup> que se abateu no decorrer da pesquisa. Fontes que estavam gestantes tiveram as entrevistas gravadas nos próprios domicílios e não foram convidadas a participar do Grupo Focal, para evitar a potencial exposição ao vírus. Das haitianas que participaram do Grupo Focal, uma se deslocou depois do expediente com transporte coletivo, no retorno, levei-a para casa, as demais desse encontro vieram e retornaram por conta própria, com transporte coletivo. O segundo encontro do GF, dessa vez com as venezuelanas, foi organizado entre colegas de trabalho e que residiam próximas umas das outras, o deslocamento delas foi feito através de motorista de aplicativo pago por mim.

Nos termos das entrevistas com as mulheres, também foram realizadas amostras de sete entrevistas com dirigentes institucionais que prestam atendimento ao público imigrante, sejam: Associação Brasileira de Imigrantes Venezuelanos no Brasil – ABIV; Comunidade Haitiana no Brasil – COMHA; Pastoral do Migrante da Diocese de Chapecó; Centro de Atendimento ao Imigrante – CAI e Balcão de Emprego, os dois últimos são serviços públicos vinculados à Prefeitura Municipal de Chapecó e CEBRAC – Centro Brasileiro de Cursos Profissionalizantes e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Carnes e Derivados – SITRACARNES. Havia a previsão de realizar entrevistas com as empresas BR Foods, Aurora Alimentos e Ecofrigo, no entanto, as empresas não atenderam a solicitação de participar da pesquisa. A BRF e Aurora Alimentos informaram por telefone que a atual Política Interna de Recursos Humanos não permite a informação de dados dos funcionários, usando como argumento a Lei 13.709 de 2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, mesmo que os dados buscados nas empresas, não tivessem essa conotação. Tratavam-se de dados administrativos e sobre as condições de trabalho. O Ecofrigo, frigorífico do Grupo Bugio, não respondeu aos e-mails, tão pouco agendou atendimento solicitado ao setor de Recursos Humanos por telefone.

As vinte e cinco entrevistas realizadas (total da amostra) foram gravadas, transcritas e analisadas buscando o alcance do objetivo Geral - Identificar as implicações sociais do trabalho em agroindústria na vida da mulher imigrante contemporânea, com técnicas para obter e preservar as memórias mediante narrativas espontâneas. Com o encerramento das análises, o material foi arquivado no acervo da História Oral, junto ao Laboratório da História Oral da UFFS, Campus Erechim, RS, por um período mínimo de cinco anos, além de serem cadastradas no laboratório Fronteiras da UFFS, podendo servir de fonte para pesquisas futuras. As fontes

---

<sup>3</sup> Pandemia que assolou o mundo inteiro desde o final de 2019, até a atualidade. No Brasil contabilizou 605.569 mortes até 23/10/21 (REIS; SORANO, 2021).

primárias, para além das entrevistas, reuniram bases documentais e iconográficas impressas e audiovisuais nos acervos pessoais e públicos via internet. Também se verificou o acervo de imagens e relatórios de atividades com mulheres imigrantes haitianas e venezuelanas do Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul (CRDH/UFFS) e a Cartilha do Centro de Memória Alfa Cricredi (CEMAC), além das fontes públicas, da imprensa local, disponível em meio virtual.

Seyferth (2013, p. 7) reflete que “[...] atualmente, as migrações para o trabalho sobressaem nas teorias acerca da mobilidade e suas causas econômicas (situação de pobreza, por exemplo) ou de crise (política, ambiental, etc.)”. No caso da mulher como trabalhadora, a mobilidade também está relacionada à conquista da independência e à sua autonomia. Notamos, em meio às mulheres imigrantes em Chapecó e região, que inúmeras estão sozinhas, desacompanhadas dos homens e da família (pais e maridos), o que incide em mudanças comportamentais, de costumes, de conceitos morais e de mudanças nas relações de gênero, associadas à mobilidade e aos novos arranjos familiares. As alterações na dinâmica de vida das pessoas têm amplas implicações e devem ser analisadas em contexto na mesma magnitude.

Para Sayad (1998), o processo de migração é um ‘processo total’, devendo ser verificadas as condições que provocaram a migração, incluindo a inserção do imigrante no país de destino. Para identificar a categoria migração e condições em que ocorrem a mobilidade (CONARE, 2020) temos que - o imigrante é a pessoa que escolhe se deslocar e pode retornar ao país de nacionalidade ou para onde residia a qualquer tempo. No entanto, para viver em território brasileiro, o imigrante deve atender aos termos da Lei 13.445, de maio de 2017, atentando para o artigo 30, que dispõe sobre os tipos de visto. Já o refugiado desloca-se involuntariamente, por várias razões - conflito armado, perseguição política, de raça, de religião ou generalizada, violação de direitos humanos. Vale-se, portanto, da proteção internacional e do princípio da não-devolução. Mediante avaliação do CONARE (2020), atentando para os critérios estabelecidos pela legislação, Lei do Refúgio (BRASIL, 1997), pode o migrante obter autorização de residência por tempo indeterminado.

Contudo, nem sempre isso acontece na totalidade – a população em mobilidade costuma ser bem aceita no momento em que há demanda de força de trabalho para produção, mercadoria que o trabalhador/imigrante disponibiliza para ser comercializado com baixo custo, valor que apenas permite a reprodução da força de trabalho, ainda assim, é inconstante, oscila, na medida dos interesses capitalistas do mercado consumidor e atua como fator de regulação dos preços. Nesse caso, o trabalhador imigrante, antes desejado, passa à condição de estorvo, sem

receber a devida proteção das leis trabalhistas e sociais, torna a migrar em busca da sobrevivência em novos territórios.

No Oeste de Santa Catarina, as agroindústrias deram incentivos aos imigrantes que já se encontravam em território nacional para que se deslocassem a Chapecó e ocupassem vagas de trabalho ociosas por falta de mão de obra. Contudo, as vagas de trabalho estão sujeitas ao movimento do mercado de consumo, instáveis, portanto. Essa instabilidade recoloca o imigrante em situação de vulnerabilidade, mantendo-os reféns das regras de oferta e procura do mercado capitalista, seletivo e excludente, voltado essencialmente à produção da mais valia. Nesse meandro, a mercadoria “força de trabalho”, assim como as demais, tem seu valor atribuído.

Em havendo a redução da oferta de vagas de emprego, de acordo com o movimento do mercado de trabalho, as mulheres ficam ainda mais suscetíveis ao desemprego, pois são elas as primeiras a serem demitidas, uma vez que as tarefas dos cuidados domésticos e dos filhos são socialmente pactuadas como sendo atribuição das mulheres e, assim, reserva-se o trabalho em espaços públicos prioritariamente aos homens. Fatos dessa ordem podem ser evidenciadas na narrativa do agente público, junto ao Balcão de Empregos da Prefeitura Municipal de Chapecó. Segundo ele, o serviço atende aos requisitos estipulados pelas empresas contratantes e eles, por sua vez, não interferem nas condições impostas pelo empregador, apenas fazem a mediação entre empresa e trabalhador. Nessa operação, ele observa que as vagas são prioritariamente preenchidas por trabalhadores homens, jovens e solteiros e as remanescentes são disponibilizadas para as mulheres. No entanto, quando as empresas abrem maior número de vagas a contratação fica disponibilizada para ambos os sexos. No que concerne à definição do espaço sócio ocupacional, os lugares dos sujeitos estão condicionados às relações de força que determinam a dinâmica da sociedade, podendo ser direcionados dentro do princípio da igualdade de direitos e oportunidades ou com base em privilégios e critérios previamente estabelecidos, considerando gênero, raça/etnia e classe. A depender das perspectivas, os comportamentos são padronizados, pautados em critérios étnicos, políticos e econômicos para atender os interesses da classe dominante, supostamente hegemônicos.

A complexidade das relações sociais travadas ao longo da história pelos povos, mediante fatores relacionados à identificação, move e promove as sociedades, marca as diferenças e singularidades entre os sujeitos, condições desveladas por Elias e Scotson (2000), na pesquisa sobre homogeneidade e heterogeneidade, publicada em sua obra ‘Os estabelecidos e os outsiders’. Sob essa ótica, é possível compreender que paradoxos e ambiguidades que constituem a organização da vida social e as formas pelas quais os sujeitos sociais se relacionam

atuam e constroem a ordem social. Nessa relação, estudantes universitárias, em mobilidade internacional ou mesmo algumas em mobilidade em território brasileiro, por ocasião de atividades socioeducativas, denunciaram atitudes xenofóbicas e racistas dirigidas contra elas por brasileiros, em vias públicas ou mesmo em casas comerciais. Elas, por sua vez, com receio do descrédito, calam-se, não denunciando o crime. Relatam a insegurança diante da rejeição vivenciada na sociedade. No entanto, essas mesmas mulheres, antes renegadas, são bem aceitas para executar trabalhos menos valorizados, com baixo poder de decisão, tidos como ‘apropriados para mulheres’. Dentre eles estão os trabalhos domésticos, preparo de alimentos, higienização de ambientes domésticos ou comerciais e o cuidar de idosos ou crianças.

Perrot (2005), nas questões relacionadas às disputas de poder, em diferentes espaços, identifica a mulher popular como rebelde. Esse comportamento a coloca em patamar diferenciado, voltado aos aspectos da divisão sexual do trabalho e às atividades ditas ‘boas para as mulheres’. Essa historiadora interpreta a cidade como “[...] espaço social, étnico e sexuado, que demarca o espaço público, ambientes externos ao masculino e o privado ao feminino, ao mesmo tempo que permite algumas transgressões a esse modelo a partir das lutas cotidianas das mulheres” (WOITOWICZ, 2008, p. 255).

Para aprofundar as análises das categorias que perfazem a discussão sobre imigração, gênero e relações com os mundos do trabalho, os capítulos foram estruturados da seguinte maneira: no primeiro capítulo – *Introdução* - procede-se à introdução do tema da pesquisa, apresenta-se os objetivos, a linha teórica metodológica adotada para análise dos dados, assim como os conceitos e principais categorias de análise.

No segundo capítulo – *Evasão Haiti e Venezuela: Emergência de Labuta no Brasil com panorama do Gênero*, caracterizou-se os fatores históricos e contemporâneos da mobilidade haitiana e venezuelana para o trabalho e a construção da ordem social no Oeste de Santa Catarina, na relação com economia agroindustrial. Reuniu-se dados que indicam as motivações da migração da população haitiana e venezuelana para o Brasil, elucidando os contextos globalizado e específico dos países que interferem na dinâmica mundial e incorrem na mobilidade humana.

No terceiro capítulo – *O Protagonismo da Agroindústria em Chapecó: da Gênese à contemporaneidade*, percorreu-se caminhos para compreender as inter-relações dos mundos do trabalho na interface com agroindústrias de Chapecó, assim como as fronteiras estabelecidas para sua incorporação, envolvendo as mulheres em mobilidade. Do mesmo modo, identificou-se os fatores determinantes das bases sociais, econômicas e políticas para as instalações das agroindústrias e o impacto para a economia da região. Evidenciou-se o potencial atrativo do

complexo agroindustrial para os imigrantes que buscam inserir-se socialmente na complexidade do mundo do trabalho. Caracterizou-se, brevemente, os fatores históricos e determinantes dos processos migratório e de colonização da região Oeste, desvelando a estrutura socioeconômica implementada e influências no cotidiano da migração contemporânea, a qual cultiva o ideário de superação da condição de precariedade através do trabalho nas agroindústrias.

No campo do trabalho e geração de renda, apresenta-se os precursores das agroindústrias na região Oeste de Santa Catarina, o processo de consolidação do setor, a conquista do mercado nacional e internacional e a relação com a mobilidade internacional contemporânea.

No quarto capítulo – *Os sentidos do trabalho x cenas na vida da mulher imigrante trabalhadora em agroindústrias* trata-se mais enfaticamente a identificação da dinâmica de vida da mulher imigrante contemporânea, relacionada à mobilidade humana para a integração socioeconômica, por meio do trabalho em agroindústria, evidenciando as demandas para políticas públicas e atuação profissional. Buscamos, assim, explorar o funcionamento do modo de produção capitalista, em escala global, com o intuito de entender o reflexo na sociedade contemporânea, pautada pelo trabalho para o desenvolvimento econômico, mediante as contradições do sistema com antagonismo de classes. Da mesma maneira, identifica-se as subjetividades e representações do trabalho na constituição do ser social (MARX, 2010), a busca das mulheres pela cidadania emancipatória, por intermédio do trabalho, em uma sociedade marcada pela divisão sexual do trabalho. Assim, as análises percorreram a compreensão da dicotomia entre o capital X trabalho e o *status* da mulher com a intersecção entre as categorias sociais de gênero, raça/etnia e classe na complexa correlação com os mundos do trabalho, manifestando as fronteiras estabelecidas e sua incorporação para inclusão socioeconômica.

Ainda, como resultado, apresenta-se os alcances das investigações sobre os contextos e processos históricos e contemporâneos relacionados à imigração e aos mundos do trabalho, face à vida da mulher em mobilidade nos diferentes continentes. Ousamos apontar, a partir das evidências das fontes, potenciais para a atuação profissional, nos diversos setores e áreas das políticas sociais voltadas à imigração, ao gênero e ao trabalho. E de maneira singela, contribuir com o conjunto das produções historiográficas do tempo presente, de modo a evidenciar o protagonismo da mulher imigrante contemporânea trabalhadora em agroindústrias de Chapecó.

## 2 EVASÃO - HAITI E VENEZUELA - EMERGÊNCIA DE LABUTA NO BRASIL COM O PANORAMA DO GÊNERO

Neste capítulo, apresentamos o dinamismo do fluxo migratório laboral contemporâneo da população haitiana e venezuelana para o Brasil, atentando para a crescente migração feminina, com o recorte temporal compreendido no período entre 2013 e 2020. Inicialmente tratamos do contexto para o processo migratório laboral da população haitiana para o Brasil, no período pós abalo sísmico ocorrido no Haiti em 2010.

Na segunda parte do capítulo, a abordagem volta-se à marcha da população venezuelana para o Brasil, a partir de 2018. Cabe ressaltar que ao longo dos capítulos serão abordadas questões relativas às motivações para migrar, a operacionalização do processo, o movimento de atração e repulsão do imigrante, num contexto marcado pela busca da reunião familiar, melhoria da qualidade de vida das pessoas em meio aos elementos condicionantes da mobilidade internacional. Tendo em vista a complexidade do fenômeno migratório, torna-se impossível abordá-lo na totalidade, de modo que, neste estudo, voltamos o olhar para a migração relacionada ao mundo do trabalho com o protagonismo da mulher, uma vez que ela assume nova condição, conforme vimos em Novaes (2022),

Nos últimos anos, o papel feminino se modificou e as mulheres passaram a ter voz ativa nas decisões pessoais, familiares e do casal, isso pode ser consequência de melhor e maior preparo na sua educação, maior inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, maior participação na manutenção da família. Sozinhas, donas de seus destinos, as mulheres se emancipam. Tornam-se agentes ativas na migração (NOVAES, 2022, p. 52).

Identificamos os fatores contemporâneos que implicam nesse movimento, uma vez que a migração compõe a história há milênios. Para alcançar esse propósito, pautamo-nos em conceitos teóricos e categorias que buscam compreender o fenômeno da mobilidade humana. A saber, Sayad (1998), Mészáros (2011) e Hobsbawn (2015), para, assim, analisar a relação entre o sistema capitalista e o mundo do trabalho na interface com a mobilidade humana. Além disso, ancoramos as análises nas legislações brasileiras e internacionais adotadas pela Organização das Nações Unidas - ONU que buscam regulamentar a marcha migratória. Embasamo-nos também em estudos contemporâneos de Baeninger *et al* (2016), Ramires (*et al*, 2019), Tedesco (2020), Radin (2019), Novaes (2022), aliados a bases de dados da Polícia Federal e do Ministério da Justiça.

Com o aumento da participação das mulheres na migração internacional, a conduta dos indivíduos e famílias é alterada, a concepção de filhos, os cuidados com os vulneráveis (crianças, idosos, doentes), fatores estes, que indicam a necessidade de estudos sobre a mobilidade humana e as especificidades do fenômeno. Apontamos as categorias e autores a serem considerados neste capítulo, no entanto, cabe dizer que a discussão não finaliza aqui, ao contrário, segue como um fio condutor, permeando os tópicos específicos de cada capítulo.

## 2.1 MOBILIDADE INTERNACIONAL X BRAÇOS PARA O TRABALHO NO OESTE DE SANTA CATARINA

Constata-se que a história da humanidade está edificada na migração dos povos. Vários são os motivos que levam à mobilidade humana, fatores climáticos, ambientais, socioeconômicos, religiosos, entre tantos outros. A intensidade do movimento aumenta ou diminui de acordo com as condições do momento. Nessas situações, os Estados reforçam o domínio e soberania do território, primam pela construção de identidade nacional com representações de cultura e nacionalidade como forma de estabelecer limites.

Diante disso, o imigrante passa a ser um estrangeiro no novo país e mediante as bases sócio-políticas que vigoram, os seus direitos são restritos (REDIN, 2020). Nesse contexto, escrever sobre a migração, evidentemente, não é um tema fácil, exige que se compreenda o contexto que a envolve, a derivação do termo, a região do deslocamento, o país que ficou para trás e em que condições se encontram os sujeitos, pois esses fatores podem medir o grau de aceitação dos migrantes. As pessoas que migram de regiões e países periféricos são denominadas migrantes, ao passo que as vindas de países centrais são consideradas de melhor *status* social, o que pode se aplicar aos profissionais qualificados. As conceituações costumam estar relacionadas à disposição de inclusão ou de exclusão dos sujeitos, dadas as suas características. Pode-se dizer que a migração é um fenômeno que reúne tempo e espaço. Para determinados autores, a migração pode assumir características de deslocamento interno, podendo ser no mesmo bairro, da área rural para a urbana, ao passo que, para outros, exige um deslocamento entre as nações.

No entanto, “A maioria das definições fazem referência a um conjunto de aspetos que consideram as migrações como a deslocação de seres humanos no espaço e tempo que, percorrendo pequenas ou grandes distâncias, no decorrer de um curto ou longo período de tempo, mudam de residência” (NOLASCO, 2016, p. 3). Não há, portanto, consenso teórico sobre o fenômeno, tão pouco sobre as implicações inerentes ao processo. Nesse aspecto,



Tedesco entende ser difícil falar em imigrantes e imigração de forma genérica, uníssona, principalmente no contexto atual, há especificidades nas relações entre os sujeitos sociais, nas legislações, nas nacionalidades e etnias (TEDESCO, 2020). Diante do dissenso, torna-se necessário dizer que, para este estudo, tomamos os conceitos adotados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, quando nos referimos à migração.

Migração é comumente compreendida implicando um processo voluntário; por exemplo, alguém que cruza uma fronteira em busca de melhores oportunidades econômicas. [...] No Brasil, a Lei nº 13.445/2017 dispõe sobre direitos e deveres do migrante em território nacional. No entanto, não existe uma definição legal internacional aceita do termo migrante, sendo assim, esse grupo tem direito à proteção geral dos direitos humanos, sem importar o status migratório (ACNUR, 2016).

Para além da expressiva presença de imigrantes no município de Chapecó, constata-se, sobremaneira, a chegada de refugiados, com o predomínio da população venezuelana. A condição de refúgio remete à especificidade de condução e para compreendê-la, valemo-nos na definição dos termos tratados na Lei nº 9.474 de 1997, que implementou o Estatuto dos Refugiados em 1951, em consonância com o entendimento do ACNUR, onde o indivíduo refugiado será reconhecido, quando houver fundado temor de perseguição por questões de raça, religião e opinião política; por não ter nacionalidade e por grave e generalizada violação dos direitos humanos.

Os termos seguidos pela lei de refúgio estão convencionados desde 1951 e encontram amparo na Declaração de Cartagena (DECLARAÇÃO, 1984), sendo seguidos pelo ACNUR (2020), assegurando a proteção dos refugiados através do direito internacional. Sob essa ótica, as migrações internacionais indicam grandes desafios para assegurar os direitos humanos, num contexto de cidadania moderna, em que o sujeito tem o direito de migrar para além das fronteiras de sua nação e com a proteção do Estado. Assim, a imigração desnuda a arbitrariedade do Estado frente às legislações, que por um lado admite o direito de migrar, mas por outro determina os critérios e condições para a mobilidade humana em favor dos interesses nacionais. Dessa forma, remete o não nacional ao “não lugar”, ou lugar a ser justificado, como sustenta Redin (2020), subsidiada em Sayad (1998).

Assim, vimos em Tedesco (2020) que a globalização, em determinados setores, não compromete a soberania estatal, mas permite a tomada parcial de decisões e lhe confere poder. A questão migratória, portanto, vigora para a soberania do estado, como pode ser presenciado nos dias atuais, com o fechamento de fronteiras, utilizando-se do argumento pandêmico. Nessas fronteiras que se movem, entre os múltiplos fatores, além dos migrantes voluntários, estão os refugiados, vítimas de conflitos bélicos, religiosos, políticos, econômicos, de situações

ambientais, que são forçados a migrar, assim, as noções e concepções sobre a imigração contemporânea assumem grande relevância (TEDESCO, 2020).

Frente à globalização, entendida como um conjunto de fatores: produtivos, de conhecimentos e investimentos tecnológicos, econômico, político e social, que atendem aos preceitos do capital e traduz a migração dos povos é imprescindível perceber as políticas macroeconômicas impetradas no final do século XX, mediante privatizações de empresas e serviços públicos e redução dos direitos, fatores de forte influência no deslocamento dos povos, para além das fronteiras nacionais, em busca de melhores oportunidades. Contextualmente, considera-se a crise financeira e econômica de dimensão mundial, aprofundada em 2008, um importante indicador na atualidade. No universo envolvendo os mundos do trabalho, com exploração da força de trabalho do homem pelo homem, no modelo de produção capitalista, com aspectos estruturais que dinamizam a economia mundial, a vida das pessoas não pode ser desconsiderada.

Ante a migração constante dos povos em busca de seus ideais, na primeira década do século XXI, o Brasil presencia novos movimentos migratórios internacionais, com ênfase à imigração e refúgio da população haitiana, que, apesar de recorrente, toma nova dimensão a partir de 2010, após um terremoto de grande magnitude atingir o país, agravando a situação econômica já em declínio. Além disso, no final da mesma década, um novo e intenso fluxo migratório acontece, dessa vez, de migrantes e refugiados venezuelanos, a presença deles é notada em todo território brasileiro, como pode ser observado no Relatório Anual do OBMigra (2020b) que fala sobre a presença de uma “população diversa e que chega ao Brasil com diferentes origens geográficas, sociais, culturais, dentre outros aspectos. Desta forma, venezuelanos e haitianos lideram o ranking do total de imigrantes e solicitantes de refúgio no Brasil” (OBMigra, 2020b).

À vista disso, Dhália<sup>4</sup> conta que saiu do Haiti por não haver trabalho e as vagas que existiam eram destinadas aos homens. Quando chegou ao Brasil, casou-se com um haitiano e teve uma filha. Trabalhou na BRF durante 5 anos, mas saiu do trabalho por ele ser muito pesado. Agora pensa em retomar os estudos e trabalhar em outro lugar onde não precise fazer tanta força. Conta ainda que deixou sua família, pai, mãe, irmãos, mas tem enfrentado dificuldades aqui. “Gente que não trabalha no Brasil, tem que ficar com fome”, não tem ajuda. O deslocamento dessa população, em grande medida, volta-se às relações de trabalho, à busca de melhoria na qualidade de vida e à segurança pessoal. Nesse movimento migratório, há uma

---

<sup>4</sup> DAHLIA. Haitiana, ensino médio no Haiti, entrevistada em 13/10/2021

presença marcante de mulheres que se deslocam sozinhas ou com primos/as e outras pessoas do grupo social, acima de tudo, para fins laborais. Vimos na sistematização de Tonhati e Macedo (2020, p. 5) que, “Os dados das movimentações evidenciam que as mulheres imigrantes também são protagonistas em recolocar o Brasil como país de destino, e são as mulheres sul-americanas e caribenhas que agora chegam ao país, construindo um novo perfil das imigrantes, mulheres”.

Fenômenos dessa natureza emanam a necessidade de detalhamento para compreender a complexidade e a dialética que o envolvem. Nessa perspectiva, percorre-se as análises dos dados da pesquisa, atentando para a questão do gênero no processo migratório e de refúgio correlacionado às dinâmicas dos mundos do trabalho.

Levando em conta o direito de migrar e o viés social do gênero, busca-se desvelar as nuances que permeiam os deslocamentos, motivados pela urgência de suprir as necessidades básicas de segurança pessoal e dos familiares. Desse modo, atentamos para a transversalidade do fenômeno social, para compreender o conjunto das relações imbricadas no processo. Para essa compreensão, não se pode pensar os imigrantes como seres sociais isolados, distintos das problemáticas vividas pela sociedade brasileira, ao contrário, é necessário incluí-los nos temas que são caros ao país, com vistas a garantir os direitos das migrações no Brasil (OBMigra, 2020a). No horizonte de destramar os enroscos do deslocamento e promover o acesso aos direitos migratórios, “A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2016, aprovou a Declaração de Nova York para Migrantes e Refugiados, na qual consta a realização do ‘Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular’”. Trata-se, na verdade, de um acordo internacional e intergovernamental para a migração internacional. Nesse contexto, considera-se de fundamental importância apontar as contribuições teóricas para subsidiar posições brasileiras e latino americanas nas negociações do Pacto Global, atentando para os conceitos e significados objetivos nos termos pactuados.

Nesse âmbito, constam nos termos do Pacto das Nações Unidas: - Os direitos humanos dos imigrantes e a inclusão social, o combate das formas de discriminação, incluídos o racismo, a xenofobia e a intolerância, a mobilidade laboral, o reconhecimento das habilidades e qualificações dentre outras medidas pertinentes à cooperação internacional. Do mesmo modo, orienta a governança da migração nas dimensões de: fronteiras, trânsito, entrada, retorno, readmissão, integração e a reintegração, as contribuições dos migrantes e as diásporas em todos os vieses do desenvolvimento sustentável. Ainda no âmbito da gestão, estão previstas as remessas financeiras e a previdência social, as respostas aos fatores que impulsionam a migração, incluídos os efeitos adversos das mudanças climáticas, os desastres naturais e as

crises ocasionadas pelos humanos, com medidas protetivas e assistenciais para o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza, a prevenção de conflitos (BAENINGER *et al*, 2016; BAENINGER, 2018). Com o Pacto Internacional centrado na tríade migrações seguras/ordenadas/regulares – partindo da perspectiva dos direitos humanos dos sujeitos migrantes - é essencial que as políticas migratórias reconheçam a presença crescente das mulheres e crianças nas migrações internacionais, bem como as relações assimétricas de gênero que permeiam os fluxos internacionais e suas especificidades, incluindo o acesso a políticas de saúde gerais e especializadas (mental, sexual e reprodutiva), políticas para geração de renda para além da educação nos diferentes níveis (BAENINGER, 2018).

Frente ao pacto e às categorias migratórias, torna-se imperiosa a compreensão dos fenômenos internacionais que permeiam a migração no século XXI. Esse movimento remete a revisões conceituais sobre representações socioculturais das populações imigrantes e refugiados em mobilidade presentes nos distintos espaços do território brasileiro, estas categorias apontam para a necessidade de intervenção no processo de formação e organização social com elaboração de políticas públicas continuadas. Medidas dessa ordem, podem amenizar comportamentos xenofóbicos aos moldes do que vivenciou Flor de Pitanga<sup>5</sup>, quando seus colegas de trabalho se recusaram a auxiliá-la nas tarefas, demasiado pesadas para ela, dizendo “Não está satisfeita, volta para seu país” ou “você aqui, no Brasil está muito bem, tem comida, no seu país passava fome, não tinha sequer o que comer”. Com processo gradual de formação pautado na universalidade dos direitos, elucidar opiniões superando o senso comum, oportunizando a compreensão do direito e das causas da mobilidade humana, podendo ser voluntária ou refugiada, deve ter a proteção assegurada pelo Estado. A migração voluntária, no entanto, exige planejamento conjunto e reorganização do grupo familiar, cuidado com os membros mais vulneráveis (idosos, doentes, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes), reordenamento das despesas devido ao gasto com o deslocamento, que costuma abocanhar grande parte das economias das famílias, que se aliam para reunir o montante mínimo exigido para dar início ao movimento. Atitude que requer coragem e determinação diante dos muitos desafios impostos pela mobilidade humana, acima de tudo para as mulheres, que se veem mais expostas às múltiplas formas de violência. Na análise de Tedesco,

Há uma correlação imediata entre imigrantes e a dinâmica laboral; eles são seres para o trabalho; em geral, migram em razão do trabalho; trabalhar é seu sentido de ser, e trabalhar intensamente para sobrar dinheiro e enviar aos familiares, ou para pequenos

---

<sup>5</sup> PITANGA, Flor de. Eng<sup>a</sup> Petroquímica na Venezuela, entrevistada em 12/02/2022

empreendimentos, em algum momento, no espaço de origem, ou, ainda, no de destino (TEDESCO, 2020, p. 53).

Nessa perspectiva, adota-se o conceito de imigrante em Sayad (1998), como sinônimo de condição social, devendo o processo ser considerado na sua totalidade, desde a saída do país de origem até o destino final, levando em consideração as razões para migrar e as condições envolvidas no processo. A entrada e permanência do imigrante estão em conformidade com o modelo de benefícios estabelecidos em acordos entre os países, ocorre de modo a atender aos interesses e demandas do mercado dos países de origem e destino, já estabelecidos nos acordos internacionais, em consonância com a divisão internacional do trabalho. Esse protótipo restringe e condiciona as pessoas, mas não a circulação de mercadorias, capitais e tecnologias propulsores das relações de força estabelecidas entre o capital e o trabalho, as quais determinam a estrutura socioeconômica e ditam o ritmo de vida de homens e mulheres no mercado laboral (HOBBSAWN, 2015). Dessa forma, atuam na contramão do modelo de migração para o desenvolvimento humano, que seria a perspectiva do direito à mobilidade humana, num universo globalizado.

O Brasil, do mesmo modo que os demais países capitalistas, coloca-se no mercado internacional com compra e venda de serviços e produtos de países distintos. A flexibilização das fronteiras entre nações favoreceu a expansão capitalista, viabilizando os negócios e o mercado financeiro, possibilitando alianças com países emergentes. Boaventura in (Soares, Marcelino, et al, 2018) considera a existência de duas formas básicas de globalização, a hegemônica capitalista neoliberal e uma contra-hegemônica, uma resistência oriunda da “promoção de economias locais e comunitárias, economias de pequena escala, diversificadas, autossustentáveis, ligadas a forças exteriores, mas não dependentes delas” (SANTOS, 2020 *apud* SOARES; MARCELINO; ARAÚJO, 2018, p. 72). No horizonte, considerando o contexto capitalista, a globalização contra-hegemônica remete à peleja pela redistribuição democrática da riqueza, tendo em vista os direitos individuais e coletivos. Em consonância de compreensão, Santos (2000 *apud* SOARES; MARCELINO; ARAÚJO, 2018) propõe três visões gerais da globalização: a maneira como nos induzem a vê-la, a verdadeira forma e a forma que ela pode assumir.

Na primeira globalização é uma fábula onde fantasias são repetidas como o intuito de se tornarem uma interpretação única que favorece o mercado em detrimento da população em geral. Na segunda, como é de verdade, é uma perversidade que impõe um crescente desemprego, aumento da pobreza, diminuição do salário médio, generalização da fome, desabrigo, mortalidade infantil, doenças e dificuldades no

acesso a educação de qualidade. Na terceira, como pode vir a ser (SOARES; MARCELINO; ARAÚJO, 2018).

Dessa maneira, a seu ver, uma globalização humanizadora pode iniciar com o entrelaçamento de povos, raças e culturas com a mescla de filosofias inversas ao racionalismo europeu, com integração e dinamismo para uma cultura popular. Movimento migratório, nos moldes do que tratamos, clama por atendimento humanizado, para tanto, o acolhimento efetivo a essa população em mobilidade conta com o protagonismo da Organização Internacional para Migrações - OIM, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR, da sociedade civil organizada em redes solidárias, vinculadas, em sua maioria, às organizações religiosas, predominantemente católicas, através das Pastorais dos Migrantes e Congregações Scalabrinianas distribuídas pelo país e que atuam de forma solidária, desenvolvendo ações de proteção aos migrantes.

Essas instituições organizadas em rede estabelecem o fluxo e encaminham aos órgãos competentes a confecção de documentação migratória com o devido *status* para a população em mobilidade internacional, pois diante das peculiaridades dos países capitalistas, mesmo no contexto de globalização, as nações estabelecem restrições à entrada de não nacionais, favorecendo a relação com países que reúnam condições condizentes com os interesses nacionais, restringindo o visto para outros, o que implica em custos elevados e morosidade na confecção da documentação migratória que regulariza a permanência de imigrantes no país. Apesar disso, a globalização pressupõe uma proximidade entre os diferentes universos, através de fatores culturais que promovam a identificação e maior conexão das relações sociais, como vimos nos apontamentos de Giddens (1991):

[...] como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção inversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e espaço. Assim, quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores — tais como dinheiro mundial e mercados de bens — operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão (GIDDENS, 1991, p. 69-70).

Com a compreensão de que os fatores que levam à mobilidade humana serem reflexos do processo de globalização capitalista, difundido mundialmente por interesses de uma elite internacional que lança seus tentáculos nos múltiplos territórios, nas sociedades e nas vidas dos indivíduos, passamos a discorrer sobre a migração contemporânea da população haitiana e

venezuelana para o Brasil, as quais miram as vagas de trabalho disponibilizadas pelas multinacionais do ramo da agroindústria, sediadas na região Oeste de Santa Catarina.

## 2.2 IMIGRAÇÃO HAITIANA: AS RAZÕES E OS RUMOS

Diversas são as razões que levam a população haitiana a emigrar, múltiplos também são os destinos, não sendo o Brasil, a priori, o rumo mais almejado. Entretanto, devido às legislações e políticas migratórias restritivas, com fechamento das fronteiras em muitos países, como Estados Unidos, Canadá e França, essa população acaba por repensar a sua rota de deslocamento. A respeito disso, a partir de 2010, com a crise econômica ainda mais agravada naquele país devido ao terremoto ocorrido em 12 de janeiro de 2010, que devastou a capital do país, Porto Príncipe, vitimando 240 mil pessoas e desabrigando em torno de 1,5 milhão de outras. Somando-se a isso os recorrentes alagamentos em determinadas regiões do país, como Gonaives e entornos, que fragilizam ainda mais aquela população economicamente desfavorecida e fomenta o movimento em busca de sobrevivência e melhores condições de vida em outros países.

Outra razão que leva a população haitiana a migrar, além dos fenômenos climáticos históricos recentes, é a tradição de emigrar, que foi se construindo por questões de cunho político e econômico, desde a independência negra do Haiti no início do século XIX, que foi conquistada a duras penas. Com isso, “entraves das potências imperialistas à época” são marcantes. Tais condicionantes remetem o país ao limbo da divisão internacional do trabalho. Portanto, a emigração haitiana não é um fenômeno novo, acontece desde o final do século XIX, direcionada, em grande medida, aos países centrais do sistema capitalista (França, Estados Unidos), que têm domínio político, econômico e militar sobre o Haiti (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016).

O crescimento desmedido das desigualdades socioeconômicas inquieta segmentos crescentes da população, haitiana e venezuelana, levando-os a tomar a via da emigração. A decisão de emigrar se apresenta como estratégia para amenizar a exposição aos riscos das catástrofes ambientais, da violência e da pobreza. Dessa forma, alguns membros das famílias migram, com o objetivo de buscar melhores condições de vida para os que ficam, isoladamente ou em grupos familiares. Atualmente, potencializadas pelas peculiaridades da crise econômica capitalista, em especial a partir de 2008 devido à desvalorização do câmbio e às reformas econômicas centradas nos princípios neoliberais de exploração, traduzidas em recessão, promovendo ações de privatização das instituições e serviços públicos, desemprego e a redução

dos salários praticados nos países periféricos. Essa conduta interfere diretamente nas condições de vida da população, na dinâmica de vida das famílias e nas remessas de dinheiro aos familiares, efetuadas dos diversos países onde se encontram implica em 22 a 26% do PIB, no caso do Haiti, levando os imigrantes haitianos a reorientar seu fluxo migratório, notando o Brasil como potencial destino. Ao longo da história do Haiti, os interesses políticos e a disputa pelo poder, jogaram a população na precariedade e fragilizaram o país ao ponto de fazê-lo partir de uma rica colônia (XVII e XVIII) para assumir o posto de país mais pobre das Américas (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016).

Diante da crise econômica mundial, com o cenário histórico de fragilidade nacional, o Haiti vivencia diversas intervenções das Organizações das Nações Unidas - ONU -, com atuação por meio da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), destinada para atuar por um semestre, em 2004, acabou se estendendo até 2017 com participação econômica do Brasil e conduzida pelo Exército Brasileiro. Apesar disso, a população apresenta altos índices de analfabetismo, atingindo entre 50% e 60% das pessoas e cerca de 80% da população vive abaixo da linha da pobreza (MAMED; LIMA *apud* BAENINGER *et al.*, 2016). As condições históricas de precariedades do Haiti desalentam a população do país, que se vê forçada a buscar novas oportunidades em territórios estrangeiros, emigrando, muitas vezes, com idades precoces, para trabalhar e, se possível, dedicar-se aos estudos. A evidência da desigualdade social está presente no argumento de Tedesco, ao referir que “[...] a riqueza e renda acumulam-se de um lado na proporção da vulnerabilidade e exclusão de outro, como elementos congênitos da estrutura capitalista”. Ou seja, essa estrutura, ao mesmo tempo que concentra capitais econômicos, faz-o na mesma proporção referente à pobreza” (TEDESCO, 2020, p. 15).

Na relação de escolha do destino, temos que o Brasil, na primeira década do século XXI, encontrava-se, economicamente, com bons resultados e ganhava evidência nas relações internacionais, com respostas à crise econômica de 2008. O país apresentava índices razoáveis no crescimento de empregos, podendo ser considerado, durante certo período, em patamar de pleno emprego. Esse conceito, em tese, é aplicado quando toda população em idade produtiva, que tenha procurado trabalho formal, é exitosa e o país chega no teto de sua capacidade de produção. Ter o Brasil como potencial destino passa a ocupar o imaginário social da população haitiana, devido às oportunidades de emprego, facilidade de acesso, acolhimento humanitário e regularização dos documentos, isso aliado ao fato de o Brasil ser conhecido no Haiti, ter boa relação com o país e pelo destaque no futebol, por sediar a copa do mundo de futebol e as Olimpíadas mundiais.



A meta de vida digna, almejada por tantos, pode ser exemplificada na fala de Flor de Linho<sup>6</sup>, ao ser indagada sobre as razões pelas quais deixou o Haiti. Relatou ter estudado na República Dominicana desde a adolescência, formou-se em administração e teologia, com a meta de retornar ao Haiti para desempenhar sua profissão e conviver com os amigos e familiares. No entanto, ao regressar, encontrou o país ainda mais desacertado, imerso em problemas econômicos e de segurança pública, o que impossibilitou sua permanência. Em seu entendimento, as questões econômicas do país interferem diretamente na vida da população, as pessoas estão sujeitas a roubos ou sequestros em via pública, à luz do dia, podendo sofrer ações violentas por parte dos “bandidos”. Flor de Linho enfatiza seu amor pelo país de origem (o Haiti) e seu desejo de permanecer no território onde nasceu e no qual tem amigos e familiares. Lamenta, mas diz que no momento é inviável, que apenas uma irmã permanece no país e cuida dos bens imóveis da família; um de seus irmãos, que ocupava o cargo de diretor de uma unidade de saúde no Haiti, também se afastou do país em busca de segurança, está residindo nos Estados Unidos com a esposa e os filhos.

Flor de Linho informa que domina os idiomas Espanhol, Francês e um pouco de Inglês; que o seu conhecimento de espanhol a auxilia no entendimento do português e que não encontra dificuldades com o idioma. No entanto, não tinha interesse em aprender o português, pois desejava retornar logo ao Haiti. Cultivava a expectativa de que a crise econômica, que provoca tamanha instabilidade, fosse passageira. Contudo, os resultados não correspondem. Nesse ínterim, no Brasil, casou-se e teve um filho, hoje com 03 anos. Nesse contexto, mudanças de atitude são necessárias, argumenta: “Para defender meu filho, para levá-lo às consultas médicas; para inclusão no Centro de Educação Infantil do Município - CEIM, e para integrá-lo, necessito falar o português”. Em oposição às expectativas de Flor de Linho, a violência e a insegurança no Haiti se agravam, impedindo-a de retornar. Em vez de ela voltar, há cerca de 3 meses, recebeu um de seus irmãos para morar consigo no Brasil. Todavia, busca certa estabilidade no Brasil, diante da impossibilidade de, a curto prazo, regressar ao Haiti. Passou a redimensionar seus planos, está pagando financiamento de uma casa própria, pela Caixa Econômica Federal - CEF, com prestação mensal no valor de R\$ 964,00 (novecentos e sessenta e quatro reais), parcelada em 30 anos, mas, segundo ela, pretende quitar a dívida em 10 anos, uma vez que possui uma casa no Haiti e pretende vendê-la, considerando o valor monetário daquele imóvel, será o suficiente para quitar a casa adquirida aqui no Brasil, a qual destinará ao filho, pois

---

<sup>6</sup> LINHO, Flor de. Haitiana, formada em Administração e Teologia na República Dominicana do Haiti, entrevistada dia 13/11/2021

deduz que ele sendo brasileiro, certamente não quererá deixar seu país (o Brasil), quando “nós regressarmos ao Haiti”.

A expectativa do retorno ao país de nacionalidade, mesmo que leve algum tempo, para além dos fatores afetivos e de vínculos familiares, deve-se ao fato de ela acreditar que a economia em seu país deverá retomar a normalidade e, então, terá oportunidade de desempenhar sua profissão. Da mesma forma, seu marido cultiva o desejo de atuar na área, formado em agronomia, em universidade do Haiti e pós-graduado no Brasil, pelo Senai, não teve nenhuma oportunidade para desenvolver sua profissão. Enquanto Flor de Linho aguarda o momento do retorno, pretende fazer negócios aqui, investir no Brasil, planeja abrir um minimercado para trabalhar e suprir os gastos da família, para isso, conta com a participação do marido e do irmão. Diferente da grande maioria dos imigrantes haitianos no Brasil, ela diz não precisar fazer remessas financeiras aos familiares, ao contrário, é ela que recebe dinheiro de lá, já que possui um imóvel naquele país e está locado.

A decisão de emigrar, deixar o próprio país, envolve muitos fatores, a começar pela escolha do destino e a viabilidade da escolha, que seguramente passa pela abertura das fronteiras entre as nações. No entanto, em muitos casos, os emigrantes iniciam o deslocamento sem ter informações mais detalhadas das condicionantes para entrada no país de destino e das distâncias entre os Estados. Pensando no caso do Brasil, a distância entre as primeiras cidades das fronteiras para outros Estados e municípios. Com o desconhecimento, ficam sujeitos às induções dos coiotes que, ao vender a ideia da travessia segura, cobram valores exorbitantes para o transporte em rotas pré-definidas e nada seguras. Como consequência, muitos desses imigrantes ficam pelo caminho, desassistidos e sem alcançar os benefícios prometidos, particularmente aqueles relacionados à documentação migratória, junto aos órgãos responsáveis pela imigração nos países por onde transitam. Dentre as vítimas desses golpes, constam algumas das mulheres que se deslocam sozinhas, afluindo características ao fluxo migratório da atualidade (FERNANDES; FARIAS *apud* BAENINGER *et al.*, 2016).

Mesmo sem ter em conta as razões, é notório o aumento do fluxo migratório do Haiti para o Brasil. Nesse trânsito, identifica-se a trajetória comum adotada por essa população iniciada na República Dominicana para a Bolívia, deslocando-se pela Floresta Amazônica a pé, por aproximadamente 8 Km, para chegar a Brasiléia, Estado do Acre, território brasileiro. Outra rota, por via aérea, inicia em Porto Príncipe (Capital do Haiti), faz escala no Panamá (Panamá) ou em Santo Domingo (República Dominicana); do Panamá vão para Quito (Equador), país que, desde 2008, não exige visto de entrada para turistas que permaneçam até 90 dias no país, condição primordial da inclusão de Quito em suas rotas.

Essas circunstâncias favorecem o acesso dos imigrantes haitianos à América do Sul, muito embora o Equador não faça divisa com o Brasil, os imigrantes podem seguir por rota terrestre até o Peru e chegar ao Brasil ou deslocar-se diretamente para Lima (Peru). De Quito e Lima, por via terrestre ou fluvial, tocam as fronteiras brasileiras, em Tabatinga (AM), Assis Brasil (AC) e Brasiléia, Estado do Acre (FERNANDES; FARIAS *apud* BAENINGER *et al.*, 2016, p. 96). Essa rota está retratada no mapa que segue:

Figura 1 - Principal rota dos haitianos para o Brasil



Fonte: IMDH (2012).

A imagem ilustra o deslocamento, as rotas principais e sinaliza as distâncias percorridas pelos imigrantes e refugiados, potencializando a reflexão sobre as diferentes nações pelas quais transitam, estão sujeitos a diversas legislações, às variações linguísticas, culturais, de costumes e crenças envolvidas no trajeto. Isso, por um lado, permite o diálogo intercultural, mas por outro, impacta-os pelas diferenças, o que pode contribuir para a vulnerabilização da pessoa em mobilidade. As legislações e a documentação migratória implicam burocracias dos órgãos e custos, que são, muitas vezes, elevados para as condições do migrante, dificultando sua travessia.

O mergulho dessa população em universo desconhecido, volta-se às necessidades humanas e aos mundos do trabalho com severas tribulações. Nessa vivência, relações abusivas são frequentes. Estudos indicam que 95% dos haitianos entrevistados nas pesquisas citam alguma forma de exploração por aliciadores que operam o tráfico entre o Haiti e o Equador, com falsas promessas de trabalho e de estudo simultâneos e gratuitos. Frustrados, diante das

falsas promessas no Equador e desprovidos de reservas financeiras, seguem para o Brasil, Chile e Argentina, por novos e incertos caminhos (MAMED; LIMA *apud* BAENINGER *et al.*, 2016, p. 122).

Vimos que o itinerário migratório do Haiti até o Brasil apresenta nuances que implicam nas rotas, variando de acordo com as circunstâncias do momento, a depender dos valores cobrados com taxas, da disponibilidade de voos, da abertura dos aeroportos e das mediações lícitas ou ilícitas, com as quais se deparam os transeuntes. As principais vias aéreas são as dos aeroportos de Porto Príncipe (Capital do Haiti); de Santo Domingo ou de Santiago de Los Caballeros (República Dominicana) com conexão no Panamá (Panamá); Quito (Equador) com alternativa para Bogotá (Colômbia) e Guayaquil (Equador), rotas apresentadas por Mamed e Lima (*apud* BAENINGER *et al.*, 2016, p. 126-127). A trajetória desses imigrantes costuma ter a velocidade dos recursos financeiros disponíveis. Os que necessitam trabalhar para reunir o dinheiro e dar continuidade ao deslocamento ou que aguardam remessas de familiares para seguir, permanecem por tempo indeterminado nos diversos locais da rota traçada ou em construção, até angariar o montante suficiente para prosseguir a viagem. Com objetivo de arranjar recursos financeiros para prosseguir a viagem, a população haitiana participa da economia local, na rota do eixo central dessa migração. Com a moeda dolarizada e em alta cotação, os migrantes veem-se pressionados a trabalhar durante o deslocamento, pois o recurso que trouxeram não é suficiente para concluir a viagem. Colocam-se, então, no mercado informal, com contratos temporários, atuando em áreas clandestinas como extração ilegal de madeira e a mineração de ouro. As mulheres, conforme apontam os dados, são exploradas para fins sexuais, trabalham na prostituição, incluindo as meninas, isso associado ao trabalho na rede hoteleira, restaurantes ou congêneres (MAMED; LIMA *apud* BAENINGER *et al.*, 2016, p. 128).

No trânsito em curso, está a tentativa de fugir das autoridades de controle imigratório, para tal, buscam rotas clandestinas, com traslado apoiado por coiores que traçam caminhos noturnos, por via terrestre ou mesmo fluvial (por vezes a nado), em rios que permitem o acesso às fronteiras entre os países do Equador e Peru. Essas viagens são extenuantes, com duração de 25 e 30 horas, por ambos os meios (terrestre ou fluvial), para sair do Peru e chegar às primeiras cidades do território brasileiro. Ainda em território peruano, no trajeto pela cidade de Porto Maldonado (Peru) até a fronteira com o Brasil, há diversos pontos de fiscalização da imigração, com cobrança de propina por agentes públicos associada à ação ameaçadora dos taxistas e coiores que atuam em rede clandestina para travessia entre os dois países Peru -Brasil, segundo relatos para a pesquisa. Com os percalços, a viagem do Haiti até o Brasil soma em média 15 a

20 dias, podendo se estender, dependendo das peculiaridades do trajeto, como já foi apontado. São determinantes para a exploração e morosidade do deslocamento a falta de documentação migratória para acesso legal aos países; a busca pela travessia mais econômica, por rotas clandestinas, implica em inúmeros casos de roubos, estupros, extorsões e outros tipos de violações, nas relações estabelecidas com os coioetes em meio à travessia pela mata amazônica, conforme Mamed e Lima (*apud* BAENINGER *et al.*, 2016) a partir dos relatos dos imigrantes no ato de sua pesquisa de doutorado.

Diante disso, a Resolução Normativa - RN, do CNIg 102/2013, Art. 2º, “objetiva regular o fluxo e amenizar as violações” (CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, 2013). O visto humanitário, disciplinado por esta Resolução tem caráter especial, é concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, oportunizando mudanças gradativas nas rotas, favorecendo o deslocamento por vias aéreas de Porto Príncipe para a República Dominicana e, posteriormente, para as capitais brasileiras. As novas alternativas de rotas, meios de transportes e a liberação de vistos para entrada no Brasil, provocaram um aumento importante e contínuo de chegada dessa população. De acordo com estudos apresentados por Fernandes e Faria, 4 mil haitianos(as) entraram no Brasil em 2011 e 55 mil ao final de 2015, ou seja, em quatro anos houve um aumento de 51 mil pessoas haitianas (FERNANDES; FARIA *apud* BAENINGER *et al.*, 2016).

Uma vez em território brasileiro, necessitam deslocar-se para providências inerentes à documentação migratória (pedido de visto ou de refúgio) e tornam a enfrentar dificuldades com o transporte, cobrança de valores diferenciados, dependendo da nacionalidade do imigrante ou refugiado, sendo que os de nacionalidade haitiana encontram valores mais acessíveis em relação aos demais; senegaleses e outros pagam mais devido à particularidade do visto humanitário, ainda assim, em desacordo com os recursos de que dispõe essa população. Outro fator que corrobora com os entraves é a fiscalização migratória a que estão sujeitos no decorrer do caminho, isso leva os taxistas a cobrarem mais pelo serviço de transporte, ou mesmo, deixar de fazê-lo. Nesse caso, não resta alternativa a não ser seguir a pé, por um trajeto de aproximadamente 221 km, da fronteira até a cidade de Rio Branco. Nesse trecho, estão sujeitos às intempéries do tempo somadas à debilidade da saúde física, psíquica e nutricional, devido às precárias condições vividas ainda no país de origem e agravadas pelo deslocamento. Diversos são os casos de transtornos psicológicos identificados devido às violações sofridas no percurso, até a chegada ao Brasil. Superados os entraves do traslado (por essas rotas), ainda mais descapitalizados pela extorsão sofrida, chegam em território brasileiro, no Estado fronteiro - Acre - cidade de Epitaciolândia. Em ato contínuo, são encaminhados para os abrigos públicos, de lá, seguem para a cidade de Assis Brasil, distante 117 km, onde há um Posto Alfandegário,

Polícia Federal que acumula a atribuição de acolher a solicitação e encaminhar o dossiê ao Conselho Nacional para Refugiados - CONARE, em caso de refúgio; e, os pedidos de visto para residência, seguem ao Conselho Nacional de Imigração - CNIg, a quem cabe a deliberação.

Se por um lado a população em deslocamento vive um tormento, por outro há os que se beneficiam da situação, como os agentes das redes clandestinas do tráfico, que ampliam seu capital às custas do infortúnio dessa população<sup>7</sup>. Além da extorsão e de estarem debilitadas, essas pessoas necessitam travar mais uma árdua luta para regularizar a condição migratória, em órgãos oficiais, com o pagamento de taxas e de deslocamento até uma unidade da Polícia Federal. De posse do protocolo provisório, tanto os imigrantes quanto os refugiados podem providenciar os documentos brasileiros: o Código de Pessoa Física – CPF e Carteira de Trabalho, habilitando-os para concorrer às vagas de emprego, motivo primordial do deslocamento, com vistas à própria sobrevivência e dos familiares. A centralidade da busca por trabalho está expressa na busca da carteira de trabalho, visto que, no período compreendido entre 2010 e 2014, foram emitidas 35.534 carteiras de trabalho para haitianos no Brasil, constituindo o Haiti como a nacionalidade estrangeira mais presente no mercado formal de trabalho brasileiro (26,04% de um total de 136.444 carteiras de trabalho emitidas) (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016).

Diante dos interesses intrínsecos ao mundo do trabalho, aliados aos interesses atuais do Brasil na força de trabalho do imigrante, em consonância com os acordos internacionais, dos quais o país é signatário, as instituições do poder público e legislativo organizam os mecanismos para operacionalizar a condição da população imigrante e refugiada. Por conseguinte, o Brasil atua juridicamente no quesito refugiados, amparado na Lei 9.474/1997, na Convenção assinada de Genebra de 1951 e no Protocolo de 1967. No entanto, mediante a excepcionalidade do caso do Haiti, após o terremoto de 2010, o Conselho Nacional de Imigração - CNIg – órgão governamental, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego à época, cria a Resolução Normativa 97/2012 (BRASIL, 2012), que dispõe sobre a concessão do visto permanente para os nacionais do Haiti, por razões humanitárias, em decorrência do agravamento das condições de vida naquele país.

Dada a complexidade e diversidade dos fluxos migratórios que alcançam o país, tornou-se emergente desenvolver ações educativas com vistas a problematizar as categorias analíticas

---

<sup>7</sup> Pesquisas indicam que o imigrante gasta de US \$2 a US \$5 mil do Haiti até o Acre, tendo em vista essa escala de cobrança, a movimentação financeira do fenômeno, na Amazônia, está estimada em R\$ 6 bilhões, com tráfico e corrupção. A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) estima que entre 2010 e 2015 essa mesma rede recebeu a quantia de US \$60 milhões (MAMED; LIMA *apud* BAENINGER *et al.*, 2016, p.130).

e os conceitos construídos a partir do senso comum, para assegurar a integração dos migrantes à sociedade brasileira. Além de fomentar políticas públicas que atendam às necessidades imediatas dessa população, com base nas legislações de cunho humanitário, para assegurar os direitos humanos - peculiar ao visto humanitário. Para tanto, em 2013, a Resolução Normativa - RN 102 do Conselho Nacional de Imigração – CNIg (CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, 2013) revogou o art. 2<sup>a</sup> da RN CNIg 97/2012, o visto humanitário, então, passou a ter carácter especial, podendo ser emitido pelo Ministério das Relações Exteriores por meio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe (Haiti) e em outros países, além do Haiti. A flexibilização das normativas fez com que o consulado brasileiro no Haiti emitisse 500 vistos por semana, incluindo os permanentes ou por reunião familiar. No entanto, para conseguir o passaporte válido é preciso apresentar negativa de antecedentes criminais e efetuar o pagamento das taxas administrativas para emissão do visto. Tais requisitos, no entanto, são seletivos, devido às condições das pessoas e da estrutura do país. Ainda assim, na medida em que as Resoluções Normativas vão sendo divulgadas, a lista de solicitação de refúgio baseada na RN 102 tomou proporções gigantescas. De modo que, no final do ano de 2012, esgotaram-se as agendas para 2013, com um montante de 100 atendimentos por mês, totalizando 1.200 concessões ao ano.

Todavia, a resolução criada para disciplinar e ordenar a entrada dos imigrantes e refugiados tornou-se insuficiente, devido à demanda reprimida, formaram-se filas para atendimento nos postos da Polícia Federal e nos abrigos na cidade de Brasília (AC). A demanda aliada à inoperância do atendimento dos órgãos públicos competentes favorece a atuação metamorfoseada dos coiotes, que mapearam novas rotas, dessa vez via Venezuela, Bolívia e Argentina. Nesse contínuo, em 2014, Brasília vivenciou o caos novamente, reunindo em torno de 1.200 haitianos para regularizar a situação migratória e encaminhar para vagas de emprego (FERNANDES; FARIAS *apud* BAENINGER *et al.*, 2016, p. 103).

Mesmo diante das tentativas de ordenar o fluxo migratório dessa população para o território brasileiro, com a excepcionalidade e carácter humanitário, com a ampliação do acesso às instituições para solicitação de visto e o atendimento aos condicionantes da entrada legal no país, não há a integralidade do atendimento, frente à demanda espontânea desordenada. Com isso, a situação dos indocumentados perpassa amplamente a questão migratória no Brasil, está mais presente entre a população dos países periféricos, com menor poder aquisitivo, tendo os deslocados dessa periferia maior potencial de vulnerabilidade.

Situações dessa ordem, não deixam os imigrantes esquecerem da sua condição de provisoriamente e, conseqüentemente, da sua instabilidade e submissão. Esse cenário nos remete

aos ensinamentos de Sayad (1998) relativos à característica perpetuada do imigrante, quando tudo em seu cotidiano o faz lembrar da sua condição de imigrante, independentemente do tempo e da estabilidade que tenha conquistado. Essa população, sujeita às legislações em vigor, fica condicionada aos interesses nacionais aliados aos interesses do capital, que determinam as regras do mercado de trabalho, intrínsecas ao complexo mundo do trabalho. O imigrante torna-se, portanto, um ser provisório, sua provisoriedade é temporal, espacial e subjetiva, permeando seu cotidiano para além do espaço de trabalho, adentrando e enraizando-se na vida privada.

A instabilidade a que estão submetidos os imigrantes indocumentados impacta-os fortemente, gerando insegurança e levando-os a acreditar que se encontram em desvantagem em relação aos nacionais, nas diversas situações do cotidiano. Além disso, acreditam que serão deportados ou presos sem justa defesa em potenciais atos de contravenção, do mesmo modo, receiam denúncias às autoridades de controle migratório e, sobretudo, apavoram-se com a possibilidade de perder o emprego. Vimos em Villen (2016) que a situação dos indivíduos indocumentados modela a vida, o tipo de trabalho que desenvolvem e as condições a que estão submetidos (VILLEN, 2016). A falta de regularização da documentação migratória sujeita essa população a subornos, o que pode provocar o endividamento e submissão ao trabalho e demais ações da vida civil em país estrangeiro. Em modo inverso, ao ser contratado, alimenta o sentimento exacerbado de gratidão pela confiança do empregador, no contrato sem a devida documentação. O empregador, por sua vez, apropria-se e explora essa colocação em benefício próprio, resultando em trabalho passivo, sem contestação, com sujeição à clandestinidade.

Nesses termos, Flor de Pitanga nos conta que, em determinado momento, foi fazer uma faxina na casa de uma família, trabalhou intensamente, o dia inteiro, da melhor maneira,

[...] eu nunca fiz tão bem feito o trabalho, nem mesmo em minha casa, ao chegar o fim do dia, a dona da casa recebeu uma amiga e ficaram conversando, ela foi bem arrogante comigo. Eu disse a ela que havia finalizado as tarefas, ela me disse, ok, então pode ir embora, eu te ligo, para você vir receber. Eu não tinha dinheiro para nada. Ela demorou a ligar, pagou o valor que queria pagar, inferior ao valor que havíamos combinado.

A falta de documentação aliada às questões éticas e aos interesses do modo de produção capitalista revela-se, no mundo do trabalho, nas formas de apropriação e acumulação do capital, com o agravamento da desigualdade social. A acumulação da renda pelo capitalista, com expropriação do trabalho, o pagamento de salários baixos, restringem o acesso do trabalhador aos bens de consumo e as condições de trabalho são precarizadas. Características dessa ordem



podem ser notadas na narrativa de Capota Vermelha<sup>8</sup>, ao declarar que no Ecofrigo, onde trabalhava na higienização dos ambientes da produção, no ano de 2020 (período da pandemia da Covid 19), o quadro de funcionários foi reduzido em torno de 50%. O gerente do setor de Recursos Humanos da empresa justificou que a exportação de carne e derivados de suínos havia sido reduzida. No entanto, em sua avaliação, não houve redução na produção do setor, mantendo o abate e processamento, a rotina, segundo ela, não foi alterada, exceto pelo aumento demasiado das tarefas dos trabalhadores que ficaram e que acumularam as funções dos demitidos. O relato de Scarlet traduz a materialidade da ideologia capitalista, com interesses e formas de exploração e apropriação da mais valia, às custas do trabalhador, aproveitando-se das circunstâncias da pandemia e das narrativas sobre as implicações para economia do país, precarizando, dessa forma, ainda mais as condições de trabalho e aumentando a concentração de renda em mãos dos detentores do capital.

O jogo de interesses econômicos e a alta dos índices de desemprego provocam a migração desmedida em busca de novas oportunidades. Diante do contingente de reserva de força de trabalho, os capitalistas são favorecidos e utilizam-se dessa condição para ditar as regras e as condições de trabalho. Dessa maneira, estabelecem os valores a serem pagos aos trabalhadores, em especial, aos imigrantes empobrecidos, propensos a aceitar a precariedade. A sujeição às condições precárias tem bases na decisão de migrar, tomada conjuntamente com a família, que define quem reúne maiores condições para o deslocamento, levando em consideração o potencial de empregabilidade e possibilidade de retorno econômico para a casta, que usa as economias reunidas a duras penas para investir no deslocamento do familiar. Em contrapartida, o emigrante assume o compromisso moral de enviar remessas financeiras ao país de origem para a subsídio da família.

A indocumentação como fator de fragilização e vulnerabilidade, com efeitos amplos na vida social, para além da vida laboral, passa pela informalidade do trabalho, por questões objetivas e subjetivas, que são amplamente exploradas nas relações e trazem implicações imensuráveis para a vida do imigrante. Cabe destacar que em 2010, dos 18 países da América do Sul, apenas Argentina, Chile, Equador e Peru não exigiam visto para viagens turísticas dos haitianos, o que facilitava o trânsito, ainda assim, esses países não foram os mais procurados por essa população. O fluxo de haitianos pelo Equador ocorre em virtude da emissão do visto humanitário pela embaixada do Brasil naquele país, desde 2013. As representações diplomáticas na República Dominicana, no Equador e no Peru processam a demanda de visto

---

<sup>8</sup> VERMELHA, Capota. Advogada, na Venezuela, entrevistada em 29/12/2021.

especial, medida adotada pelo governo brasileiro para amenizar a migração e transporte clandestino dessa população, sujeita às mais diversas formas de exploração. Em Santo Domingo (República Dominicana), em pouco tempo, o governo parou de conceder os vistos devido ao excedente de solicitações naquele consulado, tendo em vista a concentração de nacionais do Haiti naquela ilha (MAMED; LIMA *apud* BAENINGER *et al.*, 2016, p.121).

Mesmo diante dos percalços, parte dessa população chega ao Brasil, sendo a maioria dos imigrantes e solicitantes de refúgio no Brasil do sexo masculino, jovens com nível médio e superior de escolaridade, no entanto, a presença das mulheres é significativa, principalmente a partir de 2019, com os fluxos oriundos da América do Sul e Caribe, com destaque para a nacionalidade venezuelana e haitiana. Segundo os dados de Fernandes e Faria (*apud* BAENINGER *et al.*, 2016, p. 107), a entrada mais significativa de imigrantes ocorreu pelo Acre e pelo Amazonas, no entanto, encontram-se distribuídos nas diversas regiões do país, com a região Sul concentrando 41,6% do total de imigrantes do fluxo haitiano, desses, 12,9% vieram para Santa Catarina, no período compreendido entre 2000 e 2014. Desde 2011 se estabelecem de maneira que,

A Região Sul do Brasil e o final da cadeia produtiva do agronegócio são, respectivamente, espaço geográfico e setor econômico de destaque na presença dos imigrantes. Haitianos, senegaleses e mais recentemente venezuelanos têm ocupado um lugar expressivo na empregabilidade dos imigrantes no país, em termos de admissões e demissões. Muito embora tenha sido observado o crescimento dos imigrantes registrado no país e o consequente aumento de sua inserção no mercado de trabalho formal ao longo da década, a presença dos imigrantes no Brasil continua sendo limitada. Para uma população como a do Brasil, estimada em aproximadamente 207,7 milhões, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o volume de estrangeiros registrados no Brasil é inferior a 1% da população brasileira (CAVALCANTI *et al.*, 2017).

A chegada dos primeiros imigrantes haitianos ao Estado de Santa Catarina (2012) deveu-se ao deslocamento das empresas para os Estados do Acre, Amazonas e São Paulo a fim de selecionarem imigrantes haitianos disponíveis para o trabalho. Os primeiros recrutamentos foram de três empresas distintas da Mesorregião do Vale do Itajaí, os imigrantes eram destinados a ocupar vagas na construção civil, na limpeza de vias públicas, na coleta e transporte de lixo, como garis. Em suma, os contratos iniciais de trabalho foram voltados para tarefas com uso da força física, mais tarde foram migrando para outros setores de serviços, como o comércio, com maior aceitação nos supermercados. Dessa forma, a presença dos haitianos impactou a sociedade catarinense, sendo que em 2011 não havia registro de trabalhadores dessa nacionalidade no Estado, passando para 75 pessoas em 2012, ao passo que

em 2013 já totalizavam 1.281 trabalhadores haitianos, “representando 29,3% dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho em 2013” (CAVALCANTI *et al.*, 2017).

Posteriormente, em 2014, percebe-se outro movimento migratório, dessa vez internamente, migram para a Mesorregião Oeste de Estado de Santa Catarina para ocupar vagas de emprego nas empresas frigoríficas, mediante promessas de melhores salários e alojamento gratuito. Dessa forma,

A cidade de Chapecó é a segunda cidade do Brasil que mais realizou admissões de haitianos no mercado formal de trabalho [...] atrás apenas de Curitiba - PR. Das dez cidades com maior volume de admissão de trabalhadores haitianos em 2014 no Brasil, 4 delas são catarinenses (Chapecó, Itajaí, Joinville e Blumenau) [...] (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016, p. 352).

Dados analisados por Magalhães e Baeninger (2016) apontam que o município de Chapecó, em 2014, possuía o maior número de contratos de imigrantes e ocupava o sexto lugar em demissões. No entanto, possuía bom índice de permanência, o que não implica em dizer que oferecesse as melhores condições de trabalho e remuneração. Diante dessa suposição e pelo histórico das condições de trabalho na agroindústria, com consideráveis índices de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, prioriza-se um olhar mais atento com a chegada desses trabalhadores. Vimos o destaque no jornal folha do *Diário do Iguçu*, de 06 de maio de 2014, com os dados levantados pela 12ª Procuradoria do Ministério Público do Trabalho, informando que o setor que mais afasta trabalhadores por motivo de saúde são os frigoríficos e na lista de 15 cidades, Chapecó lidera, com 23% dos casos. Dentre os principais problemas que geram afastamento constam: dores nas costas 9,73%, episódios depressivos 6,13%, fratura no punho e mão 4,26%, lesões de ombro 3,74%, fratura de perna 2,80%, hemorragia no início da gravidez 2,57%, transtornos depressivos recorrentes, 2,49%, problemas nas articulações 2,37%, fratura de pé 2,04%.

Além disso, a contratação dos trabalhadores imigrantes para os setores mais precarizados, com destaque para os haitianos, supera a forma clássica do trabalho subremunerado. Magalhães e Baeninger (2016) apontam três formas degradantes de emprego para exploração da força de trabalho do imigrante. A primeira compõe os "alojamentos" disponibilizados pelas agroindústrias contratantes, iludem o imigrante com a ideia de gratuidade, no entanto, os valores são descontados na folha de pagamento. A segunda estratégia, definida pelos pesquisadores como “alocação discriminadora” no processo do trabalho, implica em colocar os imigrantes haitianos em setores de produção de maior risco de acidentes e de doenças relacionadas ao trabalho, além de receberem salários inferiores aos dos brasileiros. A

terceira consiste na violação dos direitos trabalhistas, com a desistência consentida, mediante assinatura de contratos redigidos em português, idioma desconhecido pelo trabalhador imigrante. Nesse enredo, os três mecanismos combinados, alternados ou concomitantes resultam na extração do mais-valor e embora sejam implantados no âmbito das empresas, seus efeitos não se restringem à unidade de trabalho, mas se replicam na família e na sociedade, sob a forma de discriminação, violência e segregação (MAGLHÃES; BAENINGER, 2016, p. 356).

Isso acontece, apesar do que deve ser acatado na avaliação de risco em local de trabalho, prevista na Convenção 190 (OIT, 2019) e ONU Mulheres (2010), a qual determina os fatores que aumentam a probabilidade de violência e de assédio nas relações abusivas de poder e recomenda a adoção de medidas cabíveis para setores ou ocupações de trabalho em que a exposição à violência e assédio possa ser mais propensa, como trabalho noturno, trabalho isolado, entre outros [...]. Cabe aos gestores tomar medidas legais para proteger os trabalhadores, especialmente as/os trabalhadores/as migrantes, independentemente do caráter migratório e do país de origem. Na Convenção 190 (OIT, 2021) os termos violência e assédio no mundo do trabalho estão caracterizados como um conjunto de comportamentos e práticas inaceitáveis, que visam, causam, ou sejam susceptíveis de causar dano físico, psicológico, sexual, moral ou econômico, inclusive a violência e assédio com base no gênero pode ser aplicadas como recursos, que possibilitam o trabalhador se retirar, sem prejuízos, de potenciais situação que o exponham a riscos ou perigos iminentes, incluindo a violência e o assédio. Do mesmo modo, é assegurado ao encarregado de setor autonomia para intervir em situações como as descritas, quando ocorrem no espaço de trabalho, sob o qual tenha alguma responsabilidade.

Em relação aos trabalhadores imigrantes, inicialmente recrutados no Estado de Santa Catarina, tem-se que a maioria era do sexo masculino. Esses homens vieram para o trabalho, alimentando a expectativa de trazer a família. Com essa motivação, mesmo com os baixos salários e com muitas restrições, faziam alguma economia para custear a vinda dos demais membros da família, inicialmente a vinda das esposas, para juntos trabalharem e reunirem condições de trazer os filhos menores. O anseio de reunir a família é comum entre essa população, reproduzido no relato de Bela Emília<sup>9</sup>,

[...] Eu sai do Haiti porque lá não tem trabalho, o Haiti é complicado, eu vim aqui, porque recebo ajuda das pessoas para todas as coisas, aqui eu tenho trabalho para ajudar outros da minha família que ficaram no Haiti [...] escolhi o Brasil, porque aqui é bom. No Haiti não tem presidente, não tem nada[...] aqui é melhor. [...] eu trabalho na BRF há 4 anos, no corte, só o salário é pequeno, recebe 1.500,00 por mês para pagar aluguel, comprar comida, ajudar a família é pouco. [...] No Haiti não tem

---

<sup>9</sup> EMILIA, Bela. Haitiana, ensino médio no Haiti, entrevistada em 25/09/21.

trabalho, todos os dias tenho que ficar em casa, tenho filhos, e deixei lá, estão com papai. [...], quero trazer eles aqui!

Devido aos baixos salários e o alto custo de vida, tendo que pagar aluguel e alimentação, a realização da meta de Bela Emília, assim como a de tantas outras mulheres em condições similares, tardam a ser alcançadas. Em relação ao idioma, Bela Emília diz que encontra dificuldades para falar e compreender o português, por isso fala pouco, apenas o necessário para deslocar-se na cidade e para se relacionar na empresa onde trabalha, o suficiente para, com esforço, entender as orientações dos encarregados do setor e falar sobre sua produção. Informa que não recebe ajuda do marido para melhorar sua proficiência linguística, que o marido fala bem o idioma do Brasil, mas que ele não colabora com seu aprendizado, que só fala com ela em creole. Segundo ela, ele tem conhecimento de tudo que tem aqui no Brasil, “eu penso que ele não quer que eu conheça as leis aqui no país, ele sabe todas as leis e não fala comigo”.

Além da migração dos grupos familiares, as mulheres solteiras têm migrado sós. Partem em busca de trabalho, que são comumente divulgadas por familiares que as antecederam, cabendo destaque para a rápida e eficiente comunicação entre eles através das redes sociais. Diante do potencial alcance de trabalho, partem para reencontrar com amigos e familiares em solo brasileiro. No entanto, mesmo com o aumento do número de mulheres haitianas migrando para o Brasil, ainda há o predomínio masculino, o que se deve, em parte, à questão cultural e estrutural do Haiti, onde, segundo relatos das entrevistadas, o mercado de trabalho é restrito e está voltado prioritariamente para os homens. As mulheres tendem a permanecer em casa, tomando conta dos filhos, dos serviços domésticos não remunerados e, em casos mais específicos, associam trabalhos de comerciantes autônomas e ambulantes. Através dos deslocamentos entre as nações ou mesmo de uma região para outra, no território brasileiro, denota-se que essa população procura melhorar a qualidade de vida por meio do trabalho, mesmo que, por vezes, as expectativas não sejam correspondidas e acabem se sujeitando a trabalhos precarizados, ocupando as vagas recusadas por outros tantos, predominantemente na linha de produção nas agroindústrias de carnes e derivados, como é possível notar no município de Chapecó e região.

A presença desses imigrantes movimenta a sociedade de modo geral. Imprimem aos governantes a obrigatoriedade de discutir a criação de legislações e políticas migratórias no Brasil, no âmbito das três esferas de governo e sociedade civil, ocasionando acalorados debates, diante da divergência de opiniões. O teor das discussões também descortina o desconhecimento de grande parte da sociedade civil e de agentes públicos acerca dos direitos humanos dos

imigrantes e refugiados pactuados pelos governos e evidencia o preconceito racial e a xenofobia e apesar de tentar maquiá-los, são traduzidos nas ações de estranhamento e repulsa ao se depararem com as pessoas negras nos transportes coletivos, nas filas de espera dos serviços e no comércio em geral.

Esse meandro denuncia o preconceito étnico racial demarcado por um racismo estrutural, infiltrado nas entranhas das sociedades, negado pelas narrativas, mas eschachado nas alegações de igualdade racial e de direitos, como é o caso das cotas raciais para negros nas universidades públicas, assim como vagas de trabalho em concursos públicos. Os argumentos vão na direção de que todos os seres humanos têm os mesmos direitos, já que assim está promulgado na Constituição Federal de 1988, no artigo 7º, "Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito à igualdade de proteção da lei" (BRASIL, 1988). Contudo não podemos esquecer do triste episódio que marca a história do Brasil, a escravização de africanos, tendo sido o Brasil, o país que mais escravizou africanos e o último das Américas a abolir a escravidão. A concepção da diferença racial, com inferiorização do negro em relação ao branco, determinou a estrutura da ordem social e institucional que busca resguardar o *status quo*. Assim, a estrutura institucional e a social se retro sustentam. Com vimos em Almeida (2019):

As instituições são racistas porque a sociedade é racista [...] o racismo é parte da ordem social, não é algo criado pela instituição, mas é por ela reproduzido. [...] o racismo é uma decorrência da estrutura social [...] constituem as relações econômicas, políticas, jurídicas e familiares. Não sendo uma patologia social ou um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processo institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. [...] ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição (ALMEIDA, 2019, p.50).

No âmbito do município de Chapecó, região do Oeste de Santa Catarina, a chegada expressiva de imigrantes e refugiados afrodescendentes e latinos em busca das vagas de trabalho disponibilizadas, em grande parte pelas agroindústrias, causou celeuma e um grande incômodo nos diversos segmentos da sociedade civil e agentes públicos locais. Essas pessoas passam a dividir com os autóctones e seus filhos, os espaços públicos, institucionais e laborais, levando-os a indignar-se com eventuais benefícios sociais que possam ser destinados aos imigrantes, do mesmo modo, indignam-se por eles ocuparem as vagas de trabalho, ainda que elas já não lhes sirvam.

Para melhor compreender o estranhamento dos moradores de Chapecó com a presença de pessoas afrodescendentes e latino-americanas, é preciso fazer algumas breves considerações sobre a forma de expropriação das terras e a população originária, que ocorreu no período da

colonização de Chapecó e região Oeste de Santa Catarina, no século XX. Recuperamos a história da região, por acreditar que os princípios norteadores daquele processo persistem na atualidade na postura dos agentes públicos e da sociedade local, indicando a potencial relação com o atual fluxo migratório no município de Chapecó, formado por uma população de afrodescendentes e descendentes de indígenas, etnias que foram dizimadas na região pelos colonizadores, descendentes de europeu Italianos e alemães, desejados pelos governantes.

Ao recuperar o processo de colonização da região diante do processo migratório, na década de 1930 e os fatores de influência, Hass (1999, p. 26-27) argumenta que “[...] a estratégia de ocupação do Oeste Catarinense envolveu interesses de órgãos públicos e empresas privadas caracterizando o marco de colonização capitalista da região, com acordos evidentes da tradição coronelista local, implicando nas relações de forças na região”. Assim, historicamente, a migração que envolve essa região está fortemente relacionada às oportunidades de trabalho, monitoradas e conduzidas por empresários e pelo poder público local, a fim de atender aos interesses econômicos e ao potencial de desenvolvimento. Os colonizadores, em grande parte agricultores, descendentes de italianos e alemães, com famílias numerosas, sedentos por áreas de terras mais extensas para plantar e estabelecer-se, migraram para Santa Catarina. Estudos de Radin (2016) sobre a região apontam que a fronteira Sul do Brasil, com vasta extensão territorial e fronteiriça, ocupou lugar de destaque nos interesses do governo para ser colonizada, incluindo questões de segurança nacional. Traçado o perfil étnico dos colonizadores (descendentes de italianos e alemães) apoiados pelo governo para habitar a região tida, nas primeiras décadas do século XX, como vazio demográfico, por, pretensamente, desconsiderar a população originária da região, indígenas e caboclos, bem como julgá-los incapazes de produzir na escala traçada para o progresso e proteção das fronteiras (RADIN, 2016). Tais evidências constam nas pesquisas de Renk, na qual se vê que anterior à chegada dos colonizadores, as terras da região eram ocupadas por indígenas e caboclos, nativos da região que trabalhavam o plantio de subsistência [...] apesar dessa dinâmica de vida existente na região, ela foi considerada como vazio demográfico. Diante do pressuposto, para garantir a ocupação e posse das terras pelos colonizadores, a população originária da região foi dizimada (RENK, 2004; VICENZI 2008).

Na atual conjuntura, o movimento migratório para o trabalho nessa região, com a presença dos imigrantes afrodescendentes e latinoamericanos, dividem as opiniões da sociedade local. Por um lado, suas presenças possibilitam a exploração da força de trabalho, com pagamento de baixos salários, dado o excedente de pessoas e as condições que apresentam e, por outro, são considerados invasores, oportunistas, dispostos a tomar as vagas de emprego dos moradores locais, ocupar as vagas nas escolas, nos centros de educação infantil, os

atendimentos nas unidades de saúde e ainda são suspeitos de serem portadores de doenças transmissíveis. Assim, em âmbito da sociedade com os agentes públicos (legislativo e executivo), o conflito está instaurado. Estampado nos olhares, surgem os questionamentos relacionados aos imigrantes haitianos e senegaleses chegados no município à época (2014). Atento às expressões, para não incorrer no crime de racismo e/ou xenofobia manifestam suas contrariedades.

Diante da emergência do quadro que se apresenta com a controvérsia da demanda, as agroindústrias em busca da força de trabalho e a população e os governantes insatisfeitos com a presença da população em mobilidade internacional, passam a promover e mediar o embate/debate no município de Chapecó, aos moldes da Audiência Pública na Câmara Municipal de Vereadores, em 21 de outubro de 2014, organizada pelo vereador à época, Diego Alves (PDT). A sessão<sup>10</sup> contou com diversas entidades públicas e privadas, e a pauta versou sobre a entrada e permanência de imigrantes no país, oportunidades e condições de trabalho, direitos e deveres desses cidadãos. Os legisladores de Chapecó, buscando legitimar suas ações, promovem debates e audiências públicas, alegando a necessidade de atender à população autóctone, que exige das figuras públicas respostas relativas à chegada da população em mobilidade. Os argumentos, tanto da população como por parte dos representantes do poder público, são no sentido de não haver trabalho para todos e, sem isso, como irão sobreviver? Alegam também não haver como atender todos nas unidades de saúde e não haver vagas nas escolas para novos habitantes. Os gestores municipais argumentam que não dispõem de recursos orçamentários previstos para atender essa população em relação à saúde, uma vez que o município tem o repasse de recursos do governo federal de acordo com o número de habitantes cadastrados nos programas do Sistema Único de Saúde - SUS. Cautelosos para não ferir diretamente os interesses das empresas, prioritariamente as agroindústrias, devido à relevância delas para a economia e o destaque do município de Chapecó, pois elas são o principal setor a recrutar a força de trabalho dessa população em mobilidade, já que necessitam da força de trabalho para suprir as demandas da produção de alimentos comercializados no mercado nacional e internacional. Os vereadores tentam ser sutis, mas questionam as empresas sobre o suporte e acompanhamento que destinam aos imigrantes por elas recrutados e contratados, no que diz respeito à saúde para os funcionários imigrantes e dependentes, à moradia e ao desligamento desses imigrantes da agroindústria, pois têm receio que essa população se torne população de rua e que a responsabilidade recaia sobre os serviços públicos, o que, aliás, é de

---

<sup>10</sup> Vide ata no sítio oficial da Câmara de Vereadores de Chapecó (2014)<sup>#</sup>, com requerimento 215/2014.



competência do Estado e direito do cidadão, previsto numa gama de legislações, já nos valem de algumas delas aqui, em seções anteriores.

Particpei da sessão representando o Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul, conjuntamente com diversas entidades do município de Chapecó, na qual foi possível perceber o teor das narrativas com expressões do incômodo causado pela população imigrante à muitos dos cidadãos chapecoenses presentes na audiência, a priori, o esforço concentrava-se para encontrar uma forma de impedir a entrada de outros imigrantes e a redestinação dos que já haviam chegado. Sr. Paulo Magro<sup>11</sup>(*in memoriam*), representando a Aurora Alimentos, manifestou-se dizendo que “sem a força de trabalho dos imigrantes, seria impossível manter o nível de produção das agroindústrias” e que as demissões ocorridas, ocorreram pela falta de adaptação do trabalhador às tarefas exigidas, salientando que a empresa necessita do trabalho desses imigrantes. O Vereador João Maria, citou o vírus ebola presente, principalmente, nos países africanos e solicitou aos imigrantes senegaleses que comunicassem imediatamente às autoridades brasileiras se soubessem de alguma pessoa “portadora” do vírus com destino ao Brasil. Do mesmo modo, alerta sobre a proliferação do vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana). Situações como as relatadas implicam em violação de uma série de direitos migratórios, pois tentam impedir a mobilidade humana, fomentando o preconceito e a segregação racial.

A mobilidade humana é uma constatação mundial e os estigmas e os preconceitos se avolumam, como se a população em deslocamento carregasse em seus ombros a culpa de seu próprio infortúnio, causado por forças das quais todos são potenciais vítimas. Negros africanos e haitianos são ainda mais discriminados e postos na base da pirâmide da desigualdade social e endêmica (TEDESCO, 2020). Diversas pessoas afrodescendentes desse fluxo migratório, em diálogos temáticos promovidos pelo Centro de Referência em Direitos Humanos e Núcleo de Estudos Afro Brasileiro e Indígena - NEABI, da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó, com estudantes afrodescendentes imigrantes e nacionais, da região norte e nordeste, denunciam situações de racismo e xenofobia. De modo que no transporte público, há inúmeros relatos de pessoas que se recusam a sentar ao lado de uma pessoa negra. Há situações em que, não havendo banco livre, permanecem em pé até o desembarque. O mesmo acontece no comércio local, onde os atendentes monitoram os passos das pessoas negras, partindo do pressuposto de que os negros/as não possuem dinheiro para adquirir os produtos para estética

---

<sup>11</sup>Falecido em 18/12/2020, vítima da Covid 19.

capilar e facial afro ou mesmo as especiarias para culinária, então suspeitam que a pessoa vá roubar.

No terceiro capítulo, discutimos mais enfaticamente as questões relacionadas à interseccionalidade entre gênero, raça/etnia e classe, envolvendo as mulheres trabalhadoras nas agroindústrias de Chapecó, Oeste de Santa Catarina, que, no anseio de melhores condições de vida, perseguem oportunidades de trabalho, visto que o ingresso de trabalhadores imigrantes, homens e mulheres, no mercado formal, entre 2010 e 2014, teve um acréscimo de 126,01%, com predomínio de haitianos, o que permite dizer que o Brasil ocupa, na atualidade, lugar de destaque na escolha desses imigrantes (2016). Em meio à acolhida e ordenamento do fluxo migratório do Haiti em solo brasileiro, intensificou-se, a partir de 2018, a migração da população venezuelana em território brasileiro. Muitos aspectos relacionados à rejeição da população em mobilidade, à exploração e precarização do trabalho são comuns a ambas as nacionalidades, como podemos ver citado nas fontes haitianas e venezuelanas. No entanto, existem especificidades em cada contexto. Vale mencionar que não há a mesma gama de pesquisas relativas ao fluxo migratório venezuelano com há do haitiano, devido ao fluxo venezuelano ser mais recente.

### 2.3 MOBILIDADE VENEZUELANA: IMIGRAÇÃO E REFÚGIO NO BRASIL

Diante da mobilidade de uma fração da população venezuelana, no contexto socioeconômico devastador daquele país, tratamos nesta seção de interpretar os dados contemporâneos desse fluxo para o Brasil, levando em consideração as causas e consequências da emigração voluntária ou refugiada. Demonstramos também as fronteiras de maior acesso ao território brasileiro utilizadas por essa população, as condições de acolhimento imediato, o perfil da população envolvendo gênero e as estratégias de acesso ao trabalho e sobrevivência no Brasil. Com limite de bibliografias sobre a diáspora venezuelana, muito reduzidas se comparadas aos estudos da diáspora haitiana, deduz-se que as razões sejam por ser um processo mais recente, no entanto, o volume e as demandas apresentadas pela população em mobilidade, tem impactado a sociedade brasileira nas diversas áreas, condições essas que remetem à necessidade de estudos para compreender as razões do deslocamento, a acolhida no Brasil e as condições em que se encontram ao chegarem ao Brasil.

A proximidade dos territórios, Brasil e Venezuela, permite o deslocamento e o acesso por via terrestre, além da aérea. Esta proximidade contabiliza como um fator primordial na decisão dos rumos a serem tomados, tendo em vista que a grande maioria da população

venezuelana, em mobilidade, expressa a intenção de retornar ao país, para residir ou mesmo para visitar os amigos e familiares. Outro fator que influencia a decisão é certa semelhança no idioma, o que favorece a comunicação em território desconhecido. Contudo, entender os fundamentos dessa diáspora é de suma importância para elucidar questões geopolíticas em âmbito geral, para amenizar os conflitos e violações, às quais estão sujeitos, de modo especial as mulheres.

No caso dos haitianos, apresentados na seção anterior, com a excepcionalidade do desastre natural, não previsto na Lei de Refúgio (BRASIL, 1997), foi possível eles obterem visto temporário e autorização de residência por fins de acolhida humanitária, regulada pela Portaria Interministerial nº 27, de 30 de dezembro de 2021 (BRASIL, 2021b). Já os venezuelanos, ao chegarem ao Brasil, podem optar pela via do refúgio ou pela autorização de residência, caso não se identifiquem em situação de risco. Essa condição está regulamentada na Portaria nº 19 do Ministério da Justiça e Segurança Pública de 23 de março de 2021 (BRASIL, 2021a), operacionalizada pela Polícia Federal. A migração venezuelana aumenta, conforme se intensifica a decadência daquele país. A crise está relacionada com a desvalorização do petróleo no mercado internacional, notadamente a partir de 2014, devido ao boicote dos estados importadores, em especial os Estados Unidos, que impôs inúmeras sanções à economia da Venezuela. Esse fator acentuou ainda mais a crise econômica do país, pressionando a redução da exportação do petróleo. Com a desvalorização do produto e a queda do preço do barril no mercado internacional, como pode ser verificado nas publicações de Silva (2020), de R\$ \$111,87 em 2014 para R\$ \$ 48,07 em 2015, fez o Produto Interno Bruto do país despencar quase 4%, com isso o país entrou em declínio. A Venezuela tem a maior reserva de petróleo do mundo, sendo a comercialização do mesmo responsável por 1/3 do Produto Interno Bruto (PIB), o equivalente a cerca de 80% da receita de exportação e mais da metade do financiamento da administração pública. Como o país não investiu em indústrias e na agricultura própria, escolhendo importar os bens e produtos básicos necessários para o suprimento do país, com a crise não pode mais garantir os bens necessários à população.

Com a vultosa emigração venezuelana, o Brasil tornou-se um potencial refúgio, pois, na primeira década do século XXI, o Brasil apresentou crescimento da economia interna, impulsionando a elevação do Produto Interno Bruto - PIB, fator que contribuiu para a construção de uma imagem externa favorável ao Brasil, tornando-o um potencial destino de parte dessa população em mobilidade, que busca segurança e melhor qualidade de vida.

Com a pandemia provocada pelo Coronavírus e o fechamento da fronteira do Brasil com a Venezuela, muitos imigrantes e refugiados se lançam em travessias clandestinas para adentrar

o território brasileiro. O acesso por via aérea, desde que sejam atendidos os protocolos sanitários da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, fica mantido. Desse modo, torna-se evidente o tratamento desigual destinado aos migrantes, com favorecimento de determinados grupos que ainda reúnem melhores condições financeiras (TEDESCO, 2020).

O fluxo migratório que se desloca por vias alternativas, caracteriza-se por solicitantes de refúgio, desprovidos de recursos financeiros, como consequência, ficam mais vulneráveis e expostos a situações de risco e à fome, o que leva ao desgaste físico e psicológico, com potencial para o desenvolvimento de doenças, associado à debilidade nutricional já vivenciada no país. Em tempos de pandemia a situação fica ainda mais agravada, pois não dispõem das condições necessárias de higienização e distanciamento social. Na condição de refugiados, muitos deixam o país subitamente, sem levar documentos pessoais, mais especificamente comprovantes de escolaridade e, assim, seguem à procura de trabalho. A figura (2) retrata a fronteira territorial entre os dois países, podendo ela ser cruzada com poucos passos, já outros limitadores, podem ser intransponíveis, a julgar pela forma que são aceitos em território estrangeiro, os limites com o idioma, as possibilidades e resistências na integração com as pessoas.

Figura 2 - Fronteira terrestre entre Brasil e Venezuela – Encontros e Desencontros



Fonte: Silva (2020).

Apesar do alcance dos olhos, às margens do solo de nascença, sua condição já difere da dos que ficaram e dos sujeitos que serão encontrados em outra nação, tornou-se um imigrante, um refugiado. Nessa condição, está contida a árdua luta a ser travada para alcançar os objetivos que o levaram a migrar. Trazem consigo a responsabilidade de superar a condição de miserabilidade e reunir condições para alavancar os familiares que aguardam por seu retorno exitoso ou por remessas financeiras que promovam a melhoria de vida. O local de destino do

imigrante é carregado de subjetividades, marcado pela expectativa de superação, sem saber, muitas vezes, que o que lhe está reservado, não é o almejado.

Os refugiados venezuelanos concentravam-se, em grande parte, nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, Estado de Roraima (RR). Nas malas, poucos objetos, nos corações e mentes – saudades e expectativas em relação à travessia para o Brasil. Pacaraima, no Estado de Roraima - 22/02/2019 (imagem de Ricardo Moraes/Reuters)

Figura 3 - Território brasileiro – Esperança de dias melhores



Fonte: Veja (2019).

Devido à evidência de políticas públicas migratórias insuficientes no Brasil, o governo federal estabeleceu parcerias com a sociedade civil, instituições internacionais com representantes das Organizações das Nações Unidas, (ONU), para o acolhimento e providências imediatas na regularização da documentação, de acordo com o status migratório. Buscando contribuir para a formação de uma imagem das fronteiras geográficas de acesso terrestre para a população em mobilidade, citamos o mapa na figura 4 (página 62).

Há, entre o território brasileiro e venezuelano, 1.645 Km de fronteira seca, com apenas um ponto oficial, em Pacaraima, distante 215 km da capital de Roraima - Boa Vista, desse local até Manaus, outros 800 km. O acesso terrestre ao Brasil é relativamente curto, no entanto, é hostil. Mesmo assim, há circulação de pessoas para o Brasil por essa via, com o intuito de aqui residir ou como ponte para seguir em direção a outros países, em busca de trabalho. Nesse universo, com famílias inteiras desabrigadas e em busca de emprego, o governo federal brasileiro despreparado para atender às complexas demandas, viu-se articulando parcerias com instituições não governamentais e organismos de proteção dos imigrantes - ONU, implementando em 2018 o programa denominado Operação Acolhida, com atuação em 3 eixos

prioritários: a) Ordenamento da Fronteira – com controle do exército brasileiro; b) Acolhimento – abrigo imediato e alimentação; c) Interiorização – Deslocamento voluntário da população venezuelana para outras regiões do país, mediante Vagas de Emprego Sinalizadas – VES - (RAMIRES *et al*, 2020, p. 12).

Figura 4 - Cartografia da fronteira entre o Brasil e a Venezuela



Fonte: Poder 360 (2019).

Com essa metodologia de atuação, o eixo da interiorização encontra-se diretamente relacionado à inserção dos imigrantes no trabalho. As ações dos três eixos devem ser desenvolvidas de forma articulada, desde a acolhida com o abrigo, a documentação até a interiorização, para a qual há um grande empenho para que seja realizada rapidamente, considerando a superlotação nas fronteiras e a insuficiência de atendimento integral às famílias. No conjunto dos atendimentos, um banco de dados é alimentado e, a partir dele, os imigrantes e refugiados são direcionados para os Estados, preferencialmente onde tenham alguma referência de amigos ou vínculo familiar associados a oportunidades de trabalho. No entanto, muitos partem isolados e muitas famílias são separadas, diante da urgência de obter um trabalho e renda, assim, partem de acordo com os critérios estabelecidos pelas empresas contratantes, para as diversas regiões do Brasil.

O distanciamento dos membros da família favorece os riscos à segurança individual e fragiliza os vínculos familiares, implicando, por vezes, em traumas emocionais. Os critérios

estabelecidos pelo contratante nos processos seletivos não têm previsão de viagem do grupo familiar, limitando-se ao contratado, conforme a necessidade da empresa. As vagas são condicionadas prioritariamente para homens, jovens e solteiros. De sorte que, membros da família (filhos e pais) permanecem na fronteira, enquanto um dos membros da família, o contratado, desloca-se, em grande parte, pela organização do programa de interiorização.

Dada a grande abrangência do território brasileiro e o deslocamento do imigrante das cidades fronteiriças, em território nacional, para outros Estados brasileiros, por iniciativa própria ou por meio do programa de interiorização para o trabalho, a distância pode ser maior, do que a cidade de origem, na Venezuela até a fronteira com Brasil. O distanciamento potencializa a vulnerabilidade das famílias pelo afastamento da rede de apoio. Outra forma de fragilização dos indivíduos e grupos familiares é a forma de distribuição das vagas no sistema de acolhimento na fronteira, quando homens solteiros são acolhidos em abrigos separados das mulheres, mesmo que sejam do mesmo grupo familiar. Essa separação aparentemente pode parecer simples, no entanto, diante da condição que se encontram, torna-se um novo rompimento levando a desestabilização do grupo, que já vem enfrentando o árduo caminho da migração e encontram alicerces uns nos outros. Em relação ao programa de interiorização, a adesão é voluntária, no entanto, pela necessidade de suprimento, torna-se irrecusável. Desse modo, a aceitação das ofertas de trabalho é praticamente unânime, independente da localização. Assim, seguem deixando parte da família para trás e assumem o compromisso de que tão logo recebam o salário, vão adquirir as passagens e locar um espaço para acomodar os familiares.

Vimos as condições adversas pelas quais passam essa população, famílias inteiras deslocam-se deixando, com grande esforço, uma história de vida, amigos, familiares e bens materiais conquistados para trás. Nesse universo estão implícitas as relações de gênero, como a situação de risco/assédio sexual vivenciada por Orquídea<sup>12</sup>, haitiana que busca, por meio da mobilidade, obter melhores condições de vida e, diante das relações abusivas, torna-se fragilizada e devido aos poucos recursos financeiros, sujeita-se a diversas formas de exploração, dentre elas a sexual.

A ambiguidade nas relações de trabalho estão explícitas, especialmente em meio a população em mobilidade, migram em para trabalhar, no entanto, atuam com exposição a riscos de saúde pelo trabalho forçado ou repetitivo. Além disso, os direitos trabalhistas são poucos assegurados, não possuem o tempo suficiente de contribuição (30 anos) para aposentadoria, conforme a lei vigente, contam apenas com a proteção para Acidentes de Trabalho, Licença

---

<sup>12</sup> ORQUIDÉA. Haitiana, ensino médio no Haiti, entrevistada em 17/07/2021

Maternidade ou Paternidade, a partir de 12 meses de contribuição para o Instituto Nacional de Seguridade Social. Além do mais, as mulheres precisam disputar o espaço público, apesar de, há tempos, elas provarem suas qualidades como trabalhadoras nas diversas profissões. Os homens, no entanto, ainda têm a preferência pela colocação no mercado de trabalho, além de terem melhores salários. Na próxima seção, abordaremos outros percalços da imigração voltados ao mundo do trabalho para a mulher, num universo construído socialmente com privilégios masculinos, no qual a preferência das vagas de trabalho, em espaços públicos, ainda é, prioritariamente, direcionada para os homens, e para as mulheres, o espaço doméstico de cuidadora do grupo. Porém, quando alcançam um trabalho, elas têm remuneração inferior à dos homens e estão sujeitas ao assédio moral e sexual, devendo adotar um comportamento de subserviência diante dos empregadores, tendo em vista a emergência do sustento.

#### 2.4 CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO PARA A POPULAÇÃO FEMININA EM MOBILIDADE INTERNACIONAL

Aqui tratamos de problematizar os elementos que caracterizam a força de trabalho das mulheres imigrantes e refugiadas, a precarização das condições de trabalho e de vida delas, no que tange aos direitos trabalhistas, à inserção no mercado de trabalho, às jornadas de trabalho formal e informal e com as atribuições conferidas às mulheres ao longo de sua trajetória, como cuidadoras dos membros da família (idosos, doentes, filhos). Diante das circunstâncias vividas pelas mulheres, é preciso ter em mente as legislações e normativas estabelecidas para atender as demandas relacionadas às mulheres, o guia das políticas migratórias no Brasil chama a atenção,

La clave para que el Pacto Mundial para la Migración tenga en cuenta la perspectiva de género son los datos sobre las experiencias, los resultados y las trayectorias de todos los migrantes desde el punto de vista del género, basados en la comprensión de cómo el género influye en todas las etapas de la migración, como, por ejemplo, las vías, la incorporación al mercado laboral, el acceso a la protección social, la atención sanitaria y otros derechos humanos y laborales, y las experiencias de retorno y reintegración. (TORELLY, *et al.*, 2017).

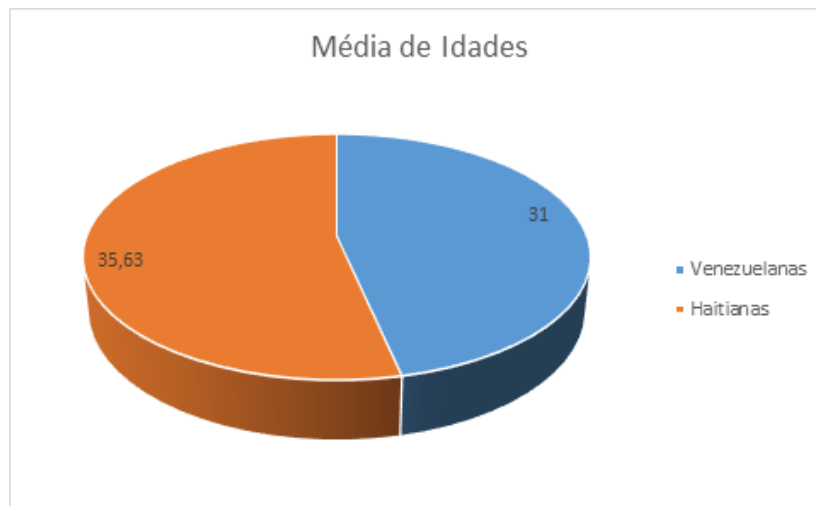
Torna-se inegável a urgência em tratar das questões relacionadas aos direitos das mulheres, considerando seu protagonismo na migração contemporânea. Segundo os dados do SisMigra, Tonhati e Macedo (2020), (69%) dessas mulheres são solteiras, e encontram-se nas faixas etárias de 15 a 25 anos (24%) e 26 a 40 anos (43%). Conclui-se, pela base de dados, que



as imigrantes que realizaram registro entre 2010 e 2019 são predominantemente jovens e solteiras.

Nesta pesquisa, desenvolvida com mulheres imigrantes e refugiadas trabalhadoras na agroindústria, das nacionalidades haitianas e venezuelanas, a média de idade consta de,

Figura 5 - Média de idades das mulheres haitianas e venezuelanas pesquisadas



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa (2021).

Observa-se, na representação gráfica, que as idades das fontes correspondem com a média nacional, apresentando idades aptas para o trabalho, as haitianas apresentam uma média de 36 anos e as venezuelanas 31 anos em média.

Em relação à entrada no Brasil, por solicitação de refúgio, na segunda metade da década, 2016 a 2019, houve um aumento de 89,5% dessas solicitações. Tendo em vista serem as venezuelanas a despontar, com (60.574) solicitações, a partir de 2019 são a maioria no reconhecimento da condição para refúgio pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE, 2020). Já as solicitações das mulheres haitianas totalizam (10.671). “A predominância é masculina entre as solicitações de refúgio, 59% homens e 41% mulheres. No entanto, em 2019, foram registrados números mais próximos entre homens (55%) e mulheres (45%). Dentre as mulheres, as venezuelanas chegaram a 70% do total de solicitações, seguidas das haitianas com 18,6% e das cubanas com 4,6 % em 2019” (TONHATI; MACEDO, 2020, p. 133).

No período compreendido entre 2010 e 2019, houve notório acréscimo na emissão de carteiras de trabalho para mulheres imigrantes, com 3.722 em 2011, em 2019 houve um salto para 39.813 emissões, o equivalente a um aumento de 970% comparado com 2011. Em 2016,

as haitianas abarcam 46% das emissões dentre as imigrantes. Já em 2018, as venezuelanas despontam, atingindo 117% das carteiras de trabalho emitidas no Brasil. Em 2019, 63% foram para venezuelanas, seguido das haitianas com 20%. Dessa forma, podemos certificar que a procura por trabalho tem sido a determinação das mulheres imigrantes (TONHATI; MACEDO, 2020). Com a carteira de trabalho em mãos, de imediato elas buscam uma colocação no mercado formal de trabalho, dessa forma têm assegurado os direitos trabalhistas. Nessa relação, Tonhatti destaca as regiões com mais contratações. Com destaque para a região Sudeste, com maior índice de contratações, apresentando um total de 75.688 admissões (2010 - 2019), nessa soma, o Estado de São Paulo lidera, com 53.851 das admissões e 50.726 dos desligamentos, com saldo de 3.125 postos de trabalho ocupados por mulheres imigrantes no decorrer da série. Em 2019, São Paulo se manteve estável, reunindo 27% das admissões de trabalhadoras imigrantes no país (7.522). Contudo, os Estados de Santa Catarina e Paraná apresentaram saldo superior ao estado de São Paulo, finalizando o ano de 2019 com 1.809 e 1.109 postos de trabalho respectivamente e o Rio Grande do Sul com 1.047. O saldo para o Estado de São Paulo ficou em 1.062. (TONHATI; MACEDO, 2020).

Nesse meio, denota-se que as mulheres que chegam ao Brasil, estão diretamente relacionadas ao mundo do trabalho, no entanto, dados apontam para o alto índice de rotatividade laboral, fator que favorece a vulnerabilidade das mulheres imigrantes, pois com poucas garantias trabalhistas e desprovidas de reservas, dependem do salário mensal. Dentre as questões que se originam diante desse quadro, estão: por que a demissão da mulher? Em que ordem está colocada? E por quê?

As contratações alimentam as estatísticas e o deslocamento das mulheres e têm influência no conjunto da sociedade, no âmbito familiar e individual. Com isso, entendemos que o método da micro-história, na história social, ao analisar as situações específicas de determinado segmento ou grupo de pessoas, promove a compreensão daquele universo e favorece a projeção para uma escala maior, como se aplica ao contexto das mulheres imigrantes contemporâneas no mundo do trabalho. Ademais, é relevante observar o patamar de ocupação das mulheres, pois elas ainda ocupam 30% a menos dos postos formais, se comparado aos homens imigrantes que estão no mercado de trabalho formal. Outro aspecto considerável, no que tange ao perfil e qualificação, é a escolarização, prevalecendo a formação de nível médio completo. No entanto, tal quesito não é levado em consideração na hora da contratação, como acontece nas agroindústrias, campo de maior empregabilidade na região Oeste do Estado de Santa Catarina. O que pode ser comprovado através da fala de um imigrante haitiano, na ata da audiência pública na câmara de vereadores de Chapecó, em seu depoimento ele diz ter formação

de nível superior, mas em seu cadastro está registrado, deliberadamente, como analfabeto, com o argumento de o nível escolar ser irrelevante para o cargo de contratação.

Pesquisas em Tonhati e Macedo (2020) indicam, a partir dos dados elaborados pelo OBMigra (2020b), com base nos relatórios e cadastros - Relatório Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Previdência Social - RAIS, Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED – do Ministério do Trabalho e Previdência, indicam um movimento nas ocupações das mulheres, sendo as que mais foram empregadas foram as venezuelanas e estão nas atividades de serviços auxiliares no comércio e administrativo. Valemos-nos dos dados e apontamentos feitos por Tonhati e Macedo (2020), para lançar um olhar sobre a questão de gênero e raça/etnia imbricada nas condições das mulheres imigrantes contemporâneas, no mundo do trabalho no Brasil, com ampla desigualdade social e de gênero.

Denota-se que a diferença salarial entre homens e mulheres do Norte global - termo que remete aos países mais ricos - é de 33,6%. Entretanto, no comparativo salarial, entre mulheres trabalhadoras do Norte Global com as trabalhadoras do Sul Global - que reúne os países mais pobres - a diferença é estonteante - tomados os dez maiores rendimentos- somam 83% em desfavor das mulheres do Sul Global. Vimos que a desigualdade social nas dimensões de gênero, raça/etnia e classe estão diretamente relacionadas aos países de nacionalidade e apresentam-se como elementos fundamentais para analisar a inserção das mulheres imigrantes no mundo do trabalho no Brasil (TONHATI; MACEDO, 2020, p.148). Tomando por referência a proporção que assume a imigração feminina, a atenção voltada à proteção dos direitos das mulheres é urgente. Primeiramente, adotar os pactos internacionais dos quais o Brasil é signatário e a postura sobre a questão do gênero, conforme a Constituição da República Federativa de 1988, art. 5º, inciso I, determinado que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (TORELLY *et al.*, 2017)<sup>13</sup> e não tardar em apresentar medidas para o alcance do amplo universo das relações de gênero, envolvendo raça/etnia e classe, ainda mais quando estão relacionadas à imigração e ao mundo do trabalho. Muitos avanços já podem ser contabilizados: normativas, legislações nacionais e pactos internacionais em defesa e proteção da mulher, no entanto, a vigilância deve ser constante. Importantes conceitos e textos de leis embasam medidas para a efetivação da Política de Migração e Refúgio no Brasil e,

---

<sup>13</sup>Para verificar as principais fontes de dados oficiais no mundo, sobre gênero e imigração consultar Guia sobre Gênero e imigração (ONU 2021, p. 11)

Recomenda-se a utilização do conceito de violência de gênero conforme definido no artigo 2º da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres da Assembleia Geral da ONU, de 1993: Considera-se que a violência contra as mulheres abrange, mas não se limita, ao seguinte: [...] b) violências físicas, sexuais e psicológicas ocorridas na comunidade em geral, incluindo estupro, abuso sexual, assédio sexual e intimidação no trabalho, em instituições educacionais e em outros locais, tráfico de mulheres e prostituição forçada; c) violência física, sexual e psicológica perpetrada ou tolerada pelo Estado, onde quer que ocorra (TORELLY *et al.*, 2017, p.115).

Ainda no deslocamento, o assédio sexual contra mulheres e meninas não é incomum, praticado por coiotes, por outros imigrantes e até mesmo por agentes públicos. Não bastando os entraves do percurso, as relações no âmbito familiar também podem assumir caráter perverso, como consta na narrativa de Orquídea, hoje com 32 anos, há nove anos no Brasil, tendo sido assediada sexualmente pelo padrasto, no deslocamento do Haiti para o Brasil.

Essas circunstâncias, apesar de não estarem diretamente vinculadas a um contrato trabalhista, estão profundamente vinculadas ao mundo do trabalho, quando a necessidade de trabalhar para suprir necessidades básicas se sobrepõe ao direito da criança e do adolescente, e promove o deslocamento dos indivíduos, com o objetivo primordial de acessar vagas de emprego, expondo-os a situações como as vivenciadas por Orquídea. Situações dessa natureza estão de acordo com as considerações de Sayad (1998), ao asseverar que o imigrante é um ser total, que sua condição deve ser considerada a partir dos motivos do deslocamento e tudo que o envolve, incluindo a acolhida no país de destino.

Aliado a isso, está a política de migração e refúgio no Brasil, quando determina que ao ser identificada situação de violência de gênero, deve ser assegurada à vítima autorização para permanência no país e acompanhamento junto às políticas públicas, com providências para inserção no mercado de trabalho, independente de seu status legal no país. Ainda consta na Convenção sobre Violência e Assédio 2019 da International Labour Organization (ILO) (OIT, 2019), o reconhecimento dos direitos a um mundo de trabalho livre de violência e assédio com base no gênero, podendo incorrer em violação dos direitos humanos com ameaça à igualdade de oportunidades. Nessa perspectiva, reconhece a notabilidade do desenvolvimento da cultura de trabalho, com base no respeito mútuo e dignidade do ser humano, cabendo aos integrantes a responsabilidade de promover um ambiente geral, com tolerância zero à prática do assédio. Estabelece sentenças para amenizar os impactos da violência doméstica no mundo do trabalho, possibilitando a concessão de licença para as vítimas de violência doméstica; acordos de trabalho com certa flexibilidade favorecendo a segurança da vítima; proteção temporária contra demissão; avaliação de riscos no trabalho, encaminhamentos para as políticas públicas de proteção à mulher vítima de violência doméstica (OIT, 2019).

Logo, as relações que permeiam o mundo do trabalho são de alta complexidade, tanto mais, quando envolvem as relações de gênero e migração. Isso tudo se desenvolvendo em uma sociedade com bases no sistema econômico capitalista, com apropriação da mais valia, promovendo a concentração de renda e exclusão social. Além disso, a sociedade constitui-se nos princípios patriarcais com predomínio da soberania masculina, com lugares determinados para a ocupação de homens e mulheres, cabendo às mulheres os espaços privados. Portanto, a inserção da mulher, especialmente a das afrodescendentes e com descendência indígena, nos moldes da cidadania moderna, com igualdade de direitos e oportunidades, está no horizonte utópico.

As discussões apontadas seguirão sendo tratadas na interpelação entre os tópicos. No capítulo três, as análises centram-se na compreensão das formas de desenvolvimento sócio econômico de Chapecó e o dinamismo das Agroindústrias. Traz um breve apanhado do período de colonização da região e o incentivo aos colonos descendentes de italianos e alemães, vindos do Rio Grande do Sul, subsidiados, em parte, pelos governos, com a meta de promover o desenvolvimento da região Oeste de Santa Catarina, considerada um vazio demográfico e salienta o tratamento destinado à população originária da região. Isso, para melhor compreender o *modus operandi* da elite local na relação com a economia e o desenvolvimento da região, fortemente ligados às agroindústrias.

Nesse universo, figura a imigração contemporânea, por sua vez, dispostos a vender a força de trabalho, estando sujeitos a precarização das leis trabalhistas e as condições de trabalho. Situação que os diferencia da imigração protagonizada pelos colonizadores, que possuíam pequenas áreas de terra para moradia e cultivo, mesmo financiadas a longo prazo, essa condição lhes assegura condições mais favoráveis. Enfatizamos as particularidades na disputa do espaço público, atentando para o perfil pesquisado, mulheres imigrantes, negras e latinas, descapitalizadas na luta pela sobrevivência. Com esse paradigma, buscamos compreender a forma de organização social da região Oeste de Santa Catarina, frente à imigração contemporânea.

### **3 PROTAGONISMO SOCIOECONÔMICO DA AGROINDÚSTRIA EM CHAPECÓ: DA GÊNESE À CONTEMPORANEIDADE**

Passa pela transversalidade da pesquisa, entender a estrutura socioeconômico da região, com os preceitos das agroindústrias locais, uma vez que figuram como destaque para a economia da região, sendo elas as principais empresas contratantes da força de trabalho das mulheres imigrantes contemporâneas, objetos de investigação nesta pesquisa. Sendo assim, neste capítulo, fizemos um breve apanhado, guiado pela linha do tempo, das agroindústrias em Chapecó, contemplando as bases socioeconômicas e políticas para suas instalações.

Dessa forma, evidenciamos as características populacionais marcantes em Chapecó nas décadas iniciais da colonização da região (1930 - 1950), envolvendo o lugar prioritário ocupado pelos colonos descendentes de imigrantes alemães e italianos. Ainda que esta pesquisa esteja centrada na história do tempo presente, retoma-se aquele contexto, por acreditar que de certa maneira e a seu tempo e modo, alguns princípios permanecem embasando as relações contemporâneas, realçados com a chegada da imigração afrodescendente e caribenha, tendo a última, ancestralidade indígena.

Procuramos também evidenciar os precursores do setor agroindustrial na região e o crescente alcance do mercado interno e externo, com a identificação da vanguarda, compreender as determinações econômicas e produtivas que norteiam a dinâmica atual, incluídas as contradições envoltas nos mundos do trabalho envolvendo as trabalhadoras imigrantes contemporâneas. Nesse universo, estão intrínsecas as relações de gênero construídas socialmente ao longo da história, com destinações dos espaços públicos e privados a serem ocupados por homens e mulheres numa relação de forças hierarquizadas. Urge, portanto, entender em que condições se encontram as mulheres imigrantes afrodescendentes e latinoamericanas contemporâneas, ocupando um espaço público masculinizado, aliado ao privado, destinado à mulher.

#### **3.1 O CONTEXTO DO SURGIMENTO DAS AGROINDÚSTRIAS EM CHAPECÓ, OESTE DE SANTA CATARINA**

Nesse momento, voltamos um breve olhar para o período de colonização da região Oeste de Santa Catarina (1930 - 1950), mais precisamente, para a formação dos primeiros frigoríficos e subsequentes agroindústrias, levando em consideração o contexto e as mudanças de características pelas quais o Brasil passava – de país agrário para industrializado, tendo em vista

o declínio das oligarquias agroexportadoras de São Paulo e Minas Gerais e a ascensão do setor industrial, que iniciou nos anos 30 e consolidou-se nos anos 60. Foi nesse contexto que as empresas agroindustriais se desenvolveram na região Oeste do Estado de Santa Catarina, recebendo, inclusive, incentivos fiscais e orçamentários dos governos.

Os colonos eram descendentes de italianos e alemães, vindos, em sua maioria, do Rio Grande do Sul e migraram para a região em busca de áreas de terras mais extensas e com valores mais acessíveis àqueles praticados naquele Estado, buscando acomodar suas famílias, com muitos filhos e com vigor no trabalho, para acumular certo capital. Chegando à região, os colonos adquiriram áreas de terras através das colonizadoras que, por sua vez, apropriaram-se das terras que pertenciam aos caboclos e indígenas, mas que não dispunham as escrituras das terras, por terem outra noção de propriedade. Essa população originária não concebia as terras como propriedade privada, mas como meio para produção e subsistência das famílias, praticava o cultivo diversificado e rotativo, como a caça e pesca, criação de pequenos animais, coleta de frutos e sementes, preservavam hábitos nômades, deslocando-se no território, como forma de preservar a terra, respeitando o ciclo de que necessita para se restabelecer. Essas terras foram então comercializadas mediante contrato de compra e venda. As negociações contaram com incentivos dos governos, como condições facilitadas para o pagamento, mediante financiamentos a médio e longo prazo, oportunizando o pagamento com a própria produção. O incentivo do governo se deu movido por seu próprio interesse no desenvolvimento e modernização da região, aliado aos impulsos da sociedade local para deter o poder e vantagem econômica. Dessa forma, os cargos públicos são distribuídos entre os pares, com indicação de apoiadores na base territorial, sendo que Serafim Enoss Bertaso, representante da Empresa Colonizadora Bertaso, assumiu importantes cargos de representação política da região Oeste de Santa Catarina, em meados do século XX (PETROLI, 2008, p. 44).

O incentivo do governo, para o desenvolvimento da região, destinava-se aos colonos, tidos como trabalhadores incansáveis, determinados a enriquecer, reunindo as características idealizadas pelos governantes para enfrentar a árdua tarefa do desenvolvimento regional. Com essa concepção de trabalho, foi sendo construída e apropriada pela população do Oeste a narrativa do trabalhador forte, as custas de muita privação e exploração da força de trabalho. Essa condição remete à reflexão da subjetividade da categoria trabalho, perpassa os antepassados europeus do final do século XVIII e são reproduzidas nos discursos locais contemporâneos. Para o colonizador do Oeste, o progresso seria possível através do árduo trabalho do colono. Dessa maneira, a exaltação do trabalho constitui o imaginário local, ainda na atualidade. À época, o colono era tido como o símbolo do trabalho, enaltecido como o bravo

para construir o Oeste catarinense (PETROLI, 2008). As atitudes do colonizador, diante da meta estabelecida pelos governantes e elite local, de disciplinar as práticas, os hábitos e comportamentos da população originária, isso porque, conforme as narrativas, para construir uma cidade moderna, em pleno sertão, seria de extrema importância educar a população de acordo com os princípios praticados nos centros urbanos mais desenvolvidos do país. As práticas disciplinares correspondem ao sistema racional de organização do tempo e do espaço e ao controle do tempo, sendo a disciplina uma expressão do próprio poder sobre os corpos (PETROLI, 2008).

As narrativas são reproduzidas para construir o imaginário social. Providas de sentidos, centralizam os objetivos do colonizador e utilizam mecanismos estratégicos para indução de valores e expectativas, idealizando uma concepção de mundo. Em Chapecó, a classe dominante, por meio da imprensa local, atuava no campo da subjetividade, para disseminar o ideário do progresso da região, que deveria ser encampado pelos colonos, em nome do patriotismo. A ideia de modernização agradava à elite local do Oeste, pois através dele havia a possibilidade de conseguirem investimentos por parte do poder público pela valorização do trabalho, atendendo à meta do governo de Vargas, que primava pela urbanização e valorização do trabalho e do trabalhador, em consonância com os colonizadores que buscavam “transformar o sertão oestino, tornando possível a cidade e a modernidade em Chapecó” (PETROLI, 2008, p. 135). O discurso da elite chapecoense pautava-se na importância da modernidade, que trazia consigo um sentido transformador das vidas e sociedades. É paradoxal porque rompe com o tradicional para recriá-lo, a partir das influências sofridas, nega os saberes acumulados pela população para ceder espaço a novos paradigmas. A narrativa mais prestigiada pelo colonizador era a de homens comprometidos com a transformação, que propunham a modernidade para Chapecó, tendo os colonos, demasiadamente dedicados ao forte trabalho na região, recebido do então Presidente Getúlio Vargas, reconhecimento e credibilidade, ao classificar a marcha para o Oeste como o sentido de brasilidade de seu povo (PETROLI, 2008), isso, associado ao fato da política do branqueamento da população, em vigor na época, com influências eugenistas de que a raça branca deveria se sobrepor à população mestiça brasileira.

Com a comercialização das terras da região, os indígenas e caboclos, que não dispunham de recursos financeiros para adquirir terras, foram forçados a tornar-se agregados dos novos proprietários das terras, que antes pertenciam a eles e a seus ancestrais, sob ameaça de morte, em caso de resistência. O que ocorreu em muitos casos, uma vez que nas cláusulas contratuais constava como critério que as terras fossem entregues “limpas” (sem habitantes). Diante disso, os indígenas e caboclos rendiam-se ou então deslocavam-se para regiões longínquas,



desabitadas, para tentar um recomeço. Ao migrar, os grupos de famílias colonizadoras portavam traços culturais comuns, como a habitação em pequenas propriedades de base familiar, caracterizadas pela policultura de produtos básicos, como milho, feijão e trigo para subsistência das famílias, com ênfase na suinocultura, industrialização de carnes e derivados de suínos. Muito embora o processo de colonização fosse centrado na produção para o consumo, teve impulso capitalista, com propriedade privada da terra, a ética do trabalho, busca da riqueza e preservação do sentimento religioso (CORAZZA, 2015).

Já nas décadas de 1940-1960, o Oeste catarinense abrigava grandes indústrias. Nesse complexo agroindustrial, em 1970 e 1980, alcançam um patamar de bom desenvolvimento tecnológico, contando com modernas estruturas tecnológicas e com boas formas de relação com fornecedores de matéria prima, com a utilização do sistema de integração entre a indústria e agricultores e com a relação que estabeleceram com o mercado, além de outros fatores (RADIN, 2019).

Nas décadas de 1960/1970, a agricultura familiar foi impulsionada com a proposta de integração da indústria frigorífica no Oeste do Estado, tornando-se, assim, especialista na exportação de carnes de suínos e aves. Com bases econômicas e sociais comuns, a agricultura familiar, com atividades permanentes e com a criação de suínos, contribuiu em grande medida para a sustentação da economia do oeste catarinense, originando o processo de acumulação. Então, foram fundados os primeiros abatedouros e frigoríficos de suínos, sequencialmente,

Em 1940 [...] Sadia e Perdigão; Em 1952, o Chapecó, e em 1956, o Seara. Já em 1962, foi a vez do Frigorífico Itapiranga e, em 1969, a Cooperativa Central Oeste Catarinense, com sede em Chapecó. De início, o principal produto industrial era a banha, enquanto a carne era vendida na forma de linguiça ou como carne salgada, pois não havia meios para conservá-la (CORAZZA, 2015, p. 305).

O setor agroindustrial tomou dimensões ampliadas a partir do excedente de produção e comercialização na região central do país, com grande demanda de alimentos, dado o crescimento populacional.

A integração e a consolidação do capital industrial, o desenvolvimento econômico da região Oeste Catarinense passa a ser conduzido pelas grandes e médias empresas do setor alimentício, como Perdigão, Sadia, Chapecó, Aurora, Seara [...], a indústria de alimentação catarinense, centrada no Oeste do Estado, contempla as principais empresas brasileiras do setor (CORAZZA, 2015, p. 306).

De modo que, na década de 1960, o município de Chapecó despontou como referência na região, na produção de carnes, sendo que em 1964 produziu 63.564 cabeças de suínos, com participação de 48,4 % na economia local. Produzia-se e abatia-se gado, ovelha e outros

animais. A produção da carne suína, no entanto, liderava a produção e comercialização, especialmente da banha, utilizada no preparo de alimentos, uma vez que não havia, à época, produção de óleo vegetal. O ramo da indústria, já se colocava como potencial produtor e gerador de empregos, com 467 operários contratados (ALBA, 2002).

A produção de Chapecó e região foi sendo organizada de acordo com os interesses dos capitalistas, com forças produtivas locais – força de trabalho. Os agricultores mantiveram a cultura para atender à demanda local e o excedente era comercializado. Com isso, o capital, já de forma madura em termos globais, encontrou lastro nas bases regionais, com a força de trabalho dos migrantes do Estado do Rio Grande do Sul. Sendo assim, os indígenas e caboclos, cuja forma de produção era voltada para o próprio sustento, não eram interessantes para os capitalistas. Pode-se dizer que a pequena propriedade rural foi a responsável pela acumulação de capital de alguns comerciantes locais, que, por sua vez, direcionaram-no para a formação dos primeiros frigoríficos da região. As pequenas propriedades agrícolas, em sua essência, favorecem o sistema capitalista industrial devido ao modo de produção integrado que viabiliza o controle ideológico das agroindústrias sobre as propriedades e os padrões de produção, levando o agricultor a depender da empresa (ALBA, 2002).

Mesmo assim, o processo de integração das agroindústrias à agricultura familiar apresentou certa resistência, desenvolvendo-se de forma lenta, mas progressiva. Os primeiros contratos foram desenvolvidos na informalidade, nas relações comerciais entre os agricultores e frigoríficos. Contudo, no decorrer do período, foram gradativamente tomando caráter de maior rigor e formalidade, exigindo o cumprimento de regras e normas em favor dos interesses dos frigoríficos. Com o intuito de fidelizar o agricultor às empresas, constavam, nas cláusulas contratuais, o uso de insumos, orientações técnicas e estruturas físicas determinadas pela equipe de técnicos das empresas. Para atender às exigências criteriosas das empresas e adequar as estruturas da propriedade para a continuidade da parceria e produção, os agricultores, muitas vezes, aderiam aos recursos financeiros disponibilizados pela empresa e, dependendo da necessidade de melhorias, o valor fornecido tornava-se elevado para o poder aquisitivo das famílias e o prazo para quitação da dívida tornava-se demasiado longo. Enquanto o saldo devedor não fosse quitado, os bens ficavam alienados ao financiador e o agricultor sujeito às imposições das empresas. Além da vinculação do produtor à empresa, a concorrência também fez com que as menores empresas fossem absorvidas pelas maiores, dentro da lógica capitalista de concentração e acumulação do capital.

Nessa perspectiva, o frigorífico Marafon foi vendido para a Aurora e a Ceval concentrava a extração e refino de óleos vegetais, transformando a região em um oligopólio

agroindustrial. Tanto que “no início da década de 1970 existiam 23 frigoríficos em Santa Catarina, já na década de 80, restaram apenas sete grandes frigoríficos, incluindo as cooperativas”. Aqui Alba deixa transparecer a concentração de determinado ramo produtivo em mãos de grandes empresas (ALBA, 2002). Outro marco para a expansão agroindustrial da região Oeste de Santa Catarina foi a organização da Cooperativa Central Oeste Catarinense, no ano de 1969, por indicação do Banco do Brasil, cujo objetivo era tratar da industrialização e comercialização da produção agrícola da região, incluindo os cooperados e os criadores de suínos. Mais tarde, ela passa a chamar-se Cooperativa Regional Alfa, como a conhecemos nos dias atuais. No âmbito dessa cooperativa, foi fundada uma outra cooperativa com a especificidade de industrializar produtos derivados de suínos, a Cooperativa Central Oeste Catarinense, à qual a Cooperalfa é integrada (ALBA, 2002).

Contudo, nos anos 1990, com a globalização e predomínio do conglomerado, que compõe o sistema capitalista, foi implementada uma profunda reestruturação envolvendo as agroindústrias do oeste catarinense e a agricultura familiar. Os condicionantes do modelo excluíram muitos pequenos suinocultores do processo produtivo, por não reunirem as condições estabelecidas para aderirem ao projeto. O novo modelo de reordenamento da agroindústria na região influenciou a urbanização da região, em especial a de Chapecó, tendo em vista que as famílias que não se adaptaram às imposições para a integração com as agroindústrias deixaram o campo e ocuparam as periferias das cidades. Nesse sentido, em 2010 o índice de urbanização de Chapecó girava em torno de 92%, considerando o êxodo rural do próprio município e, mais intensamente, dos municípios do entorno. Com isso, ocorreram transformações no mundo do trabalho, incluindo a ocupação das vagas de trabalho nas agroindústrias locais por agricultores, antes produtores e fornecedores da matéria prima, agora empregados trabalhando em troca de parcos salários mensais (ALBA, 2002; CORAZZA, 2015). No bojo da dinâmica capitalista globalizada, vigora a tendência à automação industrial, com o uso de máquinas semi automatizadas, reduzindo, assim, a mão de obra humana à metodologia de operação em linha de produção, com forte tendência à terceirização dos serviços de alimentação, transportes, higienização, entre tantos outros. Vimos, na narrativa de Flor de Liz<sup>14</sup>, a vulnerabilidade do contrato terceirizado. Ela informa ter sido contratada pelo Serviço Social da Indústria - SESI para trabalhar no refeitório da BRF, que atende com contrato terceirizado, no entanto,

[...] eu fazia de tudo, a higienização, tudo [...] me contrataram para preparar alimentos, (rsrs) mas não falaram a verdade, os serviços eram diversos e o salário, também não foi o que combinaram comigo. Eu estava doente, com infecção urinária, e não podia

<sup>14</sup> LIZ, Flor de. Venezuelana, Técnica em enfermagem, na Venezuela, entrevistada em 19/02/2022

faltar, eu já tinha duas faltas, com a terceira, eu receberia uma suspensão, então pedi para sair antes que isso acontecesse, não queria perder meus direitos. Eu não estava bem, pedi para sair, quando fui fazer o acerto, me disseram que eu não tinha direito a nada porque pedi para sair e porque era uma cooperativa, não sei, não entendi, mas saí sem tratamento e sem pagamento dos direitos trabalhistas.

Sequencialmente, no processo de automatização da indústria, no final da década de 90, em 1997, a Sadia investiu num sistema divisórias internas, de forma a isolar as linhas de produção. Com essa disposição dos ambientes, o trabalhador passou a operar em setores segmentados, impedindo a visualização do conjunto da produção, resultado do seu trabalho. O distanciamento entre os trabalhadores implica nas relações sociais, potencializa a desarticulação dos setores, pelo individualismo e disputas, com o estabelecimento de metas de produtividade. Além de que a falta de entrosamento entre os setores influencia de forma negativa na identificação da classe trabalhadora, os turnos ampliados são decisivos para impedir o contato entre os trabalhadores. A dinâmica de troca de turno ocorre de forma a não permitir tempo ocioso tão pouco contato entre os trabalhadores. Nesta perspectiva a empresa fez adequação das condições dos ambientes com climatização e ampliação de turnos, administrando-os de modo a conduzir o trabalho ininterrupto, aumentando a produção para um patamar de grande escala e com redução de até 80% da força de trabalho humana, condições estas que levam ao alto índice de adoecimento dos trabalhadores, além de gerar um potencial de reserva de força de trabalho, utilizada pelo capital como peça fundamental nos arranjos para definir as condições de trabalho e os valores atribuídos a ele. Quanto à experiência do trabalho setorizado, na linha de produção em agroindústria, Flor de Pitanga, declara que uma mulher sozinha necessita buscar trabalho para sustentar seus filhos, buscar moradia, alugar um sítio e, por isso, sujeita-se a esse trabalho,

[...] eu comecei a trabalhar na BRF! Não foi fácil a princípio, eu passei por muitas coisas, existem pessoas ruins e pessoas boas. Ali tinha uma monitora difícil, a gente dava tudo de si no trabalho, fazia o trabalho certo [...] eles me ensinaram o trabalho quando entrei, porque era um trabalho que nunca na minha vida eu tinha feito. Eu cortava peru, trabalhava na área de corte de peru, frango, evisceração, era o que eu fazia todos os dias [...]. Eu chegava em minha casa com muita, muita dor em meu corpo, eu trabalhava das duas da tarde, chegava em casa a uma hora da manhã. E novamente tinha que sair de casa às 12 horas por causa do traslado até a empresa BRF. Eu trabalhava muito e por mais que trabalhasse, não era o bastante[...].

O estranhamento do trabalho em setores individualizados, com desenvolvimento de uma única atividade, sem que o/a trabalhador/a possa visualizar o resultado de seu esforço não é novidade, vem de Marx (2010) a discussão da alienação do trabalho pelo trabalhador. Dessa forma, o trabalho, mesmo com equipamentos de alta tecnologia, torna-se, cansativo e

desprovido de sentido, tornando o trabalhador explorador de si mesmo e sem motivação para o trabalho. Ainda assim, com vistas à inovação e tecnologia para o desenvolvimento econômico e expansão da região, o Estado apoiava os investidores locais com recursos financeiros através de financiamentos do Banco Nacional para o Desenvolvimento Social - BNDS - e através de subsídios aos empresários do ramo das agroindústrias, como exemplificado abaixo:

Para a instalação da unidade em Chapecó a Sadia recebeu algumas vantagens, como isenção fiscal de 5 anos, doação do terreno pela Prefeitura Municipal e financiamento junto ao BNDS, através de linhas de crédito. No decorrer do tempo houve muitos incentivos por parte do governo federal e estadual (ALBA, 2002, p. 91).

Os empresários também ocupavam cargos nos governos, com manobras articuladas para garantir os interesses econômicos e políticos através da manutenção do poder (ALBA, 2002). A Sadia e a Perdigão, conjuntamente, articularam a sociedade e buscaram grandes centros consumidores e mercado internacional. Ao se fundirem, elas formaram a Brasil Foods, consolidada no mercado, compondo o quadro das grandes empresas controladoras do setor de alimentos, sejam: Bunge, Brasil Foods, Aurora e Marfrig (CORAZZA, 2015). Esse movimento articulado entre as forças políticas e econômicas, elegeu e sustentou no poder proprietários de grandes indústrias, que elevaram a região Oeste de Santa Catarina ao patamar de “maior parque Agroindustrial da América Latina” (ALBA, 2002, p.62).

O contínuo processo de inovação nas agroindústrias provoca mudanças estruturais que implementam um Cluster industrial, que representa a união de características semelhantes e complementares concentradas, com vistas à inovação e ao aumento da produtividade, colaborando entre si para maior eficiência. Nesse modelo, os serviços são terceirizados e as empresas tradicionais, de grande porte, concentram o processamento de carnes e produtos finais (CORAZZA, 2015). Faz parte desse processo estratégico das agroindústrias, a inovação tecnológica, com novos equipamentos para abate e processamento das carnes (cortes desossados, temperados, evisceração de aves) e derivados, que são mecanicamente preparados com uso de equipamentos operados por trabalhadores (as), com excedente de produção, de acordo com a demanda imposta pelo mercado consumidor interno e externo. As tecnologias de melhoramentos acompanham o processo. Os laboratórios qualificam as análises com vistas a assegurar o controle da qualidade do produto para o consumo e o aumento da produtividade, que abrange desde os aviários até o abate e produção, agregando maior valor aos produtos (ALBA, 2002).

A dinâmica adotada pelas agroindústrias tem relação direta com a qualidade de vida e saúde do trabalhador vinculado a ela. A carga horária extenuante e métodos repetitivos de

trabalho são grandes vilões para a saúde do trabalhador, ocasionando Lesões por Esforço Repetitivo - LER e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho – DORT. Como podemos verificar na narrativa de Lírio da Paz<sup>15</sup>, que trabalha na sala de cortes de frango, com faca, na Aurora Alimentos, ao mencionar que, apesar de atuar há pouco tempo na empresa, já está muito cansada, porque o trabalho é demasiado forte e continuado, por longas horas. Em suas palavras:

Sinto muita, muita “dolor” em minhas mãos, os dedos incharam. Minha mãe falou para fazer massagem e pôr as mãos de molho na água quente, eu faço assim[...] Quase não tenho forças para torcer as roupas da máquina, já que não centrifuga, apenas lava. Lá na empresa o processo é muito, muito rápido e a gente não pode parar, tem que trabalhar rápido, não pode deixar passar nenhum, porque senão falam para você que não pode deixar passar, que tem que fazer “*la cosa muito bem*”, se não pode ir para casa. Eu acho que está certo, eu digo que és forte, mas nós viemos para cá trabalhar, então eu agradeço pela oportunidade. E tenho que cobrir todas as necessidades de meus filhos, então preciso me *acostumbrar* ... devagarinho a gente vai conseguir. No entanto, eu acredito que não deveriam deixar as *personas num solo sitio* pois de repente, pode ter uma medida distinta, deveriam trocar as pessoas para ver qual seu maior desenvolvimento, sua maior habilidade, não a deixar em um *solo sitio* trancada, trancada, porque se “*Se la persona aqui no és mui buena*, em outro lugar *puede ser*”. É a primeira vez que trabalho fora de casa, pois tenho dois filhos (gêmeos especiais), que demandam atenção em tempo integral, por isso estou sofrendo. Mas quando eu conseguir outro trabalho, eu posso sair de lá. A mi gustaria de *trabajar* em casa, com la costura, daí poderia olhar meus filhos e ganhar *un dinero*.

Conquanto, o método assumido para maior produtividade, com baixo custo e maior valor agregado ao produto vai além das práticas das agroindústrias, perpassando pelas práticas das empresas de diversos ramos, para contemplar a lógica capitalista de mais valia e acumulação de capital. Reduzindo, inclusive, direitos dos trabalhadores, ampliando a carga horária, exigindo maior rendimento e desempenho nas funções. Com esse esquema, as empresas conseguem reduzir o número de trabalhadores contratados, o montante de trabalho, no entanto, deve ser mantido e sempre com esforço para a ampliar a produtividade. O Manual de Ergonomia (BRASIL, 2017c), explica as adaptações para o desenvolvimento do trabalho humano:

Sempre que o trabalho puder ser executado alternando a posição de pé com a posição sentada, o posto de trabalho deve ser planejado ou adaptado para favorecer a alternância das posições. Neste ponto constata-se o compromisso da NR-36 com um processo de inovação na normatização brasileira, ao incluir no texto da norma um conceito que já era conhecido há décadas pela ciência, qual seja, que a alternância de postura é melhor do que uma postura fixa, seja em pé, seja sentada. O recomendável, para fins de manutenção de uma qualidade de postura, é que a alternância não se dê após longos períodos em postura estática, mas, sim, no máximo, a cada 1 (uma) hora.

---

<sup>15</sup> PAZ, Lírio da. Ensino médio, Venezuela, entrevistada em 31/10/2021

Esse tempo poderá ser menor dependendo da avaliação ergonômica, das características da tarefa e das condições de trabalho (BRASIL, 2017c, p. 20).

Como é possível observar, há uma lacuna gigantesca entre o que prevê o manual e o que relata Lírio da Paz, isso nos leva a crer que não há uma fiscalização e controle eficientes por parte dos órgãos competentes, tão pouco o cumprimento da determinação por parte das empresas, sobrecarregando, assim, os trabalhadores para atender aos avanços tecnológicos de maior produtividade. Ainda que “a revolução tecnológica [...] tenha em seu bojo promovido mudanças na sociedade, na vida e no trabalho, os seres humanos foram conduzidos para novas maneiras de viver e de trabalhar” (ALBA, 2002, p. 101). Com essas reflexões introdutórias, o texto segue, nas próximas seções, com o esforço para demonstrar o destaque ocupado pelas agroindústrias e as determinantes para o fluxo migratório laboral contemporâneo, envolvendo a região Oeste de Santa Catarina nos dias atuais.

### 3.2 PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS E REDIMENSIONAMENTO DO TRABALHO COM A MECANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Neste tópico, refletimos sobre as interferências dos avanços tecnológicos que levam à mecanização do trabalho nas agroindústrias, com um olhar crítico voltado às determinantes do modo de produção capitalista e os redimensionandos no mundo do trabalho e, conseqüentemente, na vida do trabalhador. O relato de Jasmim do Caribe<sup>16</sup> apresenta parte desse modo. Ela disse que trabalhou apenas um ano e três meses na BRF, no setor de refile de perna, coxa e sobrecoxa de frango, onde se ocupava em retirar o osso e o excesso de pele, sendo a produção dessa mesa somente do tipo exportação, com destino para o Japão.

[...] Eu não queria sair de meu trabalho, só que eu estava doente já, por causa de uma constante, uma sola *funcion* que estava desgastando meus tendones, minhas mãos e não quiseram trocar-me. Assim tive que sair embora[...] Eu queria trocar de áreas, mas eles tomavam mais em conta os brasileiros do que os venezuelanos. Eu falava assim: eu posso entender que são *su paisano*, são brasileiros são pessoas com muito mais anos de trabalho, mas eu estou pedindo, não porque não me *gusta* de *trabajar*, mas sim porque eu estou ficando doente! estou apresentando uma situação para a empresa, e vocês deveriam tomar uma providência[...] porque és *un trabajo muy* constante, *muy* puxado de produção, aí não se trabalha por quilo, se trabalha por toneladas.

Com as invenções da robótica e microeletrônica, muitas inovações relacionadas ao mundo do trabalho têm sido apresentadas para o mercado produtor, no entanto, muitas delas

---

<sup>16</sup> CARIBE, Jasmim do. Técnica em Segurança do trabalho industrial, na Venezuela, entrevistada em 19/02/2022

não favorecem o trabalhador, que foi parcialmente substituído pela produção mecânica, reduzindo as vagas de emprego. E aos que permanecem, é exigido um esforço redobrado para atender às qualificações exigidas para operar os equipamentos, bem como executar o trabalho mecânico e repetitivo. Nessa mesma lógica, a força de trabalho é apropriada pelo capital e a ela é atribuído o valor que ele, o próprio capitalista, determina. Através da fala de Flor de Liz, quando menciona o motivo de sua saída da BRF, onde trabalhava na cozinha, com contrato de trabalho terceirizado pelo SESI Alimentos, é possível notar o excedente de horas trabalhadas, a apropriação do tempo pelo capital e o salário pago.

Eu saí porque é muito trabalho para o que *lo recibe*, [...], e muitas pessoas entram como auxiliar de cozinha e fazem o contrário, não fazem o trabalho para que foram contratados e tem que limpar o chão, jogar o lixo, e isso acontece com o venezuelano, porque o brasileiro fala que entrou para fazer uma só função. Então nós que somos venezuelanos temos que fazer *la funcion* general, aparece um trabalho, tem que lo acer. E muitas coisas aconteceram. Eu fiquei doente de tanto, estou padecendo [...] não tive auxílio nenhum para o tratamento, aqui no centro de saúde, tão pouco querem atender, porque acham que estou indo só porque não quero ir ao trabalho, não é assim não[...].

As informações de Flor de Liz explicitam que as atribuições previstas nos contratos trabalhistas nem sempre correspondem à realidade e por vezes os imigrantes se quer se apropriam dos termos contratuais devido à barreira linguística. Além disso, demonstra o excedente de horas trabalhadas, não pagas, que são apropriadas pelo empregador, potencializando mais valor para o contratante. Ao passo que o trabalhador deve arcar com os gastos com tratamento de saúde, para amenizar os danos causados pelo trabalho e para estar apto a voltar para ele. Além disso, a inovação e tecnologias tendem a reduzir a contratação de pessoas e ampliar os investimentos em equipamentos. Contudo, para operá-los, é indispensável a força de trabalho humana. À medida que as tecnologias vão ganhando expressão, a concorrência no mercado vai tomando proporções desleais, forçando a produção e a queda nos preços, causando, assim, a redução do valor do salário pago ao trabalhador. Nesse universo, baseado na produção com a inovação tecnológica, existem as empresas de pequeno porte que não conseguem acompanhar o ritmo estabelecido e são absorvidas pelas grandes potências, como o ocorrido com alguns frigoríficos da região Oeste de Santa Catarina, e produtores de matéria prima, que incapazes de alcançar a atualização exigida, são excluídos do processo.

Diante disto Alba (2002) situa que,

O avanço técnico e científico que poderia ser visto como positivo para o avanço da humanidade e facilitador da vida e sociedade, acaba sendo um problema e fonte de exploração e lucro, pois a atual sociedade é organizada para não estabelecer um limite na acumulação da riqueza privada. Então, em vez de os avanços científicos e



tecnológicos estarem à disposição da sociedade são apossados por um número cada vez menor de grupos de pessoas no mundo, deixando milhares sem o conhecimento e acesso às inovações realizadas e outros milhões à mercê das condições de vida em sociedade, na pobreza, sem as mínimas condições de vida (ALBA, 2002, p.110-11).

Essas interferências na organização de vida das famílias implicaram em mudanças estruturais e culturais da população envolvida, levando à perda da autonomia no processo produtivo de consumo e administrativo da propriedade e a prejuízos indiretos no empoderamento do grupo. Tedesco (2020) alerta sobre as características do desenvolvimento capitalista como produtor de intensas e profundas desigualdades sociais. Esse modelo fomenta o consumo e a concentração de pessoas em zonas urbanas, vivendo em condições precárias, ao passo que concentra a renda, gera um excedente de produção e apropria-se do tempo do trabalhador. As visíveis alterações no âmbito das famílias podem ser notadas na narrativa de Jasmim do Caribe, que teve a sua rotina de convívio com os filhos alterada, fragilizando os vínculos familiares. Além do desgaste físico com o trabalho, diz que o trabalho na agroindústria exige grande parte de seu tempo, implicando no seu distanciamento dos filhos, como a impossibilidade de acompanhar a rotina dos mesmos na escola ou mesmo em casa, com atividades extraclasse, informa que fica em torno de 12 horas fora de casa, [...] Não dava para compartilhar com meus filhos [...] quando precisava ajudar minha filha com as tarefas da escola, eu não podia escrever, eu não podia fechar minha mão [...].

É provável que nas relações do mundo do trabalho, em contexto capitalista globalizado, com o fomento a imigração e a desestabilização dos trabalhadores, haja exploração da classe trabalhadora, com produção e reprodução das desigualdades sociais. Este universo contraditório, promove o estrangulamento do sistema econômico e social de determinada nação em detrimento de outra numa relação de forças desigual para atender aos interesses do mesmo modo capitalista. Nesse jogo de interesses e forças, consta a mobilidade humana meticulosamente articulado com as relações de gênero, raça/etnia e classe, denotando a presença das mulheres, sobre isto tratamos na seção a seguir.

### 3.3 TRANSPONDO LIMITES - IMIGRAÇÃO PELA GLOBALIZAÇÃO

Constata-se a presença de mulheres imigrantes desde o Brasil colônia, no entanto, vem sendo intensificada à medida que a globalização assume dimensões ampliadas. As mulheres transcendem múltiplas fronteiras e migram em busca de melhores condições de vida para si e para seus familiares. Essa motivação implica em subjetivações, ressignificação de ideais e

pertencimento, impactados e transformados pelas relações sociais estruturadas pelo capitalismo, que determina globalmente questões econômicas e políticas, formando um gigantesco mosaico humano disposto de forma a atender aos seus interesses, dentre eles a mobilidade humana. Vimos no relato de Heliconia Rostrata<sup>17</sup>, que ela ao chegar em Roraima com o pai, um irmão e uma irmã, teve a informação de que os homens solteiros são abrigados em alojamentos separados; os homens casados poderiam permanecer juntos das esposas, surpresos e desejando muito permanecerem juntos, informaram no cadastramento que seu pai era seu marido, como não houve uma conferência mais rigorosa sobre as informações prestadas, seguiram juntos para o mesmo alojamento, assim sentiam-se mais fortalecidos e protegiam um ao outro. Heliconia Rostrata relata ainda um exemplo da materialidade dos potenciais traumas psicológicos sofridos por essa população. Na Venezuela, ela ocupava-se de um cargo no exército, o pai era microempresário do ramo de monitoramento eletrônico, contudo, grávida de três meses, decidiu sair da Venezuela acompanhada pelo pai, um irmão e uma irmã, sem comunicar o marido, que era contrário à emigração. Então fez os preparativos em sigilo, com bastante brevidade, de comum acordo com o pai e os irmãos. Precisava partir antes que a gestação pudesse ser percebida, buscava um lugar mais seguro para ter seu filho, com recursos para tratamento de saúde e acesso à alimentação adequada.

No entanto, ao chegarem no Brasil, na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, deparam-se com condições de abrigo desoladoras e alimento insuficiente. Passaram a pedir ajuda nas avenidas da cidade, impossibilitada de retornar ao país, devido a seu vínculo de trabalho, era considerada desertora, só lhe restava seguir. Seu pai entrou em choque diante das dificuldades, ficou inerte durante dias, de olhos fixos no teto do abrigo onde se encontravam, com o auxílio de psicólogos, reagiu e seguiram [...].

O impacto sentido com a mobilidade envolve a reestruturação da família, que passa por determinado tempo de amadurecimento e adaptação, pois deixam uma história de vida construída. As trajetórias de vida das pessoas são muito diversas, para além das relações afetivas, constam formação, profissão, posse de bens materiais, também citados por Jasmim do Caribe, que menciona ter migrado de seu país, a Venezuela, em busca de melhores condições de vida, uma vez que o país entrou em declínio. Dadas as condições, teve que deixar uma carreira e trabalho como técnica em Segurança do Trabalho Industrial e a empresa de movimento de terra, que possuía em conjunto com seu marido, com a crise no país, seus negócios foram inviabilizados, emigrando, assim, para um recomeço. Os relatos de Heliconia

---

<sup>17</sup> ROSTRATA, Helicônia. Militar da Aeronáutica na Venezuela, entrevistada em 28/07/2021

Rostrata e Flor do Caribe instigam o conhecimento sobre a presença e intensidade das mulheres nos fluxos migratórios com especificidades, porém continuados.

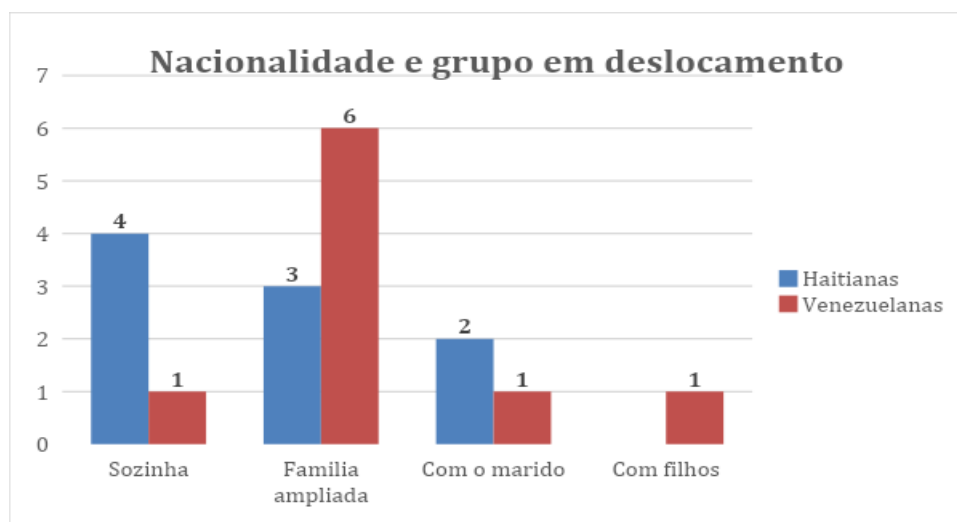
Na fase migratória para o Brasil, na década de 1970, segundo Pinsky (2020), o fluxo de mulheres foi menos intenso do que a cafeeira, na década de 1930, atualmente,

Os deslocamentos populacionais são frutos diretos das consequências do conflito: a difícil tarefa de reconstrução nos países atingidos por ele, a reorganização internacional do trabalho e os acordos políticos celebrados por organismos internacionais que passam a orientar o movimento de refugiados e deslocados de guerra (PINSKY In PINSKY & PEDRO, 2020, p. 172).

Com a globalização nos anos 1980, as migrações internacionais para o Brasil são notadas no contexto mundial. A globalização econômica/financeira foi difundida, mas a globalização das pessoas não, não foi e tão pouco é aceita até os dias atuais. Caracterizando-se pela ampla diversidade de raça/etnias e classes sociais, as mulheres aumentam sua participação no movimento migratório, deixando de ser apenas as acompanhantes dos maridos, para se deslocarem individualmente a fim de adquirirem qualificação da formação e construírem carreiras profissionais (PINSKI, In PINSKY & PEDRO, 2020).

Com relação ao grupo em mobilidade, no universo pesquisado, prevalece o deslocamento das mulheres de forma individual, ou seja, desacompanhadas dos maridos e as solteiras. Esse dado se aplica, predominantemente, às mulheres haitianas - em oposição às venezuelanas - cujo deslocamento ocorre em companhia da família ampliada, com marido e filhos, como podemos observar no gráfico abaixo.

Figura 6 - Nacionalidades Deslocadas Oeste de SC



Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa (2022).

Dentre os problemas enfrentados pelas mulheres imigrantes pesquisadas, com maior ênfase no caso das haitianas, está a falta de domínio do idioma (português), o que limita o acesso ao mercado de trabalho, potencializando a condição de vulnerabilidade dessa população. Como vimos no primeiro capítulo, devido à falta de domínio do idioma, essas mulheres estão sujeitas à exploração e manipulação nos contratos trabalhistas. Para enfrentar questões dessa ordem, Elias<sup>18</sup> informa que um grande diferencial no atendimento às mulheres, foi a oferta do curso de português para estrangeiros, desenvolvido pela Pastoral em parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, a qual viabilizou professores e estudantes do curso de letras em espanhol para ministrarem aulas para os imigrantes haitianos, por serem eles a chegar nos anos de 2017/2018. Dentre eles, em torno de 80 a 90% são homens, jovens. As mulheres vieram depois, com dificuldades ainda maiores. O empenho, então, foi tentar auxiliar essa população com a necessidade mais imediata, que era o aprendizado do idioma português, viabilizando, dessa forma, as relações sociais. Inicialmente, as aulas de idiomas eram frequentadas por, mais ou menos, 80% de homens, “Já em 2019, pouco antes de iniciar a pandemia, tínhamos revertido esse quadro, o público passou a ser de 70/80% feminino. Apenas em torno de 20% eram masculinos”. Segundo Elias, o trabalho de sensibilização para que as mulheres participassem foi intensificado, uma vez que os homens haitianos demonstraram forte resistência à participação das mulheres. Contudo, ao perceberem a qualificação dos professores aliada aos bons resultados no aprendizado, eles foram cedendo e indicando o curso para as mulheres e, assim, o quadro foi sendo revertido.

Situações semelhantes às observadas por Elias, relativas às limitações que as mulheres imigrantes enfrentam com o idioma, Dhália disse ter pouco conhecimento sobre o idioma português, o que dificulta sua relação com as pessoas, sabe apenas para se dirigir ao trabalho. Lírio da Paz narrou outra situação gerada pelo desconhecimento do idioma. Ela contou que, em determinado momento, ao chegar no Brasil, com restritas condições econômicas e com quatro filhos, impossibilitada de comprar o alimento necessário, em certa ocasião lhe foi oferecido café da manhã, ela, sem entender, disse não, obrigada! Mais tarde, ao saber que se tratava do “*desjejuno*”, ficou desolada, sem acreditar que havia agradecido comida, estando assim, com tanta fome.

Vê-se que o desconhecimento do idioma toma dimensões incalculáveis, indo da possibilidade de não reconhecer quando alguém oferece alimento, mesmo sendo muito

---

<sup>18</sup> NARDI, Elias de. Coordenador da Pastoral do Imigrante Diocese de Chapecó, entrevista em 24/02/2022

desejado, até à relação com o mundo do trabalho, onde a imigrante/trabalhadora recebe orientações sobre suas atribuições e condições contratuais, sobre os direitos, deveres e assina contratos, muitas vezes redigidos em desfavor do trabalhador, isentando o contratante de suas responsabilidades para com o contratado. Num universo marcado por interesses antagônicos, legislações e normativas vão sendo implementadas com o objetivo de ampliar a produção, com garantias mínimas para o trabalhador. Assim, foi publicada a Portaria do MTE nº 555/2013, que aprova e regulamenta a Norma Regulamentadora - NR 36 (BRASIL, 2013). A partir dessa normativa, passou-se a fazer a inspeção do trabalho com base nas disposições do documento. A partir de 2014, conforme prevê a normativa, foram realizadas capacitações para 50 Auditores-Fiscais do Trabalho, de todo o país, sobre a normativa, visando a implementação da norma e adoção de procedimentos comuns na fiscalização padronizada nos Estados. A norma estabelece os requisitos mínimos para a avaliação, controle e monitoramento dos riscos no desenvolvimento das atividades na indústria de abate e processamento de carnes e derivados, de forma a evitar posturas nocivas, que causem danos à saúde do trabalhador, de modo a promover a segurança, a saúde e a qualidade de vida no trabalho.

Mesmo que a normativa, estabeleça que se adote a rotatividade e cuidados preventivos com a saúde do trabalhador, evitando o esforço repetitivo, Jasmim do Caribe narra que em sua rotina de trabalho as atividades são inalteradas, se estiver trabalhando com faca, desossando, permanece naquela função durante todo seu expediente, não existe a rotatividade de atividades, o trabalho deve ser desenvolvido em setor fixo e constante. Os relatos sobre o cotidiano no trabalho denunciam a contradição entre as normativas e as efetivas práticas, o que indica a necessidade de vigilância permanente e denúncia das irregularidades aos órgãos competentes, com vistas a assegurar a saúde dos trabalhadores nos setores da produção agroindustrial.

Apesar da norma dizer que “a higienização e a limpeza constante também fazem parte das obrigações trabalhistas da empresa, visando à integridade física e à saúde do trabalhador” (BRASIL, 2017c, p. 32), os riscos são constantes e nem sempre os direitos são assegurados. Temos, no relato de Capota Vermelha, a exposição à contaminação a que esteve sujeita durante um expediente de trabalho, quando a bexiga de um suíno em processamento foi rompida, e o conteúdo líquido (urina) caiu sobre ela no momento em que fazia a higienização do chão daquele ambiente. Segundo suas informações, o animal estava contaminado com "sarna", uma enfermidade que é notada por lesões no couro do animal, com o ocorrido, a orientação que obteve foi a de tomar um banho imediatamente. O Manual de Ergonomia (BRASIL, 2017c) traz outras importantes orientações, com vistas a preservar a saúde do trabalhador. Consta que

diversos estudos foram considerados para se chegar a um resultado aceitável de movimentos repetitivos por minuto, variando de 19 a 30 movimentos por minuto.

Face às divergências de margens apresentadas, foi instituída, em diversos países, a comissão para elaboração da NR-36 (BRASIL, 2013), os componentes da comissão entenderam ser razoável a recomendação do valor de referência máximo, para atividades de alta frequência, em até 30 ações técnicas por minuto, quando da ausência dos demais fatores de risco (força excessiva, posturas inadequadas, jornada acima de 8h, sem pausas de recuperação ou com pausas mal distribuídas na jornada e fatores de risco complementares, entre outros fatores). A contrário do que relata Jasmim do Caribe, ela declara que a prática dos supervisores não condiz com a normativa, no que tange à comunicação entre trabalhadores e supervisores, que desconsideram as reivindicações dos trabalhadores e o trato não conta com respeito devido. Segundo o Manual, a organização das atividades deve atender a boa comunicação entre os trabalhadores e os gerenciadores e entre os demais setores da linha de produção, com compartilhamento das informações (BRASIL, 2017c). Em vez disso, o que se observa nas relações de trabalho é a competitividade entre os trabalhadores e os setores, com valorização e destaque para o trabalhador com maior produtividade. Em tempos de economia aquecida no país e no mercado internacional, o dinamismo de pressão sobre a produção e o trabalhador se intensificam e impactam diretamente a vida do trabalhador. Esse mecanismo define o valor médio da força de trabalho, baseado na disponibilidade de força de trabalho para o capital e, especialmente, as condições de trabalho às quais serão sujeitos os trabalhadores. Nesse meandro, historicamente encontram-se os imigrantes.

Passamos, agora, a apontar horizontes para a população contemporânea em mobilidade.

#### 3.4 PERSPECTIVA DE TRABALHO PARA A POPULAÇÃO EM MOBILIDADE INTERNACIONAL, NA PRESENÇA DE GÊNERO

Vimos na seção anterior a dinâmica estabelecida nos mundos do trabalho, regida pelo movimento do mercado consumidor globalizado e algumas medidas adotadas por órgãos de proteção aos trabalhadores, com vistas a assegurar as condições apropriadas no trabalho em agroindústria, considerando a constância de riscos a que estão expostos. Para avançar na discussão, neste tópico refletimos sobre quais são as perspectivas de trabalho para a população internacional em mobilidade, com ênfase na atuação das mulheres, atentando para as trajetórias de ocupação que lhes são conferidas. Trata-se de problematizar os elementos que caracterizam a força de trabalho da mulher imigrante e refugiada diante da retração dos direitos trabalhistas

e da precarização das condições de trabalho e de vida dessa população. Toma-se como referência o potencial produtivo das mulheres com escolaridade de nível médio/técnico e superior, confrontadas com as efetivas oportunidades de trabalho. Com essas considerações e as narrativas das fontes da pesquisa, buscamos identificação do lugar ocupado por mulheres no mundo do trabalho contemporâneo, avaliando se são requisitadas por reconhecimento de suas habilidades e qualificações ou para preencher vagas de trabalho remanescentes, que não requerem qualificação, restando-lhes as insalubres câmaras frias.

Para ter presente a trajetória da mulher na relação com o trabalho, bem como o lugar que lhe foi destinado ao longo dos tempos, remonta-se, muito brevemente, à história do trabalho das mulheres imigrantes no Brasil, sua colocação em atividades do campo em pequenas propriedades rurais, cuidando dos animais, dos afazeres domésticos, lavando e costurando roupas bem como o preparo dos alimentos. As mulheres solteiras, nas casas dos fazendeiros, eram contratadas para desempenhar funções semelhantes às que desenvolviam na casa dos familiares. A elas eram reservadas funções de menor qualificação, com extensas jornadas de trabalho e com salários inferiores aos recebidos pelos homens, além de estarem sujeitas aos maus-tratos dos patrões. Quanto aos homens, os que necessitavam trabalhar para além das atividades na própria lavoura, buscavam trabalho na abertura de estradas e no preparo de áreas de terras para construção de novos vilarejos (PEDRO, 2020).

Contudo, no final do século XX, com a urbanização do Brasil, as mulheres imigrantes não se inserem mais como trabalhadoras nas áreas rurais e sim na zona urbana. As ocupações que costumavam ter, são alteradas. No entanto, seguem em condições desfavoráveis, buscando alternativas de trabalho para sustentar os filhos, responsabilidade que, muitas vezes, tinham que assumir sozinhas. Atualmente, as mulheres em mobilidade transitam em áreas urbanas, como trabalhadoras em serviços que não demandam capacidade intelectual, mas físicas, nos serviços gerais, de higienização e agroindústrias. Contudo, ainda encontram dificuldades na disputa das vagas de trabalho com os homens. Capota Vermelha, relata as dificuldades e limitações pelas quais passou ao buscar trabalho em uma agroindústria. Diz ter percebido, enquanto aguardava na fila para seleção de trabalhadores, que os homens estavam tendo a prioridade nas vagas. Segundo ela, a fila foi reorganizada por atendentes da empresa depois de verificarem alguns documentos e então distribuíram as senhas. Ela, ao entender a dinâmica realizada, passou a senha que tinha para o marido, que foi contratado. Ela continuou buscando a vaga, foi contratada alguns meses depois. A observação feita por Capota Vermelha, pode ser confirmada no relato do Balcão de emprego, com a Pastoral do imigrante e nos encaminhamentos dados pela própria operação acolhida, que as VSE, Vagas Sinalizadas de Emprego, dão prioridade à

força de trabalho masculina. Condição que alerta para o prejuízo das mulheres na busca por trabalho, considerando que elas estão em grande número, muitas vezes responsáveis pelo cuidado e provimento do sustento dos filhos menores e ainda enfrentam maior dificuldade de aceitação para o trabalho. Ainda em seu desfavor está o fato de que, na operação acolhida, o critério para abrigamento da mulher é de 30 dias apenas.

Tendo em vista as atribuições destinadas à mulher ao longo da trajetória, como cuidadora dos filhos e da casa, não causa estranheza que sejam reproduzidas nos contratos, já que há um excedente de mão de obra disponível. Nessas condições, o capitalista tende a arrochar as condições de trabalho, bem como o salário pago. O empregador costuma ter rigor com a assiduidade do trabalhador, e por ser a mulher a principal cuidadora dos dependentes da família, aumenta o potencial de faltas ao trabalho. Dessa forma, ela fica em segundo plano na ordem contratual. Levando em conta também que elas são jovens, em idade reprodutiva e que podem precisar de afastamento para licença maternidade, benefício concedido à mulher ao dar à luz, o qual exige o afastamento da trabalhadora por seis meses consecutivos, para cuidar do filho recém-nascido. Outro fator é a força física exigida para o desempenho de muitas das funções, como vimos nos relatos das mulheres e nas observações de NARDI, Elias. Além de notar a preferência por homens nas contratações, Capota Vermelha alega que o fato de ser imigrante, coloca-a em desvantagem na busca por emprego quando comparada aos nacionais. De acordo com sua experiência em outra circunstância, dessa vez em balcão de empregos, instituição pública municipal de Chapecó:

Eu recebi uma informação [...] de que em Chapecó tem uma central de emprego [...] com muitas vagas de trabalho abertas, lanchonete, limpeza, mas para venezuelanos, só na agroindústria. Eles não vão dar oportunidade para nós em restaurantes, lojas, não! Só para Aurora e Ecofrigo, só estas, porque BRF não está incluso aí [...] Eles tem um sistema que consta para o emprego que já te enviaram, e já na primeira vez que cheguei me apresentaram Ecofrigo e Aurora [...] havia uma folha com diversas vagas [...] mas não te dão prioridade, fui a Aurora não deu certo. Fui ao Ecofrigo, não fiquei na primeira seleção, fiquei na segunda, ainda negando ter um filho, porque a eles não interessam mulheres que tenham filhos [...] Falei que eu estava sem filho [...].

Ela conta que algum tempo mais tarde retornou àquele balcão para tentar uma vaga mais próxima de sua casa, mas no sistema constava que ela já havia sido atendida e contemplada com uma vaga na Aurora, questionaram-na se não tinha dado certo, ela informou que não! que queria sair de lá. O atendente fez menção de repetir o encaminhamento para a Aurora “[...] Eu questionei: por que não dá oportunidade para mim em outro lugar? há tantas vagas, eu não quero agroindústria [...]. Mas ele disse que só a encaminharia para lá. Tem um trato muito diferenciado entre as pessoas nativas de seu país e nós estrangeiros [...]”.



Cabe a análise de diversos aspectos envolvendo as narrativas de Capota Vermelha sobre as oportunidades e condições de trabalho destinadas às mulheres imigrantes contemporâneas. É possível confirmar os apontamentos de Capota Vermelha, quando se refere à desvantagem em relação aos nacionais, pois, muitas empresas têm como regra não aceitar imigrantes para a seleção das vagas, no cadastro de divulgação da vaga, colocam uma observação, o termo “aceita” ou “não aceita” imigrante. Assim, evidencia-se o prévio e velado estabelecimento de critérios seletivos de gênero por parte das empresas para a ocupação das vagas oferecidas, priorizando os homens para ocupá-las. Além disso, quando mulheres são previamente selecionadas, a análise da composição familiar é determinante para a efetivação do contrato, supondo a preferência para mulheres sem filhos. Essa postura fere diretamente os direitos de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e atenta, indiretamente, contra o direito da criança e do adolescente, quando a mãe deixa de ser contratada por se considerar que, em determinado momento, ela terá que se ausentar do trabalho para acompanhar filhos menores em tratamento médico, condição assegurada na legislação, destaca-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990. Outro fator que, se comprovado, incorre em crime de xenofobia, é o fato de as imigrantes serem destinadas tão somente para as vagas em agroindústrias, restringindo o direito delas à ampla concorrência, pelo fato de não serem nacionais, mesmo que a legislação dos direitos internacionais preveja a livre circulação e acesso aos bens e serviços em território brasileiro aos imigrantes.

Numa relação inversa, Julio Cesar<sup>19</sup> manifesta sua compreensão sobre os atendimentos. Declara que as pessoas e as empresas são atendidas conforme procuram o serviço, pois trata-se de um órgão público municipal, de atuação em Chapecó, com atendimento voltado aos moradores do município e para as empresas locais, as quais abrem vagas de trabalho conforme suas necessidades – elas informam o número de pessoas de que necessitam e o sexo, com isso, os atendentes relacionam a oferta de emprego com a procura por vagas e encaminham os interessados às empresas, desenvolvendo a atividade meio, com a mediação entre as partes. As vagas disponibilizadas são divulgadas através da plataforma do Balcão de Emprego Municipal. Para ocupar as vagas, quando as empresas têm um grande número de vagas abertas, não escolhem o sexo, solicitam para nós ambos os sexos [...]. Informa, “A Gente tá aqui pra ajudar, as empresas que buscam o material humano e as pessoas que estão aqui em busca de oportunidade, uma colocação ou uma recolocação no mercado de trabalho!”. Informa, ainda, que não é exigida a escolarização, o nível de formação dos candidatos às vagas, apenas ‘o

---

<sup>19</sup> SIGNORI, Julio César. Servidor público do Balcão de Emprego – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Chapecó, entrevista em 18/03/2022

material humano' é requerido, os demais critérios e providências são tomados pela própria empresa.

Na narrativa do servidor, apesar de constar que o serviço está inscrito na rede de atendimento para contribuir com ambos os lados (empresas e trabalhadores), percebe-se o cuidado para atender aos interesses das contratantes, quando fala que as empresas têm plena autonomia na escolha do perfil desejado de trabalhador e que ao serviço cabe selecionar o perfil demandado, inclusive para não perder a credibilidade com a empresa, pois se a empresa solicita determinado perfil e é encaminhado outro, o serviço perderá a confiabilidade. O mesmo cuidado não é demonstrado no que diz respeito aos trabalhadores que buscam emprego. O Balcão poderia fazer um trabalho de sensibilização junto às empresas, para que aceitassem os grupos mais vulneráveis economicamente ou por gênero. Outra coisa que nos causou estranhamento, foi a terminologia usada para se referir ao trabalhador buscado pela empresa: “o material humano”. Isso nos faz refletir sobre o tratamento dispensado ao sujeito, como mercadoria procurada pelos contratantes, que buscam nesse “objeto” - “material humano” a mercadoria que ele disponibiliza - a força de trabalho. Apesar disso, a instituição avalia sua atuação como imparcial e que busca satisfazer ambas as partes. As imigrantes, por seu lado, sentem-se prejudicadas em relação à disputa das vagas com os homens nacionais ou imigrantes e discriminadas em relação às mulheres brasileiras, sendo elas aceitas, tão somente, para as vagas que não exigem qualificação e que têm salários baixos, tendo sua formação e capacidades desconsideradas.

Em relação aos encaminhamentos para vagas de emprego, vimos, no relato de Elias Nardi, que a Pastoral do Migrante da Diocese de Chapecó não atua com centralidade nos encaminhamentos para o trabalho, volta-se, especialmente, para a acolhida humanitária, a promoção de feiras do agasalho e arrecadação de alimentos, que são distribuídos aos imigrantes recém-chegados e que se encontrem em situação de vulnerabilidade. O acolhimento envolve fornecimento de alimento e é uma medida necessária emergencial, pois grande parte dos imigrantes que chegam, neste momento especificamente a população venezuelana, não têm condições de adquirir alimento e já acumulam certa deficiência nutricional. Mesmo não tendo a centralidade para oferta e procura de emprego, algumas pequenas empresas que conhecem o trabalho da pastoral recorrem a eles em busca de trabalhadores imigrantes para atuarem em pequenas panificadoras e restaurantes. Contudo, Elias observa, através de sua atuação junto a pastoral, que

[...] para o trabalho, aqui em Chapecó os imigrantes são direcionados para a agroindústria, e a agroindústria! ela exige um certo porte físico, uma certa força e

resistência, na maioria das vezes as mulheres não se enquadram no que estas empresas buscam. Isso pode ser visto no quadro de funcionários das agroindústrias locais, mesmo nas trocas de turnos, sejam brasileiros ou imigrantes, percebe-se que são mais homens. Isso não quer dizer que não tenha trabalho para elas também, sempre tem vagas abertas, não apenas nas agroindústrias, mas fora dela também, no entanto, é necessário que as pessoas comecem a confiar nesses imigrantes. Claro que o idioma é a porta de entrada para o trabalho, somados a muitos outros cursos de formação para o público feminino seria necessário ...].

A partir dos elementos que Elias nos apresenta, é possível fazer a relação com as narrativas das mulheres que participaram da pesquisa sobre o trabalho desenvolvido por elas nas agroindústrias, declarando-o demasiadamente pesado, além do que a sua capacidade física possa suportar por tempo prolongado e sobre o modo de desenvolvimento do trabalho, contínuo e repetitivo durante todo o expediente, todos os dias. Essa condição tem provocado alto índice de adoecimento das mulheres trabalhadoras. Elas, no entanto, sujeitam-se ao trabalho devido à falta de opções, pois, ao procurarem emprego, oferecem-lhes os piores trabalhos, mais pesados e de longo expediente. Muitas das vagas nas agroindústrias, que comportam grande número dos imigrantes na atualidade, são direcionadas aos serviços de higiene e limpeza, geralmente oferecidas por meio de organizações que terceirizam os serviços das empresas, no comércio, em restaurantes e outros. Outro fator relevante, sinalizado por Elias, é a necessidade de a sociedade aceitar o imigrante, de vê-lo como um cidadão que tem o direito a migrar, ao convívio social, a acessar os serviços da rede pública disponibilizados aos nacionais e ao acesso ao trabalho, como direito de cidadania e não como se estivesse tomando algo que não lhe pertence. Ao mesmo tempo, é imprescindível reconhecer o potencial das pessoas em mobilidade, superando o estigma do senso comum que vê o imigrante como um indivíduo preguiçoso, que não deu certo em seu país, e confiar nele, reconhecendo as capacidades e contribuições que podem dar nos diversos campos, em áreas técnicas, científicas e de serviços, todas de grande relevância para o conjunto da sociedade, isso aliado aos aspectos multiculturais que contribuem em grande medida para a cultura local.

Os aspectos relacionados às dificuldades com o idioma estão presentes nas narrativas das mulheres pesquisadas, em especial na das haitianas, comprovando que o idioma é um grande dificultador das relações sociais, inclusive no trabalho. Dessa forma, procuram superar essas barreiras, aprendendo, com muito esforço, ao menos o necessário para se comunicar no deslocamento de casa para o trabalho e para compreender as atividades da rotina do trabalho. As demais relações sociais, no comércio, igreja, escola dos filhos, costumam ser desenvolvidas com auxílio do marido, de amigos ou demais familiares. Os primos, em sua grande maioria, apoiam-se mutuamente para atender as questões cotidianas. Já os homens, apresentam maior

habilidade linguística, com a compreensão do idioma, uma vez que estão, em alguns casos, a mais tempo no país, por ser de praxe a mobilidade, já tendo passado por países com outros idiomas, tomam a dianteira para as providências que as famílias necessitam, inclusive pertinentes à documentação migratória. Essa condição de dependência da mulher, deixa-a em situação expressa de vulnerabilidade, dificultando as contratações para o trabalho, o desenvolvimento do mesmo, riscos de acidentes de trabalho pela impossibilidade de leitura e entendimento de manuais ou mesmo orientações orais e nas relações familiares, deixa-a vulnerável à violência doméstica, pois não compreende as legislações e o fluxo dos serviços para denúncias relativas aos fatos.

Diante do quadro de mobilidade internacional vivenciado, é pertinente um olhar para a colocação e aceitação da mulher imigrante afrodescendente e latino-americana no campo de trabalho, na região Oeste de Santa Catarina. Elias avalia que, de certa maneira, os espaços sócio-ocupacionais ainda são de mais fácil acesso a determinados grupos, com privilégios étnicos e de gênero, com isso as oportunidades de trabalho para as mulheres imigrantes contemporâneas ainda se encontram muito restritos ao ambiente doméstico,

[...] O mercado ainda hoje está pronto apenas para receber o imigrante e destinar ele para cozinhar, fazer o trabalho doméstico [...]. Tem muitas mulheres que chegam, têm formações técnicas em enfermagem, engenheiras de sistemas, as mais variadas qualificações, de nível médio e superior [...], no entanto, não conseguem trabalho na área, é muito, muito difícil uma boa colocação[...] Em determinadas situações eu não consigo entender o motivo? Por exemplo, uma médica formada em Cuba, por exemplo, ou outro país, é compreensível, teria que revalidar o diploma pelas diferenças nas formações e características regionais, mas, uma engenharia de sistemas, acaso seria diferente aqui? nos Estados Unidos? no México? As doenças podem ser um pouco diferentes, em um país tropical para um não tropical, podem exigir um curso a mais. Mas um engenheiro de sistemas é um desenvolvedor de softwares, imagino que seja igual em todos os países [...] a tecnologia é igual para todos. Essa negação, faz com que essas mulheres, mesmo com formação superior, se sujeitem às condições que lhes são impostas [...] no trabalho como auxiliares em geral como cuidadoras de idosos e para o trabalho doméstico.

A aceitação da mulher nos espaços públicos e nas vagas de emprego está relacionada à forma como a sociedade se comporta em relação à divisão sexual do trabalho, ao racismo e à xenofobia. Denota-se dos relatos que no imaginário popular a mulher ainda deve exercer o papel de cuidadora não remunerada, no âmbito familiar e quando busca trabalho externo ao doméstico, também necessita recorrer às mesmas funções, com o diferencial de receber pelos serviços prestados, mesmo que a remuneração seja baixa. As fontes expressam vivências de racismo e xenofobia infligidos pelos colegas de trabalho, pelas chefias e pelos agentes nos encaminhamentos para o trabalho, assim como no comércio e nos trabalhos para além das

agroindústrias. Contextualmente, o Brasil foi o país das américas responsável pelo maior número de negros escravizados e o último a abolir a escravidão. Isso marca sua história com estruturas que, inegavelmente, reproduzem o pensamento tendencioso às práticas de exploração do trabalho humano, notadamente das pessoas com descendência africana. As justificativas estruturais para a persistência do racismo têm relação com a economia política fomentando o relevante debate sobre as tradições do racismo pela escravidão e colonialismo que faz com que as sociedades, especialmente as dos países periféricos, preservem os padrões mentais e institucionais escravocratas, racistas, autoritários e violentos. Além dos impactos da escravidão na composição social e econômica da sociedade brasileira, sugere-se que, atualmente, as formas do racismo são produzidas pelo sistema de economia capitalista avançado, sendo que “A escravidão e o racismo são elementos constitutivos tanto da modernidade, quanto do capitalismo, de tal modo que não há como desassociar um do outro”. A desigualdade racial constitui as relações mercantis e de classe e representam a adaptação das novas formas de acumulação do capital, bem como inovam as formas do racismo sob a narrativa da democracia com igualdade de direitos (ALMEIDA, 2019, p. 183-184).

No modelo capitalista, o aumento da produção e do lucro não implica o repasse desse aos salários. Dessa forma, pode representar um meio eficiente de controle social, diante da naturalização do pagamento de salários mais baixos para os grupos minoritários, de negras e negros, e ainda induzem os trabalhadores brancos que almejavam lutar por melhores salários a mudar de ideia. A divisão de classes e de categorias dentro das classes, com processos antagônicos, têm o racismo como veículo primordial e deve ser compreendido como parte integrante na formação da sociedade. O racismo encontra-se no patamar da imoralidade e do crime, é estrutural, transcende as relações individuais e está impregnado nas relações interpessoais e institucionais com disputa de poder, é negado na narrativa, mas naturalizado nas práticas cotidianas, com ênfase nas trabalhistas. A conduta racista não está tão somente nas ações dos indivíduos, não é comportamento individualizado, mas de determinado grupo dominante e institucionalizado que formula e determina as regras e padrões sociais que favorecem e privilegiam certos grupos sociais, no caso, os brancos (ALMEIDA, 2019). A conduta criminosa causa danos, por vezes irreversíveis, aos que sofrem ações dessa natureza. Os atos criminosos como o racismo e a xenofobia podem incorrer prejuízos para a saúde física e psicológica das vítimas. Assim, contabiliza inúmeros assassinatos bárbaros motivados por crime de racismo e xenofobia, casos que têm sido registrados com frequência nas delegacias do país e sido noticiados pelos veículos de comunicação.

No entanto, Júlio Cesar menciona que em sua atuação, junto ao balcão de empregos, não presenciou situações de xenofobia e racismo diz,

[...] Não, nunca presenciei nada em relação a isso no trabalho. Ontem mesmo tinha seleção por uma empresa e muitos eram imigrantes, de 40 pessoas 30 eram imigrantes: venezuelanos, haitianos e senegaleses - eles são aceitos por nós e pelas empresas - [...] Nós estamos aqui para ajudar, para gerar emprego e renda para a cidade, pois as pessoas trabalhando tornam a cidade mais alegre, mais feliz, pela geração de renda às pessoas [...].

A narrativa citada acima remete-nos à análise de que o racismo não se resume aos comportamentos dos indivíduos, mas é resultado do funcionamento das instituições, as quais concedem vantagens e desvantagens baseadas na questão racial e estão normatizadas pelos Estados, pois, apesar das formas de políticas dos Estados serem gerais, elas têm especificidades de acordo com as rotinização e legislações próprias. As sociedades se manifestam distintamente e materializam suas ações a partir da compreensão das formas sociais, dos modos de orientação da ação social. De modo que os conflitos raciais compõem as instituições e a desigualdade racial é uma característica da sociedade, não apenas pela ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas pela hegemonia de determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. O racismo ainda pode ter sua forma alterada, na medida da ação ou omissão dos poderes institucionais, podendo modificar a atuação, estabelecendo novas significações para raça, decisões desse porte estão diretamente relacionadas ao projeto político e de condições socioeconômicas (ALMEIDA, 2019, p. 39-40). A prevalência dos interesses econômicos do Estado está explicitada na narrativa de que uma cidade “feliz” é uma cidade com base no emprego e renda. Nessa perspectiva, as ações estão centradas na economia, no desenvolvimento, o que remete ao valor atribuído ao trabalho, a responsabilização dos indivíduos para com a manutenção do emprego, produção e renda.

Apesar do relatado acima, Capota Vermelha que as ideias não correspondem aos fatos. Ela narrou que, insatisfeita com o trabalho na agroindústria, pelas condições de trabalho, procurou outras alternativas, soube por divulgação de uma vizinha, sobre diversas vagas nos campos de higienização e alimentos. Elas, então, foram juntas ao serviço, no entanto, apenas a vizinha brasileira foi recebida e encaminhada para uma das vagas que almejava. Capota Vermelha diz que,

Depois, mais tarde [...] recebi a informação de que para estrangeiro, só a agroindústria, a informação veio do prefeito de Chapecó, que a única oportunidade que ele poderia *brindar* para nós, sendo estrangeiro, era a agroindústria porque é um serviço que infelizmente ninguém quer [...]. Na empresa poderia perguntar a qualquer brasileiro

se era de Chapecó, todos diziam que não, eram do Maranhão ou do Rio Grande do Sul, ninguém era de Chapecó, moram aqui de aluguel, mas nativo, que nasceu aqui! ninguém, porque não querem este trabalho! É um trabalho escravo! [...] eles só querem a nós no trabalho, porque eles precisam de pessoas trabalhando. Eu fiquei muito surpreendida, para nós só há esta oportunidade, agroindústria [...].

Os relatos mostram o contraste entre as informações prestadas por Capota Vermelha e Julio César. As interpretações do cotidiano são diferenciadas a depender do lugar de inserção dos protagonistas. O lugar de fala dos indivíduos diz muito sobre a rotina vivida, sobre as representações sociais, como as apontadas por Capota Vermelha ao mencionar que as instituições não levam em conta a formação dos trabalhadores imigrantes, uma vez que muitos deles chegam com qualificações e podem contribuir com a economia local, nas áreas de tecnologias, gastronomia e demais serviços. No entanto, são desconsideradas pelos contratantes, pela opinião pública, pelos agentes mediadores e pelas próprias empresas. Outro aspecto que deve ser considerado é o popular, as pessoas e os grupos que se deslocam trazem consigo saberes populares, costumes e crenças, de acordo com a diversidade cultural que envolve a etnia, a própria identificação dos povos face ao outro, fatores dessa ordem não devem ser desconsiderados, os povos não podem ser distinguidos pela nacionalidade ou raça (HALL, 2006). De modo que as oportunidades não podem se restringir, devem ser de ampla concorrência. Entretanto, os critérios que são estabelecidos vão selecionando de forma a excluir a população indesejada das vagas de trabalho. Os critérios estabelecidos para as contratações estão permeados pelo jogo de interesses políticos, econômicos e sociais, como observa Capota Vermelha, ao saber que o prefeito do município de Chapecó, gestor do Balcão de empregos, dirige-se à população em mobilidade e fala em nome das empresas, sustentando que são as agroindústrias que necessitam de trabalhadores, então serão encaminhados para esse fim. Medidas desse teor, como já vimos, desconsideram o contexto histórico de vida e singularidade dos indivíduos e processo que ocasionou o fluxo migratório, generaliza o grupo, propõe uma hegemonia inconsistente e priva a expressão da diversidade cultural.

Pode-se deduzir das informações de Júlio César o alinhamento com a política de governo para o desenvolvimento econômico do município articulado com o setor empresarial, uma vez que atua para atender as empresas, mediando os interesses da oferta da força de trabalho com as empresas que buscam o trabalhador. Já as instituições não governamentais, com atuação de cunho humanitário, como a Pastoral do Migrante, demonstram outra leitura da conjuntura social, identificam a desigualdade de acesso e oportunidades entre as pessoas nacionais e as imigrantes, reconhecendo muitas práticas motivadas pelo racismo e xenofobia, reproduzidas na sociedade, as quais determinam a aceitação ou não da população em

mobilidade. Além de considerar que as categorias de raça/etnia e classe estão presentes nas determinações dos acessos, inclusive para as vagas de trabalho, com peso maior do que a própria qualificação profissional.

Percebe-se na declaração de Capota Vermelha, que ela se sente injustiçada com o tratamento desigual dispensado aos imigrantes, pois a eles restam os trabalhos desprestigiados pela população local e pelos brasileiros que emigram da região norte e nordeste. No relato de Elias, por exemplo, é possível perceber situações que expressam um comportamento xenofóbico e muitas vezes racista,

Eu diria assim: a nossa cultura tem algo bom, (...) é acolhedora de certa maneira, no geral somos acolhedores. Mas tem uma coisa que não aparece, mas que existe, que é o racismo estrutural, essa discriminação que é nata, porque agente nasceu e cresceu ouvindo isso. Ela está lá, por mais que a pessoa até ajude, mas junto com essa ajuda vai um certo racismo, uma certa discriminação. Isto acontece não só com os brasileiros, mas entre os próprios imigrantes. Percebe-se uma rivalidade entre uma nacionalidade com a outra, mesmo entre os imigrantes (venezuelanos com haitianos; haitianos e senegaleses, cubanos, e assim, outros). A xenofobia é tão forte nas sociedades, e não é só na sociedade brasileira, percebe-se também nos nossos países vizinhos, na América Latina e Centro América, de onde são a maioria dos migrantes, é difícil [...].

Elias Nardi avalia que há um grande caminho a ser percorrido para alcançar a igualdade de oportunidades entre as pessoas, entre os diferentes povos, raças, etnias e classes sociais, “Não vamos nos iludir que no mercado de trabalho os imigrantes vão ter as mesmas oportunidades, nas faculdades terão a mesma abertura, podem até concluir o curso, mas o título terá o mesmo “valor, indaga”.

O deslocamento, a barreira linguística e o desconhecido levam muitas vezes ao isolamento, à fragilidade emocional, implicando em adoecimento físico, psicológico, sujeição à violência doméstica e, em outros casos, interfere nas relações conjugais devido ao distanciamento prolongado entre os casais e quando tornam a se encontrar, o encontro, muitas vezes, não ocorre da forma inicialmente planejada, em consequência da morosidade, das condições de saúde e pelo envolvimento em outros relacionamentos. Dessa forma, novos arranjos vão se formando, em certos casos, como estratégia de sobrevivência e apoio mútuo. O racismo nas estruturas da sociedade como apontado pela fonte, constam nos estudos de Almeida (2019) sob três concepções: racismo individualista, está relacionado ao fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou de um grupo, deve ser tratado nos termos da lei como preconceito racial, com indivíduos que agem de forma isolada, as atitudes estão ligadas ao comportamento, cabem ações educativas de conscientização sobre os males do racismo, que também é um crime, o indivíduo que praticar o racismo deve ser responsabilizado por tal



prática. Contudo, sem deixar de considerar que graves crimes de racismo ocorreram ao abrigo da lei, com apoio moralista de líderes políticos e religiosos. Concebido institucionalmente, leva em conta os estudos teóricos das relações sociais e tem como desfecho o funcionamento das instituições com vantagens e privilégios baseados na raça. A partir dos critérios estabelecidos pelo Estado, que se manifesta por meio das instituições, com estabelecimento de normas e padrões no interior das instituições, a partir das quais os indivíduos se tornam sujeitos no conjunto dos significados estabelecidos pela estrutura social, com base nas preferências são estabelecidas as regras que discutem e condicionam a desigualdade racial e de gênero, bem como a manutenção do poder econômico e a permanência do grupo hegemônico. De modo que as instituições são a materialização da estrutura da sociedade e as instituições são racistas porque estão compostas por pessoas racistas que condicionam a estrutura social, que é permeada por conflitos de classe e de sexo. O racismo decorre da estrutura social, fundamenta as relações socioeconômicas e políticas, deriva de uma história onde o racismo é regra e não exceção, onde grupos raciais são discriminados sistematicamente (ALMEIDA, 2019).

Elias Nardi ainda diz haver certa rivalidade entre as nacionalidades, mesmo que elas estejam em condições similares. Uma hipótese é que a rivalidade exista devido à disputa de vagas de emprego, à preferência de aceitação pela comunidade, aos favorecimentos das legislações, dependendo dos acordos internacionais. Diante disso, podemos perceber a notoriedade das diferenças e singularidades entre as nações e mesmo entre pessoas da mesma nacionalidade, mas de diferentes regiões de um mesmo país e classes sociais e escolarização diferentes. Evidentemente, não há uma hegemonia entre os migrantes, tão pouco uma simetria nas condições, anseios e necessidades, fatores que exigem um olhar comprometido com a essência do fenômeno. Essa dinâmica requer o exercício da alteridade, colocar-se no lugar do outro, para, mesmo diante das diferenças, procurar entender as reais condições do outro, com um olhar humanizado e condutas solícitas. O povo brasileiro tem a fama de ser um povo cortez e hospitaleiro, no entanto, as honras são dedicadas para a população europeia, com boa formação e poder econômico para consumir os altos produtos brasileiros, o mesmo não se aplica aos países periféricos, com baixo poder econômico.

Mesmo que o objetivo da pesquisa seja tratar da condição da mulher imigrante contemporânea, é pertinente recuperar, mesmo que brevemente, a trajetória das mulheres na relação com o trabalho e os seus reflexos na atualidade. Vimos em Pinsky (2020, p. 179) que:

As mulheres imigrantes que chegaram após o fim da Segunda Guerra Mundial encontram um Brasil diferente daquele do tempo do café. No entanto, todas elas vivem no mundo do trabalho e da casa, experiências até certo ponto semelhantes às das que as precederam (PINSKY, In PINSKY; PEDRO, 2020)

As mulheres imigrantes contemporâneas no Brasil, em tempos de globalização, têm experiências similares às das suas antecessoras, muito embora elas tenham vindo de lugares distintos, com costumes e comportamentos peculiares, elas vivem o processo de aculturação; de sujeição a modos de vida que implicam em prejuízo sócio-cultural. Além disso, encontram-se sujeitas a comportamentos abusivos, até conseguirem se estabelecer no local de destino. Como vimos no relato de Orquídea, que revela ter sido longamente assediada pelo padrasto durante o deslocamento e permanência nos locais de paradas estratégicas para angariar mais recursos para seguir a viagem. Em determinado momento, em roda de diálogo (2018) com estudantes internacionais no campus da UFFS em Chapecó, uma estudante comentou que por diversas vezes foi insultada, assediada em via pública, com propostas incitando a prostituição. Diante das violações às quais as mulheres são submetidas ao longo de suas trajetórias, torna-se emergente o desenvolvimento de ações socioeducativas preventivas, para construir uma cultura de direitos e respeito para com as mulheres.

Evidenciando a marcante presença da mulher no contexto contemporâneo da migração laboral, vimos nos apontamentos de Tonhati e Macedo (2020, p. 5) que no período compreendido entre 2010 e 2019, o movimento contabilizou 26.554.564 entradas e 25.360.296 saídas, constituindo um saldo de 1.194.268 imigrantes no país (Brasil), na segunda década do século XX, desses 666.367 eram mulheres e 505.901 homens. Ainda se observa que entre os anos 2016 e 2019, as imigrantes sul-americanas e caribenhas foram as que mais se destacaram no saldo das movimentações de fronteira, com as venezuelanas a despontar nas fronteiras, totalizando 116.653.

Concomitantemente, vê-se o saldo das movimentações das haitianas que, entre 2010 e 2015, somaram 17.526 pessoas e entre 2016 e 2019 chegaram a 37.082, essas pessoas receberam vistos como: residente; temporário; fronteiriço e humanitário. À vista disso, no período entre 2010 e 2019, houve um total de 268.674 mulheres registradas nos órgãos oficiais, esse número mostra o aumento da imigração de mulheres sul-americanas e caribenhas para o Brasil, a partir do final da segunda metade da década, quando as venezuelanas representavam 27% das mulheres registradas, partindo de pequenos índices para um aumento exponencial entre 2018 e 2019, fato observado também com as haitianas (TONHATI; MACEDO, 2020, p. 6).

Na segunda metade da década, 2016 a 2019, houve um aumento de 89,5% de solicitações por refúgio, com destaque para as venezuelanas, com 60.574 solicitações a partir de 2019, sendo elas a maioria no reconhecimento da condição para refúgio pelo Comitê

Nacional para os Refugiados (CONARE, 2020). Já as solicitações das mulheres haitianas totalizam 10.671, no mesmo período. Ainda assim,

A predominância é masculina entre as solicitações de refúgio, 59% homens e 41% mulheres. No entanto, em 2019, foram registrados números mais próximos entre homens (55%) e mulheres (45%). Dentre as mulheres, as venezuelanas chegaram a 70% do total de solicitações, seguidas das haitianas com 18,6% e das cubanas com 4,6 %, em 2019 (TONHATI; MACEDO, 2020, p. 133).

No primeiro semestre de 2019, o CONARE (2020) registrou 17.711 pedidos de refúgio no Brasil; já no mesmo período de 2020, foram registrados 6.608 pedidos, implicando em redução de 63% nas solicitações. Isso, hipoteticamente, é devido à pandemia da Covid 19, com riscos de morte nos países e no deslocamento, aliada ao fechamento das fronteiras terrestres pelo governo brasileiro. Ainda assim, entre janeiro e junho de 2020, as duas primeiras nacionalidades a constarem na lista de solicitação de refúgio, foi a população venezuelana com 10.472 solicitações, seguida pela haitiana com 6.008 (CONARE, 2020; PARISE, CARVALHO, PEREIRA *apud* TEDESCO, 2020, p. 84).

No mês de junho (2020), no Brasil, em torno de 37 mil venezuelanos foram reconhecidos como refugiados; estima-se que cerca de 264 mil estejam vivendo no Brasil e, desses, mais de 170 mil estejam em situação de vulnerabilidade (OIM, 2020; ACNUR, MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020; TEDESCO, 2020). Segundo o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), órgão ligado à ONU - Organização das Nações Unidas - o Brasil tornou-se o país com maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina, tendo em torno de 43 mil pessoas reconhecidas atualmente como refugiadas e ainda uma demanda reprimida de aproximadamente 200 mil.

No período compreendido entre 2010 e 2019, houve notório acréscimo na emissão de carteiras de trabalho para mulheres imigrantes, tendo sido emitidas 3.722 em 2011; em 2019 houve um salto para 39.813 emissões, um aumento de 970%, se comparado a 2011. Em 2016, as haitianas abarcavam 46% das emissões dentre as imigrantes. Já em 2018, as venezuelanas despontam, atingindo 117% das carteiras de trabalho emitidas no Brasil. Em 2019, 63% foram para venezuelanas, seguidas das haitianas, com 20%. Dessa forma, podemos certificar que a procura de trabalho tem sido o mote dessas mulheres imigrantes (TONHATI; MACEDO, 2020).

Com a confecção da carteira de trabalho, de imediato buscam uma colocação no mercado formal de trabalho e, dessa forma, alimentam a expectativa de terem assegurados os direitos trabalhistas. Diante desses dados, Tonhati e Macedo (2020) destaca as regiões com

mais contratações, a região Sudeste ocupa o maior índice de contratações, apresentando um total de 75.688 admissões (2010 - 2019); desse total, em São Paulo aconteceram 53.851 admissões e 50.726 desligamentos, com um saldo de 3.125 postos de trabalho ocupados por mulheres imigrantes no decorrer da série. Ainda nessa análise, tem-se que, em 2019, São Paulo se manteve estável, reunindo 27% das admissões de trabalhadoras imigrantes no país (7.522). Contudo, os Estados de Santa Catarina e Paraná apresentaram saldo superior ao estado de São Paulo, finalizando o ano de 2019 com 1.809 (SC) e 1.109 (PR) postos de trabalho respectivamente; enquanto o Rio Grande do Sul apresenta 1.047, restando o saldo para o Estado de São Paulo em 1.062 (TONHATI; MACEDO, 2020).

Com base nas análises de dados em Tonhati e Macedo (2020), vimos que a segunda região do Brasil com maior índice de admissões de mulheres imigrantes foi a região Sul, somando 74.393 admissões de 2011 a 2019. Enquanto na região Sudeste as contratações concentraram-se no Estado de São Paulo; no Sul, os números dividiram-se nos três Estados; em 2019, Santa Catarina contabilizou 5.136 admissões; Paraná 4.444 admissões, e o Rio Grande do Sul ficou com 3.522 do montante (TONHATI; MACEDO, 2020). É relevante verificar os índices de contratos firmados em Santa Catarina, considerando o objeto desta pesquisa, ao propormos identificar as implicações do trabalho em agroindústria no cotidiano da vida da mulher imigrante contemporânea, tendo em vista o anseio pelo trabalho, as potenciais e efetivas contratações marcam a experiência das mulheres imigrantes contemporâneas. Com isso, lançando mão das ferramentas do método da microescala, na história social, voltamos-nos à análise das singularidades das mulheres imigrantes no mundo do trabalho contemporâneo, na perspectiva de compreendê-las num universo ampliado, para além da amostra pesquisada.

Dentre os aspectos analisados por Tonhati e Macedo (2020), voltamos um olhar para o aumento da emissão de carteiras de trabalho para imigrantes mulheres, com predomínio das nacionalidades haitiana e venezuelana. A partir desse dado, por entender que ele indica a busca da mulher pelo trabalho, analisamos as contradições nesse universo e os elementos envolvendo a presença da mulher, bem como as representações sociais que lhes são conferidas e o alcance no universo laboral. Nesse contexto, é notório que, em grande medida, as mulheres que chegam ao Brasil estejam voltadas ao mundo do trabalho, buscando um contrato formal com vistas à segurança e acesso aos direitos trabalhistas. Elas, no entanto, apresentam alto índice de rotatividade, fator que influencia negativamente na condição da mulher, aumentando a vulnerabilidade delas. Desprovidas de reservas econômicas, dependem do salário mensal para suprir as despesas diárias da família, pelas quais são, muitas vezes, as únicas responsáveis. Elas receiam a potencial demissão, diante do movimento da economia e

da queda no consumo de produtos, desse modo, o fantasma da demissão assombra principalmente as mulheres, mais ainda as negras, por serem elas as primeiras a serem demitidas no caso de corte de gastos.

Ademais, é relevante observar o patamar de ocupação das mulheres, pois ainda possuem 30% a menos dos postos formais de trabalho que os homens imigrantes. Outro aspecto considerável, no que tange ao perfil e qualificação, é a escolarização, prevalecendo a formação de nível médio, ainda que não seja considerada para contratação, a exemplo dos contratos para as agroindústrias, campo de maior empregabilidade na região Oeste do Estado de Santa Catarina, como pode ser observado na ata da audiência pública na câmara de vereadores de Chapecó.

Em relação à ocupação das vagas, as mulheres também são destinadas aos cargos que não demandam qualificação profissional. Atuam na higienização de ambientes nas empresas, comércio, faxinas nos domicílios, são camareiras de hotel e trabalhadoras nos serviços de limpeza e conservação de áreas públicas. Esse campo, predominantemente, é ocupado por mulheres haitianas, com o desempenho do trabalho sujo, perigoso e humilhante, traduzido do inglês: “dirty”, “dangerous”, “demanding”, concepção esta que foi difundida na literatura sobre a migração e trabalho. As haitianas constituem 27% do total das admissões (42.129) nos serviços de limpeza; seguido pelo setor de “produção ou venda de alimentos”, com 6.445 admissões. O terceiro nicho laboral para as haitianas, no período da série está relacionado ao “trabalho em frigoríficos”, nas ocupações de: “magarefe” e “abatedora”, contabilizando 5.240 admissões. Assim como as haitianas, a maioria das venezuelanas também são contratadas para a ocupação de “faxineira”, 915 no total de 2011 a 2019” (TONHATI; MACEDO, 2020, p. 145). Valemos-nos dos apontamentos feitos por Tonhati e Macedo (2020) para lançar um olhar sobre as questões de gênero e raça imbricadas nas condições às quais estão sujeitas as mulheres imigrantes contemporâneas no mundo do trabalho no Brasil.

Para além do trato nas relações pessoais, o racismo expressa-se nas tramitações contratuais de trabalho, cujas medidas de valor do trabalho são organizadas sob ótica racista. Os estudos de Tonhati e Macedo (2020) mostram que a diferença salarial entre homens e mulheres do Norte global (termo que remete aos países mais ricos) é de 33,6%. Entretanto, no comparativo salarial entre mulheres trabalhadoras do Norte Global e as trabalhadoras do Sul Global (que reúne os países mais pobres) a diferença é estonteante - tomados os dez maiores rendimentos - somam 83% em desfavor das mulheres do Sul Global. Diante das evidências, pode-se assegurar que a desigualdade social nas dimensões de gênero, raça/etnia e classe está relacionada aos países de origem e apresentam-se como elementos fundamentais para a análise

da inserção das mulheres imigrantes no mundo do trabalho no Brasil (TONHATI; MACEDO, 2020).

Ao tomarmos por referência a proporção que assume a imigração feminina, a atenção e a proteção dos direitos das mulheres é urgente. Diante disso, é preciso adotar os pactos internacionais dos quais o Brasil é signatário, bem como cumprir o que determina a Constituição da República Federativa de 1988, artigo 5º, inciso I, no qual consta que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” [...] (TORELLY *et al.*, 2017). É deveras amplo o universo das relações de gênero, raça/etnia e classe, ainda mais em se tratando de imigração e o mundo do trabalho em proporções globais. Muitos avanços já podem ser contabilizados, normativas, legislações nacionais e pactos internacionais em defesa e proteção da mulher, contudo, a vigilância deve ser constante. No contexto brasileiro, importantes conceituações e textos de leis já foram elaborados e embasam medidas para a efetivação da Política de Migração e Refúgio no Brasil, no entanto:

Recomenda-se a utilização do conceito de violência de gênero conforme definido no artigo 2º da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres da Assembleia Geral da ONU, de 1993: Considera-se que a violência contra as mulheres abrange, mas não se limita, [...] a violências físicas, sexuais e psicológicas ocorridas na comunidade em geral, incluindo estupro, abuso sexual, assédio sexual e intimidação no trabalho, em instituições educacionais e em outros locais, tráfico de mulheres e prostituição forçada; [...] violência física, sexual e psicológica perpetrada ou tolerada pelo Estado, onde quer que ocorra (TORELLY *et al.*, 2017, p.115).

Violações costumam ser praticadas, muitas vezes, por coites ou por outros imigrantes do seu grupo ou fora dele e, até mesmo, por agentes públicos corruptos. Não bastando os entraves do trânsito, as relações no âmbito familiar também podem assumir caráter perverso, como consta na narrativa de Orquídea, hoje com 32 anos, há nove anos no Brasil.

No Peru, fiquei durante 3 meses, aguardando abertura da fronteira com Brasil [...]. Na fronteira entre os países, Venezuela e Brasil, em Eptaciolândia estive durante quatro ou cinco meses morando com o padrasto; que alugou uma casa minúscula, com um quarto, cozinha e banheiro, onde passamos a residir [...] Ele queria que eu fosse a mulher dele, e eu era “criança”, na verdade criança, não, eu tinha 20 anos. Meu Deus! eu não conseguia dormir à noite, de tanto que ele incomodava. As vezes eu ficava trancada no banheiro, dormi no banheiro [...]haa..! a gente sofre muito [...] Ele não queria ninguém comigo, ninguém para me casar. Dizia que se eu quisesse ter alguém para casar, primeiro eu teria que ser mulher dele [...].

Essas circunstâncias horrendas, vividas por tantas mulheres, estão, direta ou indiretamente, relacionadas aos mundos do trabalho e à imigração. Vimos nos ensinamentos de Sayad (1998) que devemos considerar os motivos do deslocamento e as condições envolvidas. O imigrante, portanto, deve ser considerado um ser total, desde a sua decisão de emigrar, até a

sua acolhida no país de destino. Situações como as vividas por Orquídea, mostram-nos, para além do crime de abuso e exploração sexual, a importância do diálogo com crianças e adolescentes sobre a construção social das relações de gênero e de legislações de proteção às mulheres, às crianças e adolescentes, com o intuito de educar para a igualdade de direitos e sobre os papéis dos sujeitos na sociedade, onde a mulher é considerada, muitas vezes, como objeto de prazer e de pertencimento ao homem. Esse equívoco vem assombrando mulheres ao longo de gerações, causando danos e sofrimentos profundos na vida de tantas delas, transcendendo territórios e nacionalidades. No Brasil, está previsto, na política de migração e refúgio, que, ao ser identificada situação de violência de gênero, deve ser assegurada à vítima autorização para permanecer no país e acompanhamento junto às políticas públicas, bem como inserção no mercado de trabalho, independente de seu *status* legal no país. Para esse enfrentamento, temos na Convenção sobre Violência e Assédio (2019) da International Labour Organization (ILO) que, reconhece o direito de todos a um mundo de trabalho livre de violência e assédio, inclusive com base no gênero. Sustenta que essas condutas podem constituir violações dos direitos humanos, caracterizar ameaça à igualdade de oportunidades, e são incondizentes com uma cultura de trabalho baseada no respeito mútuo e na dignidade do ser humano.

Com isso, os atores envolvidos no universo do mundo do trabalho devem promover ações voltadas à prevenção e erradicação de toda forma de violação. Na medida que a ILO reconhece o direito, determina medidas para mitigar os impactos da violência doméstica no mundo do trabalho, concedendo licenças, acordos flexíveis de trabalho, proteção temporária contra demissão (Convenção sobre Violência e Assédio (OIT, 2019)). As relações que permeiam o mundo do trabalho são de alta complexidade, ainda mais, quando envolvem as relações de gênero em uma sociedade com princípios patriarcais, envolta num modo de produção capitalista, centrado na expropriação da mais valia do trabalhador, gerando concentração de renda e promovendo a exclusão social. Com essas determinantes, o privilégio masculino em detrimento do da mulher se sobressai. Os cargos ocupados pelas mulheres são secundários, sem poder de decisão e com pagamento de salários baixos, enquanto os homens ocupam cargos mais elevados, com autonomia para tomadas de importantes decisões e, por conseguinte, são melhor remunerados. A condição de subalternidade da mulher favorece a vitimização por assédio sexual e moral, o que pode ocasionar danos à saúde e à vida social da mulher. A fragilização e o adoecimento têm reflexos no ambiente familiar e no próprio trabalho, podendo baixar o desempenho nas funções, o que pode gerar afastamentos e consequentes demissões. Os

prejuízos recaem sobre a vida financeira e emocional da mulher, que não encontra amparo para denunciar e quebrar o ciclo, tornando-se vicioso.

Esse meandro, pautado nos princípios patriarcais de soberania masculina e branca, com lugares previamente determinados para serem ocupados por homens e mulheres, cabendo às mulheres o âmbito privado, sendo os trabalhos domésticos destinados, prioritariamente, para as mulheres negras. Portanto, a inserção das mulheres, nos moldes da cidadania moderna, com igualdade de direitos e oportunidades - está no horizonte utópico. Sem esgotar as discussões sobre a imigração e as dimensões de gênero/ raça/etnia e classe, com identificação do lugar destinado a essas categorias, seguimos refletindo nas abordagens das próximas seções e capítulos. Sequencialmente, no capítulo quatro, analisamos as ocorrências do trabalho na dinâmica de vida da mulher que migra em busca do trabalho e de oportunidades. Os destaques seguem buscando entender as representações do trabalho e as cenas vividas pelas mulheres imigrantes trabalhadoras na agroindústria na atualidade.



#### **4 OS SENTIDOS DO TRABALHO E AS CENAS NA VIDA DA MULHER IMIGRANTE EM AGROINDÚSTRIA NO SÉCULO XXI**

Este capítulo busca analisar os sentidos do trabalho, indicando suas representações na dinâmica de vida das mulheres imigrantes contemporâneas, trabalhadoras na agroindústria, problematizando acontecimentos a partir das experiências vivenciadas no processo migratório relacionadas ao mundo do trabalho, já que o trabalho figura como categoria central nas relações humanas, sendo elemento constitutivo do próprio ser social, como vimos em Lukács (*apud* ALVEZ; ARAÚJO, 2013). Nessa direção, o trabalho é analisado na perspectiva histórico-materialista, na qual a sociedade é organizada com bases epistemológicas, que recupera o sujeito histórico para fundamentar o pensamento e as atividades humanas, e, assim, indicar as dificuldades e resistências no cotidiano das relações sociais e no acesso às políticas públicas, e a partir da análise dos dados, subsidiar a criação e/ou ampliação de políticas sociais voltadas às mulheres imigrantes e refugiadas na relação com o trabalho. Nessa busca, recorreremos aos estudos de Mézáros (2011), Hobsbawn (2015), Thompson (2021), Weber (2003) e Lukács (*apud* ALVES; ARAÚJO, 2013) associados aos já referidos nos capítulos anteriores, isso, face aos elementos empíricos das fontes da pesquisa.

A complexidade que permeia o mundo do trabalho exige que se verifique o decorrer do processo histórico e suas bases de sustentação - o capital e o trabalho. Temos que o modo de produção capitalista pressiona o aumento da produção de bens e do consumo, implicando em alterações nas estruturas da sociedade e promovendo a contradição: por um lado o impulso de articular as estruturas de reprodução material de forma sistemática regularizada e, por outro, a incapacidade de alcançar a integralidade econômica num sistema globalizado. As corporações gigantescas continuam mirando o monopólio transnacional expansionista, dispostas a reproduzir os conflitos em escalas ampliadas e com maior gravidade, encobertas por uma suposta cortina de ingenuidades, formando opiniões sobre um modo de economia benéfica para todos e com possibilidades de escolha. Enquanto isso, os antagonismos se tornam sérios demais para serem tratados de maneira consensual e os países correm riscos iminentes de um despertar demasiado rude (MÉSZÁROS, 2011, p. 228).

Os interesses conflitantes não podem ser dissociados dos meios autoritários de controle do modo capitalista, que, para manter e garantir a sujeição e dominação dos povos, não apenas pela força, faz uso de credenciais democráticas para o maior alcance. Nesse universo, há produção de riqueza para o capital através do trabalho, que, ao se desenvolver, amplia a classe de trabalhadores que sobrevivem através do trabalho assalariado, comercializado como outra

mercadoria qualquer, sujeitos às vicissitudes da concorrência do mercado. Desse modo, o trabalho é ofertado para incrementar o capital (MARX; ENGELS, 2008) pela forma como seu valor é definido. Por outro lado, essa categoria, trabalho, também tem centralidade na vida das pessoas, seja para, através dele, reunir condições de sobrevivência ou para a própria constituição, esses fatores apresentam grande influência na mobilidade humana. Nesse ziguezague, as categorias capital e trabalho estão relacionadas à noção de classe e está implícita a perspectiva histórica de construção coletiva, consolidada quando os sujeitos ocupam um papel social e assumem uma identidade, cujos interesses convergem entre si, em detrimento de um oponente com interesses distintos. Com o antagonismo da histórica luta de classes, os homens estão submetidos a determinadas condições, entre opressores e oprimidos, numa luta ininterrupta, estando ora mais velada ou explícita, mas que culminam em conflito das classes. A consciência de classe é, portanto, formada no decorrer do tempo e espaço, mas nunca do mesmo modo, está relacionada às formas como as pessoas experienciam a exploração, são vivenciadas e sentidas pelos trabalhadores diante dos interesses antagônicos entre capital e trabalho. Nessa relação, a balança pesa a favor do capital, para o qual o trabalhador vende a força de trabalho e a ele cabe “Paciência, trabalho, sobriedade, frugalidade e religião [...] tudo o mais é pura fraude” (THOMPSON, 2021, p. 69).

O fazer-se da classe trabalhadora assume uma dinâmica peculiar, é relacional e não pode ser considerada isoladamente, sendo os trabalhadores sujeitos de sua própria história, a classe integra o processo e desperta quando os homens e mulheres se identificam com objetos e experiências comuns. As especificidades do fazer-se das mulheres imigrantes contemporâneas, devem ser consideradas, tendo em vista que constituir-se em um país estrangeiro requer um grande esforço em relação a sua notoriedade no país de nascimento. Protagonizar sua história como imigrante na agroindústria, passa, minimamente, pela disputa de ocupação do espaço, pelo direito de ser ouvida, pelo reconhecimento de sua capacidade intelectual e de autonomia deliberativa.

As experiências são específicas e antagônicas no interior da classe, com interesses divergentes e requer que o trabalhador esteja vigilante aos direitos e às condições de trabalho, pois estão sempre na iminência de destituição.

Atualmente, vemos em muitos países a proliferação da fome e da miséria, aqui nos referimos ao Haiti e Venezuela na relação com a mobilidade das pessoas para o trabalho no Brasil, objeto da pesquisa. Nessas condições, sabendo ser o trabalho peça estruturante do processo, vimos que as competências e atribuições do trabalhador empobrecido mantêm características semelhantes em diferentes tempos e espaços. Exemplo dessa conduta pode ser

observada na forma como um gestor municipal se dirige aos imigrantes em busca de trabalho. Recentemente, numa matéria veiculada na TV aberta, o atual prefeito de Chapecó produziu uma matéria (VENEZUELANOS, 2021) com conversa franca com os venezuelanos - No enredo havia um grande grupo de imigrantes venezuelanos (homens, mulheres e crianças) abrigados coletivamente em um dos pavilhões do Parque de Exposições Tancredo Neves, recém-chegados ao município. Na gravação, o prefeito estabeleceu um suposto diálogo com um dos imigrantes acolhidos e com termos taxativos passou a dizer: “se o Brasil é bom, é bom para trabalhar”, afirma que todos serão encaminhados para o trabalho nas agroindústrias locais, em breve terão emprego, no entanto, se perderem a vaga, receberão uma passagem de volta à Venezuela. Na sequência do “diálogo”, com um imigrante que ele apresentou com o nome de Jesus, questiona sobre o que falta na Venezuela e ao mesmo tempo afirma que aquele país não dispõe de nada! Indaga se o governo de Maduro foi bom para o país e estende a pergunta aos demais, que, em coro, respondem, não, não o queremos. Segue questionando se querem o ex-presidente Lula de novo para governar o Brasil? Novamente a resposta ecoa como se fosse ensaiada, não! Faz menção à falta de democracia e à forma de governo da Venezuela, que segundo sua interpretação, forçou a saída dos nacionais daquele país e apresenta para a filmadora “[...] estes são seres humanos renegados pela Venezuela [...]”, os imigrantes escutam em silêncio notadamente constrangidos. Dá continuidade a sua oratória dizendo que o município, através de seus agentes, vai auxiliar com o encaminhamento às vagas de emprego; os que permanecerem no alojamento deverão trabalhar “o dia inteirinho: limpando, cortando grama, varrendo o pátio, porque aqui é assim que funciona, nada é de graça aqui”, se não foi fácil para eles na Venezuela, devem saber que para os brasileiros também é difícil. Supõe que aqueles que tivessem trabalhado em seu país, seriam “enquadrados no emprego certo”, mas alerta com ênfase, que avisem os amigos venezuelanos que “não venham mais para Chapecó”, porque não haverá mais oportunidades. Os que já se encontram no município serão ajudados e as portas se fecharão, em 30 dias encerra tudo, todos serão empregados e quem perder o trabalho, ganhará uma passagem de volta - reforça. Como forma de manter o emprego determina: “Cheguem antes, saiam por último, respeitem a empresa, respeitem o patrão, respeitem os colegas, dediquem-se ao máximo”.

Ao que se pode observar da narrativa do prefeito, essa não condiz com as atribuições do cargo que ocupa, sendo um servidor público municipal, no exercício do cargo, caberia a ele cumprir e fazer cumprir as legislações em seu âmbito de gestão, inclusos os acordos e pactos internacionais dos quais o Brasil é signatário, estado ou município subordinado às regulamentações deveria ser acolhedor e disponibilizar os serviços de políticas públicas do

município. No entanto, sua intervenção foi inversa, manifestou a insatisfação com a presença dos imigrantes e demonstrou evidências na defesa dos interesses das empresas que contratam os imigrantes, ao determinar a forma como devem agir: de forma passiva, ordeira e disciplinada, com submissão do trabalhador ao “patrão” (capitalista), ordena que cheguem antes e saiam depois, dessa forma, coloca o trabalhador numa condição de subordinação desmedida, nega o direito do trabalhador de se manifestar, viola os direitos trabalhistas, inclusive os previstos e assegurados na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT (BRASIL, 1943), que estabelece o teto da carga horária diária e as condições para o trabalho. Permite pensar que a presença dos imigrantes causa incômodo, isso remete ao crime de xenofobia, tanto que em tom de ameaça, sustenta que será dada uma passagem de retorno à Venezuela, caso percam o emprego. Com esse gesto, desconsidera o princípio adotado pelo Brasil do non-refoulement, determinado pela ONU, que tem por natureza a proteção dos refugiados cujos direitos humanos foram violados, sendo determinado que nenhum dos Estados membros expulsará ou rechaçará um refugiado que tenha sua liberdade ameaçada, por razões de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política. No entanto, sua fala está carregada de concepções políticas partidárias, tece críticas ao governo de Nicoláz Maduro (Venezuela), mas mesmo assim, ameaça enviar os refugiados ao país de nacionalidade, mesmo tendo sido concedido pelo Brasil, refúgio aos venezuelanos, por grave violação de direitos humanos. Esta conduta viola o dever do Estado de promover o acolhimento das pessoas em trânsito, disponibilizando os serviços estatais para defesa e proteção dos direitos da população em mobilidade nacional ou internacional. Outra situação que implica em violação de direitos, está na forma como se dirige às pessoas, com uso de imagens e rotulações, como as “renegadas” da Venezuela. O termo, por si só, estigmatiza, e nega as múltiplas identidades encontradas naquele grupo, indivíduos e famílias que foram forçados a deixar seu país pelo agravamento das condições sócioeconômicas, provocadas pelo boicote dos países americanos relativos a compra do petróleo e o fornecimento de bens de consumo para o país. No entanto, há muitas histórias de vida com alcance de sucesso financeiro e na formação, empresários e profissionais de nível superior em diversas áreas do saber. Sabe-se contudo, o agravamento que esse tipo de tratamento pode ocasionar ao imigrante, sendo dispensado por um representante do Estado, deste modo, mesmo indiretamente autoriza a população a replicar o seu modo de agir e pensar em relação ao imigrante, como se ele fosse um intruso, indesejado, e, dessa forma, gera um grande equívoco, mesmo sabendo do direito do cidadão ao deslocamento entre as fronteiras internacionais. Os imigrantes são responsabilizados pelo seu infortúnio, são castigados e não têm descanso, atividades culturais de lazer etc. Para serem aceitos, devem trabalhar em tempo integral, com obediência incontestada

aos contratantes, que nessa lógica, são tidos como solícitos, que prestam favor no contrato, justamente onde se encontra a contradição, o capital aproveita-se da condição de vulnerabilidade do migrante para explorar sua força de trabalho, pagando um baixo salário e sujeitando-os a condições precarizadas.

Essa postura nos remete ao passado, quando, sobre a classe de trabalhadores de manufatureiros, nas cidades fabris, resguardadas as proporções e temporalidades, era imposta disciplina de trabalho hostil, com supressão das atividades culturais tradicionais. As tendências atuais tendem a responsabilizar o indivíduo pela condição que está vivendo, desconsiderando os reais motivos que levaram a mobilidade humana os prejuízos acumulados por esta população. Como dissemos antes, narrativas semelhantes as do prefeito de Chapecó instigam a população a agir de forma semelhante. Jimmy<sup>20</sup> informa que quando chegaram ao Brasil, em especial em Chapecó, eram tidos como pessoas que não gostavam de trabalhar, no entanto, à medida em que foram sendo conhecidos pelas pessoas, a forma e o modo com que eram vistos, *cambió*,

[...] Falaram muito chato para nós, que não gostamos de trabalhar, tudo isso que falam negativo de uma pessoa, mas quando conhecerem a nós, venezuelanos, perceberam que não. Porque o problema é assim: - todos os venezuelanos que vem aqui, já tinham na sua terra muitas coisas boas. Vou falar de mim, eu tinha dois carros, casa, bom emprego, minha empresa, então venho aqui procurar o que eu já tinha, mas se não tem isso, vou procurar próximo disso, não vou procurar dois carros do ano, mas vou procurar um bom carro [...]

A narrativa de Jimmy, permite-nos refletir sobre as singularidades dos sujeitos, entender as diversidades que compõem a população em mobilidade, o modo de vida, as condições socioeconômicas em que viviam, de modo especial, as formações profissionais, os relevantes trabalhos que desenvolviam e o ganho que a sociedade brasileira deixa de ter ao desconsiderar o potencial dessa população. A população em deslocamento deixa um universo de relações para trás, as quais não podem ser desconsideradas, não podemos, simplesmente, tratar essas pessoas como objetos descartados, de um país estrangeiro. Apesar das vivências, cultivam sonhos e ideais de reconquistar uma condição ao menos próxima da que dispunham em seu país. Pelos relatos dos/as participantes da pesquisa, identifica-se que grande parte deles (as) tem curso médio técnico e/ou superior, desses, muitos não trouxeram os certificados, e outros que estão com certificado, em alguns casos, não têm condições de providenciar a validação e tradução juramentada. Destaca-se a resiliência apontada por Jimmy e também observada em

---

<sup>20</sup> BLANCO, Jimmy Antonio M. Vice-presidente da Associação Beneficente Imigrante Venezuelano – ABIV, entrevista em 25/02/2022

outros depoimentos das imigrantes que, mesmo diante das dificuldades vividas, encontram formas de superação, resistência e ressignificação dos sentimentos. No caso, Flor de Pitanga também demonstra a força que o imigrante deve reunir para enfrentar as dificuldades em seus países, em caso de crise, como a vivida na Venezuela e, ao mesmo tempo, viver um processo migratório para outro país, com o firme propósito de reconstruir a vida pelo trabalho. O trabalho tem amplo sentido na vida dos imigrantes, significa possibilidade de superação, através dele poderão alcançar as condições almejadas de melhoria da qualidade da própria vida e atender seus familiares, especialmente os filhos. Para isso, muitas barreiras foram superadas desde a saída do próprio país, o abalo emocional pelo distanciamento dos familiares e pela mudança de rotina. Vimos que os migrantes desenvolvem estratégias de resistência para enfrentar as adversidades do processo migratório, buscam a formação de associações com seus conterrâneos, para acolherem uns aos outros ao chegarem em determinada região; garimpam vagas de trabalho para si e para os que ficaram no país ou mesmo no Brasil, em outras regiões; procuram residir de forma agrupada para apoiarem-se mutuamente; as pessoas com melhor domínio do idioma procuram acompanhar seus conterrâneos na busca dos direitos civis e sociais, mais especificamente as haitianas; buscam as instituições religiosas, buscam curso de formação, muito comum entre as venezuelanas, como vimos nas narrativas de Jimmy e Flor de Pitanga, em oposição à leitura isolada, xenofóbica e desconectada da conjuntura dos direitos humanos assegurados pela legislação, perpetrada pelo sr. prefeito municipal.

Essas circunstâncias nos remetem ao conceito de totalidade do ser em Sayad (1998), sendo o imigrante um indivíduo que deve ser considerado na integralidade do processo vivido, desde as razões para migrar, o decorrer da mobilidade, as legislações internacionais e sua inserção no destino. Pensando na integralidade das relações da população em mobilidade para o trabalho no Brasil e o universo ao seu entorno, com influências nas decisões e atitudes em relação à mobilidade, analisamos características do setor agroindustrial que rompem fronteiras e definem, em grande medida, o fluxo migratório para o trabalho na região Oeste de Santa Catarina e as condições em que esse processo se desenvolve. E assim identificamos o perfil das mulheres pesquisadas, a fim de entender quem migra? Por que razões? Como definem o destino? Qual o perfil de trabalhadores demandado atualmente para o trabalho em agroindústria? Com informações sobre as questões levantadas, discorreremos sobre a gestão da vida cotidiana, em âmbito público e privado, para saber de que forma as mulheres em mobilidade, trabalhadoras da agroindústria estão administrando seu tempo “livre”, tempo disponível, depois do expediente de trabalho, como forma de avaliar o convívio familiar, a viabilidade do lazer. Na perspectiva do trabalho como fator determinante da mobilidade,

buscamos, em Flor de Pitanga, compreender os sentidos do trabalho e as implicações em sua vida cotidiana,

Trabalho para mim és um esforço e dedicacion, a gente faz muitas coisas para atingir una meta em nossa vida para melhorar a qualidade de vida de las personas, isso és lo significado de trabalho para my. Es um grande esforço para ter muitos logros em sua vida. Para ajudar seus filhos e bem-estar de sua família. No caso da agroindústria, a gente faz o trabalho com este mesmo plano, com a mesma meta que se tem para ajudar sua família. [...] lo trabajo na agroindústria tem muitas coisas buenas e muitas coisas ruins, há muitas situações complicadas que se vive, mas tem que entender que está trabalhando com pessoas de outros países. Nós que somos estrangeiros ficamos com muitas complicações, eles dão mais oportunidades para sua gente, aqui do país [...] é complicado, há muitas coisas [...] (Flor de pitanga em Grupo Focal realizado em 19/02/2022)

Vimos, nas expressões dos entrevistados, que o trabalho é tido como fator primordial na vida dos indivíduos e das famílias, exige um esforço que consome muitas horas do dia e provoca o desgaste físico. Para Flor de Pitanga, ter um trabalho é uma grande satisfação, no entanto exige muita energia, conduz muitas vezes à exaustão. Do mesmo modo, em outra cena, temos a exclamação de Calêndula<sup>21</sup> “E eu..., eu! trabalhei, trabalhei, enquanto deram minhas forças[...]”. Ela informa que seu trabalho era no setor de peru inteiro com a grampeadeira, tarefa que faz doer muito com as mãos, a rotina na mesa ocorre da seguinte forma, “eu tenho que pegar a embalagem com o peru grampear depois jogar na mesa [...] é muita coisa para um dia só, dói muito os ombros, nas costas”. Porém, identifica o trabalho como fator de suma relevância para a autoestima e independência financeira das mulheres, indicando a concepção do trabalho como emancipador. Calêndula saiu do Haiti para estudar, seu pai a auxiliou nesse processo, mas terá que mudar outra vez, agora quer fazer curso de gastronomia. De modo similar, em relação ao trabalho, temos o relato de Bromélia<sup>22</sup>, ela percebe o trabalho como condição de grande relevância em sua história, pois sem ele, afirma ela, “a minha família não teria alimentos, passaria por necessidades básicas, sem trabalho a gente se sente ruim, porque precisa comprar coisas para as crianças e para enviar dinheiro para a família no Haiti”. Bromélia está casada, tem uma filha. Sua mãe e alguns primos/as vivem aqui no Brasil. Trabalha e dedica-se às atividades da casa e da igreja adventista, da qual participa ativamente. Assim, testemunhamos que as relações nos mundos do trabalho são antagônicas, por um lado necessário para obtenção e provimento do sustento, para o acesso aos bens e consumo e para realização pessoal, com a independência financeira, mas por outro, da maneira como a força de trabalho é apropriada pelo capital, expropriada do trabalhador, na dinâmica globalizada e

<sup>21</sup> CALÊNDULA. Haitiana, formada em Enfermagem no Haiti, entrevistada em 11/02/2022

<sup>22</sup> BROMÉLIA. Haitiana, ensino médio no Haiti, entrevistada em 04/06/2021

competitiva estabelecida pelo capital, torna-se um dilema, ocasionando danos para a vida e saúde do trabalhador. À vista disso, na próxima seção, damos continuidade às reflexões sobre o trabalho e seus sentidos, identificando o pertencimento ao ambiente social do trabalho para atingir a autonomia idealizada.

#### 4.1 TRABALHO E A PERTENÇA SOCIAL: UTOPIA DA AUTONOMIA

Objetiva-se, neste tópico, verificar o efetivo pertencimento das mulheres no âmbito social do trabalho, nos espaços públicos, assim como o alcance da autonomia e (des) vinculação das atribuições aferidas à mulher, desde o âmbito privado.

Contemplamos o trabalho com uma perspectiva libertadora do homem, conforme a concepção de Weber (2003), a partir da reforma protestante, quando o entendimento sobre o trabalho sofre uma transformação, deixando de ser visto como castigo para enfatizar a nova ética de trabalho, dessa vez como libertador, tornando o homem nobre, apontando rumos e construindo narrativas. Com esse panorama, condutas religiosas são apropriadas pelo capital, para promover e reproduzir valores capitalistas, pautados no lucro, com primazia para a disciplina, característica indispensável para os capitalistas. Com isso, trabalhamos de modo a confrontar a nova concepção teórica de trabalho com a compreensão das mulheres entrevistadas na pesquisa, para entender o sentido do trabalho para suas vidas. Jasmim do Caribe, reflete:

Para mim o trabalho é fundamental em minha vida, porque sem o trabalho não sustento minha família. Então, eu vim com a meta de ajudar minha família, minhas filhas, minha mãe, o trabalho é fundamental para o bem-estar e dignidade de minhas filhas [...] Porque o trabalho para uma pessoa é a meta mais importante na sua vida, depois de tanto estudo e tanto esforço, nós podemos ocupar um campo de trabalho, desempenhar nossa profissão, é grato, é o sonho de nossas vidas [...]. Atuar na área que estudou e dar o melhor de si, é un gran logro. O trabalho é nossa segunda casa, onde passamos a maior parte de nuestras vidas [...] vamos ensinar e aprender [...] temos que *compartir los conocimientos que tenemos* [...].

Jasmim do Caribe considera o trabalho, para o qual se preparou, de fundamental importância para a realização pessoal, trata-se de uma questão que vai além da ordem econômica, compõe a autoestima da pessoa. Conta que seu marido lhe deu de presente duas máquinas de costura, com as quais vem desenvolvendo o trabalho de costureira em sua casa, enquanto se recupera das Lesões nos tendões das mãos provocadas pelo Esforço Repetitivo – LER, no trabalho na linha de produção em uma agroindústria. No entanto, sente a necessidade de socialização em espaço público, de desempenhar a função para a qual estudou, em curso Técnico de Segurança do Trabalho na Venezuela. Contudo, avalia em conjunto com o marido,



a viabilidade de retornar para outro emprego, já que as ofertas são para as agroindústrias, deduz que precisa preservar sua saúde para mais tarde estar apta para desempenhar outro trabalho, que cause menos danos à sua saúde. Relata que os seus filhos são menores de idade e dependentes dos recursos econômicos e dos demais cuidados, como o acompanhamento das tarefas diárias e da escola. Diz que, se continuar a trabalhar e da forma que é desenvolvido o trabalho na agroindústria, terá dificuldade em acompanhar as demandas que os filhos apresentam. Com a compreensão de que o trabalho emancipa, liberta e atribui significado à dinâmica de vida. Orquídea o concebe da seguinte maneira, “[...] o trabalho, liberta todas as pessoas, sem o trabalho a gente não é nada[...]”. A visão do trabalho como elemento constitutivo da essência do ser e estruturante para a vida dos indivíduos, como concebe Weber (2003), apresenta três formas de ações sociais racionais e irracionais. As ações sociais afetivas - irracionais, movidas por sentimentos; as ações sociais tradicionais – irracionais são reproduzidas cotidianamente pelos costumes e efetivam-se com vistas ao resultado, movidas por valores morais, religiosos, éticos e políticos. Dessa maneira, permeiam o sentido do trabalho, uma vez que é construído socialmente e abarca características voltadas aos interesses capitalistas.

Adotando esses sentidos, são estabelecidas as relações de força entre o capital e o trabalho, bem como determinam a estrutura socioeconômica e dessa forma ditam o compasso de vida de homens e mulheres no mundo do trabalho, voltado à produção e consumo, pormenorizando as relações de poder no conjunto da sociedade de classe. As relações de forças que perpetuam o modelo dominante na sociedade de classe, retroalimentam-se e estão embasadas na legislação, da mesma forma que fundamentam seus princípios, circulam numa via de mão dupla com interesses convergentes. Desse modo, os recursos públicos são direcionados a favor de grupos restritos da sociedade, comprometidos com o modelo capitalista e, a partir disso, estruturam a base de trabalhadores, definem o perfil adequado para a produção e reprodução da força de trabalho, com vistas à sustentação do capital. Diante do modelo estrutural, homens e mulheres dependem exclusivamente do trabalho para sobreviver e, estão vulneráveis e sujeitos às condições precarizadas disponibilizadas pelo capitalista, diante do excedente de oferta de mão de obra provocado pelo próprio capital. Na história recente do Brasil, a precarização do trabalho foi agravada pela flexibilização das leis trabalhistas, aprovadas nos termos da Lei nº 13.467/2017, pautada na gestão do governo de Michel Temer.

O espaço de trabalho como *locus* para sociabilidade constitui a longa história da atividade humana, que busca a sobrevivência e interação social pelo trabalho, sendo vital para o ser humano. Contudo, se a vida humana se resumisse ao trabalho abstrato, expressaria um mundo de pesar, unilateral, alienante e aprisionador (ANTUNES, 2009). A vida na natureza

apresenta um movimento cíclico, que dá vitalidade às coisas necessárias para o consumo, que fazem parte do processo de vida, elas são efêmeras, desaparecem e se decompõem, assim como o homem, em conformidade com a natureza mediante absorção do processo vital do animal humano, com a durabilidade consumida, desgastada e faz desaparecer, é, portanto, suportada enquanto puder, da maneira que o torna vivo. As atividades humanas estão relacionadas às necessidades humanas, sendo o trabalho para manutenção da vida; a obra inovadora e as ações na vida pública e política são constantes e estão relacionadas à natureza do homem, diferente do trabalho, que finda ao seu término (ARENDDT, 1997).

A referência ao trabalho como atributo das pessoas, pode ser percebida no relato de Ametista<sup>23</sup>, quando participamos de uma atividade comemorativa ao Dia Internacional da Mulher, realizada na praça Coronel Ernesto Bertaso, no município de Chapecó, em março de 2020. Ela imigrante, formada em medicina - bastante emotiva, dá seu depoimento sobre a forma que, rotineiramente, são estabelecidos os diálogos consigo – argumenta que as pessoas, quando lhe são apresentadas, indagam sobre sua nacionalidade, sobre seu trabalho no Brasil e o local e sobre a durabilidade do trabalho. Ametista, atribui grande importância ao trabalho, mas reconhece que ele não representa a centralidade na vida das pessoas, deve haver uma ponderação, contudo, a partir de sua experiência, deduz que o trabalho, no conceito das pessoas, em especial para as que habitam na região Oeste de Santa Catarina, tem o sentido do próprio ser. Para ser valorizada, a pessoa deve desempenhar um trabalho, deve ser produtiva e, preferencialmente, ser bem remunerada. Acredita que esse conceito tem base nos princípios da colonização da região, quando os colonizadores deveriam estar preparados para muito trabalho, visando atingir as expectativas dos governos e colonizadoras em relação ao desenvolvimento da região. Ametista diz notar, no comportamento das pessoas, que elas tentam se conter para não perguntar de imediato o valor de seu salário, então camuflam e indagam se o pagamento é razoável. Constata que o trabalho figura como categoria central para as pessoas, com importância superior à própria formação, à história, é como se dissessem: pouco ou nada importa sua formação, sua história de vida. O que importa saber é o quanto trabalha? Quanto recebe? O quê e quanto produz? Qual a sua contribuição para a sociedade, não no aspecto solidário, mas produtivo, lamenta! Através das palavras de Ametista, pode-se dizer que o sentimento de pertença, no imaginário social, está diretamente relacionado ao lugar social ocupado. A aceitação das pessoas na sociedade é assegurada, em grande medida, por meio do trabalho que desempenha, do contrário, aflora o estranhamento diante do novo, a rejeição do

---

<sup>23</sup> Ametista, médica Cubana, em atividade Dia Internacional da Mulher em 08 de março de 2020

desconhecido e o desinteresse no acolhimento e comunicação, com forte negação das diversidades em meio aos estabelecidos, como vimos análises nos estudos dos *estabelecidos* e *outsider*, de Elias e Scotson (2000).

Na mesma direção e corroborando com a percepção de Ametista, temos que os imigrantes que colonizaram a região, desprovidos de recursos financeiros, partilhavam a meta e o orgulho de terem chegado ao país sem capital algum e com grande esforço terem conquistado um bom patrimônio, nessa perspectiva, o árduo trabalho é predicado de qualificação das pessoas (RADIN, 2019). Naquele momento, os colonizadores descendentes de imigrantes italianos e alemães, foram tidos como impulsionadores do desenvolvimento da região, bem aceitos, qualificados como excelentes trabalhadores, ordeiros e ambiciosos, com as peles brancas, preferidas pela política de branqueamento que o Brasil busca. Atualmente, o fluxo migratório da população de afrodescendentes e caribenhos é oposta àquela bem aceita e incentivada na colonização, essa população tem provocado incômodo na sociedade chapecoense. Apresentam-se em grande número, circulam em grupos, alteraram o *layout* das ruas da cidade, do comércio, escolas, das unidades de saúde, estão em todos os espaços, comunicam-se entre si com um idioma que as pessoas locais não podem compreender. Assim, são estranhos e estrangeiros, suas presenças geram insegurança, desconforto, e eles e elas encontram dificuldades para interagir com as pessoas locais, em especial as haitianas. A pele negra, o cabelo demasiado crespo, com grande volume, a protuberância da anatomia dos corpos dos homens e das mulheres, a singularidade no modo de vestir, os acessórios expressivos, as artes, a culinária, tudo causa estranhamento. Outros com características indígenas - população venezuelana, da mesma maneira que a população afrodescendentes, disputam com os nacionais os serviços, as políticas públicas, as vagas de trabalho e sujeitam-se a vender a força de trabalho com pagamentos inferiorizados, por se encontrarem em situação de maior vulnerabilidade, fatores que provocam ainda mais divergência e conflitos entre os grupos da população. Contudo, o movimento migratório para o trabalho é constante e promove deslocamentos globalizados ao longo da história, demandando rearranjos familiares em busca da sobrevivência, porém, com a precariedade das condições, deixa de ser uma alternativa para ser um problema social (ZAMBERLAN, 2004). Os economistas contemporâneos reforçam a ótica da teoria neoclássica, em que as migrações são interpretadas como um jogo de mercado, em que a mão de obra se move pela possibilidade de renda, daí decorrem os fluxos migratórios internacionais com movimento do mercado, de interesse e autonomia das empresas pelo trabalho do imigrante (ZAMBERLAN, 2004).

O capitalismo, com o mecanismo do trabalho, remete o sujeito à condição de subordinação e vinculação à prestação de serviços, sob o argumento da igualdade de acesso e oportunidades, no entanto, torna-se quimera. A equalização de classe não ocorre, apenas torna explícito o poder de concentração da renda e monopólio das atividades nas multinacionais. Para ilustrar, podemos observar o caso da fusão de duas gigantes do mercado de alimentos, Sadia e Perdigão, em 2006. Após a Sadia, detentora de um império no ramo da produção de alimentos, ter sofrido prejuízo financeiro bilionário com a quebra do banco americano Lehman Brothers, a empresa foi vendida para a Perdigão, passando a chamar-se *Company joint venture-BR Foods*, com porte para competir mundialmente,

[...] criada exclusivamente para exportações, com os mercados emergentes como prioridade, sem atuação no mercado doméstico. Com o foco no varejo, a Sadia apontou o conflito de culturas entre as empresas para a experiência ser interrompida no ano seguinte. A Perdigão teria mais afinidade nos negócios com atacadistas e assumiu o controle total da empresa, que passou a se chamar BFF (BRAZILIAN FINE FOODS) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009, n.p.).

A fusão das empresas Sadia e Perdigão é da lógica de concentração de capital, que leva cada vez mais à exclusão e exploração dos trabalhadores, aumentando a concentração de renda e a desigualdade social. No entanto, o trabalho consta como elemento central para as pessoas, na dinâmica vivida e, inevitavelmente, grande parte do tempo é tomado por ele. No entanto, seu uso e controle nem sempre se deu da mesma forma. Consideramos, na atualidade, que o tempo de trabalho constitui fator determinante na vida das mulheres imigrantes contemporâneas, então, tomando a linha do tempo, buscamos entender os fatores de interferência e a forma de apropriação do tempo privado pelo capital, expresso na vida habitual das mulheres imigrantes, as quais devem administrar a rotina da casa e dos familiares concomitantemente ao tempo que se dedicam ao trabalho, no rigor das agroindústrias. Begonia<sup>24</sup> enfatiza que o trabalho ocupa grande parte de seu dia, as horas que restam, utiliza-as com os cuidados da casa e da filha. Salienta que precisa trabalhar muito para enviar dinheiro a um filho que ficou no Haiti, que sua vida tem tido essa dinâmica, não costuma desenvolver atividades de lazer, a dedicação é restrita ao trabalho, para os afazeres domésticos e para reprodução das condições da força de trabalho. Resguardadas proporções de tempo e contexto, certos elementos podem ser considerados para se compreender o cotidiano vivido pelos trabalhadores em agroindústria na atualidade, com as interferências no modo de vida, das sociedades capitalistas. O tempo livre do trabalhador apropriado pelo capital, consta nos estudos e análises de Thompson (1998), escreve que a

---

<sup>24</sup> BEGONIA. Haitiana, Ciências contábeis no Haiti, entrevistada em 02/10/2021

disciplina no trabalho, estabelecida no capitalismo, provocou mudanças significativas na sociedade e na cultura europeia ocidental. O controle do tempo, medido pelo relógio no século XIV, deixa de ser tomado pelo espaço sideral, estabelecendo novos comportamentos. Já no século XVIII, adentra o espaço privado e provoca mudanças na concepção, traz implicações diretas na disciplina do trabalho e na acuidade do tempo de trabalho do trabalhador. Não obstante, a sociedade industrial madura foi incisiva nos hábitos de trabalho, impondo disciplinas rigorosas, com estímulos humanos para aumentar a produtividade no mesmo espaço de tempo, promovendo mudança na notação interna do tempo. Os trabalhos supervisionados imprimiram um ritmo alheio ao do trabalhador. Além disso, os capatazes responsáveis pelo controle do relógio, ajustavam-no de forma a ganhar certo tempo em cada expediente, em desfavor do trabalhador, que sequer podia contestar e tampouco usar seu próprio relógio, impedindo a evidência da fraude (THOMPSON, 1998). Na atualidade, mesmo com a possibilidade de registro eletrônico do ponto, para controle das horas trabalhadas, ainda ocorre o descontrole do tempo de trabalho por parte do trabalhador, que está sujeito às determinações e controle do tempo de trabalho pelo supervisor, portanto não vislumbra maneira de se opor, como vimos na exposição de Capota Vermelha:

Eu entrava na empresa, Ecofrigo, no meu horário de expediente, às 4 horas da tarde e era para sair à 1:30 da manhã, só que estava saindo às 2:30, sem render horas extras, diariamente trabalhava em torno de uma hora a mais, tinha que terminar toda a higienização, deixar o chão sem água, sem sangue. Eu trabalhava com o rodo, não era fácil. Algumas colegas diziam que ficar com o rodo era fácil, mas não é fácil, o líder exige demais, por causa do controle de qualidade do porco.

A produção e o tempo de trabalho deixam de ser dispensados de acordo com a necessidade do trabalhador para confeccionar um produto e passam a ser desenvolvidos em grande escala para comercialização, de modo que o trabalho passa a ser fragmentado, o trabalhador desenvolve apenas uma das etapas da produção, aplicando-se ao trabalho em série, desenvolvido nas agroindústrias, na linha de produção onde as atividades setorializadas são operadas por trabalhadores em turnos subsequentes, sob o rigoroso controle do supervisor. Numa relação de maior identificação com o trabalhador, nas sociedades primitivas, o tempo era medido pelas atividades diárias, aferindo a duração do preparo dos alimentos e para o desenvolvimento das tarefas pastoris, conferidas com o relógio do gado nuar, cujo ciclo era central para percepção mecânica do tempo. A medida do tempo estava relacionada aos acontecimentos corriqueiros, vê-se em um dito popular que “O homem morreu em menos tempo do que leva um milho para assar”, menos de 15 minutos (THOMPSON, 1998, p. 270). Já em outros países, no Chile do século XVII, por exemplo, o tempo era medido pelo credo, o tempo

do cozimento de um ovo poderia ser o tempo de rezar uma ave maria. Na Argélia, o relógio não era bem aceito, consideravam-no a oficina do diabo. Para os compromissos não marcavam a hora, os encontros eram previstos para determinados locais, de acordo com a viabilidade, em pequenas localidades de pequenas propriedades de agricultores, pescadores que organizam seus horários, turnos de trabalho, conforme a atividade desenvolvida, a exemplo dos pescadores que passam a noite a cuidar da maré e das demandas do pesqueiro (THOMPSON, 1998). À vista disso, o autor constatou que a orientação do tempo através das tarefas foi mais eficaz para as sociedades camponesas na Grã-Bretanha e é humanamente mais entendida do que o horário determinado, que está mais associado a uma necessidade. Nas comunidades onde os trabalhos são compartilhados, parece não haver distinção entre o trabalho e a vida, as relações sociais estão imbricadas e os trabalhos desenvolvidos a partir de uma necessidade humana. O tempo dedicado às atividades se estende ou reduz conforme requerido. Já para homens, onde o trabalho é atribuído pelo relógio, mostra-se excessivo, para além do necessário, desta forma não lhes parece útil (THOMPSON, 1998).

A constatação de estranhamento pelo excedente de trabalho, para além do alcance imaginário de consumo e a alienação do processo de produção, pode ser observado no relato de Jasmim do Caribe, ao narrar que trabalha na mesa de produção, no refile de perna de frango, na qual desempenha a função de desossar coxa e sobrecoxa, retirar o excesso de pele, sendo essa a única parte do processamento do produto que ela visualiza. Diz que o trabalho não tem sentido, não conhece o resultado final do trabalho em que despendeu muitas horas de sua vida, tornando-se uma mera repetição, vazia, desprovida de sentido em um movimento isolado. Assim, o modo de produção em grande escala não se trata de um trabalho provido de sentido, para atender uma necessidade real do trabalhador ou de um grupo com o qual se identifique, ao contrário, a agroindústria opera em busca da capacidade máxima de produção, o trabalho é infundável, o resultado abstrato e alienante. Denota-se, das arguições em Thompson, que o trabalho tem mais sentido na vida do trabalhador quando está associado a uma necessidade e identificação com o processo, ao realizá-lo, também há uma integração social e, como resultado, uma necessidade atendida. O tempo de trabalho imposto aos indivíduos pelo sistema capitalista, na organização social, interfere no próprio tempo de vida do trabalhador. É, portanto, consumidor da força humana, pois uma vida desprovida do sentido do trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Dessa forma, a redução da jornada de trabalho passou a ser central na vida dos trabalhadores, fomentando a reflexão sobre o tempo livre, tempo de trabalho, tempo de vida e o sentido da vida fora do trabalho (ANTUNES, 2009). Portanto, o sentido do trabalho que estrutura o capital acaba desorganizando a vida da

humanidade; inversamente, o “[...] trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade é potencialmente desestruturante para o capital” (ANTUNES, 2009, p.12). Nessa perspectiva, o processo é dicotômico, emancipa e aliena, humaniza e sujeita, liberta e escraviza, convertendo a temática do trabalho em questão crucial no século XXI. As fontes traduzem essa dicotomia quando verbalizam que o trabalho é tudo para a vida, para isso estudam e buscam qualificação, deslocam-se em busca dele, dessa forma é emancipador e libertário, no entanto, sujeita quando atuam em condições de trabalho precarizadas, sequelando os corpos.

A estabelecida temática dos trabalhadores sobre o trabalho, visando assegurar os direitos trabalhistas, dentre os quais a redução da jornada de trabalho, requer conscientização e mobilização da classe trabalhadora por meio das organizações sindicais, órgãos legítimos para representação da categoria por ramo de atividade. No setor da indústria de alimentos, da região Oeste de Santa Catarina, a representação dos trabalhadores é feita pelo SITRACARNES, sobre a atuação do sindicato, Jenir<sup>25</sup>, argumenta que, em determinados momentos, há um certo avanço da classe dos trabalhadores na conquista de direitos, a depender dos líderes políticos, dos fatores socioeconômicos aliados à mobilização da categoria, já em outros, há o retrocesso, favorecendo os interesses do capital,

[...] Eu tenho dito que nas agroindústrias muitos trabalhadores adoecem, esses dados podem ser verificados no próprio site do INSS, os dados estão lá, tem muitos trabalhadores afastados. Essa condição foi melhorada nos últimos anos, devido à NR 36 - Norma Regulamentadora, mas já esteve ameaça de ser retirada, diante da ameaça nós sindicalistas, representantes dos trabalhadores, nos empenhamos para que fosse mantida, sem alterações sem prejuízo ao trabalhador, mas é uma luta permanente.

O trabalho e as condições de trabalho às quais os indivíduos estão submetidos, conforme os relatos, ultrapassam o ambiente público e adentram a vida privada, seja pelo tempo dedicado aos expedientes prolongados, incluso o traslado, seja pelos prejuízos ocasionados à saúde do trabalhador, que prioriza suas energias para o trabalho, sujeitando-se ao adoecimento. As condições de trabalho extenuantes e com método de movimento repetitivos e insalubres, em determinados casos, comprometem não apenas o trabalhador individual, mas interferem diretamente na dinâmica de vida do grupo familiar. Sobre isso, Flor de Pitanga diz o seguinte:

[...] O intervalo no trabalho é de pouco tempo, não permite sentar, é insuficiente para o descanso, dá apenas para ir e retornar do banheiro, sentar e descansar, não é possível, não dá tempo, ficamos muito cansadas. [...] Nós mulheres venezuelanas temos muita dificuldade de encontrar trabalho aqui em Chapecó, se não for na agroindústria não tem trabalho, então precisamos ficar, mas na cultura de nosso país o trabalho mais

---

<sup>25</sup> PAULA, Jenir de. – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados de Chapecó - SITRACARNES

forte é para os homens, aqui, as mulheres trabalham muito forte, eu admiro elas, porque pegam muito peso, é diferente de nós. Quando chegamos em casa, não temos ânimo para nada, nem pensamos em lazer, só vamos à igreja no final da semana [...].

Com o tempo de trabalho expandido, rigorosamente controlado pelo empregador, a produção extenuante em grande escala, com a qual o trabalhador/a já não se identifica, é preciso problematizar as condições e significados do trabalho contemporâneo. Busca-se, portanto, entender o sentido do trabalho para as mulheres imigrantes trabalhadoras nas agroindústrias na atualidade, tendo em vista que elas compõem, de maneira expressiva, o quadro de recursos humanos disponíveis nas agroindústrias da região, conforme pode ser verificado em novo relato do dirigente do SITRACARNES,

[...] Falando de trabalhadoras, já que os dados para a pesquisa são focados nas condições das mulheres trabalhadoras, [...] aqui na nossa categoria, nas agroindústrias de Chapecó, não só Chapecó, mas, as agroindústrias em geral, 60% da força de trabalho é constituída por mulheres. Então, isso é muito importante, avançou muito, mas, tem muito que buscar e conquistar, para assegurar a integralidade dos direitos trabalhistas às mulheres [...]

Estão evidenciadas as condições desfavoráveis de trabalho nas narrativas das fontes, com exigência de trabalho acima da tolerância física. O conjunto de circunstâncias, portanto, leva-nos a refletir sobre as artimanhas das nomenclaturas atualmente utilizadas pelas empresas, para se referirem aos trabalhadores, que são denominados: colaboradores e parceiros, desvirtuando a consciência de classe, sem no entanto alterar a real condição do trabalhador, que continua tendo sua força de trabalho explorada, sem participação nos lucros, sem valorização salarial e sem participar das tomadas de decisões, nem mesmo as que dizem respeito às condições do seu trabalho. A falta de consciência de identidade com a classe trabalhadora, potencializa a desmobilização da categoria e do órgão que a representa, tornando-a ainda mais vulnerável à exploração dos capitalistas. Os empregadores fomentam a ideia de que o trabalhador não necessita de intermediação do órgão sindical de classe para discutir seus interesses, uma vez que podem dialogar entre si, incluindo nessa relação os acordos demissionais, já que está estabelecida uma “parceria” entre empregado e o empregador. Mas os fatos impedem a aceitação do argumento, vimos no relato de Jenir, que os direitos podem avançar ou retroceder constantemente, também notado na NR 36 (BRASIL, 2013), que foi aprovada para regulamentar as condições de trabalho na agroindústria, contudo, já esteve ameaçada de extinção. Alerta ainda para a questão dos atestados médicos, pois a empresa BRF não aceita espontaneamente os atestados médicos dos trabalhadores adoecidos, somente acatou por meio de Ação Coletiva mediada pelo sindicato, e tem certo tempo de validade, não é



permanente, deve ser sempre negociada. Essa postura desconstrói o argumento da parceria, pois nega o direito de remediar danos causados com o próprio trabalho, quando a lógica deveria ser inversa, proposta pela própria empresa, aos denominados “colaboradores”. Tais fatos estão explícitos nas fontes, em certa ocasião, uma trabalhadora pediu demissão da empresa por não resistir às dores no corpo, não obteve nenhuma medida de proteção e segurança da empresa. Sobre isso, Rosa<sup>26</sup> desabafa dizendo que veio ao Brasil para buscar o sustento do filho, mas só o que resultou foi doença, doenças com sequelas em seu corpo, está afastada do trabalho pela gravidade das lesões, mas está há quatro meses sem receber da empresa e tão pouco do INSS. Agora não tem dinheiro para o aluguel, alimento e sequer para pagar a medicação que necessita tomar diariamente, para suportar a dor na coluna. A condição de Rosa assemelha-se à experiência de Flor do Caribe, que precisou pedir demissão do trabalho na BRF pela gravidade das lesões, que a levavam a injetar medicações todas as noites, a fim de aliviar as dores, também não teve nenhum auxílio da empresa.

Além do mais, as atividades recreativas promovidas pelas empresas, para a integração do grupo, têm como principal meta amortizar os conflitos entre os trabalhadores, simulam um enaltecimento do trabalhador que tem o maior tempo de trabalho e maior produtividade, promovendo, assim, a competitividade e rivalidade entre os trabalhadores, cada qual querendo atingir o podium de melhor vendedor ou de produção, quando, na verdade, o maior ganhador é a própria empresa. Não bastando isso, o fato de aglutinar os trabalhadores da empresa em atividades recreativas, em turnos opostos ao trabalho e nos finais de semana, é uma forma eficaz de controle indireto sobre as ações do trabalhador em seu tempo supostamente livre.

Outra forma de dominação e exploração da classe trabalhadora, que pode ser considerada perversa, é o “banco de horas” - trata-se de um acúmulo de horas produzidas em excedentes de trabalho, sem remuneração, por demanda de produção, para serem compensadas posteriormente. Gerenciadas pela empresa, de acordo com seus interesses, tanto a geração quanto a compensação de horas, mediante escalas quando baixa a demanda de produção, essa administração ocorre à revelia do trabalhador, sendo desconsiderada a rotina da vida privada, incluindo aqueles com filhos menores. Essa forma de gestão, mostra claramente os interesses e vantagens parciais desvinculados dos interesses da classe trabalhadora e intimamente ligada aos representantes do capital, compradores da força de trabalho - única mercadoria que o trabalhador tem a oferecer. Acrescenta-se, à exploração dos trabalhadores, as contratações de serviços de empresas terceirizadas, condição que contribui com a precarização do trabalho,

---

<sup>26</sup> ROSA. Haitiana, ensino médio, Técnico em Informática no Haiti, entrevistada em 01/12/2021.

inibe a identificação e vinculação com o grupo de trabalho, além de promover rotatividade, o que torna o trabalho ainda mais desprovido de sentido, fragilizado diante da capacidade de mobilização e integração. Vimos na socialização de Flor de Liz, no GF, que em seu contrato como terceirizada, desempenhava determinadas atividades que não constavam nas cláusulas contratuais e ao demitir-se, não recebeu seus direitos trabalhistas, sob a alegação do contratante pertencer a uma cooperativa e, sendo assim, não caberia o pagamento da rescisão.

No cenário da luta por garantias e ampliação dos direitos, a redução da jornada de trabalho é figura central no mundo do trabalho contemporâneo, conjuntamente com a luta contra o desemprego, mesmo sendo essa condição, uma estratégia central do sistema capitalista difícil de ser enfrentada. Jenir argumenta que o sindicato tem na centralidade da pauta, em prol dos trabalhadores (homens e mulheres), a redução da jornada de trabalho na agroindústria, devendo chegar até 06 horas diárias de trabalho ininterruptas e sem redução de salário. No entanto, em 2017, foi aprovada e sancionada no Brasil a Lei nº 13.467/17 - Reforma Trabalhista, que implicou em significativa mudança na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (BRASIL, 1943), notadamente em desfavor do trabalhador. A flexibilização das leis trabalhistas fragilizou a condição do trabalhador, com o contrato de trabalho intermitente, ou seja, o trabalhador pode ser convocado a qualquer momento para prestar o atendimento para o qual foi contratado e receberá apenas por isso. Ainda assim, fica impedido de formalizar outros contratos, pois não pode deixar de atender ao chamado da empresa, sob pena de demissão por justa causa. Os direitos trabalhistas das mulheres também sofreram retrocessos com a nova lei, como no caso das gestantes que eram impedidas de desempenhar serviços insalubres, com a flexibilização, perderam as condições asseguradas nesse quesito. No atual cenário, com aprovação de leis trabalhistas que reduzem os direitos, a intervenção dos sindicatos classistas tende à instabilidade, desta forma os trabalhadores ficam desprotegidos, uma vez que as empresas podem conduzir a rescisão do contrato trabalhista diretamente com o trabalhador, sem a mediação do sindicato, evidentemente numa relação de forças desproporcional. No caso das agroindústrias na base do SITRACARNES, segundo Jenir, foi acordado em negociação coletiva que a rescisão de contrato deve ser realizada no sindicato da categoria, condição que assegura ao trabalhador o recebimento dos direitos. No entanto, não são todas as agroindústrias de Chapecó que compõem a base do Sindicato estão no acordo, a Aurora alimentos - excetua-se, por estar em outra organização sindical, em trâmite judicial, por organizar outro sindicato do ramo na mesma base territorial, sendo assim, os funcionários daquela empresa não estão contemplados no acordo. Diante do desincentivo para a sindicalização, muitos trabalhadores optam por não se sindicalizar, desprestigiando a atuação do órgão sindical, mesmo sendo ele

legítimo para representar a categoria de base, dessa forma, contempla os interesses do capital, que opera com baixa resistência dos trabalhadores.

Reduzindo a arrecadação mensal, sendo a sindicalização um ato voluntário, diferente do imposto sindical, equivalente ao valor de um dia de salário do trabalhador por ano, que é obrigatório, desconto que ocorre no mês de março de cada ano, para o sindicato da base de todas as categorias. Com recursos escassos, o potencial de mobilização, publicação de material e deslocamento dos dirigentes também fica reduzido, entrando num ciclo vicioso, com pouco recurso, menor potencial de alcance nas lutas. Tornando-se o cenário ideal para os capitalistas, donos das empresas, o que torna o trabalhador presa fácil de ser persuadido, vendo-se forçados a vender sua força de trabalho por valores insatisfatórios e em condições de trabalho precarizadas. No que se refere à categoria de trabalhadores, as lutas devem ser contínuas, os avanços e retrocessos também o são, estão em franca disputa de poder. Jenir informa que em 2010, quando venceram as disputadíssimas eleições do Sindicato, identificaram alto índice de adoecimento dos trabalhadores, promoveram, então, uma negociação coletiva com a BRF, para não serem negados os atestados médicos, oportunizando o tratamento do trabalhador, o que foi um avanço para a categoria. Atualmente, porém, o Superior Tribunal de Justiça - STF deu ganho de causa para a empresa, que passa novamente a deliberar sobre a aceitação ou recusa do atestado para o afastamento do empregado, com isso, o trabalhador perde muito, o sindicato segue em busca da revogação da medida.

Vimos, dessa forma, o movimento oportunista ininterrupto, com avanços e declínios dos direitos, citados por Jenir e analisado por Hobsbawn (2015) considerando o contexto de flexibilização e retração de direitos, tornando necessário que o movimento sindical esteja vigilante e fortalecido para a luta e negociação coletiva, qualificada com o aperfeiçoamento dos membros sindicais para a unidade da luta (HOBSEBAWN, 2015). Os dirigentes sindicais de base devem ter uma atuação permanente junto à categoria, potencializando a confiança e credibilidade para eventual mobilização, bem como para conquistar novas sindicalizações. Da mesma maneira, devem receber formação continuada para acompanhar a conjuntura social, política, econômica e legislativa, para potencializar o alcance de resultados favoráveis à classe trabalhadora. O capital se mantém vigilante para agir no momento oportuno e barganhar um sumo a mais da força motriz do trabalhador, que já se encontra fragilizado diante das péssimas condições de trabalho que ocupa e que são potencializadas pelo sistema capitalista, que produz um exército de reserva para sua artimanha inclusive promovendo a migração dos povos. O uso do contingente de reserva de força de trabalho utilizado como forma de pressionar o trabalhador, foi exercido sobre Rosa em determinada situação no ambiente de trabalho. O

pedido de Rosa foi negado quando solicitou liberação do trabalho por não estar bem, e o chefe do setor contestou, dizendo que, caso não estivesse em condições para trabalhar, para o que fora contratada, poderia ir embora, para casa, pois haviam outras pessoas desejando a vaga de trabalho. Rosa já tinha sido exposta a outras situações vexatórias, quando colegas de trabalho se dirigiram a ela, comparando-a a uma escrava, pela intensidade de trabalho que desempenhava, expressões como: “você parece um cavalo” ou “preta, chega preta”. Mas o chefe ordenava inúmeros trabalhos, quando terminava um, deveria continuar em outro, inclusive a limpeza em uma máquina, na qual teve que entrar para efetuar a limpeza, ela tentou recusar, mas ele tornou a dizer que se ela não pudesse trabalhar na máquina, que fosse para casa. Rosa é solteira, veio para o Brasil só, seus pais morreram no terremoto no Haiti em 2010. Ela tem um filho no Haiti, hoje, com 05 anos de idade, quando ela o deixou estava com dois anos, ele está aos cuidados de um tio, irmão de Rosa, depois que veio para o Brasil, não viu mais ele, apenas fala ao telefone. Quer trazer ele para morar com ela, por isso, necessita trabalhar para fazer uma reserva e para enviar dinheiro a ele enquanto permanecer no Haiti. Razões como as de Rosa para suportar o assédio no trabalho e manter o emprego são comuns na imensa maioria das mulheres fontes da pesquisa e supostamente para além delas.

Ainda em relação aos direitos trabalhistas, mas adentrando na especificidade do gênero, com ênfase na condição da mulher, temos que a violência e o assédio no mundo do trabalho afetam amplamente a saúde psicológica, física e sexual de uma pessoa. Portanto, aliado a outros órgãos de defesa da mulher temos a Organização das Nações Unidas para a Mulher (ONU Mulher) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que atuam para amenizar a exposição e para enfrentar as questões com vistas a garantir os direitos assegurados. Desse modo, no próximo subtítulo, iremos avançar com a discussão sobre as questões voltadas à história das mulheres nas relações com o trabalho.

#### 4.2 HISTÓRIA DAS MULHERES: DIMENSÕES DE GÊNERO E TRABALHO

Neste tópico, tratamos da compreensão do contexto histórico das mulheres na relação com o espaço público, externo as delimitações do recinto doméstico envolvendo o mundo do trabalho, com competência da mulher, construídas nas relações sociais permeadas pela disputa de poder. Neste aspecto, para entender o cotidiano vivido na atualidade pelas mulheres trabalhadoras, aqui com olhar direcionado às imigrantes haitianas e venezuelanas é necessário que conheçamos, mesmo que sucintamente, a trajetória de lutas e resistências das mulheres e

seus contemporâneos na relação com o mundo do trabalho. Flor Estrelada<sup>27</sup> indica as estratégias de resistência e resiliência de sua trajetória, força da mulher na busca de superação. Com formação de nível superior em seu país de nacionalidade e atuação na área de geologia, em empresa de renome naquele país, precisou deixar tudo para trás e buscar novas formas de sobrevivência em território desconhecido, sujeitando-se às oportunidades do momento, atualmente trabalha em aviários de perus da empresa Aurora, trabalho braçal que exige força física e é muito desgastante, principalmente no turno que trabalha, iniciando de madrugada e ainda precisa encaminhar o filho antes de tomar o ônibus. Essa foi a alternativa que ela encontrou para enfrentar a crise no momento. Contudo, cultiva a esperança de revalidar seu diploma para tornar a atuar em sua área de formação aqui no Brasil; sabe que vai demorar, pois precisa reunir condições financeiras para pagar as traduções juramentadas das certificações e documentos pessoais, tem um custo alto por página traduzida.

Perrot (2019) afirma que as mulheres sempre trabalharam, mesmo que seu trabalho tenha permanecido na invisibilidade por falta de reconhecimento ou deliberadamente para contemplar interesses divergentes, entretanto, os efeitos dele são inegáveis para a vida das sociedades. Sobre as mulheres do campo, no século XIX, na França, a autora escreve que por longa data elas desenvolveram atividades não remuneradas, no entanto, ocupavam-se dos trabalhos essenciais, auxiliavam o marido nas atividades em feiras, no comércio e artesanatos, gerando renda para família (PERROT, 2019).

Com a industrialização, a partir dos séculos XVIII-XIX, nas sociedades ocidentais, o “trabalho da mulher” passa a ser remunerado, as fábricas ofereciam vagas para moças a partir dos 14 anos de idade, vindas do interior onde desenvolviam atividades rurais junto às famílias, e eram a maioria, em especial no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial. Com o êxodo rural, influenciado pelos meios de comunicação, migraram para as cidades. As camponesas, imersas no sistema patriarcal, eram silenciadas, viam-se enredadas nas relações das famílias, onde eram inviabilizadas e engolidas por muitos trabalhos e suas vozes submergiram. Contudo, “[...] quando se trata da terra, as representações dominam; os estereótipos, produtos do regionalismo e das ideologias políticas florescem. E as mulheres são o suporte privilegiado [...] Os conflitos, quando ocasionam processos, liberam algumas vozes mesmo convencionais[...] mas é pouco [...]” (PERROT, 2019, p. 110).

A vida da mulher camponesa, imersa no sistema patriarcal, seguia o rito e ritmo do campo, com severa divisão de tarefas e de espaços passíveis de serem ocupados. Ao homem

---

<sup>27</sup> ESTRELADA, Flor. Engenheira em Geologia, venezuela, entrevistada em 24/09/2021.

competia o trabalho com a terra e as transações comerciais, já às mulheres cabia a casa, a criação de animais, o galinheiro e a horta, parte da produção era comercializada. Dentre os ritos, de acordo com as idades e o lugar na família, eram destinadas às tarefas de trabalhar nas diversas colheitas “curvadas sobre a terra ou sob o peso das cargas”. O mundo rural estruturado pelo casal é marcado pela hierarquia entre os sexos, sendo o homem o senhor, restando à mulher os cuidados com a família e os agregados (PERROT, 2019, p. 111). Exemplo de situação semelhante na atualidade, em certo momento, anterior ao início da pesquisa, eu, em atendimento social junto ao CRDH-UFFS, encaminhei renovação de passaporte para uma mulher imigrante haitiana, que queria renová-lo para ir ao Chile. Estava feliz, por ter conseguido manter uma gestação até o final, estava no nono mês, aguardava o parto e a licença maternidade, então deixaria a empresa. Essa gestação, segundo ela, foi a terceira, as duas anteriores foram interrompidas por aborto espontâneo, em torno do quinto mês gestacional, pela posição e movimento continuado de curvar-se para frente, pressionando o ventre, o que provocava o aborto pela mecânica do movimento repetitivo. A dinâmica da vida das mulheres se altera à medida que o campo também se modifica. Com o êxodo rural – migração do campo para a cidade, principalmente dos jovens, as mulheres mais velhas que permanecem no campo assumem tarefas anteriormente conduzidas pelos homens da família, passando a arar a terra e cuidar dos negócios da família. Essas mudanças alteram as relações familiares, interferindo na vida das mulheres, não apenas na das que permaneceram no campo, mas também na das que migraram, comumente colocadas em casas de famílias como criadas, por intermediação dos padres e vigários conhecidos. Outras, que migravam para a zona urbana, trabalhavam nas fábricas têxteis, desde os 14 anos de idade. Como medida de segurança eram colocadas em internatos, sob responsabilidade das irmãs religiosas e rigoroso poder disciplinar, onde eram doutrinadas. Os salários percebidos eram enviados diretamente para as famílias, sendo relevantes para a economias doméstica, ao passo que elas ficavam meses sem visitar os familiares. Distantes do interior, acostumaram-se com a cidade e tendiam a não retornar.

Com a redução das mulheres no campo, os casamentos ocorriam ainda mais cedo, como forma de mantê-las naquele ambiente. Porém, já com novos horizontes para convencê-las. A vida no campo teria que ser mais confortável e as famílias deveriam deixar o sistema patriarcal, assumir uma perspectiva de relações mais igualitárias e o matrimônio ocorrer com bases românticas. Em meados do século XX, com alguns avanços de uma sociedade moderna, as mulheres dirigiam automóveis, tratores - até mesmo na região de Perche, França, considerada machista - administravam negócios, faziam uso de talões de cheques, filiavam-se em organizações sindicais e confederações da agricultura, muito embora na França, a população do

campo fosse resumida a 4% do total, assim, “o campo desaparece à medida que se transforma” (PERROT, 2019, p. 114).

À vista da conquista da mulher em ocupar espaços públicos, Calêndula declarou ter saído do Haiti por haver poucas oportunidades de trabalho naquele país, as vagas tendem a ser ocupadas por homens, então depois que se formou em enfermagem, emigrou para tentar trabalho em sua área. Mas, conta que as mulheres haitianas costumam buscar alternativas de renda fora do lar, indo às ruas para comercializar artesanatos, gêneros alimentícios e objetos de uso pessoal. Nas breves passagens sobre a trajetória da mulher relacionada ao mundo do trabalho, apresentadas nesse tópico, podemos verificar sua efetiva atuação na construção e desenvolvimento das sociedades, seja no âmbito da família e para além do circuito doméstico. Contudo, o destaque se manteve com predomínio para as atividades desenvolvidas pelo homem, restando à mulher, as atividades secundárias e complementares. Na sequência abordamos mais enfaticamente as ocorrências da divisão do trabalho entre os sexos.

#### **4.2.1 Divisão Sexual do Trabalho: direcionamentos reproduzidos**

Aqui, nos atemos a abordar as relações sociais reproduzidas por gerações, para a divisão sexual do trabalho, sinalizando, desde muito cedo, o rumo para a vida de homens e mulheres. Em meio a essa discussão, o trabalho doméstico é essencial para o funcionamento e a reprodução das sociedades, recaindo sobre os ombros das mulheres, com as representações sociais para a dona de casa, mãe de família. Na narrativa de Flor de Pitanga, é possível ser notada a idealização do que, supostamente, seria uma autêntica mulher, responsável pelo lar, prioritariamente no imaginário masculino, quando ela se refere ao comentário de um colega na fábrica de telas onde trabalhou por um período. Esse, apesar de não auxiliar nas tarefas, para sustentar os rolos de telas que manobravam, demasiado pesados para ela, ainda dizia: - uma mulher dessas é que eu precisava [...], por trabalhar pesado e dar conta da totalidade do trabalho do setor. Desse comentário podemos deduzir a concepção do colega de trabalho de Flor de Pitanga têm sobre o papel que a mulher deve desempenhar - para ser uma boa mulher, merecedora de reconhecimento, deveria atuar com grande esforço e dar conta de todas as tarefas que lhe são atribuídas - cuidando de tudo, sem levar em consideração a fragilidade do corpo feminino, relativo à força física e a dificuldade encontrada para carregar objetos pesados. Isso para ele é irrelevante, o que importa a ele (homem), é receber o ambiente preparado, as tarefas desenvolvidas de forma a contemplar suas necessidades e expectativas, do mesmo modo que Akotirene (2019) traz nos conceitos de Conceição Evaristo “[...] colonialismo moderno que

insiste em dar cargas pesadas a mulheres negras e homens negros” (AKOTIRENE, 2019, p. 22).

Relativo às atribuições e papéis socialmente destinados à mulher, Magnólia<sup>28</sup> expressa o preconceito que vivencia no ambiente de trabalho, quando colegas, mulheres, brasileiras, manifestaram ciúmes de sua relação com os maridos, também trabalhadores do setor, aviários de perus. Ela se percebe comunicativa, gosta de dialogar e das coisas retas, então não se cala, mas não sem pretensão de intimidades, depois de algum tempo, trocou de setor, nesse está bem. Salienta a necessidade de trabalhar para sustentar seus filhos, diz encontrar dificuldades, pois são muitos gastos: aluguel, luz, água, o que não era pago por ela na Venezuela, porque tinha casa própria, as faturas de água e luz eram pagas pelo governo, para as classes de média e baixa renda. Percebe-se, na experiência de Magnólia, o senso comum pré-disposta ao sexo e a procriação, supostamente a função precípua da mulher. Vale a reflexão sobre os padrões de comportamento que são aceitos, cabendo à mulher o trabalho de cuidadora, de forma recatada, preferencialmente no lar e, quando fora dele, deve manter o mesmo comportamento submisso.

Arelado à mulher, do modo que diz Perrot (2019) “O trabalho doméstico marca todo o trabalho feminino - a mulher é sempre uma dona de casa”, independente da função que assuma. Mesmo fora do âmbito doméstico, espera-se que ela tenha um comportamento zeloso, organizativo, embelezador e zelo, não acompanha a evolução das igualdades. É um trabalho que demanda força física e menor potencial intelectual, parece manter-se pouco alterado desde os tempos das cavernas à contemporaneidade dos conjuntos habitacionais. A autora destaca três figuras centrais representativas do trabalho doméstico: “a dona de casa de origem humilde, a dona de casa burguesa e a criada, atualmente tida como empregada doméstica ou a diarista” (PERROT, 2019, p. 115).

A dona de casa dos meios operários é considerada o núcleo econômico e familiar. Ela administra o salário do marido (fato recorrente na França), somado à renda que ela também produz com trabalhos artesanais, costura, etc... cuida dos afazeres domésticos, zela pela economia doméstica, inclusive o preparo da alimentação. Já a dona de casa burguesa não acumula as mesmas funções. Ela, por sua vez, responsabiliza-se pela administração da casa, das despesas a depender do valor que lhe é repassado pelo marido. Exerce domínio sobre as filhas e sobre a criadagem, que costuma resumir-se a uma criada, a qual esforça-se para manter, evitando o status de decadência. As empregadas domésticas são remuneradas, sendo o setor que mais empregou mulheres em 1914. Com uma diferente forma de contrato, pois recebiam casa

---

<sup>28</sup> MAGNÓLIA. Ensino médio na Venezuela, entrevistada em 24/09/2021



e comida, os salários eram reduzidos e a jornada de trabalho quase ilimitada, entre outras explorações, para além da força de trabalho, como o uso do próprio corpo para atividades sexuais. Com o decorrer do tempo, as criadas desaparecem, dando lugar para as faxineiras, diaristas, vagas ocupadas predominantemente por imigrantes (PERROT, 2019).

No decorrer das décadas, muitas inovações e tecnologias surgiram e facilitaram o trabalho doméstico, no entanto, a divisão sexual do trabalho é mantida, os homens se recusam a lavar, passar e cuidar dos filhos e da casa. A reprodução desse modelo está na sociedade brasileira do século XX, pois enquanto os meninos saíam às ruas para brincar com carrinhos, jogar futebol, as meninas ficavam dentro de casa auxiliando suas mães nos trabalhos domésticos, como secar a louça, tirar o pó dos móveis, cuidar dos irmãos menores. Assim como as atividades, os comportamentos a serem aceitos também eram estabelecidos de acordo com o sexo, cabendo às meninas serem dóceis, amáveis, carinhosas, cuidadosas e obedientes. Quanto aos meninos, deveriam adotar um comportamento mais incisivo, tomando cuidado, até mesmo com a escolha da leitura que fariam, as emoções deveriam ser contidas, para não serem taxados de afeminados, afinal, sensibilidade era comportamento de mulher. As meninas escolhiam romances e outras leituras voltadas às boas maneiras e bons costumes, os quais deveriam ser adotados por uma moça elegante. De forma a protegê-las e evitar de serem mal faladas, não deveriam trabalhar fora do domicílio. Esses comportamentos implicam potencialmente na subjetividade das meninas, na formação da personalidade que se expressa no comportamento submisso, adotado, muitas vezes, pela mulher frente aos homens, nas amplas relações de trabalho e de maneira particular na relação conjugal (ARENDETT, 1997, p. 72).

As condições viabilizadas para proteção das jovens mulheres, apresentaram estreita relação com a classe social, pois as filhas das famílias pobres precisavam trabalhar para contribuir no sustento do grupo, ingressando precocemente no trabalho, aos 14 anos já exerciam atividades remuneradas, com longa carga horária nas indústrias têxteis. Enquanto que as meninas de classe média alta eram poupadas do trabalho, para evitar que fossem assediadas, devendo se manter castas até o casamento. Diante da necessidade de proteger as crianças e os adolescentes, mantendo-os fora do trabalho até a maturidade de seu corpo e também por questões de reputação moral, em 1927, com o apoio dos médicos, foi criado o Código de Menores, efetivado no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Essas medidas impediram a contratação formal nos espaços fabris, contudo, mantiveram-se nas ruas como vendedores ambulantes, entregadores de jornais, engraxates, por longo período de tempo, somente na história recente houveram ações mais efetivas de proteção, a partir de 1990, quando passa a vigorar o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Retrocedendo algumas décadas para rever a condição da mulher no mundo do trabalho, vimos que as atribuições e competências são construídas socialmente ao longo dos tempos, baseadas na tríade do gênero, raça/etnia e classe. Consta na historiografia mais recente, ao final da primeira guerra mundial, por volta de 1918, a ampliação da discussão sobre a posição que deveria ser ocupada pela mulher, utilizando-se de argumentos religiosos, jurídicos e higienistas. Nessa tendência, a mulher deveria voltar-se às atividades domésticas e à maternidade. Condição que regride nos direitos e domínios conquistados pela mulher. Diante disso, algumas profissões de predomínio feminino passam a ser consideradas imorais. Nessa perspectiva, as condições de trabalho foram tornadas ainda mais difíceis e precarizadas. Inúmeras denúncias foram feitas por distintas vertentes (anarquista, socialista e comunista), condenando o labor feminino em ambiente externo ao domicílio, devendo impreterivelmente cessar no ato do casamento ou nascimento de um filho, sendo aceita apenas quando na fatalidade da pobreza.

A necessidade do trabalho remunerado acompanha a trajetória da mulher demarcada pela raça e classe, que desempenham trabalhos duros e enfrentam preconceito racial. Sobre isso, Dhalia diz que veio para o Brasil sozinha e que deixou sua família, que é difícil viver longe deles porque estava acostumada com sua família. Aqui no Brasil, muitas vezes, ao passar por outras mulheres brancas, cumprimenta-as, mas elas não respondem, diz não se importar com isso, porque pensa que as pessoas são iguais perante Cristo. Reafirma que está aqui para trabalhar, enquanto tem forças, porque sua vai diminuir e vai ficar difícil. Fica imaginando se vai ficar no Brasil, tem muitos haitianos saindo do Brasil, porque com o salário que recebem, está difícil ajudar a família no Haiti, que depende de auxílio financeiro.

A mudança de concepção perpassou até mesmo as famílias que defendiam o trabalho da mulher como contribuição no sustento da família. Além disso, entre 1920 e 1940, houve redução da inserção da mulher no mercado de trabalho, em grande parte, devido às transformações no processo de industrialização, tradicionalmente de predomínio masculino. Nesse ínterim, foram implementadas legislações de proteção à mulher e à maternidade, com redução de carga horária diária, impedimento de trabalho noturno, liberação de trabalho no último mês de gestação e garantia de dois meses de licença maternidade. Esses direitos, por um lado, melhoraram as condições de trabalho para as mulheres trabalhadoras e, por outro, restringiram as contratações (MATOS; BORELLI, 2020). Concomitantemente ao retrocesso do acesso ao mercado de trabalho nas indústrias, as mulheres passaram a ocupar trabalhos informais, de menor visibilidade, ocupando-se de trabalhos domésticos. Todavia, oportunidades no comércio, escritórios, estabelecimentos bancários, burocráticos e administrativos surgiram como alternativas para as mulheres. Ainda assim, eram ocupações como auxiliares, com baixa

visibilidade e que demandam longas jornadas de trabalho, com baixa remuneração. As profissões de maior prestígio, como na medicina, nas engenharias e no direito, eram de domínio masculino, da mesma forma, o ambiente universitário (MATOS; BORELLI, 2020).

Ante aos ataques dos direitos, muitas foram as resistências e lutas travadas pelas mulheres para acessar as universidades e as vagas de trabalho nos diversos campos. Seguimos tratando, brevemente, sobre a história das mulheres, pois data de longe a atuação da mulher no campo, desde o final da escravidão no Brasil (1888), quando os fazendeiros contratavam as famílias para trabalhar nas propriedades, principalmente famílias de imigrantes, que recebiam o pagamento de acordo com a safra e a produção. Incluída no contrato estava a força de trabalho de todos os membros da família, cabendo à mulher, além das grandes plantações, o cultivo da lavoura para subsistência e criação de animais, com produção de embutidos, preparo das carnes, banha e o excedente produzido era comercializado (MATOS; BORELLI, 2020, p. 136 -140).

Mesmo com o protagonismo da mulher nos diferentes tempos e espaços de trabalho, desde o campo ao urbano, a legislação tardou em regulamentar o trabalho feminino no Brasil, ocorrido tão somente em 1910, no Estado de São Paulo e ampliada com a regulamentação na década de 1930, culminando na proteção ao trabalho da mulher na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT (BRASIL, 1943), que, dentre outros direitos, estabeleceu a equiparação salarial entre homens e mulheres, bem como a autonomia da mulher para trabalhar em âmbito público, sem autorização do marido, Agregou-se a essa importante medida de interesse social, o Estatuto da Mulher Casada (BRASIL, 1962) e a supressão dos termos do Código Civil (BRASIL, 2002) do direito do marido (exercido sobre a mulher) de impedir que a mulher trabalhasse fora do domicílio, tornando-a livre para decidir. Oportunamente, na década de 1960, desenvolve-se uma perspectiva mais igualitária nas relações entre homens e mulheres, implicando em mudanças na condução da educação das famílias e na socialização das meninas. Em meio às mudanças, as mulheres brasileiras se mobilizaram em defesa de sua colocação no mercado formal de trabalho, não somente em trabalhos secundários, mas de acordo com suas qualificações. Esse movimento incitou o desejo nas meninas de ocuparem as escolas de nível médio e universitário, construindo carreiras até então dominadas pelos homens.

Ainda assim, a presença da mulher na disputa das vagas de trabalho em âmbito público tem relação direta com fatores econômicos e políticos, considerando que o mercado de trabalho determina o volume de força de trabalho necessária de acordo com as condições do momento. Assim, quando há a alta da economia e do mercado consumidor, a força de trabalho feminina é requisitada e incorporada ao mercado (MATOS; BORELLI, 2020, p. 142). No Brasil, questões relacionadas à mulher trabalhadora e seu ingresso no mercado de trabalho ganharam força com

a “Segunda Onda” feminista (1960), ainda que tardia, se considerado o movimento feminista na França e demais países da Europa, onde as lutas por direitos políticos, econômicos e educacionais estavam avançadas. O Brasil vivia um período de severas restrições de liberdade de expressão. Contudo, além das pautas trabalhistas, outras relacionadas à sexualidade, ao corpo e à violência contra as mulheres foram sendo encampadas (PEDRO; ZANDONÁ, 2019). Nos anos 1970, participando do mercado laboral, com incremento da urbanização, a mulher expandiu seu lastro de inserção para além das tradicionais contratações (têxtil e alimentícia), adentrando nos setores de linha de montagem, eletroeletrônicos, brinquedos, entre outros, devido ao perfil metucioso, à habilidade manual, serem rápidas e concentradas, condições adequadas para as funções, envolvendo atividades repetitivas e metuciosas.

Juntamente com as lutas por melhores condições de trabalho, houve a expansão dos ensinos médio e superior no período compreendido entre 1970 e 1975, quando o ingresso das mulheres nas universidades aumentou em cinco vezes. Com o avanço na escolaridade, as mulheres se tornaram mais competitivas, impactando o mercado de trabalho, potencializando sua entrada em setores antes blindados para mulheres. Além disso, estavam presentes nos movimentos em vias públicas, em diversas manifestações, enfatizando o diferencial do movimento feminista na luta contra a opressão das mulheres e a afirmação de que a relação entre homens e mulheres não é natural, mas sim construída e reproduzida culturalmente, sendo passível de modificações (PEDRO; ZANDONÁ, 2019).

Nos anos 1980 e início de 1990, com a alta da inflação, o sistema bancário informatizou os serviços e alterou as formas de contratação, com redução nos salários. Diante dos fatos, em curto espaço de tempo, as mulheres se tornaram as mais contratadas e, mesmo qualificadas, ocupavam cargos e salários secundários. Diante das discriminações sofridas, organizaram-se em associações, sindicatos – resistiram – fortaleceram a categoria, ocuparam várias frentes de luta por melhores salários e condições de trabalho (MATOS; BORELLI, 2020). Contudo, mesmo diante das lutas e resistência das mulheres trabalhadoras e dos avanços da legislação, a expressão da realidade não condiz com a integralidade dos termos previstos nas leis trabalhistas. Ao invés disso, as estatísticas apontam a permanente instabilidade da mulher no mercado de trabalho, as discrepâncias salariais, girando em torno de 30 % a menos do que é pago aos homens, no desempenho de funções similares.

Sendo os mundos do trabalho permeados pelas relações de gênero, com distinção entre os universos público e privado, marcado pela divisão sexual e social do trabalho, definindo o *locus* de ocupação da mulher, analisaremos as dinâmicas estabelecidas nas relações da mulher inserida neste contexto. Visto que a feminização das migrações é uma tendência atual, assim

como o assume a frente de principal provedora das famílias mesmo com a disparidade na renda (ZAMBERLAN, 2004). Essa tendência explicita-se em Flor de Liz, Flor de Pitanga e Begônia, que declararam ter migrado desacompanhadas dos maridos, em busca de trabalho e autonomia e responsabilizam-se sozinhas pelo provimento do sustento de suas famílias, filhos e mães que as acompanham na diáspora. Não bastando assumirem sozinhas a responsabilidade pelo sustento da família, recebem baixos salários pelos serviços prestados, mesmo tendo formação de nível superior e médio técnico, a remuneração é equivalente ao trabalho que não exige qualificação.

A incorporação do trabalho feminino pelo capital, de um lado, contribui para a emancipação da mulher e por outro, recai sobre ela o trabalho precarizado. O sistema capitalista opera a divisão sexual do trabalho, privilegiando os homens para os trabalhos de maior qualificação e melhores salários, ao passo que, para as mulheres, destina os trabalhos de menor qualificação, sendo que a base da pirâmide é ocupada por negro/as, imigrantes e refugiados. Temos, nos dados estimados pelo dirigente do Sindicato das Carnes de Chapecó – SITRACARNES, que em torno de 60% da força de trabalho contratada atualmente nas agroindústrias de Chapecó está constituída por mulheres, para trabalhos na produção, onde não há exigência de qualificação, apesar de muitas terem formação de nível superior, no entanto, os certificados não estão revalidados no Brasil, tão pouco interessam às empresas. Quanto à presença das mulheres nos diversos setores da agroindústria, Orquídea, que trabalha no setor da balança em uma das unidades da Aurora Alimentos, comenta que no setor onde trabalha o predomínio é de mulheres, mas que o supervisor é homem brasileiro.

Esse movimento de incorporação da força de trabalho feminina é permeado de subjetividades e enfrentamentos, vem se construindo uma história social de resistência à opressão, em busca da emancipação da mulher. A luta contra a dominação masculina precede a sociedade capitalista e se perpetua nela, contudo, uma sociedade de classe estratificada não elimina a opressão de gênero, mas possibilita maior expressão das subjetividades concernentes às individualidades. Contudo, na superação da desigualdade de classe, homens e mulheres trabalhadores unem-se na luta pela emancipação, sem o caráter de mando e controle.

O emprego da força de trabalho feminina está composto por diversos tipos de formação socioeconômica e diferencia-se da masculina, seja na sociedade pré-capitalista ou capitalista, como podemos observar também em Saffioti (2013). As determinações do modo de produção e formação socioeconômica estão relacionadas aos papéis individuais, numa construção sócio-histórica permeada por questões de gênero, raça e classes. Sendo que o fator sexo desempenha menor influência para manutenção da ordem social. A opressão sobre a mulher ocorre, em parte,

pelas características que lhe são atribuídas, de debilidade física, instabilidade emocional e pequena inteligência, o que implica na definição dos papéis sociais secundários a serem ocupados por ela, “ao tomar a sociedade como totalidade, o capitalismo representa uma diminuição das funções diretamente produtivas até então desempenhadas pelas mulheres” mas não implica em torná-las inativas, pois o trabalho no lar, não é considerado renda, contudo é identificado como uma poupança que contribui para o orçamento doméstico promovendo a divisão de tarefas entre os sexos, cabendo à mulher ínfima parte da economia, com reservas para o homem. No entanto, a força de trabalho feminina, em determinados momentos, é utilizada para baixar os custos da produção, com resultado vantajoso para os capitalistas, somando-se a isso o fato de que são mais passivas nas relações de trabalho (SAFFIOTI, 2013, p. 331).

Nessa figuração, as mulheres representam um aspecto do anticapitalismo aparente, mais voltadas à economia de livre iniciativa, onde a força de trabalho feminina, de importante dimensão no sistema dominante, assume um papel de regulador dos salários no mercado produtivo, em setores da economia mais apropriados à atividade feminina (SAFFIOTI, 2013). Do ponto de vista da ascensão e mobilidade social nas famílias, o maior potencial está voltado ao masculino, essa circunstância é construída socialmente e são aspirações mais masculinas do que femininas, pois as mulheres dividem seu tempo entre a carreira profissional e a maternidade. Apesar disso, em meados do século XX, com o desenvolvimento industrial, não houve absorção da força de trabalho feminina, permanecendo ela, em grande parte, voltada para o ambiente doméstico, no entanto,

[...] No Brasil, embora não se tenha verificado uma exploração maciça da mão de obra feminina [...] a fim de acelerar a acumulação de capital [...] o emprego de mulheres sempre permitiu a apropriação de maior *quantun* de mais-valia, dada a discrepância entre os salários masculinos e femininos. Os dados existentes sobre os salários industriais em 1920 revelam grande concentração de mulheres maiores de 14 anos nas faixas de salários mais baixos (SAFFIOTI, 2013, p. 343).

Nesse movimento de presença, resistência e precarização do trabalho, constrói-se a história das mulheres, agregando pautas de intervenção na política, de certa maneira associadas à emergência do movimento feminista, adentrando o campo da profissão, para mudar a forma desigual do andamento do processo de inserção social da mulher. Em Scott (1992), vimos a consideração da palavra política de três maneiras: primeiro dirigidas para governos e autoridades em atividades que pautam interesses coletivos; segundo para se referir à relações de poder; terceiro para definir ideologias no estabelecimento de identidades individuais e

coletivas, ou seja, entende que a luta política é intrínseca à história de luta das mulheres (SCOTT, 1992).

Para melhor compreensão da trajetória política da mulher, buscamos em Scott (1992) o histórico dessa construção a partir da década de 60, do século XX, nos Estados Unidos, experiência que foi tomada por ela para refletir o movimento feminista de dimensão internacional, iniciado em 1961, o qual reivindicava a igualdade de direitos e oportunidades; em 1963, essa pauta foi negada. Diante do insucesso, formaram comissões estaduais, implementadas em 1964, acrescentando na pauta a discriminação sexual, semelhante ao que já era feito contra a discriminação racial. Com a derrota da emenda, dessa vez formaram a Organização Nacional das Mulheres e lutaram pela participação ativa da mulher na política e por mudanças sociais. Lograram êxito, sendo o primeiro movimento reconhecido depois das sufragistas.

No Brasil, um fator propulsor do movimento das mulheres foi a iniciativa da Organização das Nações Unidas - ONU, em estabelecer o ano de 1975 - o ano Internacional da Mulher, o qual se tornou um “mito fundador” do movimento, essa data fora tomada em narrativas como tendo sido o início do movimento feminista. Contudo, muitas lutas já haviam sido travadas ao longo da história das mulheres, afinal, esse marco não fora inaugurado e sim conquistado, com árduas lutas, tendo se efetivado em consequência dos movimentos que estavam ocorrendo nos anos 1960 e 70, mais especificamente na Europa e nos Estados Unidos. O apoio da ONU impactou favoravelmente os movimentos feministas no Brasil, que tiveram mais liberdade para se organizar e formalizar os que já estavam em andamento (WOLFF *et al.*, 2016).

As faculdades e universidades passaram a incentivar as mulheres a frequentarem as instituições, devido à carência de professores e pesquisadores, mesmo diante de preconceitos em relação às mulheres intelectualizadas. Com abertura de espaços, o feminismo apareceu posicionando-se contra a persistente desigualdade, inclusive nas academias, baseada na diferenciação pelo sexo, que interferia nas oportunidades profissionais. As mulheres historiadoras organizadas, tratavam das diferenças e particularidades entre os e as profissionais historiadores/as, opondo-se ao paradigma de unidade da categoria, indicando as diferenças entre professores/professoras, negros/as e brancos/as (SCOTT, 1992).

A emergência da história social, focando nas diferenças das identidades coletivas, tornou-se um importante veículo para a história das mulheres, apontando para a necessidade do estudo da história das mulheres, permitindo aos historiadores/as das mulheres escrever sobre as experiências vividas em diversos espaços públicos. Mesmo as categorias de trabalho

estabeleceram as diferenças entre mulher trabalhadora e trabalhadores, o antagonismo marcou a política e a história, com conflito de interesses e ideologias, aflorando o gênero como categoria de análise. Denota-se das fontes o inegável esforço e resultado das mulheres na relação com a formação, qualificação profissional e ocupações no mundo do trabalho. O foco é ampliado à medida em que vão se estabelecendo relações entre feminilidade, masculinidade e as diferenças de raça/etnia, classe e sexualidade, podendo constituir um campo comum. A organização das mulheres, as lutas e as pautas foram ocorrendo nas denominadas ondas feministas, sendo que a primeira onda, por direitos civis, ocorreu relativamente em concomitância com outros países, articulada por mulheres brancas de classe média e alta e escolarizadas, com a conquista, em 1932, do voto para as mulheres no Brasil. (SCOTT, 1992). No entanto, na segunda onda, essa unificação não ocorreu, enquanto países desenvolvidos estavam adiantados na pauta por direitos sexuais e reprodutivos, o Brasil vivenciava um período retrógrado de ditadura militar. O movimento de mulheres timidamente passou a se organizar pela anistia, pela liberdade de familiares, tardando no avanço da pauta por direitos reprodutivos e sexuais, que foram ocorrendo mediante forte censura no período ditatorial (PEDRO; LEMES, 2019).

Posteriormente, no Brasil, nos anos 1980, período da redemocratização, o movimento das mulheres ocupou as ruas na luta pelo espaço de poder, reivindicando delegacias para mulheres, núcleos de estudos sobre a mulher e sobre gênero nas instituições de ensino superior e atuação do *lobby* do batom na elaboração da carta magna (BRASIL, 1988), que assegurou ganhos na hierarquia de gênero (PEDRO; LEMES, 2019). No entanto, a ocupação dos cargos eletivos por mulheres no Brasil não acompanhou o ritmo de outros países, mantendo-se com baixa representatividade. Ainda assim, o estudo da temática de gênero nas universidades formou uma geração de mulheres, fazendo surgir a terceira onda feminista, identificada dessa maneira por Heloisa Buarque de Hollanda e Marlise Matos. Elas também apontam que os movimentos de rua de 2015, denominados, primavera das mulheres, originaram a quarta onda. Já Marlise Mattos, situa a quarta onda no início do século XXI (PEDRO; LEMES, 2019, p. 71).

Circunstancialmente, reflete-se sobre a importância do estado democrático para o movimento das mulheres, considerando o histórico de violações, como já mencionado, severamente agravado pela ditadura militar, que interferiu na dinâmica do movimento das mulheres. Portanto, independente do marco ser a primavera das mulheres ou da quarta onda, vale saber que o movimento que vem ocorrendo no Brasil e fora dele é um ato de resistência ao movimento conservador que vem ganhando força e se expressando nas ações governamentais e parte da sociedade civil, do mesmo modo que estamos vendo ocorrer em território brasileiro,



não se trata de caso isolado, mas de avanço conservador, com a negação dos direitos humanos da população em mobilidade internacional, da liberdade de expressão sexual nos países “da América Latina, Europa e Estados Unidos” (PEDRO; LEMES, 2019, p. 71). A rejeição dos imigrantes e a imposição de limites a essa população está presente na avaliação de Jimy e Alex<sup>29</sup>, quando se referem aos entraves que encontram para regularizar o visto de permanência no Brasil, bem como as demais documentações migratórias, seja pelo alto custo das taxas, pela morosidade no atendimento pelos órgãos competentes ou pela solicitação de documentos do país de nacionalidade, que na condição de refugiados não conseguem providenciar, pois não podem retornar ao país que deixaram. Essas medidas demonstram o desinteresse dos governos no acolhimento humanitário, com a dignidade que o imigrante tem por direito.

Ainda na relação ao movimento antidemocrático e conservador, com intolerância ideológica de gênero e raça/etnia, temos o desfecho do caso de Mariele Franco (mulher negra, homo afetiva) vereadora eleita no Rio de Janeiro, com expressiva votação, travou lutas em defesa das minorias, confrontando o sistema conservador que vem se erguendo, alicerçado por políticos conservadores de ultradireita, contrários ao desenvolvimento de políticas públicas que garantam e ampliem os direitos sociais, como as cotas para negros. Contudo, Mariele Franco foi violentamente assassinada em 2018, em via pública, juntamente com seu motorista, por motivos comprovadamente políticos, associados ao crime de ódio pelo gênero, raça/etnia e classe, o qual vem retomando expressividade nesse início de século (PEDRO; LEMES, 2019). Entender essa interseccionalidade de gênero, raça/etnia e classe, em Kimberlé Crenshaw, apontados por Akotirene (2019), é um desafio e uma necessidade. Visto que a interseccionalidade deixa transparecer a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, o revés do feminismo ao reproduzir o racismo, do mesmo modo o movimento negro ao adotar caráter machista, ao dispor de ferramentas metodológicas reservadas às experiências do homem negro, ainda cita a constatação de Patricia Hill Collins, com afirmação de que a "interseccionalidade é um sistema de opressão interligado" (AKOTIRENE, 2019, p. 19).

Diferentes motivações levam as mulheres a lutar por seus direitos, dentre as quais, os posicionamentos contrários à opressão das mulheres, pelo direito à educação, a igualdade de gênero, às vagas de trabalho. No entanto, enquanto a mulher branca teme ver seus filhos cooptados pelo patriarcado, a mulher negra estremece com o temor de ver seus filhos mortos

---

<sup>29</sup> PEREZ, ALEX. Presidente da Associação Beneficente Imigrante Venezuelano – ABIV, entrevista em 25/02/2022

pela necropolítica, que é veladamente prática e omite ações homicidas [...] (AKOTIRENE, 2019). Particularmente, o projeto feminista negro trabalha com a centralidade no marcador racial, visando a superação da convenção estereotipada sobre gênero, privilégios de classe e padronização dual da cisheteronormatividade, indagando sobre o lugar ocupado pela população negra. Assim, “A concepção de mundo que interessa ao feminismo negro se utiliza de todos os sentidos [...] Não socorre as vítimas o colonialismo moderno prestando atenção na cor da pele, ao gênero, a sexualidade, genitália ou língua nativa” (AKOTIRENE, 2019, p. 24). Vimos na narrativa de Dhalia e Rosa, as inúmeras formas de preconceito racial pelas quais elas passaram, desde a negação de um cumprimento na rua, até as atitudes de cunho racistas praticados no ambiente de trabalho, com formas comparativas de escrava, de cavalo, por carregar o excedente de peso, além da desconsideração de seus pedidos de dispensa do trabalho por questões relativas à saúde.

No que tange ao feminismo hegemônico, se analisadas as diferenças de raça e classe, vemos que na velhice as mulheres são discriminadas pelo mercado de trabalho. E qual será a condição da mulher negra, que na juventude trabalhou demasiadamente e na informalidade, tendo sequer assegurado os direitos previdenciários? Enquanto as mulheres brancas tiveram acesso ao mercado formal, na condição de patroa, com a segurança do benefício da aposentadoria (AKOTIRENE, 2019). A mulher negra trabalha como doméstica na casa da mulher branca, ao retornar para casa, o pouco dinheiro que recebera deve ser entregue ao marido que, ocioso, exige que essa mesma mulher dê conta dos afazeres domésticos. “[...] no pensamento de vanguarda de Sjourner Truth, raça impõe à mulher negra a experiência de burro de carga da patroa e do marido” (AKOTIRENE, 2019, p.26). Expressões similares às apontadas pela autora, constam da narrativa de Orquídea (mulher negra haitiana, trabalhadora em agroindústria, mãe de dois filhos, com idades entre seis e sete anos). Ao final do mês, Orquídea é compelida a entregar seu salário todo ao marido, que ainda reclama por não estar na íntegra, por ter havido descontos em folha devido à aquisição de gêneros alimentícios, comercializados pela própria agroindústria para os funcionários, produtos esses que são consumidos no âmbito da própria família. O marido também não contribui com os trabalhos domésticos e cuidados com os filhos, alegando ser de responsabilidade da mulher. Além disso, Orquídea paga pelo transporte de uma Van para o deslocamento dos filhos à escola, já que o marido não os acompanha e o horário de expediente a impossibilita de acompanhá-los. Em situações como essa, podemos constatar a transversalidade da tematicada de submissão da mulher negra ante ao machismo do homem negro, na divisão das tarefas domésticas, cuidado com os filhos e provimento das despesas familiares. “As tarefas da casa são todas minhas, ele não faz nada, diz

que é meu trabalho, [...]. Meu trabalho é forte, no setor da balança, eu devo pesar os produtos grandes, sinto muita dor no corpo”. Evidencia-se o caráter machista do haitiano, marido de Orquídea, quando ele exige que ela lhe entregue integralmente o valor do seu salário e atribuindo a ela toda a responsabilidade com as tarefas domésticas, incluindo o cuidado com os filhos. Além da sobrecarga de trabalho na família, Orquídea diz que o trabalho na agroindústria é pesado e gera cansaço e desgaste físico, apesar dela ser jovem e dispor de boa saúde. No caso dela há vinculação trabalhista, o que lhe assegura alguns direitos previdenciários; seguro por Acidente de Trabalho e Licença Maternidade. No entanto, sendo imigrante, com pouco tempo de contribuição previdenciária ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, provavelmente não atenderá aos critérios para receber o benefício da aposentadoria, concedido, mediante contribuição por idade e tempo de serviço associados, sendo atualmente de 35 anos de contribuição, sujeita a alterações da legislação.

As condições das mulheres estão sujeitas às limitações impostas pelo gênero, raça/etnia e classe, como assevera Davis (2016), estando a raça relacionada à maneira e às condições que a mulher vive na sociedade de classe ao longo da vida. Quer dizer, uma mulher negra em uma sociedade de classe, com estratificação social, cujo lugar social é destinado aos trabalhos mais intensos, menos valorizados, com baixa remuneração, expropriada de direitos, tende a reduzir a vida produtiva pelo adoecimento. O cotidiano vivido por Orquídea reflete a vivência de muitas mulheres que conquistaram a possibilidade do trabalho em espaço público, mas que estão submetidas à dupla ou tripla jornada de trabalho, sujeitas, portanto, à exploração pelo sistema patriarcal, machista e à exploração do sistema capitalista, que se apropriou dos meios de produção e sujeita os trabalhadores à exaustão, para alcançar o máximo potencial produtivo.

O capitalismo promoveu transformações sociais e econômicas ao apropriar-se dos meios de produção e do trabalho humano, promoveu o rompimento do valor de uso, com bens produzidos de acordo com a necessidade de consumo. O trabalhador já não mais produz apenas para o seu consumo, mas para saciar as necessidades do mercado do qual ele é consumidor e também vendedor, pois vende sua própria força de trabalho (SAFFIOTI, 2013). Ante a estrutura desigual entre as classes, pela forma de apropriação, os capitalistas foram fomentando causas naturais, de modo a amenizar os tensionamentos, sendo a etnia e o gênero elemento de naturalização das desigualdades. A visão globalizada da sociedade não pode deixar de perceber as diferenciações que foram se construindo desde a sociedade pré-capitalista, as diferenças do *quantum* de trabalho excedente e o *quantum* de trabalho necessário. Nesse âmbito, a atuação da mulher foi efetiva em diversas sociedades. Nos burgos na Inglaterra medieval, casada, podia somar-se no comércio, desvinculada do marido e, se esse viesse a falecer, herdar os negócios.

Já as solteiras tinham dificuldades de acesso ao comércio, pois deviam ser apresentadas por um homem. Na Inglaterra do século XVII, mulheres atuavam como agiotas, proprietárias de diversos segmentos comerciais, varejistas e atacadistas. Na França, no antigo regime, as mulheres tinham amplos direitos de exercerem atividades comerciais. Entretanto, em ambos os países, as liberdades femininas ficavam restritas ao universo público comercial. Nas demais esferas, do trabalho e da vida privada, era considerada incapaz devendo ser tutelada por um homem de suas relações (SAFFIOTI, 2013). A afetividade não tinha relevância, a urgência de ter um marido era para ascensão social. O marido era o provedor da família e a mulher, nos costumes do sistema patriarcal, devia submissão ao chefe de família e colaboração nos trabalhos, como podemos observar,

A tradição de submissão da mulher ao homem e desigualdade de direitos entre os sexos não podem, contudo, ser vistas isoladamente. Sendo a família a unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas, a atividade trabalho é desempenhada pelas mulheres das camadas menos privilegiadas. Embora não se possa falar em independência econômica da mulher (esta é uma noção individualista que nasce com o capitalismo), pois o trabalho se desenvolvia no grupo familiar e para ele, o mundo econômico não era estranho à mulher (SAFFIOTI, 2013, p. 63).

Essas formas de operar as relações podem servir para refletir o cotidiano de Orquídea, tais atitudes encontram base nos costumes construídos socialmente, mesmo diante dos progressos das leis ordinárias que promoveram mudanças significativas na vida das mulheres. Por conseguinte, as relações sociais de desigualdade de gênero são reproduzidas para manutenção do *status quo*, dessa maneira, as inter-relações dos mundos do trabalho na interface com as agroindústrias explicitam as fronteiras demarcadas para mulheres que buscam a incorporação socioeconômica. A inserção social da mulher, em distintos espaços públicos, contraria as determinações da capacidade pela perspectiva biológica, as quais já eram contestadas por Beauvoir (2019), apropriando-se dos termos já apresentados por pesquisadoras do tema, com o argumento de que as relações de gênero são construídas socialmente, a partir de interesses e narrativas subjetivas dominantes (BEAUVOIR, 2019). Daremos sequência, no próximo tópico, às relações construídas na dinâmica social, com a participação da mulher, confrontando as análises teóricas com o empirismo das narrativas dos sujeitos e com a identificação dos lugares sócio ocupacionais das mulheres.

#### 4.3 O PROTAGONISMO DA MULHER IMIGRANTE CONTEMPORÂNEA NA AGROINDÚSTRIA: ACALORADO CLAMOR OU FRIAS CÂMARAS?

Aqui, evidenciamos, diante do contexto histórico protagonizado pela mulher em questões relacionadas aos mundos do trabalho, o *status* que ela, em mobilidade, ocupa na atualidade, tomando por base as fontes da pesquisa. Consideramos o processo de deslocamento na integralidade, envolvendo as relações identitárias e sociais dos grupos, bem como as ressignificações com a vivência migratória, para a inserção social e laboral e, assim, aferir as hipóteses sobre o trabalho desenvolvido em meio às agroindústrias do Oeste de Santa Catarina, trata-se de uma aclamação ou mera destinação de lugares desprestigiados a serem ocupados por rostos invisibilizados friamente rejeitados pela sociedade.

Apesar das evidências e das narrativas das fontes, denunciando a precarização do trabalho em agroindústria e nas relações, enfatizamos a notável presença das mulheres imigrantes contemporâneas, no ramo da agroindústria de Chapecó. Elas marcam uma página inesquecível pra a história do trabalho na região Oeste de Santa Catarina, com suas inegáveis contribuições no andamento das funções, mesmo sendo desenvolvido, em grande medida, nos setores de produção, com atividades mecânicas e repetitivas, mal remuneradas - são desenvolvidas por pessoas com potencial intelectual, com formação de nível médio técnico e superior em diversas áreas do saber, ainda que não estejam validados no Brasil, compõem o arsenal de conhecimento das trabalhadoras, essa condição tende a promover o melhor desempenho das atividades, beneficiando o empregador, que se utiliza de força de trabalho qualificada e os salários são equiparados ao trabalho sem qualificação. Os aspectos culturais devem ser considerados, pois se por um lado os relatos versam sobre a estranheza causada por suas características e costumes, por outro transformam a realidade local, movimentam um comércio de cosméticos e especiarias, interferem nos fatores culturais da região, como poderá ser observado em estudos e pesquisas de diversos campos. O fator linguístico incita a curiosidade sobre o idioma, promove a autoanálise das limitações, diante da facilidade que os/as imigrantes apresentam, no aprendizado de diversos idiomas.

No ramo da agroindústria, as mulheres, como vimos nos dados do SITRACARNES, compõem em torno de 60% do quadro de funcionários, não apenas imigrantes, mas também as mulheres brasileiras, as quais estão sujeitas as mesmas condições precarizadas que as trabalhadoras imigrantes vivenciam. Os altos índices de adoecimento se aplicam de forma similar a todas, de acordo com a atividade desenvolvida. O Cenário de precarização não inicia com a presença das mulheres imigrantes, mas intensifica-se.

Sobre a percepção da presença nas agroindústrias, Calêndula, em sua experiência, concebe-a da seguinte maneira: "Para eles o que importa são as nossas vidas [...] Quando você tem saúde e pode trabalhar, já quando você está doente, não pode mais trabalhar, não tem valor,

para eles só importa a sua vida para dedicar ao trabalho [...]. Calêndula conta que seu objetivo ao sair do Haiti era estudar, iniciou o curso de enfermagem na Venezuela, não pode concluir em virtude da crise que se abateu sobre aquele país. Então, tornou a migrar, veio para o Brasil, alimentando o mesmo desejo, terminar os estudos, mas não pode ingressar em uma universidade porque logo começou a trabalhar na BRF, “eu precisava uma estabilidade econômica, mas não foi bom, tive problemas, fiquei com muita dor nas costas [...] a vida de uma mulher na agroindústria não é fácil, sente muita dor no corpo”. Do mesmo modo que Calêndula, outras mulheres, fontes desta pesquisa, relataram o descaso com que são tratadas nas agroindústrias, assim como não são priorizadas nas disputas por vagas no mercado de trabalho, relatando que a preferência é destinada aos homens solteiros. Sendo concedidas a elas, as vagas que não são preenchidas por trabalhadores no perfil de interesse prévio das agroindústrias.

Capota vermelha também identificou essa preferência pelos homens. Conta que foi dispensada diversas vezes, em certa ocasião, ao perceber que novamente as mulheres não estavam sendo aceitas, passou a senha para seu marido, que também buscava trabalho no mesmo processo seletivo. Capota Vermelha avalia que para além de não serem bem e prioritariamente aceitas para o trabalho, as mulheres que estão em agroindústrias estão ficando doentes, analisa que necessitam muito trabalhar, mas é necessário ter boa saúde para as demais situações da vida, como voltar-se aos cuidados da família, ter qualidade de vida, sem adoecimento, demonstra boa desenvoltura na sua análise, em sua percepção, a existência do ser humano concentra dimensões para além da dedicação ao trabalho, a vida tem outros valores e necessidades e lamenta o fato de que a mulher, mais especificamente a imigrante, por maior que seja seu esforço e dedicação, não seja devidamente valorizada.

Não vale a pena, sabe! O trabalho não está sendo valorizado na medida do esforço que estamos fazendo. Porque não é fácil trabalhar com porco, não é fácil trabalhar com peru, não é fácil trabalhar com frango, não é fácil lidar com todos os companheiros, não é fácil porque cada cabeça é um mundo e nada é fácil. Mesmo que você vá e fale para seu líder, estou me sentindo mal, acho que tenho covid, ele fala -fica aí, toma um chá e siga trabalhando, isso, não é o esperado de um líder, mas, segue recuperando, e trabalhando, porque assim é. Se amanhã você ficar mais doente, e morrer, ele perde um trabalhador, mas em sua família perde o pai, a mulher, esposa, mãe! e quem fica com teu filho? Ninguém! Às vezes os patrões não compreendem, eles querem só ganhar [...] Porquê só te falam, não, se você não quer trabalhar lá fora tem muitas pessoas esperando para trabalhar. Mas, essa pessoa vai sair do mesmo jeito que eu!.

São consensos nas narrativas das fontes o desacordo das mulheres em relação ao trabalho que desempenham nas agroindústrias, muito embora sejam gratas pela oportunidade recebida ao chegar no Brasil e pela possibilidade de, com o trabalho, prover imediato sustento

das famílias, que chegam com necessidades emergenciais. No entanto, conhecendo como é forte o trabalho nesse setor, a agroindústria seria a última opção de escolha.

Eu fiquei com hemorragia por conta do peso do porco, com dores intestinais devido à comida ruim que eles dão para os trabalhadores, porque é só maltrato para o trabalhador. Não precisa o seu líder te falar um palavrão para se sentir maltratada, os comportamentos demonstram o mau trato.

Os relatos explicitam que os lugares destinados às mulheres, em especial às imigrantes caribenhas e latino americanas, são colocações secundárias, na execução de tarefas que não demandam capacidade intelectual, muito pelo contrário, exigem força física para além da estrutura física da mulher.

Flor Estrelada menciona ter tido dificuldade para conseguir trabalho nas cidades por onde passou, no trabalho que ocupa atualmente, na Aurora porco, conseguiu a vaga por indicação de outro venezuelano, sem isso teria ainda mais dificuldade. Tem dois filhos na Venezuela, que estão aos cuidados da avó paterna, já que o pai deles está no Peru e ela aqui no Brasil. Tem consigo um filho com idade de dois anos. Conta que encontra dificuldades para levar o menino à casa de uma família, que o leva para o CEIM e apanha-o ao final do turno, já que os horários dela são incompatíveis, ela precisa levá-lo no colo, uma vez que é pequeno e ainda é noite. Além do valor pago à família cuidadora, tem despesas com aluguel, no valor de 700,00, água, luz, alimentação. Além do mais, a remuneração das mulheres gira em torno de 20 a 30 % a menos do que é paga aos homens. Visto que as distinções entre gênero, raça/etnia e classe se cruzam em meio às relações sociais e resultam em exclusão, discriminação e abandono. Dessa maneira, a trajetória das mulheres vem se desenvolvendo, seguimos na próxima seção abordando a transversalidade dessas categorias.

#### 4.4. TRABALHO E A INTERSECCIONALIDADE ENTRE GÊNERO RAÇA/ ETNIA E CLASSE

Aqui nos referimos aos marcadores sociais indissociáveis de desigualdade - dimensões de gênero, raça/etnia e classe como forma de opressão inter-relacionada, evidenciando os elementos que envolvem a condição das mulheres e os espaços ocupados, notadamente em desigualdade de condições e de acessos. Assim, indaga-se sobre qual é o trabalho destinado à mulher imigrante, pobre, negra e latina no Brasil e por que razões?

O mundo do trabalho vigente, pautado nos princípios de uma sociedade capitalista com interesses privados, privilegia relações de gênero, de raça/etnia e classe a partir de paradigmas

categorizados por determinantes desse sistema. Argumentamos aqui as interpelações entre essas dimensões, buscando descortinar as relações seletivas e excludentes. Para entender as nuances dessa intersecção, busca-se compreender as ações baseadas no contexto; temos a publicação de Beauvoir (2019) na França, em sua obra *O Segundo Sexo*, na qual a autora sustenta o argumento de que as relações de gênero, as definições de espaços e funções destinadas aos homens e mulheres são estabelecidas nas relações sociais e não por determinação da natureza, paradigma adotado à época. Na sociedade contemporânea, onde ainda persiste a características da dominação masculina em meio às relações sociais, a mulher continua sujeita ao assédio. Para o enfrentamento da problemática, medidas vêm sendo adotadas, citamos a Convenção para eliminação do Assédio, elaborado pela ONU Mulheres, definindo os termos,

**Artigo 1.** Para os fins desta Convenção: a) o termo “violência e assédio” no mundo do trabalho refere-se a uma série de comportamentos e práticas inaceitáveis, ou ameaças desses, seja uma única ocorrência ou repetida, que resultam ou podem resultar em danos físicos, psicológicos, sexuais ou econômicos, inclusos a violência e assédio de gênero; b) o termo “violência e assédio baseado em gênero” significa violência e assédio dirigido a pessoas por causa de seu sexo ou gênero[...], inclui assédio sexual (OIT, 2019).

Para além da compreensão individual dos fenômenos, há que se identificar as determinantes que os unem; os pontos de conexão que se entrelaçam e se consolidam na sociedade hierarquizada, organizada de forma a perpetuar a classe dominante. Pesquisas voltadas para as experiências dos sujeitos e suas práticas nas relações dos mundos do trabalho permitem analisar as condições dos trabalhadores brasileiros e formas de exploração, envolvendo o campo da história social do trabalho, esses estudos integram análises sobre as dimensões de gênero, raça/etnia e classe. Contudo, Popinigis e Terra (2019) advertem sobre a importância de estimular pesquisas voltadas ao impacto e às relações sociais do racismo no mundo do trabalho, nas organizações de categorias e movimentos sociais. Ainda assim, estudos relacionados ao gênero estão por ser explorados, considerando o trabalho não remunerado que proporciona suporte para o trabalho remunerado (POPINIGIS; TERRA, 2019).

Em meio às desigualdades de oportunidades e acesso, pautadas pelo gênero e raça, houve o agravante da pandemia da Covid 19, a qual atingiu em maior escala as condições de trabalho das mulheres que se viram obrigadas a afastar-se do trabalho para cuidar dos filhos menores que ficaram fora da sala de aula, incluindo a pré-escola. Essa condição foi estudada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE e publicada em seu Boletim de 08 de março de 2022, salientando que "As mulheres, que historicamente ocupam posições mais vulneráveis no mercado de trabalho, foram duramente



atingidas por essas circunstâncias” (DIEESE, 2022). Diante dessa situação, pode-se, mais uma vez, dizer que a mulher trabalhadora foi vitimizada, pois teve que mudar bruscamente a trajetória de vida do trabalho, pela necessidade de cuidar dos membros vulneráveis da família. Corroborando com as informações citadas, estão os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, na qual consta que as mulheres em idade produtiva, agrupadas por cor ou raça, no terceiro trimestre de 2021, contabilizavam 1.106 (mil cento e seis) mulheres a menos do que no mesmo trimestre de 2019, passando de 47.504 (quarenta e sete mil, quinhentas e quatro) trabalhadoras para 46.398 (quarenta e seis mil, trezentos e noventa e oito) mulheres, demonstrando a significativa parcela de trabalhadoras que ficaram de fora do mercado de trabalho durante a pandemia e ainda não haviam retornado em 2021.

A redução das mulheres negras na força de trabalho foi de 925 mil mulheres no período (2019/2021), número superior ao das não negras, correspondente a 189 mil. O contingente de mulheres fora da força de trabalho, que não buscaram ocupação e não trabalharam, entre 2019 e 2021, aumentou em 2.842 mil e passou de 39.553 mil para 42.395 mil, assim,

A análise sobre as ocupações revela que, em 2021, havia 1.670 mil mulheres a menos trabalhando, o equivalente a 1.211 negras e 466 mil não negras, contudo, [...] o contingente feminino de desocupadas, ou que buscou colocação no mercado de trabalho em 2021, aumentou em relação a 2019: 564 mil mulheres a mais procuraram uma vaga, das quais 285 mil eram negras e 277 mil não negras (DIEESE, 2022, p. 02).

Contudo, as relações de força estabelecidas entre o capital (agente de produção e fonte de renda) e o trabalho (Produção da riqueza com a venda da força de trabalho) envolvem a problemática de raça e classe, determinantes para a estrutura socioeconômica. Dessa forma, interferem na vida das pessoas e definem os rumos das populações através do deslocamento humano. Nessa relação são atribuídos o valor médio da força de trabalho para homens e mulheres, em consonância com os interesses do capital, sendo que,

Os rendimentos das mulheres continuam inferiores aos dos homens, mesmo sendo a escolaridade delas quase sempre mais alta. Em termos gerais, as mulheres receberam menos: o rendimento médio feminino foi de R\$ 2.078, no terceiro trimestre de 2021, e o masculino, de R\$ 2.599. Na comparação, as mulheres ganharam 80% do recebido pelos homens, proporção maior do que os 78% verificados no terceiro trimestre de 2019, quando elas recebiam R\$ 2.139 e os homens, R\$ 2.742 (DIEESE, 2022, p. 08).

Vimos que as mulheres têm dedicado seu tempo para a qualificação, em média mais tempo de estudo do que os homens: cerca de 10,4% das mulheres ocupadas têm ensino superior completo, enquanto entre os homens, na mesma situação, o percentual é de 9,0%. Ainda assim,

o fato de terem mais anos de estudo não tem influenciado na remuneração, tão pouco na ocupação de cargos de coordenação, que continuam com predomínio masculino. Ainda, segundo dados do Boletim de 8 de março do DIEESE, as mulheres receberam o valor de R\$ 13,89 por hora, em média, enquanto que o valor pago aos homens foi de R\$15,25. Ao considerar a raça/cor, a remuneração média das mulheres negras foi de R\$ 10,83 e a dos homens negros, de R\$ 11,67. Entre os não negros - as mulheres receberam R\$ 17,13 e os homens, R\$ 19,73 -. Esses valores médios por hora mostram que o trabalhador negro recebe pouco menos que 60% do rendimento do homem não negro e a mulher negra, 54,9%, enquanto que para a não negra, a proporção é de 86,8% (DIEESE, 2022, p. 07). Em relação à inserção no trabalho, segundo dados do DIEESE, na região Sul do Brasil, a das mulheres, no terceiro trimestre de 2019 e 2021 foi de: 4,7 milhões no Paraná, em (2019 e 2021); de 4,8 em (2019) e 4,9 (2021) Rio Grande do Sul e de 3 milhões nos anos de (2019 e 2021) em Santa Catarina (DIEESE, 2022). No período apresentado pelo DIEESE, a taxa de desocupação feminina aumentou de 14,3% em 2019 para 15,9% em 2021. Enquanto a dos homens se manteve estável, de 10,0% (2019) e 10,1% (2021). Para além da diferença de gênero, está a diferença de raça, sendo que as mulheres negras encontraram maior dificuldade de inserção laboral, visto que em 2021, a taxa de desocupação foi de 18,9% para as negras, superior à das não negras, que somou 12,5% (Boletim especial de 08 de março, (DIEESE, 2022).

O DIEESE informa que o número de mulheres que procuraram colocação no mercado de trabalho, no terceiro trimestre de 2021, foi de 49,9% (negras) e 47,6% (não negras). Esses dados, segundo o departamento, demonstram o reflexo da crise sanitária e da desestruturação do mercado de trabalho, com indícios antes mesmo da pandemia, quando as taxas de desocupação já estavam elevadas. Previamente à pandemia, houve a aprovação, em 2017, da denominada Reforma Trabalhista, sob a justificativa de gerar empregos, no entanto, aumentou a precarização das condições de trabalho de homens e mulheres, sem, contudo, gerar os empregos prometidos - com a pandemia, o quadro foi agravado. Houve um aumento do número de mulheres trabalhadoras autônomas, com denominação de empreendedoras, alavancado no período entre o terceiro trimestre de 2019 e o terceiro de 2021, com 9,4% para as não negras e 2,9% para as negras. O percentual de negras com CNPJ chegou a 36,4% no terceiro trimestre de 2019 e o de não negras, 27,8% no terceiro trimestre de 2021. Tendo havido redução dos assalariados do sexo feminino no período analisado (-4,7%), bem como no emprego público em (-3,4%). Além do mais, o Boletim aponta que aproximadamente quatro trabalhadoras entre 10 mulheres foram subutilizadas em 2021 (39,1%) negras, proporção maior do que a de não negras (26,2%). Vale destacar que a pandemia e a política econômica pífia do governo elevaram

a subutilização da força de trabalho feminina” (DIEESE, 2022, p. 06). Em relação ao preconceito racial, Calêndula diz ter sofrido, especialmente em Chapecó, no entanto, argumenta que nem todas as pessoas aparentam pensamento similar, cada uma tem uma maneira de entender questões da raça, diz:

Para mim, aqui em Chapecó tem muito racismo, eu morava em Santo Ângelo - RS, aquela gente de Santo Ângelo era diferente, oferecia muita ajuda, mas eu não preciso de ajuda, se quer ajudar, ajuda, mas que eu preciso é de respeito, eu preciso quando eu chegar em algum lugar não me olhem diferente porque eu sou preta, isso é racismo, eu não gosto. E aqui em Chapecó é assim, às vezes fico me perguntando, acho que não são brasileiros de verdade, porque um verdadeiro brasileiro não é racista. Estava falando com meu marido que as pessoas, aqui de Chapecó vem da Itália, de Portugal, de outros países, eu acho assim. E alguns possuem dinheiro, já chegaram aqui a bastante tempo!

O relato de Calêndula nos remete à reflexão acerca do comportamento da população local, sobre quem a imigrante considera verdadeiros brasileiros? E onde se encontram? Fica o desejo de entender com maior profundidade o ideário de população que as imigrantes esperavam encontrar no Brasil, com o mito de país acolhedor. Contudo, denota-se a gravidade e a amplitude de acontecimentos de fundo racista e muitas vezes xenofóbicos que têm sido relatados em atendimentos aos imigrantes em atividades junto ao Centro de Referência em Direitos Humanos, em especial pelos haitianos/as, do mesmo modo que foi mencionado nas narrativas das fontes da pesquisa e também ocultadas, em determinadas situações, como a citada por Violeta<sup>30</sup>. Ela diz que não vivenciou diretamente o preconceito racial, no entanto, não se relaciona com muitas pessoas, fica mais restrita ao grupo familiar, à igreja que frequenta, porque não gosta de “problemas”. No entanto, diz que alguns colegas na empresa BRF, onde trabalhou por seis anos, falavam mal de seu país, dizendo “o Haiti é um país de ...”, ela se calava, porque seu país não está bem, tem problemas com governo. Na relação com o chefe de setor, diz que ela a tratava de forma diferente dos trabalhadores brasileiros. Quando solicitou troca de setor, não foi atendida, a prioridade era para um nacional. Diz ter sido submetida a uma cirurgia na mão, após 15 dias retornou ao setor e mesmo tendo atestado médico de que deveria mudar de função, não foi acatado, tendo retomado a mesma atividade. Algum tempo depois pediu demissão. Informa que está com problemas de coluna porque o trabalho na BRF é muito forte. Está desempregada. Observa-se que Violeta, apesar de, inicialmente, ter dito não ter vivido situação de racismo, relata experiências marcantes, como as atitudes xenofobas e de preconceito racial praticadas por seus colegas e chefia do setor. Com relação à sua cor,

---

<sup>30</sup> VIOLETA. Haitiana, ensino médio no Haiti, entrevistada em 05/12/2021.

identifica-se como preta, diz gostar de sua cor e ter orgulho de sua raça, considera que a pessoa racista não tem um comportamento humano, pois perante Deus, todas as pessoas são iguais.

Partindo do pressuposto de que o preconceito racial é estrutural e estruturante e enraizado nas bases da sociedade brasileira, tendo em seu bojo princípios do colonialismo e da escravidão. A imposição de subserviência e prevalência do homem branco sobre as demais etnias, inclusive os indígenas e caboclos (população originária da região Oeste de Santa Catarina), faz com que as mulheres negras perpetuem-se na ampla base da pirâmide da desigualdade social, elas recebem os menores salários e desempenham as piores funções, com a maior sujeição a riscos. Nesse aspecto, Rosa diz que no Brasil as pessoas não são tratadas de igual forma, que a mulher imigrante e “preta” não é igual às outras. Pensando na intersecção das categorias sociais que determinam os lugares dos sujeitos, vimos que, para além do gênero e da raça/etnia, a classe também remete a condições de vulnerabilidade, invisibilidade e opressão dos sujeitos numa sociedade pautada num sistema capitalista, excludente e com estratificação social. No intuito de compreender as exclusões, sujeições e silenciamentos dos indivíduos e classe, protagonistas ofuscados no processo, buscamos na abordagem historiográfica de Thompson instrumentos potencializadores das vozes de homens e mulheres esquecidos nas análises e contextos. Intentamos compreender, através das categorias e conceitos, as expressões da questão social, da luta de classes, da formação de experiências históricas do operariado inglês do século XVIII, estudado pelo autor. Isso para refletir sobre a imposição da dinâmica contemporânea do trabalho e de suas relações nas lutas e resistências da classe trabalhadora, aliada à condição migratória.

O conceito de experiência serviria para Thompson como um modelo unificador das ações dos trabalhadores, ou seja, a partir da consciência de classe haveria a união da classe pela identificação do cotidiano vivido e o sentido atribuído ao trabalho na concepção do ser social. Em "Miséria da Teoria", editado no Brasil em 1981, Thompson (2001 *apud* MELO JÚNIOR, 2011) escreve - o autor traz a seus leitores o conceito de experiência histórica e cultural, como modelos catalisadores de ação social. Ao optar por trabalhar com a noção de experiência histórica e cultural, o historiador conscientemente provocou uma desvinculação entre a superestrutura cultural e a estrutura econômica material. Ainda, chama a atenção de que a classe social é construída ao longo da história, ela é fluida, deve ser pensada em sua especificidade, com o comportamento de modo classista das pessoas, o que pode gerar o amadurecimento da classe social.

O comportamento classista é um dos responsáveis diretos pela formação de instituições e ações coletivas alicerçadas em uma base cultural que, em alguns casos, podem conter semelhanças com outros movimentos sociais. Não obstante, não é

possível tentar forçadamente conceber uma teoria que consiga encontrar regularidades em certos estágios de desenvolvimento daquelas categorias sociais, pois, acima de tudo, o fenômeno histórico e social prevalece sobre a teoria (THOMPSON, 2001 *apud* MELO JÚNIOR, 2011, p. 7-8).

O movimento da classe operária que promove o acúmulo de experiências norteia princípios e conceitos, como vimos em Müller (2002),

Thompson defende que a tradição iniciada por Marx propõe à classe trabalhadora um princípio democrático, uma esperança que complemente sua experiência de vida e um materialismo histórico que acentua conceitos fundamentais como os da práxis e agir humano. A seu ver, tais noções sublinham algumas perspectivas, como: a de que a experiência vivida estabelece o diálogo fundamental entre o evento e o conceito, o ser social e a consciência social; a de que sujeitar a classe trabalhadora a um sistema (partido ou burocracia) é autoritário e anticomunista; a de que o imperativo ontológico do socialismo está além das leis ou de postulados de teorias de autonomia relativa e a de que a concepção materialista da história encontra sua melhor expressão em um humanismo socialista ativo e atuante — em sua luta pela emancipação, contra um estado de alienação, conforme as aspirações dos trabalhadores (MÜLLER, 2002).

Diante das amarras impostas às mulheres, de acordo com as dimensões sociais de raça/etnia e classe, integrando a experiência e práticas no mundo do trabalho, passamos a verificar, no próximo item, baseada nas fontes da pesquisa, a percepção das mulheres imigrantes contemporâneas sobre o acesso ao trabalho, como lacuna social ou de privações de sujeitos invisibilizados na forma tradicional de contar a história e seus significados.

#### 4.5 PERSPECTIVAS DO TRABALHO PARA MULHER IMIGRANTE - BRECHA OU PENÚRIA?

Nessa seção, contamos, em primazia, com as fontes empíricas das entrevistas com as mulheres imigrantes, haitianas e venezuelanas, trabalhadoras em agroindústrias de Chapecó, para averiguar as experiências vividas e os lugares ocupados por essas mulheres, as atribuições que lhe são conferidas na atualidade, com a diversidade nas relações e a sociabilidade voltada ao lazer. Da mesma maneira, identificar circunstâncias de intervenção das pessoas comuns, os direitos sociais assegurados, apontando fatores de proteção e exclusão e os significados reelaborados a partir da experiência das trabalhadoras. Aclarar as disputas de interesses envolvendo as categorias de gênero, raça e classe, invisibilizadas com a naturalização das relações. Recorremos, para essa reflexão, ao aporte teórico e metodológico em Hobsbawn (2015), Thompson (2019), Mészáros (2011), em diálogo com autores contemporâneos, como Popinigis e Terra (2019), Tedesco (2020) Antunes (2009). No mundo do trabalho as possibilidades para a população em mobilidade apresentam-se de forma desigual, podendo

atingir patamares importantes, como tornar-se um martírio, a depender do contexto e dos interesses socioeconômicos dos países a que se destinam. Diante dos quais as fronteiras se movem para recebê-los ou fecham-se por não precisarem mais de força de trabalho ou porque determinadas características não atendem ao perfil requerido. Vimos em Tedesco (2020) as circunstâncias,

Contraditórias, que se alteram [...] em momentos de pressão de grupos econômicos (agronegócio, indústria de alimentos, grupos políticos, que podem gerar um amadurecimento no conceito de classe social), as fronteiras se fecham ou se abrem para alguns, permite-se e incentiva-se a contratação de determinados imigrantes para funções específicas, da mesma forma que se expatriam outros. São dinâmicas de um mesmo processo e que revelam a ação governamental e social em torno da imigração e dos imigrantes (TEDESCO, 2020, p. 67).

Com a dinâmica globalizada estabelecida, a partir de interesses macroeconômicos multinacionais, determinam os rumos das vidas dos sujeitos sociais, interferem diretamente na dinâmica de vida de milhares de pessoas em mobilidade, supostamente para atender suas próprias necessidades e obter melhoria na qualidade de vida, intenção revelada pela unanimidade das fontes da pesquisa. No entanto, os fundamentos e as necessidades são instigados pelo capital, que também especifica os lugares a serem ocupados pelos sujeitos, do mesmo modo que as atribuições são direcionadas de acordo com os marcadores sociais da história social do trabalho, para a produção da riqueza, replicando a invisibilidade de determinados grupos e ampliando a desigualdade social. A diversidade situa-se nas questões relativas à organização política e social das classes, também relacionadas à cultura dos povos, sendo o trabalho onipresente no cotidiano naturalizado dos sujeitos, no entanto, sem a devida reflexão sobre sua representação e a integralidade dos interesses que contempla.

Com a mobilidade, as identidades vão se construindo e ressignificando-se, na troca entre os sujeitos, nas experiências vividas com expressão das subjetividades que interferem nas relações mutuamente, formando uma gigantesca rede intercultural, que poderia ser melhor compreendida e trabalhada. Ao contrário disso, a sociedade contemporânea ainda imprime concepções e ações políticas que separam os sujeitos pelo caráter migratório que ocupam, como citados os imigrantes e refugiados, e, para além do instituto que os classifica, estão as relações que se estabelecem. Diante disso, a garantia e acesso aos direitos universais ficam suspensos na expectativa de efetivarem-se por meio de políticas públicas. Quanto ao acesso igualitário ao trabalho, entre homens e mulheres no Brasil, vimos em Alex que, para as mulheres imigrantes, as fronteiras são ainda mais demarcadas,

[...] Com respeito às mulheres, aqui no Brasil, é complicado no que se refere às oportunidades de emprego. Há mais vagas para homens, mas muitas mulheres que vêm aqui, estão só com seus meninos, sozinhas, sem parente, e não conseguem emprego. Se torna muito complicado, muito difícil para elas [...].

A percepção de Alex, quanto às limitadas oportunidades de trabalho para as mulheres, revela-se na narrativa de Natan<sup>31</sup>, quando apresenta as formas de encaminhamentos do serviço do Centro de Atendimento ao Imigrante - CAI. Argumenta que as vagas de trabalho para as mulheres são restritas quando se destinam à agroindústria, essas empresas contratam mais homens, “porque o trabalho exige mais força física, são exaustivos” então a preferência é por homens. As mulheres têm tido mais oportunidade de contrato na unidade da Aurora de Guatambu, por haver mais vagas que comportam o trabalho das mulheres. Informa que o setor de Recursos Humanos da empresa define o que entende ser o perfil adequado para desempenhar a função da vaga ofertada, faz a seleção e contratação, no entanto, as vagas são rotativas. Argumenta que o público atendido por aquele serviço são, em grande medida, refugiados, assim, mesmo que tenham formação técnica ou de nível superior em seus países, não têm certificado revalidado no Brasil, dessa forma, ocupam vagas que não exigem capacitação, são vagas para trabalho braçal, em supermercados e nas agroindústrias, a opção de escolha é da empresa. Existe uma parceria, a empresa abre as portas e o CAI envia os trabalhadores, mas não interfere na escolha da empresa e quando se trata de construtora que se desloca na região, a solicitação é para homens solteiros, as vagas estão condicionadas ao perfil da empresa.

Em relação ao racismo e xenofobia nas relações de trabalho e seleção, Natan reconhece que atitudes de cunho racista e xenofóbico ocorrem não apenas no CAI, mas no mundo todo, que internamente, no setor, é controlado, porém, fora do setor não há interferência e trabalho educativo voltado para os temas. Quando chega alguma pessoa vítima de um dos crimes, recebe orientação para Registro de Boletim de Ocorrência. Conta que é de praxe, a empresa informar ao CAI quando um trabalhador por eles encaminhado é demitido. É frequente ocorrer casos em que o imigrante perde os direitos trabalhistas, porque abandona o setor ou por não desenvolver a contento o trabalho. O encarregado corrige-o para desenvolver melhor o trabalho. O imigrante considera o fato como uma atitude de racismo. Assim, segundo suas palavras, “para não tomar nenhum posicionamento, nem pelo imigrante nem pela empresa, costumam ouvir as partes e fazer com que se cumpram os direitos e deveres de ambos”. Continua dizendo que existem casos em que o imigrante já foi refugiado em diversos países, por longo período de tempo, então

---

<sup>31</sup> OLETTTO, Natan – CAI - Centro de Atendimento ao Imigrante - Prefeitura Municipal de Chapecó, SC.

traz uma visão assistencialista de que “o imigrante pode tudo, tem todos os direitos do mundo, mas esquece os deveres”. Conclui que se escolheu determinado país e está contratado por determinada empresa, ele, o trabalhador imigrante, deverá seguir as normas determinadas pela empresa, sem privilégios, terá que trabalhar como um nacional do país. Avalia que nunca houve demissão por motivo de ser de outro país. Alega que sempre que ocorreram, foi comprovado pela empresa a responsabilidade do imigrante, trabalhador.

Percebe-se na narrativa da fonte, o alinhamento com a oratória do prefeito municipal de Chapecó, citada anteriormente, quando se dirigiu aos imigrantes e refugiados venezuelanos, sustentando que todos seriam encaminhados para o trabalho na agroindústria e que deveriam se sujeitar integralmente às determinações do “patrão”. Assim, Natan também entende que os imigrantes, ao acessarem uma vaga de emprego, devem cumprir rigorosamente as normativas, sem haver privilégios. Ambas as fontes, apesar de mencionarem a imparcialidade no processo de mediação entre as empresas e os trabalhadores, estampam a defesa de um dos lados da balança, inegavelmente com peso desigual, em desfavor do trabalhador imigrante, homens e mulheres.

Com isso, destacamos a notoriedade de medidas interventivas voltadas às famílias em mobilidade, com olhar atento para a condição da mulher e suas relações, a responsabilidade que recai sobre elas se refere ao cuidado dos filhos, muitos deles menores de idade, crianças e adolescentes especiais, bem como os adultos doentes e idosos. Voltamos o olhar para o grupo familiar na integralidade do processo migratório, pois muitas violações ocorrem no movimento migratório, envolvendo o mundo do trabalho e a fragilização dos vínculos e adoecimento psicológico. Sobre a migração de determinados membros do grupo familiar e as implicações de tal situação, Violeta relata que seu marido foi o primeiro da sua família a emigrar para o Brasil (2013), ela ficou no Haiti com três filhos do casal, mas em (2015) veio para o Brasil, em companhia de uma de suas irmãs, deixando os filhos naquele país. Violeta conta que sofreu muito com a separação dos filhos, mal se alimentava, não dormia, chorava demais. Ela e o marido estavam trabalhando e reunindo dinheiro para passaporte e bilhetes de passagens para os filhos, que vieram para o Brasil em 2017, após ela ter solicitado Reunião Familiar, atualmente, estão naturalizados brasileiros. No entanto, todas as economias do casal foram gastas nesse processo e comenta que, atualmente, está ainda mais difícil de trazer pessoas para o Brasil, não consegue visto para entrada no Brasil. Por esse motivo, sua mãe permanece no Haiti, ela lhe envia dinheiro para seu sustento, a cada dois meses envia \$100 dólares, o equivalente a 700,00 hoje.



Para a ampla garantia dos direitos sociais, são necessárias políticas públicas transversais de diferentes áreas e complexidades, com atendimento desenvolvido em rede, com relevantes parcerias institucionais. Vimos que as mulheres encontram dificuldades para encontrar emprego no Brasil, em cuidar da logística dos filhos menores. Outras ainda, como no caso de Violeta, partem deixando os filhos ainda pequenos no país de nacionalidade, aos cuidados de familiares. Situações como estas agravam a condição das famílias e expõem demandas internacionais para pactuar o fluxo dessa mobilidade, assegurando a proteção e favorecimento da reunião familiar. Os fatores econômicos atuais no Brasil, não favorecem aos trabalhadores, Violeta diz que as passagens aéreas estão muito caras, não conseguem mais comprar. Sobre as estratégias de enfrentamento, Elias destaca que muitas ações são necessárias para dar o suporte às demandas apresentadas pelos imigrantes e em específico às mulheres, com relação à documentação, inclusive para reunião familiar, que não é um processo fácil de se desenvolver. No entanto, a prioridade que a instituição tem dado é para o oferecimento de aulas de português para os estrangeiros, por entender que este domínio favorece a mulher no enfrentamento de diversas situações. O curso tem se desenvolvido em parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul, a qual vem ocorrendo com bom desempenho por parte dos professores e representantes institucionais e tem tido excelente aceitação entre os imigrantes. Nas palavras de Elias Nardi,

Quando iniciamos as aulas de português (2011), eram os haitianos/as que estavam chegando na região Oeste. Naquele momento quem nos procurava eram os homens haitianos. A participação das mulheres era ínfima. No entanto, com o passar do tempo, eles foram adquirindo confiança no serviço, e na participação de suas esposas nos cursos. Eles, os homens, foram se colocando no trabalho e as mulheres começaram a chegar com maior intensidade, a partir daí, ampliaram-se as vagas para o curso bem como a participação das mulheres. Condição esta que foi impulsionada com a chegada dos venezuelanos/as, mais intensamente a partir de 2018.

No que se refere ao atendimento das demandas apresentadas pela população em mobilidade internacional é de grande amplitude, desde o acolhimento, as questões relacionadas à vida civil com documentação migratória, portanto deve ser desenvolvido por meio de parcerias, considerando que o Brasil não dispõe de política migratória estruturada com serviços para o atendimento desta população, assim, para obter o alcance dos atendimentos mínimos deve estabelecer parcerias entre o poder público e privado. Relativo ao idioma, o ensino do português para imigrantes, apontado por Elias Nardi, enfatiza-se que a proficiência é condição essencial para as relações sociais, nos diversos aspectos da vida social, seja voltado à educação dos filhos, à relação com a comunidade em que estão inseridas, na busca por serviços públicos de atendimento em especial as vagas de emprego. Sabendo ser o trabalho o objetivo mais visado

pelo imigrante, ainda assim é notória a dificuldade de acesso ao trabalho por falta de documentação regular, para os imigrantes, de fato um grande dificultador. Os relatos indicam a gravidade dos fatos, como pode ser notado na expressão de Jasmim do Caribe,

Se nós vamos procurar um trabalho, precisa a documentação, meu Deus! Tem pessoas com mais de um ano procurando regularizar a documentação. Porque o imigrante sem documentação não existe, não pode fazer nada, nós agora estamos padecendo muito porque nós vamos a um ente para nos apoiar, para que nos encaminhe, eles nos mandam a outro, então nós vamos a esse outro, nos manda a Polícia Federal, chegando na Federal, te mandam para outro, pois é necessário agendar, porém não dá, não há agenda disponível. Cai a página e não permite agendar. Então muitas pessoas estão com documentação vencida, eu acho que todas nós que estamos aqui, estamos na mesma condição (rsrs) assim, como muitas pessoas, e não tem onde ir para ser escutado, não tem como renovar a documentação. Os que estão trabalhando, eles estão exigindo que façam a renovação, mas como fazer??!! Os que estão sem serviço, e sem documentação, não podem arrumar serviço, pois lhe faltam documentos, isso é desfavorável para nós. Porque não podemos estar num país sem produzir, como vamos pagar nossas contas?.

A busca de melhores oportunidades move esta população, no entanto enfrentam dificuldades para regularização dos documentos, limitações para validação dos diplomas que também estão relacionados a regularidade da documentação, pois deve ser considerada as condições com que saíram de seus países. Se considerarmos a mobilidade do Haiti, para além do limite econômico, houve o climático, que fez com que muitos registros fossem danificados. Ao considerarmos a população venezuelana, há o fator econômico há a condição de refugiado, que impede a identificação na saída do país, e mesmo o contato posterior para resgate de documentos. Soma-se ao dificultador o alto custo para tradução juramentada dos documentos pessoais e diplomas de conclusão de cursos, o que poderia favorecer a colocação no mercado de trabalho. Mesmo diante das diversas barreiras enfrentadas por esta população, deslocam-se em busca de melhorias na qualidade de vida, mesmo que a priori, a alternativa encontrada não seja planejada comenta Calendula,

[...] Quando cheguei aqui no Brasil, comecei a trabalhar na BRF, porque cheguei sem nada para começar uma nova vida e ter uma estabilidade econômica. Mas não foi muito bom na BRF. Fiquei doente, com inflamação nos ombros e nas costas. Então fiquei pensando! E depois? O que vou fazer? Eu tenho uma família para manter, e cada dia a vida está mais difícil. Estou pensando se vou voltar para a enfermagem ou fazer gastronomia, estou fazendo um curso, para tentar abrir um negócio, porque a vida não é fácil, então temos que buscar a cada dia forma para viver melhor[...].

Diz ter trabalhado na BRF, no mesmo setor, a dois anos, mesmo que já tenha solicitado a troca de setor, no entanto não foi atendida. Atualmente encontra-se afastada do trabalho para tratamento médico, e possui recebido um atestado médico indicando a necessidade de mudança de atividades e setor, pois se persistir no mesmo trabalho, terá prejuízos à saúde,

[...] não vai melhorar, não vai parar a dor. Então, vou pedir transferência. Eu já cheguei chorando no escritório da supervisora e ela não fez nada. Agora eu paguei 500,00 para um médico particular, para me atender. Antes eu fui pelo convênio da empresa na clínica COT, me falaram que eu não tenho nada, porque aquele médico é do convênio da empresa. Cheguei com dor, chorei no consultório e disse ao doutor: ajuda-me porque não consigo trabalhar! respondeu: não, senhora, você não tem nada [...] O médico particular me deu três meses de atestado e me encaminhou para o INSS, mas esse processo do INSS demora muito.

Diante dos apontamentos de Calêndula, é possível dizer que sua experiência na agroindústria tem se apresentado, como um tormento, se considerado seu objetivo de vida desde que saiu do do Haiti, indo estudar na Venezuela, onde cursou enfermagem, mas não concluiu o ensino superior pelo agravamento da crise social naquele país. Tornou a migrar, desta vez para o Brasil, aqui o trabalho na agroindústria, tem causado graves problemas de saúde, tão pouco tem obtido o respaldo da empresa para resolver sua condição. Se quer a aceitação do laudo médico, diante disto, o tratamento que recebe é de que está apta ao trabalho. Da mesma maneira, se vê desamparada pelo INSS, pela morosidade no despacho de seus laudos médicos. Outro agravante é a falta de garantia do atendimento ético pelos profissionais da saúde da empresa, uma vez que teve que buscar na rede privada, um atendimento particular, com custo de aproximadamente 50 % do valor do salário do mês para obter o laudo preciso de seu quadro clínico. Ainda assim, sem a garantia de que a empresa aceite o referido laudo, pois de acordo com que foi relatado pelo dirigente do SITRACARNES, a empresa, atualmente, tem a autonomia para deliberar sobre os atestados médicos, ainda que o sindicato tenha recorrido da decisão. Assim, as circunstâncias de intervenção das pessoas comuns que protagonizam as ações na luta por direitos sociais, se contrapõem de certa forma à subordinação como vimos no caso de Calêndula, estando na agroindústria, adoecidas e impossibilitadas de tratamento para superação desta condição, mas busca a possibilidade de enfrentamento, como forma de sobrevivência.

Na saga pelo trabalho, Flor de Pitanga, também não encontrou oportunidade para atuar em sua área de formação, petroquímica, em solo brasileiro, a priori, por não ter seu diploma validado. Informa que encaminhou a documentação para validação junto a uma universidade Federal no Rio Grande do Sul, que oferece o curso, desta forma reúne condições para validar o documento, conforme estabelece o Ministério da Educação - MEC. No entanto, o processo é moroso, enquanto espera, busca qualificar-se em outros cursos de curta duração, como cuidadora de idosos, conjuntamente iniciou experimentos com confecção de produtos químicos para limpeza e lava roupas, para dar continuidade busca orientação para patentear os produtos.

Diante da emergência do trabalho e renda, recorreu a uma vaga na agroindústria. Porém, em torno de um ano de trabalho, foi diagnosticada com uma lesão na coluna, segundo ela não evidenciada no exame pré-admissional, mesmo assim, o médico da empresa disse-lhe que o problema na coluna antecede o trabalho na empresa, pois trata-se de uma malformação congênita. Ela, contudo, afirma que jamais tomou conhecimento da suposta anomalia, no entanto, não visualiza formas de contestar, por não ter exames similares anteriores, pondera que em seu país nunca praticou esforço físico, talvez por isso não tenha apresentado sintomas.

Constata-se, a partir dos relatos das fontes que os lugares ocupados pela população deslocada caribenha e latino americana são incompatíveis com os direitos humanos, uma vez que na busca do provimento os sujeitos são lesados pelo ocasionamento de doenças que podem implicar em sequelas irreversíveis a médio e longo prazo. Além do mais, estão descobertas pelos direitos sociais trabalhistas devido à incompatibilidade do tempo de contribuição, denota-se que o trabalho tem se tornado uma penúria diante das condições precarizadas do trabalho oferecido. A diversidade que deveria ser potencializada nas relações de sociabilidade, voltada ao lazer não ocorre, pois os sujeitos estão imersos num cotidiano absorvido pela rotina do trabalho, com expediente prolongado, com curtos intervalos dentro da própria empresa, acrescido das normas sanitárias a que as agroindústrias estão condicionadas, e pela distância da moradia até a empresa, com transporte coletivo de linhas urbanas sobrecarregadas de passageiros, implicando no aumento do tempo de deslocamento ou ainda em transporte fretado pela empresa, mas para os deslocamentos mais distantes, vindos de municípios circunvizinhos, que demandam em torno de três horas para os deslocamentos de ida e retorno do trabalho, tempo que o trabalhador/a aproveita para dormir.

A forma de sociabilidade que tem sido relatada pelas mulheres, reproduzida na narrativa de Bromélia, restringe-se à participação em cultos religiosos e eventuais atividades recreativas no próprio círculo de fiéis, participantes das distintas igrejas que costumam frequentar nos finais de semana. O tempo que resta no final de semana e feriados, gastam com a organização da casa, no cuidado dos filhos, com o preparo de alimento e para descanso, também diz que no Haiti gostava de jogar futebol com as amigas e com os primos. Nessas condições as relações interpessoais estão restritas aos próprios conterrâneos, o que desfavorece as ações de interculturalidade e integração social. Em meio ao desenvolvimento do capitalismo, a formação e estruturação das classes sociais são alicerçadas com base hierárquica, pautada nas determinantes de gênero, raça e classe, de tal modo que se tornam invisibilizadas pelo caráter naturalizado assumido nas relações.

Diante das peculiaridades apresentadas pelas fontes, com recorrentes menções às violações de direitos e aos danos ocasionados à saúde física das trabalhadoras, aliados à trajetória migratória imersa em fragilidades em decorrência da mobilidade, a pesquisa, nos termos que a conduzimos, remete-nos à proposição de medidas de enfrentamento às necessidades apresentadas pela população pesquisada. Portanto, na sequência esboçamos certos apontamentos que servem, outrossim, para subsidiar os agentes públicos e entidades da rede socioassistencial na elaboração de políticas públicas migratórias com ênfase no mundo do trabalho.

#### 4.6 VISLUMBRANDO POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesta seção, com seguimos com o escrutínio das condições de trabalho disponibilizadas para as imigrantes contemporâneas em agroindústrias, pautadas no modelo econômico de produção capitalista, que atua visando a ampliação, em grande escala, da produtividade, para obtenção do lucro, promovendo a vulnerabilidade que permeia a mobilidade. Assim, voltar a atenção às experiências dos/as trabalhadoras, torna-se um dever ético e moral. Para tanto, centramos análises correlacionadas às expectativas e às reais condições a que estão sujeitas as pessoas em mobilidade internacional para o trabalho. As constatações amparam-se no alinhamento com os referenciais teóricos metodológicos da História Social em Thompson (2012), Hobsbawn (2015), e demais categorias elaboradas e dissecadas por Perrot (2005), Saffioti (2013), Davis (2016), Scott (1992), em diálogo com teóricos contemporâneos, voltados à temática de gênero e imigração no mundo do trabalho.

As demandas sucintamente apresentadas, derivam das narrativas das fontes pesquisadas e sugerem a elaboração e implementação de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas às questões de gênero, imigração e trabalho, tendo em vista que a garantia e efetivação dos direitos dos cidadãos se dá, em grande medida, por meio de políticas públicas impetradas de forma propositiva pelo legislativo e judiciário e executada pelas três esferas de governo, podendo contar com o apoio e cofinanciamento da sociedade civil por meio de parcerias público/privadas. Sendo a política pública a intenção do governo para uma sociedade com vistas a confirmar os fatores positivos, bem como apontar os equívocos e por envolver recursos sociais, deverá ser sistematicamente avaliada para verificar a relevância social e as devidas adequações de eficiência, eficácia e efetividade. A partir desse entendimento, elencamos algumas sugestões de implementação ou ampliação de políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas das mulheres em mobilidade internacional.

Quando tratamos de gênero, imigração e refúgio inseridos no mundo do trabalho, emanam carências e violações de direitos das mulheres imigrantes, da forma que já mencionamos ao longo das seções anteriores. As evidências indicam a complexidade e emergência de ações voltadas à política migratória de modo transversal às demais políticas sociais, assim como exige o tratamento para as especificidades nas legislações e acordos internacionais de proteção social. A partir das tratativas, fundadas em princípios dos direitos humanos, acatando a mobilidade internacional como direito assegurado, as políticas públicas elaboradas por áreas, com a premissa da descentralização, participação e integração popular. As ações estruturadas por eixos temáticos, atendendo ao rigor conceitual com método científico, desse modo, poderão subsidiar com confiabilidade a tomada de decisões e devem ser endereçadas aos setores de governos, federal, secretarias de estado e municípios, para assim, estabelecer estratégias em rede para formulação e operacionalização de Planos, Programas e Projetos. Em ato contínuo, promover o controle social por meio dos conselhos nas três esferas de gestão, o que vem sendo desenvolvido em diversas políticas públicas, mas propõem-se a estruturação transversal das áreas temáticas afins, como a Saúde e Assistência Social, com a participação paritária dos segmentos governamentais e da sociedade civil, de modo a assegurar a legitimidade e aprofundamento das ações estratégicas políticas e sociais para o enfrentamento dos efeitos produzidos.

Para tanto, os dados e análises da pesquisa, que quer ser propositiva, anuncia medidas que possam auxiliar no enfrentamento das violações e assegurar a proteção e defesa das trabalhadoras, inscritas na condição de mulher imigrante, negra e latina na relação com os mundos do trabalho. Além de incentivar ações socioeducativas, voltadas à educação de crianças e adolescentes, bem como da população em geral para a alteridade, aceitação da pluralidade no universo composto por múltiplas faces, culturas, comportamentos, demandas e necessidades peculiares.

Questões vivenciadas por mulheres haitianas negras e venezuelanas, latinoamericanas, envolvem assédio moral/sexual, preconceito racial e xenofobia, atitudes dessa ordem se fundam em princípios do sistema patriarcal hierarquizado de sujeição da mulher e domínio masculino, na presença de um racismo estrutural cunhado nos princípios da escravidão, praticado intensamente no Brasil. Contudo, esforçam-se em ocultar as marcas, com a narrativa da democracia racial e nesse cenário, o mozaico da desigualdade social é escancarado. O enfrentamento das desigualdades e promoção do desenvolvimento humano são ações sociais de defesa da vida na dimensão ética e remetem à urgência de medidas educativas em direitos

humanos e igualdade racial, para potencializar a construção de uma sociedade com respeito à diversidade.

Dessa forma, imagina-se um lastro vasto para políticas sociais e legislação que assegurem condições dignas, no deslocamento, no destino e no ambiente de trabalho extensivo ao amparo da família, prioritariamente aos vulneráveis (crianças, adolescentes, idosos e pessoas doentes) que fazem parte da família. Nesse cenário, consta desde a educação infantil até a revalidação de diplomas de cursos de nível superior, pois, mediante essa condição, ampliam-se as possibilidades de a população em deslocamento contribuir com o Brasil, desenvolvendo trabalhos qualificados, rumando aos avanços socioculturais e econômicos.

Em relação aos Centros de Educação infantil - CEIM, Jimmy aponta a necessidade de ampliação de vagas e horários de atendimento às crianças, sabendo que as mulheres, trabalhadoras da agroindústria têm filhos pequenos e, muitas vezes, cuidam sozinhas das mesmas, em outros casos, o marido também trabalha em horários incompatíveis com o das escolas e CEIMs,

[...] Acontece que quando a mulher chega aqui só, não tem uma cultura, uma política preparada para essa pessoa que está precisando de cuidado dos meninos, e também não tem como deixar o menino sozinho. Se ela vai levar na creche, a creche é só meio período do dia ou quatro horas, o trabalho tem oito horas então não vai dar. Se a mulher trabalha na Aurora, ou em outros frigoríficos que vão muito cedo, não tem creche para receber essa hora! É muito complicado, então tem que procurar uma pessoa para pagar a título físico, a título pessoal. A pessoa que vai receber a criança tem que acordar igual que ela para pegar o menino. Depois de deixar, vai trabalhar, e depois buscar o menino para entregar a sua mãe, porque o período de entrada e saída do frigorífico é muito maior do que o período em outros trabalhos. O conhecimento público é que a gente tem oito horas de trabalho, mas eles somam o período do intervalo, é somado uma hora (almoço), gasta mais tempo na rua com o filho, até levar a casa de alguém que vai levar a escola, mais o transporte até a empresa, aí atrasa tudo. É necessário fazer um projeto público para cuidar das crianças, meninos e cursos para preparar as mulheres para o trabalho em diversas áreas.

A colocação de Jimmy, que fala com propriedade da situação vivenciada pelas mulheres, por ter duas filhas com o perfil relatado, jovens, trabalhadoras em agroindústria e com filhos pequenos, além de acompanhar semelhantes demandas na associação em que atua. Segundo as fontes, entre o deslocamento para o trabalho e para levar os filhos até a casa de uma cuidadora, o que fazem a pé, porque não dispõem de carro, os horários são impróprios, na madrugada, por não haver transporte coletivo, tão pouco dispõem de recursos financeiros para táxi ou uber. Deve-se levar em conta que se trata de uma rotina e não de situações eventuais. Nesse vai e vem, o risco de adoecimento das crianças é ampliado, contrariando os princípios de proteção estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990). As mulheres/mães também estão vulneráveis, pois o inverno na região Sul do país costuma ser

rigoroso, com baixas temperaturas e períodos de chuva, além da segurança pública não ser adequada, com ruas pouco iluminadas e desprovidas de vigilância, seja por câmeras ou vigias. Isso, além do valor pago à família cuidadora, que gira em torno de 300,00 mensais, totalizando em torno de 20% do valor do salário da trabalhadora. Associada à ampliação das vagas está a necessidade de formação continuada para os professores e gestores da rede de ensino municipal e estadual, referente às normativas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (SENADO FEDERAL, 2017) para acolhida, inserção de estudantes imigrantes no ano correspondente à idade, com possibilidade de teste para nivelamento, como forma de assegurar os direitos da criança e do adolescente ao ensino, com vistas a um tratamento universalizado com demonstrativos de vivências harmônicas. No que tange à saúde da mulher imigrante, elas são beneficiárias do Sistema Único de Saúde - SUS, assim como dos serviços das demais políticas públicas destinadas à população brasileira. Contudo, há muito a se fazer, se consideradas as questões próprias dos costumes, sobre o uso de contraceptivos, a regularidade nos exames clínicos, ginecológicos, pré-natal e outros procedimentos da saúde da mulher. É importante frisar que o idioma é uma condição que contribui para o distanciamento das imigrantes e refugiadas da participação em grupos socioeducativos nas unidades de atendimento à população, por isso o oferecimento de cursos de proficiência linguística é de suma importância na ampla relação da família do imigrante, inclusive para prevenção e enfrentamento de violência doméstica.

Em relação a Política de Assistência Social, devem ser pensadas ações voltadas a população em deslocamento, atendendo a peculiaridades deste público, para o enfrentamento da desigualdade buscando assegurar a proteção social nas dimensões ética e política, para tanto, árduas lutas ainda terão que ser travadas. Perpassando pela previsão e destinação de recursos orçamentários aos entes federados para o desenvolvimento de políticas estensivas aos imigrantes internacionais, nos moldes da tipificação dos serviços articulados e desenvolvidos pela rede de proteção básica, de média e alta complexidades, estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (BRASIL, 1993), desenvolvida com Política Nacional de Assistência Social- PNAS (2004), destinada àqueles que estão em vulnerabilidade social, operacionalizada pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS (2005). Acesso direto se dá por demanda espontânea ao Centro de Referência em Assistência Social - CRAS, com atendimento direto ou por busca ativa dos profissionais da rede de atendimento para vigilância socioassistencial, com o cadastramento das famílias, podendo ser referenciado aos serviços de média complexidade, por ameaça de violação dos vínculos afetivos ou para alta complexidade - acolhimento - individualmente, se houver rompimento de vínculos ou a família em trânsito,



em situação de vulnerabilidade social. Ainda em relação à qualidade no atendimento da população em mobilidade, deve ser observada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/ SUAS (FERREIRA, 2011) que regulamenta os recursos humanos da PNAS, também prevê a formação continuada dos agentes públicos, trabalhadores do SUAS. Nesse caso, a pesquisa aponta para a emergência na capacitação em língua estrangeira, prioritariamente espanhol e francês, para favorecer o atendimento aos usuários imigrantes e refugiados, bem como, estudos sobre a interculturalidade e direitos humanos, para equalizar a compreensão dos servidores para um atendimento mais humanizado à população em deslocamento.

Outro aspecto, está voltado ao direito do acesso ao trabalho e renda, previsto para promoção na Assistência Social em parceria com demais setores voltados a áreas de geração de renda. Para isso, fomentar cursos técnicos voltados ao mercado de trabalho para as mulheres e jovens imigrantes de ambos os sexos. Uma política de geração de trabalho e renda, conforme prevê a Organização Internacional do Trabalho - OIT que conduz a atenção às pessoas com necessidades sociais, nomeadamente os desempregados e os trabalhadores migrantes, com promoção de políticas sociais eficazes (OIT, 1998). Jimmy, em sua percepção corrobora a reflexão sobre a temática das políticas sociais, apontando para a necessidade de formação para as mulheres, de modo que possam alcançar outras alternativas de emprego, para além das agroindústrias, obtendo um trabalho onde a carga horária seja menor, já que as mulheres precisam dedicar atenção aos cuidados dos filhos,

[...] Tem que fazer curso, independente de quem você seja, a formação que tenha, curso técnico no Sest Senat, Senac, Senai, Sesi, para certificar a mulher com mão obra mais qualificada, para ter mais tempo com o seu filho. Aí está a dificuldade, porque a mulher lá na Venezuela quando ela vai procurar um serviço, a pessoa que contrata entende que ela tem filho, então ela vai trabalhar quatro, cinco horas e pronto [...].

Pode ser observado na narrativa de Jimmy, o incentivo às mulheres para superação das limitações do campo de trabalho, restritas às agroindústrias, movimenta-se no sentido de buscar alternativas de cursos profissionalizantes para as mulheres conterrâneas, por meio da ABIV, visando condições mais qualificadas para o trabalho e adequação para os cuidados com os filhos. Outro fator destacado, citado pela fonte, é a perseverança, quando diz que não importa o que você seja, deve buscar outras alternativas, sugere que as pessoas já têm uma formação e dadas as condições, devem buscar outro caminho e atuação, essa perspectiva foi apresentada por diversas mulheres participantes da pesquisa. Como alternativa para organização desses grupos para geração de renda, pode ser considerado o fomento para micro empreendimentos,

mediante parcerias com universidades e empresas do ramo, tomamos por exemplo Flor de Pitanga, que está produzindo lava roupas em pó e líquido, os quais comercializa, ela, porém, precisa de orientações para registrar a empresa e patentear seus produtos, bem como de financiamento para empreender. No que se refere à moradia, ter uma casa é condição de suma importância para a autonomia da mulhe. No entanto, das fontes pesquisadas, apenas duas mulheres haitianas, casadas, com filhos, [...] informaram ter adquirido casa própria no Brasil, mediante financiamento pela Caixa Econômica Federal - CEF, com contrato compartilhado entre o casal, com base na soma da renda de ambos, o que demonstra que as mulheres solteiras encontram mais dificuldades para financiar, por não alcançarem a renda mínima exigida pelas financiadoras para aquisição de imóveis. As demais moram em pequenas casas locadas, por valores elevados, praticados pelas imobiliárias de Chapecó, se comparados à baixa renda dessas famílias. Além dessas colocações, as fontes apontam a necessidade de haver uma organização, com participação dos próprios imigrantes residentes no município, onde pudessem fazer um cadastro para ajuda mútua, na busca de orientação sobre eventuais problemas documentais, cadastro de interessados para trabalhar em atividades informais/eventuais com faxina, corte de grama, restaurantes e para providenciar agendamentos com a Polícia Federal, sem ter que aguardar na fila de espera para receber apenas as orientações dos procedimentos; para apoio emergencial de alimentos, móveis para os recém-chegados, para comunicação com familiares distantes em casos de doenças ou mesmo na fatalidade de um falecimento súbito.

Para o anseio dessa população, entendemos ser pertinente a organização em associações de imigrantes por nacionalidade, como alguns já vem providenciando, no entanto, encontram dificuldades para montar a infraestrutura com móveis e utensílios necessários e não reúnem condições para pagar a locação do imóvel. Nesse caso, um centro multicultural, com salas disponibilizadas para as organizações, poderia contemplar parte das demandas apresentadas. Além do mais, um centro de referência multicultural traria um ganho cultural extraordinário para a população local e regional, fomentando atividades gastronômicas, artesanais, artísticas de diversas nacionalidades, potencializando a geração de renda para a população em mobilidade. Para a efetivação das inovações, com a perspectiva de inclusão, aos moldes de uma sociedade moderna, onde os sujeitos têm assegurado o direito à mobilidade segura, necessita-se de políticas de estado para efetivar os direitos sociais mediante garantia de financiamento público.

Em relação às vias e serviços públicos, às mais centrais e aos serviços prioritários caberia colocação de placas indicativas, com traduções para espanhol, francês, e inglês, considerando que esses são os idiomas mais falados pelos imigrantes e refugiados residentes

em Chapecó. A acolhida aos imigrantes, nesses termos, caracterizaria boas maneiras e acolhida humanizada, além de potencializar o contato da população local com outros idiomas, progredindo na relação da interculturalidade. Quanto à saúde do trabalhador, a indicação vai no sentido do desenvolvimento de serviço especializado, a ser desenvolvido pelo poder público municipal, com atendimento continuado sob monitoramento e fiscalização do Ministério Público do Trabalho e de outros órgãos competentes cofinanciados pelas agroindústrias e demais parcerias institucionais voltadas à proteção da saúde do trabalhador, parte dos recursos financeiros poderia ser captado das multas aplicadas às empresas em caso de descumprimento de normativas de segurança do trabalho que implicam na saúde do trabalhador. Outro fator relevante para a vida civil da população em mobilidade são as providências com a regularização da documentação migratória de imigrantes e refugiados. Jimmy fala sobre sua experiência com essa questão nos atendimentos aos conterrâneos,

[...] Tá atrasado tudo. O problema da documentação na região de Chapecó, tem muito problema, já falamos muito com a Polícia Federal, e explicaram que o escritório deles tem abrangência de atendimento para 89 municípios e não tem funcionário para atender todas essas pessoas. Acontece que acumulou tudo, com a pandemia [...] e aí quem fica com problemas são os imigrantes. A Polícia Federal fala que não tem tempo, não tem como agendar, mas o imigrante precisa ter sua documentação". Se você tem documentação em dia, ok. Se tem Registro Nacional de Migração -RNM, nossa carteira, pode fazer ou renovar a Carteira Nacional de Habilitação - CNH isso ajuda, mas se você está com documentos vencidos, não pode renovar a CNH, então tem outro limitante aí [...].

Argumenta que as portarias do governo para estender o prazo de vigência dos documentos não são aceitas para abertura de conta bancária, para efetuar compras parceladas no comércio, para financiar automóvel, para aquisição de um imóvel, inclusive para o contrato de trabalho, o empregador exige documentação atualizada. Estando irregular, o imigrante em situação de vulnerabilidade, fica à margem do acesso de diversos recursos e direitos sociais. Alex faz outro alerta em relação ao anseio de ter a documentação regularizada, pois a não regularização implica em risco no deslocamento e exploração, com cobrança de taxas para regularização de documentação, por atravessadores,

[...] Muitas pessoas optam por ir a outras regiões encaminhar sua documentação, porque de verdade, é uma prioridade para muitas coisas ter o documento vigente, não importa a portaria da Polícia Federal, as empresas falam que tem que levar sua documentação vigente, porque vencida não pode, e tem acontecido muito. A pessoa se desespera e tem que gastar dinheiro para ir a outros municípios ou Estados.

Portanto, a partir das demandas identificadas nas fontes e pelos dados quantitativos dos órgãos oficiais indicando o contínuo crescimento da migração para o Brasil, confrontadas com

o arcabouço teórico ao qual recorreremos para analisar os elementos e categorias, percebe-se a emergência na criação de leis e implementação de políticas migratórias, com previsão e garantia de recursos, para investimento a curto, médio e longo prazo, para assegurar os direitos humanos e sociais da população em mobilidade. Com isso, na próxima seção elaboramos algumas considerações.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos o trabalho de pesquisa, os municípios da região Oeste de Santa Catarina, em especial o município de Chapecó, vivenciavam um intenso processo migratório de povos afrodescendentes (haitianos) e latinoamericanos (venezuelanos) à procura de trabalho, essa força de trabalho, em grande medida, era absorvida por agroindústrias da região. A população em mobilidade internacional, era notadamente composta por mulheres, aparentemente jovens, algumas em companhia do marido e muitas outras, sozinhas, que se deslocaram com amigos e familiares mais distantes (primos) na grande maioria. Suas presenças causaram grande impacto na população da região, que é povoada, predominantemente, por descendentes de italianos e alemães, contrastando com a cor da pele negra e parda dos recém-chegados, haitianos e latinoamericanos.

Diante da constatação, compomos a temática de estudos sobre os mundos do trabalho: inter-relações na trajetória da mulher imigrante na agroindústria em Chapecó – Santa Catarina, com recorte temporal compreendido entre 2013 e 2020, tratamos também dos aspectos socioeconômicos do contexto migratório contemporâneo na integralidade da vida da mulher imigrante trabalhadora em agroindústrias de Chapecó. Levamos em conta os fatores históricos e contemporâneos que influenciam a mobilidade humana e as condições às quais estão sujeitas na trajetória, do mesmo modo identificamos demandas para políticas públicas. As seções seguiram abordando questões geopolíticas que estruturam as sociedades e ocasionam a mobilidade humana. Do mesmo modo, percorremos um caminho elucidando questões relativas à interseccionalidade entre as categorias sociais de gênero, raça/etnia e classe que determinam a trajetória da mulher, marcando a divisão sexual do trabalho.

O alcance do objetivo da pesquisa deveu-se às narrativas das imigrantes por meio de entrevistas realizadas individualmente e em grupo focal onde elas falaram sobre suas trajetórias, metas e alcances na relação com o trabalho em agroindústria. De modo a ampliar as análises, contamos com elementos apontados pelas instituições da rede de atendimento socioassistencial de Chapecó, voltada ao imigrante, com atuação desde a acolhida até o encaminhamento para o trabalho. Nessa perspectiva, caracterizamos os fatores históricos e determinantes do processo migratório para o trabalho no Brasil, na relação agroindustrial por meio das produções científicas sobre o processo migratório contemporâneo da humanidade e a especificidade do movimento para o trabalho no Brasil, com o empirismo das fontes primárias.

Apresentamos fatores que determinaram a formação das agroindústrias da gênese à contemporaneidade na região Oeste de Santa Catarina, contando com as pesquisas científicas

voltadas ao tema, à ocupação da região por descendentes de imigrantes italianos e alemães, oriundos do processo migratório do Rio Grande do Sul, com a conseqüente expulsão da população originária da região, indígenas e caboclos. As circunstâncias da ocupação da região pelos colonos, deu-se com o incentivo dos governantes para o pretenso desenvolvimento econômico e o progresso da região. Os colonos ao chegarem na região, fomentaram as instalações dos primeiros abatedouros e frigoríficos, tendo em vista os aspectos culturais trazidos por eles, que influenciaram o ramo agroindustrial de carnes e derivados. Seguimos identificando o modelo de desenvolvimento econômico e de produção capitalista adotado pela agroindústria e o percurso para alcançar o patamar atual, isso, associado às categorias e conceitos teóricos nos permitiu identificar a relação de força na polarização entre capital e trabalho, condicionando a mobilidade e as condições de trabalho nas agroindústrias.

Apresentamos os sentidos e as representações do trabalho na vida da mulher imigrante contemporânea, promovendo transformações na vida pessoal e familiar a partir das narrativas das próprias mulheres imigrantes trabalhadoras nas agroindústrias. Com o aporte teórico e metodológico, foram confrontadas as fontes, analisando as categorias centrais da pesquisa: imigração, gênero, raça/etnia, classe, nas relações com os mundos do trabalho. O êxito deveu-se à coleta de dados e às informações das singulares narrativas das trabalhadoras imigrantes sobre os sentidos e as representações do trabalho em suas vidas, implicando em maior autonomia e independência da mulher. Com a meta de autogerenciamento, apontaram o desejo e procura pela qualificação, para, dessa forma, melhorar o desempenho e atuação profissional nas relações sociais públicas, para além do âmbito familiar e doméstico, podendo interferir na organização do lugar a ser ocupado por ela na divisão sexual do trabalho. Além do mais, sustentam que é por meio do trabalho que reúnem as possibilidades de prover o sustento da família, pelas quais, em muitos casos, são as únicas responsáveis.

A evidência do trabalho com o sentido libertador foi constatada nas narrativas das fontes, demonstrando que a mulher vem travando lutas consideráveis contra a opressão do sistema patriarcal de dominação masculina, para assumir a condição de protagonista de sua própria história. Para esse feito, investe em formação e visualiza na migração a possibilidade de ascensão, porém, essa colocação não foi alcançada. Vimos nas fontes denúncias de assédio moral e sexual, de preconceito e injúria racial e xenofobia, vivenciados nas relações sociais, seja no trabalho ou fora dele. Através dos relatos, pudemos identificar o trabalho que está sendo destinado à mulher imigrante, pobre, negra e latina no Brasil e as razões que o determinam. Vimos que elas ocupam vagas de trabalho com baixa remuneração, desempenhando atividades que não exigem qualificação, mas que, em contrapartida, requerem a força física na produção,

com atividade mecanizada, repetitiva, o que vem causando o adoecimento significativo da população que se desloca, tendo o trabalho como veículo para obtenção de melhores condições de vida. Esse meandro é caracterizado pelo gênero, raça/etnia e classe, que define o lugar a ser ocupado de acordo com os interesses da elite dominante, masculina e branca.

Ainda com base nas fontes, pudemos constatar com clarividência as violações relacionadas aos mundos do trabalho vivenciadas pelas mulheres imigrantes no deslocamento, sujeitas a situações de exploração sexual, do trabalho, extorsão por determinados agentes públicos e coiotes. Nas tratativas da vida civil, encontram dificuldade para regularizar a documentação migratória, com isso ficam fragilizadas, emocionalmente abaladas pelo receio da deportação e são silenciadas, temem perder o emprego e sujeitam-se ainda mais ao trabalho precarizado. Quanto à revalidação de diplomas, as dificuldades nas providências, sujeita as mulheres, mesmo com formação superior ou técnica em diversas áreas das ciências, ao trabalho em atividades braçais que não demandam qualificação, além do mais, muitas empresas não demonstraram interesse na adequação da formação à atividade desempenhada, pois assim, o valor pago pela força de trabalho é módico.

Em atividade do grupo focal as mulheres denunciaram que sofrem discriminação em relação às vagas de trabalho disponibilizadas, as quais são prioritariamente destinadas aos homens. Além disso, nos ambientes de trabalho, nas agroindústrias, elas enfrentam preconceito racial e xenofobia, em determinados casos, por parte dos colegas, em outros, partindo dos encarregados dos setores, alegam que são tratadas de modo diferente nas questões relacionadas ao trabalho em relação aos nacionais brasileiros, seus atestados de saúde costumam a ser aceitos, bem como suas solicitações para trocas de setor, mesmo com indicação médica. Na unanimidade das fontes pesquisadas, imigrantes haitianas e venezuelanas, trabalhadoras em agroindústrias em determinado grau, apresentam adoecimento físico e/ou psíquico, com lesões por incompatibilidade do trabalho com sua força física, algumas delas pediram demissão das empresas por não terem suas necessidades atendidas, outras estão afastadas para tratamento clínico. Muitas delas já passaram por procedimento cirúrgico nas mãos, braços, ombros e coluna.

A pergunta de pesquisa centrou-se em indagar - Quais as implicações sociais do trabalho em agroindústria na vida da mulher migrante contemporânea? Quanto à metodologia da coleta de dados a pesquisa constituiu-se na escuta da História Oral, foram realizadas 25 entrevistas, nove com mulheres imigrante haitianas; nove com venezuelanas e sete com representantes da rede de atendimento socioassistencial de Chapecó e sindicato de base de categoria - SITRACARNES, ABIV, COMHA, CEBRAC, Pastoral do Migrante da Diocese de Chapecó,

CAI e Balcão de emprego de Chapecó. Além da realização de dois encontros do Grupo Focal, com mulheres haitianas e venezuelanas. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas para o alcance do objetivo geral de compreender as inter-relações sociais do trabalho em agroindústria na vida da mulher imigrante contemporânea.

Sobre as fontes, além das primárias, com entrevistas às mulheres imigrantes e instituições, reuniu-se bases documentais e iconográficas impressas e recursos audiovisuais nos acervos pessoais e públicos via internet. Apesar de obter êxito com os objetivos estabelecidos, restam limites e dificuldades, cabe lembrar que no período da pesquisa (2021-2022) o mundo vivenciou a pandemia da COVID 19. Esse limitador impediu a realização de mais entrevistas e diálogos em grupos, para evitar a exposição das fontes à presença do vírus e, da mesma forma, nos proteger. Outra importante dificuldade encontrada foi a resistência das agroindústrias em responder à pesquisa. Estavam previstas entrevistas com três agroindústrias (BRFoods, Aurora Alimentos e Ecofrigo, não aderiram à pesquisa, nem para a entrevista tão pouco para responder a questionário. Assim, uma recomendação que julgamos de suma importância, seria uma pesquisa com as agroindústrias para identificar qual a percepção que ela tem sobre as mulheres imigrantes trabalhadoras, as ações desenvolvidas em prol desse público, como faz a seleção dos trabalhadores, a movimentação de contratações e exonerações seria relevante. Já as instituições, atenderam prontamente ao chamado para participar da pesquisa, em especial as associações dos imigrantes que contribuiram com indicação de fontes, assim como as mulheres, indicando colegas para participar. Do modo proposto pela pesquisa, identificamos a necessidade de implementação de políticas públicas migratórias transversais, que atendam a integralidade das demandas das famílias, voltadas à educação, prioritariamente à educação infantil, à saúde preventiva da mulher e à segurança do trabalho, à assistência social, com medidas de acolhimento e geração de trabalho e renda, bem como ao desenvolvimento de ações afirmativas para o enfrentamento do racismo estrutural e a xenofobia.



## REFERÊNCIAS

- ACNUR [Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados] (Brasil). **“Refugiados” e “Migrantes”**: Perguntas Frequentes. Publicado em: 22 mar. 2016. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2016/03/22/refugiados-e-migrantes-perguntas-frequentes/>. Acesso em: 3 jul. 2021.
- ACNUR [Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados] (Brasil). **Brasil se torna o país com maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina**. Brasília: UHNCR/ACNUR, 2020a. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/01/31/brasil-torna-se-o-pais-com-maior-numero-de-refugiadosvenezuelanos-reconhecidos-na-america-latina/>. Acesso em: 3 jul. 2021.
- ACNUR [Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados] (Brasil); MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Estratégia de Interiorização**. Brasília: UHNCR/ACNUR, 2020b. [Dados atualizados até 2020]. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>. Acesso em: 3 jul. 2020.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALBA, Rosa S. **Espaço Urbano**. Debates. Chapecó: Argos, 2002.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVES, Giovanni.; ARAÚJO, Renan. Thompson, Lukács e o conceito de experiência: um diálogo mais que necessário. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 53–70, 2013. DOI: 10.5007/1984-9222.2013v5n10p53. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2013v5n10p53>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- ALVES, Luciano Adilio. **Ascensão e Queda de uma gigante: a crise da Chapecó Alimentos e os impactos socioeconômicos no município de Xaxim**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- BAENINGER, Rosana Aparecida *et al* (orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- BAENINGER, Rosana Aparecida *et al* (org.). **Migrações Sul-Sul**. 2 ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. Disponível em: <https://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRA%C3%87%C3%95ES-SUL-SUL.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2020.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 09 out. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, DF, 09 ago. 1943. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm). Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Brasília, DF, 03 set. 1962. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/14121.htm#:~:text=A%20mulher%20assume%2C%20com%20o,dire%C3%A7%C3%A3o%20material%20e%20moral%20desta%22.&text=IV-,%E2%80%9CART.,sem%20autoriza%C3%A7%C3%A3o%20do%20marido%20\(art..](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm#:~:text=A%20mulher%20assume%2C%20com%20o,dire%C3%A7%C3%A3o%20material%20e%20moral%20desta%22.&text=IV-,%E2%80%9CART.,sem%20autoriza%C3%A7%C3%A3o%20do%20marido%20(art..) Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 06 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências [LOAS]. Brasília, DF, 08 dez. 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742compilado.htm). Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF, 23 jul. 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm). Acesso em: 09 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF, 24 maio 2017a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm). Acesso em: 09 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990 [...]. Brasília, DF, 14 jul. 2017b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm). Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm). Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública [MJSP]. **Portaria interministerial nº19, de 23 de março de 2021.** Dispõe sobre a autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiro, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e Países Associados. Brasília, DF, 25 mar. 2021a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mjsp/mre-n-19-de-23-de-marco-de-2021-310351485>. Acesso em: 10 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública [MJSP]. **Portaria Interministerial nº 27, de 30 de dezembro de 2021.** Dispõe sobre a concessão do visto temporário e a autorização de residência, para fins de acolhida humanitária, a nacionais haitianos e apátridas afetados por calamidade de grande proporção ou situação de desastre ambiental na República do Haiti. Brasília, DF, 31 dez. 2021b. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=31/12/2021&jornal=515&pagina=544>. Acesso em: 10 maio 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego [MTE]. **Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012.** Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. [REVOGADO]. Brasília, DF: 13 jan. 2012. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1541>. Acesso em: 07 maio 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social [MTPS]. **NR-36:** Segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados. Brasília, DF: Governo Federal, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-36.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social [MTPS]. Secretaria de Inspeção do Trabalho. **Manual de Auxílio na Interpretação e Aplicação da Norma Regulamentadora nº 36:** Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados. Brasília, DF: Ministério do Trabalho Secretaria de Inspeção do Trabalho, set. 2017c. Disponível em: [https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-36\\_manual\\_nr\\_36\\_compilado.pdf](https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-36_manual_nr_36_compilado.pdf). Acesso em: 15 nov. 2021.

BURKE, Peter. (org.). **A Escrita da História:** novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.

CARNE e Osso. Direção: Caio Cavechini, Carlos Juliano Barros. Gênero: Documentário, Comportamento, Questões Sociais. Globoplay, 2011. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/carne-osso/t/V7hnLRG2Lk/>. Acesso em 10 maio 2022.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CAVALCANTI, Leonardo *et al.* **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro.** Relatório Anual 2017. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do

Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados\\_anuais/RELATORIO\\_FINAL\\_PDF\\_CRG D.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados_anuais/RELATORIO_FINAL_PDF_CRG_D.pdf). Acesso em: 10 nov. 2021.

CAVALCANTI, Leonardo (coord.). Acompanhamento de fluxo e empregabilidade dos imigrantes no Brasil. **Relatório Mensal do OBMigra**, v. 0, n. 12, dez. 2019. Brasília, DF: OBMigra, 2019. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-mensais>. Acesso em: 04 jul. 2021.

CAVALCANTI, Leonardo (coord.). Acompanhamento de fluxo e empregabilidade dos imigrantes no Brasil. **Relatório Mensal do OBMigra**, v. 1, n. 1, jan. 2020. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-mensais>. Acesso em: 04 jul. 2021.

CHAPECÓ. Câmara de Vereadores de Chapecó. **Ata da reunião de trabalho sobre o ingresso dos haitianos e senegaleses em Chapecó** [atendimento ao Requerimento nº 215/2014]. Chapecó, SC: Câmara de Vereadores de Chapecó, 21 out. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. **Resolução Normativa CNIg N° 102 DE 26/04/2013**. Altera o art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. Brasília, DF, 29 abr 2013.

COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS [CONARE]. O que é refúgio?. *In*: **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/o-que-e-refugio>. Acesso em: 20 out. 2020.

CORAZZA, Gentil. Fronteira Sul: traço da formação econômica. *In*: RADIN, José C.; VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo (orgs). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Letra e Vida UFFS, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECLARAÇÃO de Cartagena. Adotado no Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários. Cartagena, Colômbia, nov. 1984. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugueses/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Declaracao\\_de\\_Cartagena.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugueses/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf). Acesso em: 15 set. 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICO [DIEESE]. **Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: velhas desigualdades e mais precarização**. Boletim Especial de 08 de março. Publicado em 07 de março de 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/mulher.html>. Acesso em: 10 maio 2022.

ELIAS, Norbert. SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/082.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Perdas com derivados ganham acordos. Publicado em 19 maio 2009. [Versão eletrônica]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1905200907.htm>. Acesso em: 20 out. 2021.

FORNEC, Elisandra; LUBENOWW, Aline Maisa. **De Fábricas de Banha a Agroindústrias internacionais: a construção da cultura agroindustrial de Chapecó**. Chapecó: [s. n], 2021.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. v. 10. Brasília, DF: Líber Livro, 2005.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. [s. l.]: DP&A editora, 2006.

HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer**. Chapecó: Grifos, 1999.

HOBSBAWN, Eric. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a História Operária**. Tradução Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS [IMDH]. Migração haitiana para o Brasil. [Blog]. 2012. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/migracoes/migracao-haitiana/migracao-haitiana-para-o-brasil/>. Acesso em: 10 out. 2021.

MAGALHÃES, Luís Felipe; BAENINGER, Rosana Aparecida. A imigração em Santa Catarina: fases e contradições da inserção laboral. In: BALTAR, Ronaldo *et al.* (org.). **Caderno de resumos [do] XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas (SEPECH)**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, 2016. Disponível em: [http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech2016/cad\\_res\\_sepech\\_2016.pdf](http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech2016/cad_res_sepech_2016.pdf). Acesso em: 6 jul. 2021.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. **Espaço feminino no mercado produtivo**. Edição Nova História da Mulheres no Brasil. [s. l.]: Contexto, 2020.

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e capital & salário, preço e lucro**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. O Conceito de Experiência Histórica em Edward Thompson. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo, jul. 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. 1 ed. Tradução Paulo Cesar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. **Razão e Utopia**: Thompson e a História. Tese (Doutorado em História Social) – Curso de História Social, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2002.

NOLASCO, Carlos. Migrações Internacionais: conceitos, tipologias e teorias. **[Revista do Centro de Estudos Sociais (CES)]**. Oficina n° 434. Universidade de Coimbra, mar. 2016. Disponível em: <https://ces.uc.pt/publicacoes/outras-publicacoes-e-colecoes/oficina-dos-ces/numeros/oficina-434>. Acesso em: 06 out. 2021.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS [OBMigra]. *In*: **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Portal da Imigração. 2020a. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio>. Acesso em: 14 out. 2020

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS [OBMigra]. **Resumo Executivo**. Relatório Anual 2020. Brasília, DF: OBMigra; Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2020b. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/Resumo%20Executivo%20\\_Relat%C3%B3rio%20Anual.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/Resumo%20Executivo%20_Relat%C3%B3rio%20Anual.pdf). Acesso em: 05 nov. 2021.

ONU Mulheres (Brasil). **Programa Ganha-Ganha**: Programa criado por meio da aliança entre ONU Mulheres, OIT e União Europeia busca fortalecer o protagonismo das mulheres no setor privado. 2010. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/ganha-ganha/>. Acesso em: 10 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT]. **C190**: Convenção (n° 190) sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho. Genebra, 21 jun. 2019. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms\\_729459.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms_729459.pdf). Acesso em: 20 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT]. **Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho e seu seguimento**. 86ª. Sessão, Genebra, junho de 1998. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms\\_230648.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_230648.pdf). Acesso em: 10 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT]. **Violência e assédio no mundo do trabalho**: Um guia sobre a Convenção N.º 190 e a Recomendação n° 206. Escritório Internacional do Trabalho – Genebra: OIT, 2021. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms\\_832010.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_832010.pdf). Acesso em: 25 maio 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES [OIM] (Brasil). 2020. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PEDRO, Joana Maria; LEMES, Luana Borges. A “primavera das mulheres” nos impasses atuais da democracia no Brasil. *In*: PEDRO, Joana Maria; ZANDONÁ, Jair (orgs.). **Feminismos e Democracia**. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/203494/Feminismos%20e%20democracia.%20vers%C3%A3o\\_EBOOK.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/203494/Feminismos%20e%20democracia.%20vers%C3%A3o_EBOOK.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 10 out. 2021.

PEDRO, Joana Maria; ZANDONÁ, Jair (orgs.). **Feminismos e Democracia**. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/203494/Feminismos%20e%20democracia.%20vers%c3%a3o\\_EBOOK.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/203494/Feminismos%20e%20democracia.%20vers%c3%a3o_EBOOK.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 10 out. 2021.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2019.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Um “Desejo de cidade”, um Desejo e Modernidade” (Chapecó, 1931 - 1945)**. 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91794/249012.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **A nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2020.

PIOVEZANA, Leonel *et al.* Movimento Migratório no sul do Brasil: o caso dos haitianos na região oeste catarinense. *In: VI SIMPÓSIO NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE. Anais eletrônicos [...]*, v. 01. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015. p. 223-234.

PODER 360. A fronteira do Brasil com a Venezuela. [blog]. Publicado em: 25 fev. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/a-fronteira-do-brasil-com-a-venezuela/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, raça e a história social do trabalho no Brasil (2001-2016). **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 307-328, abr. 2019.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RADIN, José Carlos. Um olhar sobre a colonização da Fronteira Sul História da Fronteira Sul. *In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delemir José; ZARTH, Paulo A. (orgs.) História da Fronteira Sul*. Chapecó: Ed. UFFS, 2016.

RADIN, José Carlos. A indústria frigorífica no oeste catarinense e a participação dos ítalos (1940-1960). **História Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 19, n. 4, p. 720-744, dez 2019.

RAMIRES, Andrés *et al.* Cadernos de Debate Refúgio, Migrações e Cidadania. **Instituto Migrações e Direitos Humanos**, Brasília, v. 8, n. 8, 2013.

RAMIRES, Andrés *et al.* Cadernos de Debate Refúgio, Migrações e Cidadania. **Instituto Migrações e Direitos Humanos**, Brasília, v. 14, n. 14, 2019.

RAMIRES, Andrés *et al.* Cadernos de Debate Refúgio, Migrações e Cidadania. **Instituto Migrações e Direitos Humanos**, Brasília, v. 15, n. 15, 2020.

REDIN, Giuliana (org.). **Migrações Internacionais: experiências e desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil**. Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2020. Disponível

em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/07/migracoes-internacionais.pdf>. Acesso em: 09 maio 2022.

RENK, Arlene. *A Luta da Erva: Um ofício étnico no Oeste Catarinense*. Chapecó, SC: Grifos, 2004.

REIS, Thiago; SORANO, Vitor (coord.) Mortes e casos conhecidos de coronavírus no Brasil e nos Estados. *In: G1. Dados Pandemia*, 2021. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/>. Acesso em: 20 out. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCOTT, Joan. História das mulheres. *In: BURKE, Peter (org.). A escrita da História: Novas perspectivas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.

SENADO FEDERAL. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf). Acesso em: 20 out. 2021.

SEYFERTH, Giralda. Família, condição feminina e imigração. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO*, n. 10, 2013, Florianópolis, SC. **Anais eletrônicos [...]** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: [http://www.fg2013.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1374877903\\_ARQUIVO\\_Seyferth.pdf](http://www.fg2013.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1374877903_ARQUIVO_Seyferth.pdf). Acesso em: 04 jul. 2021.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. *In: BURKE, Peter (org.). A escrita da História: Novas perspectivas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.

SILVA, Daniel Neves. Crise na Venezuela: causas polêmicas e consequências. *In: Brasil Escola*. Publicado em 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/crise-na-venezuela.htm>. Acesso em: 03 dez. de 2020.

SOARES, Nelson Souza Soares; MARCELINO; Joyce Mayra Amarante; ARAÚJO, Nívia Carlos de Oliveira. A globalização e o neoliberalismo nas obras de Milton Santos e Boaventura de Sousa Santos. *In: IV CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL*, ago., 2018. **Anais eletrônicos [...]**. Universidade Federal de Montes Claros, p. 776-784, ago. 2018. Disponível em: [https://congressods.com.br/sesto/anais\\_sesto/ARTIGOS\\_GT05/A%20GLOBALIZACAO%20E%20O%20NEOLIBERALISMO%20NAS%20OBRAS%20DE%20MILTON%20SANTOS%20E%20BOAVENTURA%20DE%20SOUSA%20SANTOS.pdf](https://congressods.com.br/sesto/anais_sesto/ARTIGOS_GT05/A%20GLOBALIZACAO%20E%20O%20NEOLIBERALISMO%20NAS%20OBRAS%20DE%20MILTON%20SANTOS%20E%20BOAVENTURA%20DE%20SOUSA%20SANTOS.pdf). Acesso em: 07 maio 2022.

STAUDT, Taíse. **Sou Diáspora: identidade e mobilidade nas memórias de haitianos no Brasil**. Chapecó, SC: [Editora própria], 2020.



TEDESCO, João Carlos. **Desejados e expulsos: trabalhadores imigrantes na/como pandemia.** Notas de uma leitura conjuntural. Passo Fundo: Acervus, 2020.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado: história oral.** Tradução Lóbio Lorenzo de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades do Ingleses e outros artigos.** 2 ed. São Paulo: Unicamp Campinas, 2012.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

TONHATI, Tânia; MACEDO, Marília. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010- 2019). **PÉRIPILOS, Revista de Pesquisa sobre Migrações**, v. 4, n. 2, p. 125-155, 2020.

TORELLY, Marcelo *et al.* **Política de Migração do Brasil consolidada: Visões do Contexto Migratório no Brasil.** Brasília, DF: Organização Internacional para as Migrações; Agência das Nações Unidas Para as Migrações; Ministério da Justiça, 2017.

VEJA. Fotos: Fronteira entre Brasil e Venezuela é fechada após decisão de Maduro. Publicado em: 22 fev 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/galeria-fotos/apos-ordem-de-maduro-fronteira-entre-brasil-e-venezuela-amanhece-fechada-22-02-2019/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

VENEZUELANOS em Chapecó/SC. Prefeito João Rodrigues. Canal: Jair Messias Bolsonaro. In: Youtube. Tempo: 03:05. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ecfc8g8HDZw>. Acesso em 27 out. 2022.

VICENZI, Renilda. **Mito e História na Colonização do Oeste Catarinense.** Chapecó: Argos, 2008.

VILLEN, Patrícia. Periféricos na periferia. In: BAENINGER, Rosana Aparecida *et al.* (orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Editora Afiliada, 2003.

WOITOWICZ, Karina Janz. Ecos de uma história silenciosa das mulheres. **Rev. Estud.Fem., Florianópolis**, v. 16, n. 1, p. 253-256, jan./abr. 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000100024](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000100024). Acesso em: 20 jan. 2021.

ZAMBERLAN, Jurandir. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização.** Porto Alegre: Pallotti, 2004.

## FONTES

### Entrevistas orais realizadas pela autora

Alex Perez. Presidente da Associação Benéfica Imigrante Venezuelano – ABIV, entrevista em 25/02/2022.

Ametista. Médica Cubana, em atividade Dia Internacional da Mulher em 08 de março de 2020.

Associação dos imigrantes haitianos e venezuelanos em Chapecó: Entrevistas com mulheres imigrantes haitianas e venezuelanas.

Balcão de empregos Prefeitura Municipal de Chapecó: Entrevista com servidor responsável.

Begonia. Haitiana, Ciências contábeis no Haiti, entrevistada em 02/10/2021.

Bela Emília. Haitiana, ensino médio no Haiti, entrevistada em 25/09/21.

Bromélia. Haitiana, ensino médio no Haiti, entrevistada em 04/06/2021.

Calêndula. Haitiana, formada em Enfermagem no Haiti, entrevistada em 11/02/2022.

Capota Vermelha. Advogada, na Venezuela, entrevistada em 29/12/2021.

Dhalia. Haitiana, ensino médio no Haiti, entrevistada em 13/10/2021.

Elias Nardi. Coordenador da Pastoral do Imigrante Diocese de Chapecó, entrevista em 24/02/2022.

Flor de Linho. Haitiana, formada em Administração e Teologia na República Dominicana do Haiti, entrevistada dia 13/11/2021.

Flor de Liz. Venezuelana, Técnica em enfermagem, na Venezuela, entrevistada em 19/02/2022.

Flor de Pitanga: Engenheira Petroquímica na Venezuela, entrevistada em 12/02/2022.

Flor Estrelada. Engenheira em Geologia, Venezuela, entrevistada em 24/09/2021.

Heliconia Rostrata. Militar da Aeronáutica na Venezuela, entrevistada em 28/07/2021.

Jasmim do Caribe. Técnica em Segurança do trabalho industrial, na Venezuela, entrevistada em 19/02/2022.

Jenir de Paula. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados de Chapecó – SITRACARNES.

Jimmy Antonio M. Blanco. Vice presidente da Associação Beneficente Imigrante Venezuelano – ABIV, entrevista em 25/02/2022.

Julio Cesar Signori. Servidor público do Balcão de Emprego – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Chapecó, entrevista em 18/03/2022.

Lírio da Paz. Ensino médio, Venezuela, entrevistada em 31/10/2021.

Magnólia. Ensino médio na Venezuela, entrevistada em 24/09/2021.

Natan Oletto. CAI - Centro de Atendimento ao Imigrante - Prefeitura Municipal de Chapecó, SC.

Orquídea. Haitiana, ensino médio no Haiti, entrevistada em 17/07/2021.

Paulo Magro (*in memoriam*). Falecido em 18/12/2020, vítima da Covid-19.

Rosa. Haitiana, ensino médio, Técnico em Informática no Haiti, entrevistada em 01/12/2021.

SITRACARNES – Sindicato dos trabalhadores na indústria das carnes e derivados de Chapecó e região: Entrevistas com dirigentes sindicais e profissionais da rede socioassistenciais

Relatórios e dados estatísticos das circunstanciais das trabalhadoras imigrantes na agroindústria de Chapecó 2013 – 2021.

Violeta. Haitiana, ensino médio no Haiti, entrevistada em 05/12/2021.

### **Documentais**

Acesso ao Centro de Referencial em Direitos Humanos Igualdade Racial – UFFS.

Dossiê do Tempo e Argumento: feminismo e história do tempo presente, organizado pela Soraia Carolina de Mello.

Fotos e relatórios de atendimento social de migrantes venezuelanos e haitianos.

Jornais 2013 a 2021: reportagens sobre imigração para Chapecó e região em meio eletrônico.

Polícia Federal de Fronteira - Unidade de Chapecó, sítio eletrônico para acessar: Relatórios de atendimento de 2013 a 2021; Relatórios estatísticos de 2013 a 2021.

Texto sobre feminismo marxista, Soraia Carolina de Mello, Joana Maria Pedro Pensando questões de gênero para a História das mulheres, organizado pela Soaria Carolina de Mello.